UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR

João Guilherme de Oliveira Pellegrini

EDUCAÇÃO CATÓLICA FEMININA EM SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SÃO PAULO (1894-1970).

ARARAQUARA – SP

2021

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Rod. Araraquara-Jaú Km 1. Bairro: Machados 14800-901. Araraquara, SP. PABX: (16) 3334-6200.

João Guilherme de Oliveira Pellegrini

EDUCAÇÃO CATÓLICA FEMININA EM SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SÃO PAULO (1894-1970)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp/FCLAr) como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Bolsa: CAPES.

Linha de pesquisa: Estudos Históricos, Filosóficos e Antropológicos sobre Escola e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Carlota Boto

ARARAQUARA – SP

2021

P386e

Pellegrini, João Guilherme de Oliveira
Educação católica feminina em São João da Boa Vista, São Paulo (1894- 1970). / João Guilherme de Oliveira Pellegrini. -- Araraquara, 2021
334 p. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientadora: Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto

1. Colégio Santo André. 2. história da educação. 3. educação feminina. 4. associações católicas. 5. educação católica. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

João Guilherme de Oliveira Pellegrini

EDUCAÇÃO CATÓLICA FEMININA EM SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SÃO PAULO (1894-1970).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp/FCLAr) como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Bolsa: CAPES.

Linha de pesquisa: Estudos Históricos, Filosóficos e Antropológicos sobre Escola e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Carlota Boto

Araraquara, SP 19 de feveiro de 2021.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Carlota Boto

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP

Membro Titular: Prof. Dr. Denis Domeneghetti Badia

Universidade Estadual Paulista – Unesp/Araraquara

Membro Titular: Prof. Dr. Hélio Sales Rios

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP/São João da Boa Vista

Membro Titular: Profa. Dra. Marisa Bittar

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar.)

Membro titular: Profa. Dra. Raquel Discini de Campos

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Membro suplente: Prof. Dr. Ricardo Ribeiro

Universidade Estadual Paulista – Unesp/Araraquara

Membro suplente: Profa. Dra. Ingrid Hötte Ambrogi

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Membro suplente: Profa. Dra. Roseli Fischmann

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por sua presença fundamental em todas as conquistas da minha vida.

À minha mãe Maria Helena Rovani de Oliveira, por tudo que tenho tanto no plano material como em sua influência positiva em toda minha educação e meu conhecimento que me guiou a escolher este caminho.

À memória de meu pai Luiz Carlos Pellegrini, que tenho certeza, nunca me deixou sozinho em momento algum de minha vida.

À memória de minha avó materna Luzia Rovani de Oliveira, por me criar como se fosse seu próprio filho suportando as dificuldades de sua idade avançada e de sua saúde debilitada.

À minha tia Sônia Maria Rovani de Oliveira, por acreditar em minhas capacidades e se orgulhar de minha evolução como talvez nenhuma outra pessoa.

À minha avó paterna Maria Aparecida Guerreiro Pellegrini, por sempre esperar o melhor de mim. Espero dar-lhe o mesmo orgulho que espera de um filho.

À memória de meus Avôs Carlos Pellegrini Netto e João Avelino de Oliveira, que não puderam acompanhar meus passos até este estágio de minha caminhada, mas em todos os momentos em que estiveram comigo foram grandes exemplos para que eu chegasse até aqui.

À minha noiva Julia de Andrade Sampaio Abreu que me encontrou em um dos momentos mais difíceis de todo o processo de realização deste trabalho e fez com que eu me reencontrasse comigo mesmo ao logo do tão conturbado ano de 2020 até o presente momento.

À minha irmã Marina de Oliveira Ansani por ser uma menina doce e inteligente, modelo para as crianças de sua idade e até mesmo para mim.

Às minhas tias Vânia Pellegrini e Vanderci Pellegrini, as quais mesmo distantes nunca deixam de fazer um telefonema ou mandar um e-mail para saber de mim.

Ao meu único primo Thiago Pellegrini Valverde, em quem sempre busquei me espelhar e muito admiro.

A meu padrasto Paulo Afonço Ansani, por sua rigidez que faz com que eu enxergue os obstáculos da vida como desafios.

A minha orientadora Profa. Dra. Carlota Boto, por seu apoio e paciência na tentativa de sempre buscar um acordo naquilo que seria melhor para este trabalho e nunca se impondo.

Aos professores que gentilmente aceitaram o convite para realizar uma orientação conjunta deste trabalho, Prof. Dr. Denis Domeneghetti Badia, Prof. Dr. Hélio Sales Rios, Profa. Dra. Marisa Bittar, Profa. Dra. Raquel Discini de Campos, Prof. Dr. Ricardo Ribeiro, Profa. Dra. Ingrid Hötte Ambrogi e Profa. Dra. Roseli Fischmann por sua nobre atitude de aceitarem contribuir com meu trabalho em um momento tão conturbado pelo qual a humanidade passa.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordena-«o de Aperfei-oamento de Pessoal de N²vel Superior - Brasil (CAPES) - C· digo de Financiamento 001.

Aos queridos colaboradores Pe. Claudemir Aparecido Canela, Maria Aparecida Batista, Antônio Carlos Rodrigues Lorette e César Alexandre da Silva Godoi, membros da diretoria do Museu de Arte Sacra da Diocese de São João da Boa Vista, que abriram as portas do precioso acervo deste centro histórico, possibilitando a realização deste trabalho.

A João Roberto Simões, e Hélio Fonseca ex-diretores de cultura da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista que me possibilitou sem restrições o acesso aos documentos do Centro Histórico Municipal.

Enfim a todos os meus amigos, em especial aos companheiros do meu grupo teatral **NAMARCA**, grupo teatral **Não posso, tenho ensaio,** do **Colégio COC de São João da Boa Vista – S**P, bem como a todos os professores, alunos e colaboradores que foram meus companheiros nessa instituição ao longo de 8 anos. Também a meus novos companheiros de trabalho: a **equipe da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista – SP** e a você que teve paciência de ler este texto até o fim.

Resumo

Esta tese propõe-se a efetuar uma reconstituição trajetória da educação católica feminina em São João da Boa Vista, interior de São Paulo entre os anos de 1894 e 1970, recorte que parte da criação da primeira Associação Católica do município até o fechamento do Colégio Santo André, colégio católico feminino de grande destaque na formação das jovens católicas da cidade. As instituições mencionadas eram responsáveis desde a alfabetização até a catequese das moças de São João da Boa Vista e foram voltadas para a formação de mulheres influentes na sociedade sanjoanense, inclusive nos dias de hoje. O trabalho que se pretende realizar irá empenhar-se na análise de fontes primárias, tais como: cadernos de catecismo, atas de reunião, cadernetas de chamada e cadernos de registro financeiro, disponíveis no Museu de Arte Sacra da Diocese de São João da Boa Vista e na Casa das Irmãs Andrelinas, um abrigo para as ex-professoras e funcionárias do Colégio Santo André de São João da Boa Vista. Serão levadas em conta, ainda, entrevistas realizadas com ex-integrantes do Colégio Santo André e de extintas associações da cidade com o apoio de uma bibliografia que dê suporte a esse tipo de estudo de gênero.

Palavras-chave: história da educação, educação feminina, Colégio Santo André, Associações Católicas.

ABSTRACT

This thesis proposes to make a trajectory reconstruction of the female Catholic education in São João da Boa Vista, state of São Paulo, between the years of 1894 and 1970, a time period which starts from the creation of the first Catholic association in The city, until the closure of Colegio Santo André, a Catholic female school of great prominence in the formation of the Catholic girls of the city. These institutions were responsible for many aspects, from literacy, to the catechesis of the young ladies in São João da Boa Vista, and were directed to the formation of prominent women in this society, even today. The work that will be carried out will focus on the analysis of primary sources, such as: catechism notebooks, meeting minutes, attendace registers and financial books, available at the Museum of Sacred Art of the Diocese of São João da Boa Vista and the House of the Andrelinas Sisters (a shelter for the former teachers of the Colégio Santo André of São João da Boa Vista). We will also take into account interviews with former members of the Colégio Santo André and of extinct associations in the city, with the support of a bibliography to back up this type of gender study.

Keywords: History of Education, Women's Education, Colégio Santo André, Catholic Associations.

Lista de Figuras

Figura 1 – Emmeline Pankhurst. Fotografia de Matzene, Chicago.....41

Figura 2 – Sufragistas e Vindas de São Francisco e representantes do Governo em Washington D.C. Fotografia de Harris e Ewing.....43

Figura 3 – Cartaz público denunciando a tortura às sufragistas nas prisões.....45

Figura 4 – Pintura atribuída à representação das irmãs que teriam originado a irmandade das Andrelinas na Idade Média.....63

Figura 5 – Capa do livro Logradouros de São João da Boa Vista *de Rodrigo Rossi Falconi.....72*

Figura 6 – Primeira página do índice do livro Logradouros de São João da Boa Vista *de Rodrigo Rossi Falconi.....73*

Portifólio 1 – Portfólio do 9º Concurso "Redação na Escola" – Projeto jovem Escritor com a temática "São João no meu coração" 74

Figura 7 – Temas propostos para redações do 9º Concurso "Redação na Escola" – Projeto jovem Escritor com a temática "São João no meu coração" 75

Portifólio 2 – Portfólio confeccionado em comemoração à inauguração da Estação das Artes.....79

Figura 8 – Fotografia da sede da Academia de Letras de São João da Boa Vista apresentada no portfólio confeccionado em comemoração à inauguração da Estação das Artes.....80

Figura 9 – Fotografia do Teatro Estação das Artes contida no portfólio confeccionado em comemoração à inauguração da Estação das Artes.....81

Figura 10 – Fotografia da antiga estação ferroviária ao final da década de 1930 contida no portfólio confeccionado em comemoração à inauguração da Estação das Artes.....82

Figura 11 – Convite para o cerimonial de entrega do título de cidadão benemérito sanjoanense a João Roberto Simões.....83

Figura 12 – Fotografia mostrando o centro de São João da Boa Vista e a colina a leste antes da construção do Colégio Santo André.....84

Figura 13 – Corte do Divino Espírito Santo em 1944 na ocasião do lançamento da pedra fundamental da construção do Colégio Santo André.....89

Figura 14 – Fitas, medalhas e bentinhos das associações existentes em São João da Boa Vista.....95

Figura 15 – Manual de conduta da Pia União – Página com o diploma de admissão de nova integrante da Pia União das Filhas de Maria.....96

Figura 16 – Fotografia de Rui Barbosa em campanha presidencial juntamente com as famílias da elite política sanjoanense.....109

Figura 17 – Fotografia do Jardim Público Municipal em 1905.....111

Figura 18 – Fotografia de Jango como vice-presidente em São João da Boa Vista – SP.....121

Figura 19 – Cartão-postal com paisagem panorâmica da cidade de São João da Boa Vista – SP em 1905, em destaque a empena da fachada do Teatro Apolo.....137

Figura 20 – Charge: "Viva a independência".....146

Figura 21 – Fotografia tirada após a apresentação do grupo teatral do Projeto VidaAtiva, com integrantes do projeto, moradoras do abrigo e familiares.....168

Figura 22 – Quadro com quebra-cabeça com os afrescos do teto da Capela Sistina na parede do abrigo para ex-funcionárias e professoras do Colégio Santo André.....168

Figura 23 – Sinhá administrando o lar.....178

Figura 24 – Jantar em que o proprietário da fazenda do Fundão e outro senhor tratam da negociação de cana-de-açúcar.....177

Figura 25 – Padre faz com que sinhozinho decore as orações da catequese.....178

Figura 26 – Edificação da capela da fazenda do Fundão.....179

Figura 27 – Inauguração da capela da fazenda do Fundão.....180

Figura 28 – Chiquinho, filho do senhor de engenho Camilo Vieira, vai ser educado na capital.....181

Figura 29 – O novo senhor de João Negrinho, Soares de Moura, anuncia aos escravos de sua fazenda a sua libertação.....182

Figura 30 – Mulher casta, que não se envolve nos assuntos dos homens e casada é adjetivada como mulher de boa conduta.....184

Figura 31 – A taverneira, independente, que vive com seus próprios recursos é retratada com os termos, mulher de pouca confiança ou pouco merecimento.....185

Figura 32 – Laura retira-se da sala para que os homens tratem de negócios.....186

Figura 33 – Xaica, a taverneira se impondo perante Vitório.....187

Figura 34 – Laura chora a morte do marido atingido em combate.....188

Figura 35 – Ana pede que o pai adotivo e o marido não a abandonem.....189

Figura 36 – Ata da reunião da Pia União das Filhas de Maria de 6 de junho de 1944.....191

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....16

CAPÍTULO 1 – Educação feminina: desafios, conquistas e contextualização histórica..... 32

1.1 – Um breve histórico da relação entre as minorias e o direito à cidadania e à educação e suas conquistas até o século XX.....33

1.2 – Conquistas sociais e educação feminina entre o final do século XIX e o início do século XX: Um período de grandes transformações e seu impacto na mudança do papel da mulher na sociedade..... 37

1.3 – Do lar ao campo científico: educadoras em busca de reconhecimento no Brasil..... 48

1.4 – Influências do catolicismo na educação feminina no Brasil no início do século XX: A mulher educada para o lar e pela Igreja.....56

CAPÍTULO 2 – O Colégio Santo André: Origem, chagada no Brasil e instalação em São João da Boa Vista..... 61

2.1 – Origem na Bélgica, características fundamentais e a expressão de um catolicismo Europeu..... 62

2.2 – Fuga para o Brasil: Primeira Guerra Mundial, busca por segurança e novos territórios para a prática da educação católica 69

2.3 – Instalação em São João da Boa Vista e primeiras contribuições para o catolicismo local..... 72

CAPÍTULO 3 – Associações Católicas Femininas: Romanização, incentivo à criação de associações católicas e associações sanjoanenses..... 91

3.1 – Catolicismo romanizado e igreja ultramontana, o berço das associações católicas..... 92

3.2 – Igreja Romana no controle: surgem as associações católicas.....94

3.3 – Associações católicas em São João da Boa Vista e primeiras contribuições para a educação das meninas católicas.....98

CAPÍTULO 4 – Educação Católica Feminina em São João da Boa Vista, São Paulo (1894-1970).....103

4.1 – O papel do Colégio Santo André na educação de meninas economicamente privilegiadas na sociedade sanjoanense.....103

4.2 – A importância das associações católicas: ensino, trabalho e rotina para a construção e manutenção de uma conduta feminina nos padrões do catolicismo romanizado.....128

4.3 – Colégio, associações e família: a amálgama da educação católica feminina em São João da Boa Vista entre 1894 e 1970.....142

CAPÍTULO 5 – Reflexos da Educação Católica Feminina na Sociedade e na Cultura Sanjonanense.....145

5.1 – Análise de fontes que elucidam a história do Colégio Santo André e das associações católicas.....149

5.2 – Imaginários sobre a figura feminina nos filmes *João Negrinho* e *Chão bruto* gravados na década de 1950, em São João da Boa Vista e região.....174

5.3 – A presença do legado do Colégio Santo André e das Associações Católicas femininas na São João da Boa Vista contemporânea.....190

CONCLUSÃO.....196

REFERÊNCIAS.....212

APÊNDICES.....221

ANEXOS.....248

INTRODUÇÃO

O presente trabalho expõe o resultado de um estudo analítico do acervo de documentos (atas de reuniões e registros oficiais) das associações católicas femininas e do Colégio Santo André, instituições de maior destaque na educação feminina em São João da Boa Vista, cidade do interior paulista, entre os anos de 1894 e 1970.

Para o estudo das associações foram utilizados documentos localizados no acervo do Museu de Arte Sacra da Diocese de São João da Boa Vista. Foram levados em conta também documentos impressos e iconográficos pertencentes ao acervo do museu, como recortes de jornais, santinhos 1 de papel artesanais, recortes de revistas, convites, e tudo que tivesse ligação com a atividade de cada uma das associações.

Sobre o Colégio Santo André, foram consultados alguns documentos localizados na Casa das Irmãs Andrelinas2, um abrigo para freiras que exerceram a função de professoras e trabalhadoras no extinto Colégio Santo André, o único colégio católico da história de São João da Boa Vista.

Também foi consultado o acervo do Centro de Memória das Irmãs de Santo André, fundado em 2014, na cidade de São Paulo, pois a partir de sua fundação, os colégios em atividade e abrigos para moradoras de colégios extintos, no interior do estado de São Paulo, destinaram importantes documentos históricos para compor o

1 Impressos com imagens de santos católicos, podendo conter orações no verso ou ainda datas referentes a homenagens aos santos.

2 Assim são chamadas as freiras da Ordem de Santo André.

acervo do Centro. Por fim, foram consideradas entrevistas realizadas com ex-integrantes das associações e ex-professoras e gestoras do Colégio Santo André3.

A opção pela utilização de entrevistas, estudos de caso, análise de documentos como fotografias, objetos artesanais e iconográficos, vai ao encontro do proposto por Pinsky na obra *Fontes históricas*, na qual defende que a diversidade de fontes contribui para um resgate histórico mais amplo em detrimento do uso de apenas determinadas fontes outrora rotuladas pelo positivismo como oficiais (PINSKY, 2008).

Assim, assume-se que esta pesquisa foi pautada pelos preceitos da Nova História, algo importante do ponto de vista da historiografia, uma vez que tal estudo tem ganhado força a partir dos anos 1990, como assinala Furtado:

> Nas duas últimas décadas, pesquisas acerca da história das instituições escolares vêm marcando presença significativa no campo de estudo da História da Educação, influenciadas pelas correntes historiográficas, oriundas da Escola Francesa, principalmente pela Nova História Cultural (2015. p. 484).

Este ponto ainda é complementado por Ester Buffa. Para ela:

> O conceito de fonte foi ampliado, passando a incluir não apenas a legislação e o pensamento educacional de grandes educadores como se fazia outrora, mas, principalmente, cadernos de alunos, livros didáticos, impressos escolares, fotografias, plantas, etc. Em suma, hoje há uma profusão de temas, de objetos de investigação, de fontes, de procedimentos metodológicos. Os mais céticos afirmam que todas essas pesquisas têm revelado aspectos singulares de nossa escolarização, mas pouco têm contribuído para uma compreensão mais

3 Tais entrevistas foram realizadas antes da elaboração deste projeto, por se tratar de entrevistas coletadas para compor o memorial do Museu de Arte Sacra de São João da Boa Vista pelo autor deste projeto que atuava no museu como historiador.

> adequada para a totalidade da educação brasileira. Paolo Nosella e eu também enveredamos por essa linha de investigação mais pontual sobre a escola, utilizando novas metodologias e referenciais, porém sem desprezar as conquistas anteriores (2005, p. 36).

Esta pesquisa discordará daqueles que Buffa chama de céticos e, assim, como a própria autora e o referido pesquisador em educação Paolo Nosella, levará em consideração novas metodologias e referências diversificadas, acreditando que a utilização destas tem muito a contribuir com a historiografia, uma que vez que a história em um âmbito amplo e sintetizado, tal como é encontrada nos livros didáticos, já está posta. Contudo, há muito que desvendar com relação a questões pontuais e, principalmente, regionalistas, como este trabalho se propõe. Para tal finalidade, admitir novas metodologias é bastante válido.

Interessa à escola e aos educandos o ensino de questões relativas à história de sua cidade ou região, todavia, admite-se que existem educadores que defendem que a historiografia não necessita de inovações. Sabe-se que o ponto de vista alheio deve ser respeitado, entretanto, neste trabalho, justifica-se a valorização de metodologias inovadoras.

A configuração da pesquisa desenvolvida para este trabalho segue uma proposta empregada por pesquisadores considerados clássicos da Nova História, a exemplo de Marc Bloch que, a partir da pergunta de seu filho — O que é história? —, começou a escrever a obra *Apologia da história ou o ofício do historiador*, tentando mostrar que a historiografia não é algo engessado, com conceitos fechados e, portanto, é preciso respeitar as diversas opiniões constantes nas fontes utilizadas em pesquisas históricas (BLOCH, 1991).

Podemos também citar Jacques Le Goff que, em sua obra *Sobre história*, defende o conceito da história dos excluídos ou história vista de baixo, e que, criticando o positivismo que

analisava a história pela ótica dos grandes nomes, propõe que estudemos também a história das minorias (LE GOFF1990).

Ambos os historiadores são fundadores da Terceira Geração da Escola dos Annales que, desde 1929, tem contribuído para o estudo das minorias na historiografia. Na verdade, nesta tese, será abordado o tema relacionado às mulheres de classes sociais economicamente privilegiadas, contudo, num período em que eram excluídas do campo científico e educadas apenas para o lar, e por essa razão também podiam ser vistas como um grupo ignorado pela historiografia tradicional.

Mais tarde, alguns apontamentos mostram que a comunidade masculina temia que a mulher pudesse concorrer intelectualmente com o homem. Bourdieu, ao definir o campo científico como um espaço concorrencial, fortalece tais afirmações.

> O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (1983, p. 122).

Ao longo deste trabalho serão apresentadas obras de pesquisadores que analisaram a história feminina na tentativa de demonstrar que a busca pelo monopólio das relações de poder no campo científico liga-se à questão de gênero, em que os homens fizeram uso de sua influência político-social para cercear o espaço da mulher no campo das ciências.

Outro motivo para que se tenha como referência neste trabalho os pressupostos metodológicos da Escola dos Annales e da Nova História é o fato de que, mais adiante, ainda na

Introdução desta tese, defenderei a expressão da minha personalidade como pesquisador, o que a partir da Nova História possibilitou-me um encontro como sujeito daquilo que pretendo narrar.

Ao afirmar isso, apoio-me no que foi dito pela professora Carlota Boto em seu texto "Nova História e seus velhos dilemas".

> A reflexão sobre as tendências historiográficas de seu tempo é, por princípio, dever do ofício do investigador da área de História; até como exercício da compreensão de si próprio enquanto sujeito da enunciação de um passado que pretende narrar, o debate acerca da "Nova História" situa-se, pois, como uma necessária interlocução metodológica; diálogo este cujo objeto remete-se ao repertório da escrita historiográfica e às estratégias de sua produção (1994. p. 23).

Neste trabalho, corroborando a teoria de Heleieth Saffioti, que defende que os termos classe, raça e gênero entrelaçados por um só nó sustentam a manutenção do sistema capitalista, empregou-se, propositadamente, tal conceito. A autora destaca que:

> as desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos (2013, p. 67).

É importante ressaltar que no decorrer da pesquisa para este trabalho, também não foram desprezadas as conquistas metodológicas anteriores e tudo o que diz respeito à utilização de registros em cartório, legislação e regimentos oficiais das instituições conforme propõe este estudo, pois, de acordo com Buffa, como mencionado anteriormente, a utilização de novas metodologias não implica obrigatoriamente o desprezo a metodologias anteriores.

Marisa Bittar evidencia em seu texto “A pesquisa em educação no Brasil e a constituição do campo científico” a ideia de que na atualidade pairou sobre o campo científico a noção de que, para se utilizar metodologias inovadoras, é preciso ignorar e tratar como ultrapassadas outras metodologias predecessoras, criando um ambiente concorrencial, fator que ela classifica com a expressão “modismo” (BITTAR, 2009). Desse modo, se buscou fugir desses tais modismos, visto que este trabalho não se propõe à comparação tampouco à pressuposição de um ambiente concorrencial qualitativo entre metodologias diferentes. Defende-se, ao contrário, que essa diversidade traz vantagens a uma pesquisa.

Defendeu-se, também, a utilização de uma ampla variedade de metodologias e estudou-se um recorte em que o campo científico, comumente, se opunha à diversificação de metodologias em um trabalho. Cita-se uma época e uma situação em que os conteúdos eram ensinados e praticados por meio da repetição intensiva e da imposição dogmática. Assim, ainda que retirada do educando qualquer possibilidade de questionar ou de estabelecer algum tipo de interlocução filosófica a respeito do que lhe era proferido, não se pode negar que tais metodologias, muito próximas do que hoje chamamos de escola tradicional, têm o poder de arraigar hábitos nos indivíduos, capazes de se tornarem costumes e de transcenderem gerações sem que, em nenhum momento, se questione as razões que levam à prática de determinado ato.

De acordo com Denis Domeneghetti Badia, Ivan Fortunato e Paula Ramos de Oliveira, no artigo “Pensar, falar e escutar: a aula entre a filosofia e a educação”, esse ato de colocar o aluno em uma posição de não questionar servia para reafirmar o fato de que professor e aluno possuíam locais diferentes na sala de aula.

> De forma dominante, as aulas têm sido objeto de reflexão do campo da educação, mais especialmente da pedagogia, e em geral elas são vistas de modo mais instrumental no sentido de que há toda uma produção teórica sobre modos de ser professor e de se fazer professor, cujo lugar por excelência

> é a sala de aula, local onde ocorre a aula e todo o processo que se desenrola entre professores, alunos e conhecimento (e também entre pensamento, fala e escuta) (2016, p. 148-149).

Pode-se citar como exemplos da repetição dogmática de ensinamentos não questionáveis engendrados pelos professores, o costume de fazer o sinal da cruz em frente a uma igreja, decorar orações a partir da repetição exaustiva, como ao rezar o terço, e levantar-se e sentar-se em determinados momentos de uma celebração religiosa, sem que haja nenhuma explicação prévia, apenas a prática de um hábito.

Esse ensino dogmático, nos dias de hoje, coexiste com uma sociedade na qual se valoriza muito a informação e pouco o conhecimento; termos erroneamente, por vezes, considerados iguais, como pode-se observar nas palavras de Jorge Larrosa Bonía, em sua obra *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*:

> seguramente todos já ouvimos que vivemos "numa sociedade de informação". E já nos demos conta que essa estranha expressão funciona às vezes como sinônima de "sociedade do conhecimento" ou até mesmo de "sociedade da aprendizagem". Não deixa de ser curiosa a troca, a intercambialidade entre os termos "informação", "conhecimento" e "aprendizagem". Como se o conhecimento se desse sobre a forma de informação, e como se aprender não fosse outra coisa que não adquirir e processar informação (2002, p. 19).

A informação é rápida, dinâmica, volátil, e, em sua natureza única, é incapaz de se configurar como conhecimento. O "conhecimento" precisa ser processado pelo ser humano, e este processo requer reflexão, análise e, muitas vezes, debate.

Em uma sociedade na qual se confunde informação e conhecimento, os ensinamentos arraigados há gerações de forma dogmática têm o poder de se perpetuarem, pois uma vez que se aceita uma informação, rotula-se como conhecimento sem que se pratique o questionamento

durante o processo educativo, têm-se portas abertas para que se admita um hábito ensinado e perpetuado de forma dogmática como verdade absoluta, na ausência da capacidade de ser um indivíduo que questiona a si mesmo e a seus interlocutores.

Podemos entender o que aqui chamamos de hábitos como práticas culturais, a partir da definição do conceito de cultura apresentada por Marilena Chauí, na obra *Convite à filosofia*:

> A cultura é a criação coletiva de ideias, símbolos e valores pelos quais uma sociedade define para si mesma o bom e o mau, o belo e o feio, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o puro e o impuro, o possível e o impossível, o inevitável e o casual, o sagrado e o profano, o espaço e o tempo (2000, p. 50).

O problema é que cultura não é algo que se possa nem se deva combater. Tentar impor uma contrariedade a um indivíduo que crê em um dogma pode contribuir para que o dogmatismo dentro dele se fortaleça ainda mais. Assim, retoma-se a defesa da necessidade de que para uma sociedade é preciso estímulo ao debate e ao questionamento.

Este estudo objetivou realizar uma reconstituição da história e memória das instituições católicas Pia União das Filhas de Maria4, Associação do Rosário5 e Colégio Santo André[6] de São João da Boa Vista, cidade do interior do estado de São Paulo, por se tratarem dos únicos estabelecimentos educacionais em toda a história da cidade a dedicar seu trabalho

4 Associação católica feminina destinada a jovens católicas solteiras de forte atuação em cidades de marcante cultura católica na primeira metade do século XX.

5 Associação católica feminina destinada a senhoras casadas que teve como auge de sua atuação a primeira metade do século XX.

6 Colégio católico feminino onde atuavam como professoras e gestoras as freiras da ordem de Santo André.

especificamente à educação feminina, salvo possível exceção que os limites de pesquisas realizadas e consultadas não permitiram descobrir.

Teve-se como escolha para o recorte temporal deste trabalho o período compreendido entre os anos de 1894 e 1970, já que a data inicial representa a fundação da Pia União das Filhas de Maria e, a data final, o fechamento do Colégio Santo André.

Conferiu-se destaque à fundação da Pia União, pois esta funcionava como uma espécie de alicerce para as demais associações da cidade, pelo fato de sua existência ser condição para a subsistência das demais, dada a sua organização capaz de gerir o conjunto de associações católicas da cidade como a Associação do Rosário, local para onde geralmente dirigiam-se as Filhas de Maria depois de casadas, ou o Apostolado da Oração7, que merece destaque por ser a única Associação Católica que consegue sobreviver até os dias de hoje na cidade de São João da Boa Vista.

O fechamento do Colégio Santo André, em 1970, também é de grande importância, porque marca o fim da única instituição educacional de São João da Boa Vista oficialmente direcionada para a educação feminina.

A pesquisa realizada tentou demonstrar a importância das associações católicas femininas sanjoanenses e do Colégio Santo André na educação feminina, visto que, no recorte proposto por este trabalho, a atuação dessas instituições tinha um papel importante, como nos mostra Mattos Júnior, na obra *A catedral de São João da Boa Vista*.

---

7 Associação católica destinada a famílias e de majoritária participação feminina. O movimento ainda permanece ativo em algumas cidades de marcante cultura católica, bem como a Associação da Sagrada Família e Associação do Sagrado Coração.

> As irmandades — ordens — desempenharam um papel importantíssimo na sociedade brasileira até poucos anos. Consagradas a santos específicos, as Irmandades extrapolavam a função religiosa, influindo na política, como por exemplo, nos esforços para a abolição da escravatura. Não haviam ainda, seguros sociais e as Irmandades asseguravam aos seus fiéis tratamento médico e assistência social, sendo ainda uma espécie de "agremiação", com caráter de congraçamento e união em torno de eventos religiosos, cujo ponto alto eram as procissões (MATTOS JÚNIOR, 1992, p. 187).

Observou-se, desta maneira, que o papel desses grupos de mulheres foi fundamental para conquistas sociais importantíssimas e, mesmo não ocupando altos postos na hierarquia formal da sociedade em questão, eram capazes de grandes realizações. Partindo desse pressuposto, acredita-se que aquilo que foi aprendido nos colégios religiosos, associações católicas e no seio familiar tenha se tornado parte integrante da cultura e da sociedade sanjoanense, e que ainda se faça presente, mantendo traços no sistema educacional da cidade nos dias de hoje. Este conceito de que os excluídos das relações de poder passam a influenciar, indiretamente e em longo prazo, as ligações sociais e políticas de um determinado local, vai ao encontro do que propõem Fernando Novais e Lilia Schwarcz na obra *História da vida privada no Brasil*, v. IV: Contrastes da intimidade contemporânea, em que é trabalhada a ideia de que qualquer pessoa, independente de gênero, credo, ou classe, se expressa de alguma forma e isso é refletido em uma determinada comunidade que está inserida em um país. Ninguém está excluído das relações políticas nem sequer pode optar por não fazer parte delas, pois a própria opção por não discutir política é uma maneira de influenciar politicamente os seus pares (NOVAIS; SCHWARCZ, 2007).

Assim, como nas relações políticas, na pesquisa histórica muitas vezes não é possível que o pesquisador deixe de ser um agente participante de sua própria pesquisa. Isso ocorre com frequência quando o pesquisador está inserido no ambiente pesquisado e interage com

personagens vivos de seu estudo, ou está diretamente ligado às instituições onde se encontram os documentos que necessita, o que é o caso aqui. Acredita-se que isso não deprecia o estudo, ao contrário, ajuda a distanciá-la de metodologias já desgastadas. Tais argumentos ganham força nas palavras de Pedro Demo.

> A pesquisa contemporânea vem manifestando um certo "cansaço" metodológico no que se refere a métodos e técnicas aplicados à investigação em Ciências Sociais e, especificamente, na Educação. Os procedimentos adotados, prioritariamente empiristas e positivistas, têm se utilizado da investigação de campo para adaptar à realidade encontrada aos métodos selecionados para produzir ciência, ou seja, parte-se do método para a realidade, adaptando-se as informações coletadas aos moldes metodológicos e ao referencial teórico adotados (1995. p. 113).

Assim que o projeto de pesquisa se inicia, os procedimentos podem ir se delineando durante a sua trajetória. Deste modo, é necessário narrar ainda nesta introdução, de maneira breve, o percurso estabelecido para este estudo.

Entre os anos de 2012 e 2013, como único bacharel em História do Museu de Arte Sacra da Diocese de São João da Boa Vista à época, foi possível, pela minha formação contribuir com a organização do acervo da instituição.

Durante esse processo, percebi a diversidade de documentos ligados a Pia União das Filhas de Maria e constatei o hábito de suas integrantes em preservar papéis e objetos, o que possibilitou adquirir informações sobre as Filhas de Maria. , as quais tinham grande preocupação com a formação da cultura socioeducacional na cidade de São João da Boa Vista em sua época.

Para ampliar os horizontes da investigação, também foram consultados documentos na casa das Irmãs Andrelinas.

Em visita a essa casa, foi possível manter contato com Carmela Edvirges Lombardi Villela, ex-aluna do Colégio Santo André, ex-presidente da Pia União das Filhas de Maria de São João da Boa Vista e ex-integrante da Associação do Rosário; Sônia Ribeiro, ex-aluna do Colégio Santo André, ex-integrante da Pia União das Filhas de Maria e ex-integrante da Associação do Rosário; Irmã Edith do Carmo Vitali, ex-professora de Geografia do Colégio Santo André e ex-integrante da Pia União das Filhas de Maria; e, por fim, com a superiora responsável pela casa das Irmãs Andrelinas de São João da Boa Vista, Irmã Maria Augusta Rosário Rodrigues, ex-diretora do Colégio Santo André de São João da boa Vista e também ex-integrante da Pia União das Filhas de Maria na cidade de Jaboticabal, onde nasceu e viveu a infância e adolescência.

Após a obtenção do título de mestre em dissertação, o qual possibilitou compreender a função socioeducacional da Pia União das Filhas de Maria, na cidade de São João da Boa Vista – SP, na primeira metade do século XX, houve a necessidade de dar prosseguimento a este estudo, ou seja, cursar o doutorado, com o objetivo de adquirir conhecimento sobre a reconstituição da história e memória da Pia União, demais associações católicas femininas da cidade, o Colégio Santo André e de possíveis relações entre as características educacionais dessas instituições.

Alguns membros mais ortodoxos do meio acadêmico ainda defendem que o pesquisador deve se ocultar e exprimir o mínimo possível as opiniões pessoais, remetendo-se aos fatos, às análises, à comprovação destes e à devolutiva dos resultados. Pretende-se neste trabalho expressar o sentimento do momento presente e, ao analisar as conquistas sociais obtidas pelas mulheres, saber como estas foram tratadas e o que ainda há para ser conquistado, deixar uma contribuição para outros trabalhos que serão produzidos, talvez, em um futuro mais ameno. E que este país já não mais viva “num sistema híbrido, em que o autoritarismo cresce dentro das instituições democráticas”, como afirmou o professor Fernando Haddad, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, no dia 26 de novembro de 2018 (HADDAD, 2018).

Com base nessas crenças, são apresentados os resultados desta pesquisa, com os capítulos organizados e dispostos conforme a seguir.

No primeiro capítulo, procurou-se contextualizar historicamente conquistas sociais das minorias que tenham importância relacionada ou relevante à história feminina. Tais conquistas foram exploradas com olhar crítico, uma vez que é comum que as elites utilizem uma conquista social como maquiagem para ter o controle das massas em suas mãos. O objetivo desse olhar não é o estabelecimento de uma abordagem pessimista, mas sim de uma análise necessária a comparações que será apresentada nos capítulos posteriores.

Em seguida, ainda no primeiro capítulo, serão exploradas as conquistas sociais alcançadas especificamente pelas mulheres, visto que, mesmo em comparação às classes economicamente desprivilegiadas do sexo masculino, as mulheres tardaram mais a conquistar direitos como o acesso à participação democrática e à educação.

Posteriormente, a discussão caminhará para a questão da história da conquista do acesso à educação feminina no Brasil, promovendo um debate sobre os interesses das oligarquias locais que controlavam politicamente aquela sociedade, fato que também está relacionado com a inserção da Igreja como protagonista na educação feminina durante a República Velha e, portanto, ao encerrar esse primeiro capítulo será feita uma correlação entre a história do catolicismo e da educação feminina no Brasil do final do século XIX e início do século XX.

No segundo capítulo, é apresentada a história do Colégio Santo André, abordando inicialmente sua origem, na Bélgica, e todos os aspectos investigativos que envolveram a pesquisa de um contexto longínquo sobre o qual existem poucas fontes disponíveis e histórias passadas por gerações pela tradição oral.

Tratar-se-á também de como, aos poucos, esta instituição foi se constituindo um ambiente educacional e como isso evoluiu até a sua chegada ao Brasil, motivada pela fuga provocada pela Primeira Guerra Mundial, em busca de sobrevivência.

De acordo com a pesquisa, há, ainda, uma abordagem quanto à escolha das cidades onde seriam instalados colégios, os motivos pela opção pela cidade de São João da Boa Vista – SP, sua instalação em 1944, e os primeiros passos em uma cidade que até então só contava com duas escolas públicas8 em sua área urbana.

Por fim, o segundo capítulo também tratou da inserção desse recém-chegado colégio de freiras a uma cidade onde, até então, o ensino e cultivo dos dogmas e tradições católicos ensinados, praticados e desejados pelas oligarquias locais ficavam a cargo das associações católicas.

No terceiro capítulo, explorou-se a história das associações católicas como filhas do processo da Igreja Católica romanizada ou ultramontana, em que a igreja romana buscava ficar no controle de todas as ações das demais Igrejas Católicas do mundo, como uma forma de resposta à modernização, à reforma protestante e ao socialismo.

Nesse contexto, houve uma tentativa de entendimento sobre como criar associações nas quais os fiéis praticariam, estudariam e difundiriam os dogmas católicos tornou-se uma ferramenta de alta eficiência e contribuição para o projeto ultramontano. Além disso, era preciso compreender como tais associações foram utilizadas em cidades interioranas, a exemplo de São João da Boa Vista – SP, num momento em que não havia colégios católicos, para educar meninas

8 Grupo Escolar Cel. Joaquim José (1896) e Grupo Escolar Cel. Cristiano Osório de Oliveira (1928).

no sentido de afastá-las dos ideais modernos e do feminismo, cumprindo o papel projetado e idealizado pelas oligarquias regionais do período proposto para estudo.

No quarto capítulo, a história do Colégio Santo André e das associações católicas se encontrarão, pois até 1944, quando o Colégio Santo André foi instalado, as associações católicas cumpriam a função, em São João da Boa Vista – SP, de educar as mulheres, principalmente das classes economicamente privilegiadas, para servir à comunidade masculina e não aderir a ideais feministas.

Com a chegada do Colégio Santo André, em vez de ocorrer a substituição das associações, o colégio passou a agir em conjunto com elas, contribuindo para o fortalecimento de uma dinâmica já estabelecida, segundo os ideais da família católica sanjoanense.

A coexistência dessas instituições e a cultura social da família católica sanjoanense no contexto abordado serão os principais focos de investigação do quarto capítulo.

No quinto e último capítulo, foram explorados os reflexos dessa cultura educacional que perdurou até a década de 1970 na educação e na sociedade de São João da Boa Vista – SP, e ainda são vistos nos dias de hoje.

Para tal objetivo, foram levados em conta depoimentos de ex-alunas e professoras do Colégio Santo André, bem como de ex-integrantes de associações católicas femininas. Foram feitas análises também sobre filmes produzidos e gravados em São João da Boa Vista e região, nos anos 1950, procurando comparar o que foi analisado nos documentos e dito nas entrevistas com a imagem retratada sobre a mulher nos materiais cinematográficos apresentados dentro do contexto estudado.

Por fim, foram feitas observações sobre possíveis resquícios culturais deixados por esse legado educacional, permanências e transformações e, também, desdobramentos de uma educação que durante anos serviu para formar mães de família de uma elite oligárquica que ainda hoje possui descendentes em importantes papéis políticos e financeiros da sociedade sanjoanense.

CAPÍTULO 1 – Educação feminina: desafios, conquistas e contextualização histórica

A construção da historiografia brasileira enfrenta grandes desafios, para além do sistema político que, na contemporaneidade, não demonstra preocupação com a história e memória de nosso país. Faz-se necessária uma minuciosa e dedicada pesquisa focada nas peculiaridades regionais do Brasil, com recortes, ponto central e fontes bem definidas. Apenas com a reconstituição da história e da memória das microrregiões deste país, de dimensões continentais e culturalmente tão diverso, conseguiremos compor pequenas, porém consistentes peças de um enorme quebra-cabeça ainda repleto de lacunas, fazendo uma analogia metafórica com a historiografia do Brasil.

Assim, em defesa da história regional, Marcos Amado da Silva na obra *República em migalhas*: história regional e local, explica que:

> A história regional [...] se apresenta como um enfoque de análise insubstituível, pois seu objeto é sempre uma articulação complexa de relações econômicas, sociais e políticas, em espaços determinados e em tempos determinados (1990, p. 48).

Seguindo este raciocínio, é apresentada a proposição de análise do contexto histórico da educação feminina entre o final do século XIX e o século XX, — recorte explorado pela proposta deste trabalho —, bem como um período de grandes transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas com um dinamismo, até então, inédito aos olhos do ser humano. Com o mesmo dinamismo, tais transformações impactaram a história da mulher promovendo

conquistas sociais, no campo da política e da educação, mas em contrapartida trazendo novos desafios a serem superados.

Tais pontos são explorados neste primeiro capítulo, destacando fatos históricos considerados de grande relevância para a emancipação feminina e propulsão para conquista de espaço no campo científico, para que nos capítulos seguintes seja possível colocar o contexto histórico da educação feminina entre o final do século XIX e século XX frente a frente com a história da educação católica da mulher na cidade de São João da Boa Vista – SP, possibilitando uma reconstituição histórica e memorialística da temática proposta nesta cidade.

1.1 – Um breve histórico da relação entre as minorias e o direito à cidadania e à educação e suas conquistas até o século XX

Este estudo trata de um grupo que não teve o merecido espaço reconhecido no campo científico por gerações e, até os dias atuais, luta por igualdade nesta área. Embora no Brasil, numericamente, as mulheres sejam maioria, popularmente o grupo das mulheres é designado como minoria social, pelo fato de que, desde o Brasil Colonial, lutarem por participação em cargos políticos, gestão financeira e igualdade social, sendo que até hoje ainda têm participação minoritária em todos esses setores.

Visando compreender a história de mulheres educadoras na cidade de São João da Boa Vista – SP, foi realizada uma contextualização da história feminina no recorte proposto dentro da história geral. Mas antes que se estude e se tente compreender o acesso feminino à educação, é preciso dedicar um olhar sobre conquistas das classes economicamente marginalizadas no que se refere a alguns direitos como cidadania e participação política.

Cronologicamente, ser considerado cidadão e ter voz política são conquistas populares que antecedem o acesso à educação, sendo que as mulheres conquistariam todos esses direitos em momentos ainda mais tardios do que homens de classes economicamente desprivilegiadas. Assim, neste tópico, na intenção de realizar uma revisão historiográfica consistente, será dado espaço para a história de diversas minorias sociais, até que se chegue a um direcionamento específico para a história feminina.

O filósofo Helio Sales Rios realizou uma análise sobre a sexualidade na visão de referências de clássicos e o reflexo no Brasil de uma perspectiva filosófica. Ele concluiu que existem motivos pontuais para que as conquistas na história feminina sejam alcançadas a partir do pressuposto de que se ela não fosse mantida em seu posto dentro da família, o próprio conceito de família se desarticularia e a hegemonia masculina na sociedade estaria ameaçada. Ele retrata esse pensamento em duas conclusões pontuais.

> a) a família é uma configuração social. Essa sociedade não é uma ruptura do individuo com os seus, mas este, precisa deixá-los de lado, seus costumes, para poder fazer parte da sociedade. Esta instituição não permite o individualismo, pois o membro faz o que os costumes familiares lhe exigem. Este individualismo só ocorre quando se liberta desses costumes; b) uma sociedade é vista, entretanto, apenas pelo prisma do gênero masculino que comporia a essência desta sociedade (2016. p. 19).

Cabe aqui começar a articular a ideia de que muitas conquistas sociais são usadas para mascarar estratégias de controles de massas como a questão da educação. O modelo de educação predominante na cultura ocidental até os dias de hoje passou por uma hipertrofia no auge do Iluminismo, no século XVIII. Apesar de ser conhecido como o século das luzes, era um

claro momento em que a burguesia tornava-se hegemônica politicamente e engendrava na educação conceitos arcaicos utilizados ainda hoje, como as palavras: professor (aquele que professa, detentor do conhecimento) e aluno (desprovido de luz, receptor do conhecimento).

Todavia, é preciso observar as transformações pelas quais passou o campo educacional no contexto do Iluminismo por dois espectros e, apesar da concepção de formar cidadãos para servir aos interesses do Estado burguês, não se pode desconsiderar os avanços e contribuições desse movimento para o campo da educação, como nos apresenta Carlota Boto em seu texto "A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito."

> O propósito iluminista de superar e fazer frente à rigidez da pedagogia do colégio, em suas marcadas estruturas, é acompanhado por um desejo de transformação da vida social e política, em suas hierarquias e fronteiras. O século XIX assiste, finalmente, com a consciência de quem pretende perpetuar o feito, à institucionalização da pedagogia como uma ciência específica da educação, e, portanto, com patamares de autoridade; suas sólidas raízes firmadas mediante rígidos alicerces — determinados estes a descompor hábitos e crenças anteriores. Tratava-se aqui de firmar um novo modelo de educação: aquela que se consolidaria como alternativa às convenções e à tradição; aquela que tomaria como verdade presumida irredutível o valor intrínseco dos interesses da criança, como pressuposto operatório para projetar sua educação. A pedagogia propunha-se, desde então, como um campo do saber cuja meta seria o rompimento dos pilares da tradição, para firmar conceitos teóricos e procedimentos metodológicos que se apresentassem universalmente válidos e cientificamente comprovados para preparar o caminho das gerações vindouras (2010, p. 379-380).

Entretanto, apesar dos avanços, a organização do ensino para servir a um Estado burguês trouxe consigo as tradicionais composições de sala de aula hegemônicas, em que o professor se coloca à frente na sala com o objetivo de ter uma visão ampla e controle sobre os alunos, e os alunos são dispostos em carteiras e fileiras, separados por séries, sendo que cada série possui um conteúdo prévio definido que deverá ser repassado aos alunos pelo professor. Esse sistema

no qual o professor passa informações para os alunos, tidos como meros receptores, foi chamado por Paulo Freire de Educação Bancária. Na obra *Pedagogia do oprimido*, Freire nos diz que:

> NINGUÉM EDUCA NINGUÉM, NINGUÉM
>
> EDUCA A SI MESMO, OS HOMENS SE EDUCAM
> ENTRE SI, MEDIATIZADOS PELO MUNDO
>
> Em verdade, não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática da liberdade, sem superar a contradição entre o educador e os educandos. Como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo (1987, p. 37).

Para além do problema com o modelo de educação sem diálogo, como descrito por Freire, existe uma questão talvez maior, referente às intenções das oligarquias com a adoção dos objetivos a serem alcançados pela educação. Uma vez que o Iluminismo edificou a burguesia no controle político, a finalidade da educação não seria outra senão formar cidadãos para servir aos interesses do estado burguês, sendo que cada classe social tinha destinado para si um tipo de educação específica, de acordo com o seu papel nessa sociedade regida pela burguesia.

> Desse modo, numa sociedade industrial gerida pelos Estados modernos, estavam instauradas as diferentes classes sociais, de acordo com sua inserção no processo de produção. Sendo assim, enquanto no discurso era apregoada a escola para todos, na realidade ela nem atingia a todos e nem era uniforme, pois se previa seu funcionamento, atendendo às demandas da indústria, do comércio e da agricultura, garantindo a distinção entre os tipos de escolas destinadas a cada classe a ser instruída (ROSAR, 2003. p. 78).

Esse tipo de ensino foi e ainda é eficiente em submeter as classes trabalhadoras aos interesses do estado. Prova disso é que líderes de destaque, na busca pelo poder hegemônico, valeram-se dessas metodologias para garantir sua posição.

Pode parecer ao leitor que, para um tópico dedicado a explorar conquistas sociais das minorias, este tenha assumido um tom um tanto pessimista, contudo, como foi dito no início deste capítulo, a intenção posterior era colocar a história geral da mulher, entendendo esta como uma minoria, frente a frente com a história da educação católica feminina em São João da Boa Vista – SP. Neste momento do texto, o tom assumido por este tópico ganhará um pouco mais de sentido, visto que na cultura da cidade encontram-se elementos que demonstram que o fato de aparentar ter direitos, posses, conquistas e posições sociais coloca-se como prioridade diante de exercer de fato a cidadania.

Obviamente não foram apenas o catolicismo tradicional, praticado nas associações, e uma educação da mulher voltada para o lar, aplicada na elite financeira e reproduzida nas camadas menos abastadas desta sociedade, os responsáveis por configurar essa cultura, todavia, não se pode ignorar o seu papel de destaque nessa empreita. Tais correlações serão exploradas nos capítulos finais deste trabalho nos quais haverá uma convergência entre os pontos tratados anteriormente.

1.2– Conquistas sociais e educação feminina entre o final do século XIX e o início do século XX: Um período de grandes transformações e seu impacto na mudança do papel da mulher na sociedade

Ao se pensar a dinâmica das transformações ocorridas entre o final do século XIX e o início do século XX é muito importante considerar o trabalho do historiador Eric Hobsbawm, dada a sua competência ímpar em descrever o quanto este período é peculiar por demonstrar a cegueira humana diante de gravíssimos problemas sociais, tais como a exploração do proletariado no processo de industrialização, o trabalho infantil e feminino, o imperialismo e o neocolonialismo que culminaram em guerras mundiais e no subdesenvolvimento de nações afro-asiáticas e latinas, tudo isso ocasionado por um deslumbre diante de uma revolução técnico-científica como nunca antes vista. Na obra *A era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991), Hobsbawm nos explica que:

> Paradoxalmente, uma era cuja única pretensão de benefícios para a humanidade se assentava nos enormes triunfos de um progresso material apoiado na ciência e tecnologia encerrou-se numa rejeição destas por grupos substanciais da opinião pública e pessoas que se pretendiam pensadoras do ocidente.
>
> Contudo, a crise moral não dizia respeito apenas aos supostos da civilização moderna, mas também às estruturas históricas das relações humanas que a sociedade moderna herdara de um passado pré-industrial e pré-capitalista e que, agora vemos, haviam possibilitado seu funcionamento. Não era a crise de uma forma de organizar sociedades, mas de todas as formas. Os estranhos apelos em favor de uma "sociedade civil" não especificada, de uma "comunidade", eram as vozes de gerações perdidas e à deriva. Elas se faziam ouvir numa era em que tais palavras, tendo perdido seus sentidos tradicionais, se haviam tornado frases inspiradas. Não restava outra maneira de definir identidade de grupo senão definir os que nele estavam.
>
> Para o poeta T.S. Eliot, "é assim que o mundo acaba — não como uma explosão, mas como uma lamúria". O Breve Século XX se acabou com os dois (1996, p. 20-21).

Essa ideia de uma abreviação da maneira como os seres humanos percebem e interagem com o tempo não precisa ser obrigatoriamente aplicada somente ao recorte do livro de

Hobsbawm (1914-1991). Desde o advento da Revolução Industrial, em que o sistema de produção mecanizado concorre com a mão de obra humana, foi instaurada uma logística por meio da qual produtos e novidades tecnológicas são colocados à disposição da sociedade com uma aceleração inédita. Obviamente, não seria simples para os homens que estavam vivendo esse contexto compreenderem paradoxos com tamanho grau de ineditismo, tanto que Marshall Berman, na obra *Tudo que é sólido se desmancha no ar*: A Aventura da modernidade, batizou esse conjunto de fenômenos de turbilhão da modernidade — denominação essa demonstrada pelos fatos e exemplos apresentados anteriormente.

Imersas neste turbilhão estão presentes transformações importantes da história feminina, dentre as quais destaca-se a conquista ao direito à participação democrática, pelos seguintes motivos: em primeiro lugar, porque sem essa conquista seria impossível a igualdade entre homens e mulheres, o que abriu espaço para a vitória feminina no campo das ciências; em segundo lugar, pela correlação entre o ideário da participação democrática feminina e a necessidade de educar as mulheres, conforme será visto mais adiante. Observou-se que o debate em torno desse tema tem menos espaço do que o merecido tanto na comunidade acadêmica quanto na sociedade brasileira em geral.

Dentre os quatro artigos encontrados, que serão aqui utilizados, um em especial chama a atenção. Intitulado “Direitos políticos, igualdade de gênero e democracia: uma resenha sobre o filme: *As sufragistas*”, de autoria de Marta Batalini e Luiz Cesar Machado de Macedo, o artigo foi publicado nos anais da Semana Científica do Curso de Direito da Unitri, na cidade de Uberlândia – MG, em novembro de 2016. O curioso é que o campo do Direito costuma ser mais fechado do que o campo da História e da Educação quanto à utilização de filmes como referencial teórico; também chama a atenção que, em um artigo da área de Direito, haja preocupação com a relevância didática do material resenhado:

> Com um roteiro ilustrado de referências históricas, uma direção sensível à temática e competente na condução da trama, somada a grandes interpretações das atrizes e dos atores envolvidos, o filme tem um ritmo ágil e soa crível sem cair no didatismo ou discurso panfletário. São destaques pessoais a interpretação da lavadeira industrial Maud Watts, bem como o papel da líder carismática do movimento sufragista Emmeline Pankhurst. No entanto, cabe um elogio especial ao papel interpretado pelo inspetor de polícia (Brendan Gleeson), que se destaca como exímio e minucioso agente da repressão estatal ao movimento, ainda que ao final do filme fique a saudável dúvida se o mesmo ainda continua com suas convicções repressivas. Pelo exposto, constitui-se o filme como um exemplo marcante de que lutas pela cidadania, inicialmente localizadas em setores tidos como minoritários ou excluídos, acabam por beneficiar a toda uma coletividade, como no caso em questão, onde o movimento das sufragistas terminou por antecipar o direito universal de voto a todas(os) as(os) inglesas(es) (BATALINI; MACEDO, 2016, p. 285).

Talvez a escassez de fontes sobre a temática justifique a utilização de uma fonte cinematográfica em um artigo no campo do Direito, contudo, no campo da História e da Educação não é difícil encontrar referenciais teóricos em defesa da utilização do cinema como recurso didático e fonte de pesquisa:

> O cinema descobriu a história antes de a História descobri-lo como fonte de pesquisa e veículo de aprendizagem escolar. No início do século XX, os “filmes históricos” quase foram sinônimo da ideia de cinema, tantos foram os filmes que buscaram na história o argumento para seus enredos (DUTRA, 2000, p. 126).

Na Introdução deste trabalho, foram ressaltadas importantes conquistas da terceira geração da Escola dos Annales, como a história vista de baixo. É válido lembrar também a contribuição de membros desta escola como Marc Bloch e Jacques Le Goff, que quebraram os paradigmas impostos pelo positivismo tradicional incorporando à pesquisa histórica uma nova e enorme gama de novas possibilidades de fontes a serem exploradas. Segundo o historiador

Marcos Napolitano, na sociedade altamente tecnológica em que vivemos não se pode ignorar essa série de fontes.

> Vivemos em um mundo dominado por imagens e sons obtidos "diretamente" da realidade, seja pela encenação ficcional, seja pelo registro documental, por meio de aparatos técnicos cada vez mais sofisticados. E tudo pode ser visto pelos meios de comunicações e representado pelo cinema, com um grau de realismo impressionante. Cada vez mais, tudo é dado a ver e a ouvir, fatos importantes e banais, pessoas públicas e influentes ou anónimas e comuns. Esse fenómeno, já secular, não pode passar despercebido pelos historiadores, principalmente para aqueles especializados em História do século XX (2008, p. 235)

Com esses referenciais, e em virtude deles, justifica-se a utilização do filme *As sufragistas*, bem como de outros materiais cinematográficos que são citados ao longo deste trabalho. No filme, a atriz britânica Carey Mulligan interpreta a personagem fictícia Maud Watts, inspirada na líder do movimento sufragista no Reino Unido, Emmeline Pankhurst.

Figura 1 – Emmeline Pankhurst. Fotografia de Matzene, Chicago. [Domínio Público]

A trama apresenta um contexto em que o parlamento inglês, no início do século XX, em uma atitude completamente machista acreditava que as mulheres não tinham serenidade mental para tomar decisões políticas e que elas estavam bem representadas por seus filhos e maridos. (GAVRON, 2015).

Os fatos exibidos no filme vão ao encontro ao que a historiografia nos mostra.

> Não há democracia ocidental em que a mulher não tenha, hoje, direito ao voto, mas isso já foi considerado absurdo, até muito pouco tempo atrás, mesmo em países tão desenvolvidos da Europa como a Suíça (PINSKY, 2013, p. 10).

Mulheres pobres eram expostas ao trabalho braçal nas fábricas, tal como os homens. Na verdade, havia até certa preferência pelo trabalho feminino uma vez que os salários eram mais baixos, e vistos como uma complementação do salário do marido, responsável pela manutenção financeira do lar. As sufragistas contrapunham os argumentos machistas e afirmavam que "se havia igualdade na exposição ao trabalho, deveria haver igualdade na participação política" (GAVRON, 2015).

Tais condições de trabalho expostas no filme vão exatamente ao encontro ao que é narrado por Friedrich Engels na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicada originalmente em 1845 (ENGELS, 2002).

Deste modo, tem-se a oportunidade de defender mais uma vez que é possível introduzir a temática da educação sem começar por ela ou buscando alicerces históricos sólidos para respaldar o tema.

> A educação não foi o tema central de Marx e Engels, mas aparece nas suas preocupações sobre a construção do homem plenamente desenvolvido em suas potencialidades físicas e espirituais, não subjugado ao domínio do capital (FERREIRA Jr; BITTAR, 2008, s/p).

Contudo, é preciso ressaltar que o movimento sufragista não conseguiu atingir a totalidade das mulheres do Reino Unido, algumas, principalmente às pertencentes a classes economicamente

privilegiadas, estavam confortáveis com a sua posição e concordavam com o argumento de que eram representadas adequadamente por seus maridos e filhos na política.

Outra barreira estava no fato de que muitos maridos não apoiavam a adesão de suas esposas à causa sufragista, nem sempre por não acreditarem nela, mas por serem cobrados pela sociedade e pela imprensa por acharem que eles deveriam controlar suas esposas. Assim, muitas mulheres perderam seus lares e filhos, sendo expulsas de casa. Associações foram fundadas para abrigar tais mulheres (GAVRON, 2015).

Com o passar do tempo, não foi mais possível impedir que o movimento tomasse proporções maiores, cruzasse o oceano Atlântico e despertasse o interesse pela luta nas mulheres estadunidenses. Promulgada em 1787, a Constituição dos Estados Unidos é a mais antiga do mundo e, por isso, considerada revolucionária, mas no texto original nada constava a respeito do sufrágio universal.

Segundo Maria Zina Gonçalves de Abreu, o movimento sufragista feminino estadunidense começou a ganhar expressão em meados de 1910, passando a ser discutido na mídia. O Congresso não pôde mais ignorá-lo e sentiu-se obrigado a colocá-lo em pauta (ABREU, 2010).

Figura 2 – Sufragistas vindas de São Francisco e representantes do governo em Washington D.C. Fotografia de Harris e Ewing. [Domínio Público].

Todavia, o movimento sufragista estadunidense apresentava uma diferença crucial em relação ao seu equivalente no Reino Unido: tinha por característica protestos constantes, com o

uso de violência, confrontos com a polícia e depredações. Tal característica foi utilizada para reforçar a teoria de que as mulheres não tinham o mesmo equilíbrio mental que os homens para tomar decisões políticas, como exposto anteriormente. Não é preciso uma reflexão muito profunda para que se conclua que este argumento não possui fundamento algum: afinal, até aquele momento da história, inúmeros protestos, movimentos e guerras violentas tinham sido travados com a participação, e até mesmo protagonismo ou exclusividade, de homens.

De acordo com Abreu, somente em 1920, quando as sufragistas estadunidenses mudaram o tom de seus protestos,é que lograram êxito na conquista do direito ao voto, dois anos após a obtenção deste direito no Reino Unido.

> as líderes das associações sufragistas norte-americanas, não obstante se regozijarem com o tremendo surto de interesse pelo sufrágio feminino que essa militância mais agressiva provocou, temiam as suas consequências, insistindo na moderação (2002, p. 455).

No Reino Unido, os movimentos diversificavam-se, e em alguns existia o uso de violência semelhante ao que ocorria nos Estados Unidos, praticada por aquelas que tinham por ideal preferir ser rebeldes a ser escravizadas, outros eram meras passeatas pacíficas em que as participantes defendiam que não queriam infringir as leis, mas redigi-las. Houve ainda casos de greves de fome nos quais as grevistas foram presas por esta atitude, e nas prisões eram amarradas e obrigadas a alimentarem-se de leite por meio de um tubo em que uma ponta era inserida no nariz e a outra ligada a um funil. Tais tipos de tortura escandalizaram a população, e o governo foi obrigado a reagir. Assim, em 1918, no Reino Unido tem-se o primeiro exemplo no mundo de direito ao voto concedido às mulheres, uma conquista talvez tão importante quanto à abolição da escravidão (GAVRON, 2015).

Figura 3 – Cartaz público denunciando a tortura às sufragistas nas prisões. – “Vote contra o governo”.

No que diz respeito à conquista do direito ao voto feminino no Brasil, o primeiro documento que se tem notícia, salvo alguma exceção que os limites de alcance desta pesquisa não conseguiram contemplar, é um parecer negativo exarado pelo então ministro do Interior, Cesário Alvim, decorrente de consulta a ele feita pela comissão eleitoral do Rio de Janeiro acerca da tentativa de inscrição empreendida por uma mulher. Inspirada neste fato, a escritora Josefina Álvares de Azevedo escreveu a comédia teatral “O voto feminino, de 1890” (LOPES; MOTTA, 2015).

Analisando essas informações, observa-se que, no caso do Brasil, as manifestações sufragistas foram caracterizadas por atos políticos pontuais e, muitas vezes, individuais, diferenciando-se das demais, já mencionadas anteriormente, que tomaram as ruas em proporções gigantescas. Retomando o caso da referida peça teatral, vale destacar que esta foi inspirada na história de Isabel de Sousa Matos:

> Cirurgiã-dentista, no ano de 1885, requereu seu alistamento eleitoral na sua cidade natal (São José do Norte/RS) com base na Lei Saraiva (9/1/1881) — que garantia o direito de voto aos portadores de títulos científicos. Com o advento da República e a convocação de eleições para a Assembleia Constituinte, Isabel de Matos, que se transferira para o Rio de Janeiro por aquela época, procura a comissão de alistamento eleitoral da Capital Federal na tentativa de garantir novamente o pleno exercício dos seus direitos de cidadã (SOUTO MAIOR, 2004, p. 66).

Durante o período da República Velha que se seguiu, a questão do voto feminino continuou sendo discutida em casos pontuais, e talvez tenha conseguido uma considerável expressividade com a fundação do jornal feminista *O Sexo Feminino*, criado pela professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz, em 7 de setembro de 1873, na pequena cidade de Campanha da Princesa, em Minas Gerais, que, posteriormente, mudou sua redação para o Rio de Janeiro, onde ganhou mais notoriedade, de acordo com Branca Moreira Alves (ALVES, 1980).

A conquista do sufrágio feminino no Brasil só ocorreu de fato a partir da Constituição de 1934, na Era Vargas, motivada muito mais por intenções políticas do que por manifestações populares. Ocorrência que não é incomum na história do Brasil, pois a própria Proclamação da República, elaborada estrategicamente por uma cúpula militar, não contou com a participação popular, podendo até ser considerada o nosso primeiro golpe militar. Não é raro no Brasil esperar que os direitos sejam oferecidos em vez de lutar por eles, e é por isso que, muitas vezes, nos chegam de forma parcial. A Era Vargas foi um período de grande intensificação dessa cultura, mas não cabe aqui discutir as estratégias políticas do varguismo, uma vez que o tema será abordado no próximo tópico.

É importante, após essa breve contextualização histórica da luta pelo sufrágio feminino, no Brasil e no mundo, retomar suas raízes e mostrar que seu propósito sempre fora educacional. Zina Abreu, no artigo "Luta das mulheres pelo direito de voto: Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos", nos conta um pouco sobre o pensamento de Mary Wollstonecraft, pioneira em teorizar sobre o sufrágio universal.

> Uma das primeiras mentoras intelectuais dos ulteriores movimentos pela emancipação das mulheres, Mary Wollstonecraft, era esposa de William Godwin e companheira de outros pensadores liberais setecentistas, como Richard Price e Joseph Johnson — todos radicais britânicos imbuídos do ideário político democrático que, entre outros, instruiu a Revolução de Independência da América (1776) e a subsequente Revolução Francesa (1789), cuja causa apoiaram. Mary Wollstonecraft manifestou a sua preocupação com o estatuto social, político e civil das mulheres da sua época, que considerava deplorável. Herdeira da filosofia empírica de Francis Bacon e de John Locke, a autora argumentava que a desigualdade social e política entre os sexos devia-se sobretudo à educação diferenciada que as mulheres recebiam, e ao cerceamento da sua liberdade, por convenções sociais longamente estabelecidas. Para ela, só um sistema educativo nacional, universal, misto e igual, poria fim à falsa moralidade nas relações entre os sexos, e permitiria que as mulheres se transformassem em criaturas racionais, ganhassem a sua independência económica, e se tornassem cidadãs livres (2002, p. 443).

No final do século XIX, para além dos pontos já apresentados, existiam outras razões para que a educação feminina fosse desvinculada da educação masculina, pois os objetivos de ambas eram diferentes. A pesquisadora Jane Soares de Almeida, em seu livro *Ler as Letras – por que educar meninas e mulheres?*, indica as finalidades para as quais as mulheres deveriam ser educadas. Ela afirma que:

> A mulher deveria se cultivar para viver em sociedade e ser agradável ao homem, porém não poderia concorrer com ele profissional e intelectualmente, pois isso seria ultrapassar os limites da segurança social, e ela representaria um risco se lhe fosse dado liberar-se economicamente do marido ou dos pais e tornar-se igual no intelecto. Em princípio, caberia-lhe regenerar a sociedade e,

> para isso, precisaria ser instruída. Mas instruída de uma forma que o bem-estar do marido e dos filhos fossem beneficiados por essa instrução, que não possuía um fim em si mesma, mas era direcionada para o bem-estar masculino. A instrução da mulher deveria se reverter em benefício da família e, por meio desta, a pátria, que se expandiria cada vez mais em seu desenvolvimento, alinhando-se com as grandes nações do mundo (2007, p. 109-110).

Contudo, ainda que os propósitos da educação feminina estivessem definidos, era preciso que algum setor da sociedade, fosse Estado, Igreja ou iniciativa privada, tivesse interesse em investir na educação feminina. Tal empreitada não seria fácil, uma vez que nenhum desses setores pretendia empregar recursos em uma educação que não trouxesse retorno político ou financeiro. O mesmo motivo levaria os homens a ter seu acesso facilitado à escola possibilitado, pelo próprio clero, como nos mostra Eduardo Hoornaert:

> Os homens tiveram seus conventos financiados pelo padroado desde o início da colonização. Com as mulheres, a situação era bem diferente, pois o padroado não se interessava em investir em obras cujo retorno era praticamente inexistente, em termos políticos (1994, p. 348).

No tópico seguinte serão explorados os pontos de virada em que a educação feminina passa a despertar interesse tanto público como privado, com destaque também para as barreiras ultrapassadas pelas mulheres para, depois de formadas, conseguirem exercer, de fato, do magistério.

1.3 – Do lar ao campo científico: educadoras em busca de reconhecimento no Brasil

A mulher sempre foi educadora. É possível fazer essa afirmação sem temer esbarrar em um equívoco. Mesmo nas comunidades pré-históricas, enquanto os homens saíam

para caçar, pescar e coletar, a mulher era responsável por cuidar da prole e ensinar-lhes os primeiros costumes. Nas tribos culturalmente mais distantes da sociedade tecnológica, cujas regras são ditadas pela cultura ocidental, a mulher apresenta-se como a primeira referência que a criança tem. Talvez seja possível afirmar que no próprio ato de amamentar reside uma motivação de ensino em que a criança é estimulada a buscar por alimento e reclamar quando não o recebe.

Mas, mesmo com tantas evidências óbvias do papel fundamental da mulher para a educação, por gerações foi negada a sua presença no campo científico e o direito ao debate sobre questões referentes à educação. E até hoje há uma grande luta para que as mulheres possam se equiparar aos homens na área da ciência.

Ao mesmo tempo em que há um grande avanço técnico-científico no século XX, se evidencia, no campo das ciências, um retrocesso ocasionado pelas relações de poder que dá ênfase à afirmação de que o espaço da mulher, em grande parte de sua trajetória histórica, seria o lar, como nos mostra Joan Scott, em seu artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”:

> A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto de um consenso social e não de um conflito. Um exemplo desse tipo de história é fornecido pelo tratamento da ideologia vitoriana da mulher no lar, como se ela fosse criada num bloco só, como se ela só tivesse sido colocada em questão posteriormente, enquanto que ela foi tema permanente de divergências de opinião (1989, p. 20-21).

Reforçando os pressupostos de Scott, Raquel Discini de Campos enfatiza que, ao longo dos séculos XIX e XX, período de estudo deste trabalho, as mulheres mudariam completamente seu papel na sociedade, alcançando significativas conquistas, o que alicerça ainda mais a necessidade de estudar a sua história e suas conquistas nas diversas regiões do país.

> Tal processo se deu no bojo da complexa e heterogênea reconfiguração do papel social das mulheres que, ao longo dos séculos XIX e XX, foi paulatinamente se transformando de maneira irreversível, causando ora admiração, ora estranhamento em todos os envolvidos.
>
> Elas ocuparam espaços políticos e profissionais até então exclusivamente masculinos, tornando-se protagonistas de sua própria história. Num mesmo movimento, tiveram a sua existência dentro do lar supervalorizada, conforme consolidação do cânone familiar burguês, erigido, sobretudo, a partir da euforização da maternidade e da infância (2014. p. 316).

Justifica-se assim a necessidade de um levantamento histórico, passando pelo período em as mulheres ficavam reclusas no lar até a conquista do campo científico. Entretanto, como ainda existe um caminho a ser percorrido para alicerçar a proposta da reconstituição da história da educação católica feminina em São João da Boa Vista – SP, foi dado destaque a pontos cruciais de transformações na história da mulher como educadora, conforme indicam alguns autores.

Para Ivan Aparecido Manoel, na obra *Igreja e educação feminina:* uma face do conservadorismo:

> a vinda da Família Real, a abertura dos portos para o mercado mundial, o processo de urbanização que começou a se acelerar a "penetração do capitalismo e a gravitação do universo do neocolonialismo" possibilitaram maior abertura da sociedade, afrouxamento na estrutura social, maiores perspectivas de uma participação ativa da mulher e exigiram, consequentemente, uma redefinição social em relação à educação feminina (1995, p. 22).

O período joanino (1908-1921) elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e tentou-se dar à ex-colônia uma roupagem de metrópole. A educação foi uma das áreas impactadas, visto que, antes mesmo desse fenômeno, a educação brasileira era vista como retrógrada em relação à europeia. Com isso, o acesso à educação pelas mulheres, que era quase nulo, começou a ganhar certo espaço, a ponto de algumas, já nessa época, conseguirem exercer o magistério.

Contudo, de acordo com o que nos mostra Carlota Boto em seu trabalho "A racionalidade escolar como processo civilizador: a moral que captura almas", essa roupagem de metrópole, esse processo civilizador muitas vezes, a exemplo do que será feito, neste caso, com a educação feminina, não passa de algo inventado pelas elites para garantir seus interesses e poder.

> O processo civilizador, por definição, abranda costumes, com vistas a interagir com hábitos sociais existentes e recomendados ou prescritos e desejados. Evidentemente, tratava-se de um percurso inventado, que, no limite, evocava usos e costumes de determinadas camadas sociais em situação de poder (2003. p. 43).

Não diferente do que ocorreria em São João da Boa Vista – SP, tempos depois, a educação feminina foi concedida, em primeiro lugar, às mulheres de uma elite economicamente privilegiada e, apenas mais tarde, ser estendida às mais pobres. Também é válido que se mencione a forte influência do catolicismo no sistema educacional. Não era de se esperar menos, pois a Constituição Imperial de 1824 impunha o catolicismo como religião oficial do Império e mantinha o Estado atrelado à Igreja; obviamente, a educação sentiu os impactosdessa imposição.

> A Constituição Imperial de 1824 foi a primeira constituição brasileira. De caráter confessional, estabelecia em seu artigo 5º a religião Católica Apostólica Romana como religião oficial do Império, e as demais religiões apenas o direito de culto doméstico, ou particular em locais com esta destinação, que não poderiam ter aparência exterior de templo. Como pode ser observado na transcrição abaixo do referido artigo
>
> Art. 5º – A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo (NOGUEIRA, 2001, n.p.).

Tal prerrogativa só foi alterada com a promulgação da Constituição republicana de 1891. Ainda que esta data seja anterior ao início do período escolhido para este estudo no que se refere à educação católica feminina em São João da Boa Vista – SP, mesmo com um Estado constitucionalmente laico, os resquícios deixados pelo período em que a religião católica era uma imposição foram suficientes para estender o catolicismo, bastante empoderado, por boa parte do século XX, principalmente em cidades interioranas. Ademais, a Igreja Católica tinha fôlego para medir forças com o Estado e tentar se impor politicamente por mais alguns anos.

De acordo com Jane Soares de Almeida, no texto “Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao logo do século XX – De rainha do lar a educadora da infância: missão, vocação e destino”:

> Na transição do império para a república, a Escola Normal, da mesma forma que o sistema educacional, pouca significação teve no panorama social do país que continuava alinhavando conteúdos literários de inspiração europeia e servindo mais como apoio as relações hegemônicas da sociedade. O ingresso no século XX despertou entre liberais republicanos a ideia da educação como salvação dos males sociais e equalizadora de oportunidades. A formação de professores competentes e versados nas inovações educacionais ganhou força, assim como a aspiração de se criar um curso que atendesse a essa necessidade. Com a incumbência dada em 1890 a Caetano de Campos para reformar a Escola Normal em São Paulo, como primeiro passo para reforma geral da instrução pública, a instituição vive um período áureo e desenvolve-se, estendendo-se nas décadas seguintes ao interior do estado, sendo procurada por moças desejosas de ampliar sua instrução e melhorar seus conhecimentos para gerenciar o lar e criar os filhos (2017, p. 50).

Nesta importantíssima passagem, a autora nos mostra pontos de fundamental interesse para esta pesquisa como a chegada de educadoras formadas em cidades do interior de São Paulo, a exemplo de São João da Boa Vista, bem como uma mudança nos costumes da época em que o fato da mulher frequentar uma instituição escolar e formar-se passa a ser do interesse da família, principalmente dos homens. Uma mulher com formação ampliaria suas possibilidades de formalizar um casamento com um homem de uma família financeiramente abastada, uma vez que esta, pelo menos em teoria, teria melhores condições de cumprir a tarefa repleta de minúcias da gestão do lar.

Gerir um lar de uma família economicamente próspera não era algo simples, desde a organização dos objetos da casa até a vestimenta e recato da própria mulher, tudo deveria estar a contento. Em alguns casos, as mulheres faziam a gestão financeira dos bens que compunham o lar, mas, na maioria das vezes, não tinham a palavra final a respeito de sua aquisição ou não. No início do século XX, a casa de uma família economicamente privilegiada era um ambiente muito importante, onde era possível receber convidados diante dos quais era fundamental manter as aparências, ou até mesmo fazer negócios e tomar decisões

financeiras das quais as mulheres não participavam. Ou seja, tudo deveria contribuir para o bem-estar do marido e dos filhos, como nos conta Almeida:

> A mulher deveria cultivar-se para viver em sociedade e ser agradável ao homem, porém não poderia concorrer com ele profissional e intelectualmente, pois isso seria ultrapassar os limites da segurança social e ela representaria um risco se lhe fosse dado libertar-se economicamente do marido ou dos pais e tornar-se igual no intelecto. Em princípio a ela caberia regenerar a sociedade, e para isso precisaria ser instruída. Mas instruída de uma forma que o bem-estar do marido e dos filhos fossem beneficiados por essa instrução, que não possuía um fim em si mesma, mas era direcionada para o bem-estar masculino. A instrução da mulher deveria reverter-se em benefício da família e, através desta, à pátria, que se expandiria cada vez mais em seu desenvolvimento, alinhando-se com as grandes nações do mundo (2017, p.53).

Ou seja, se por um lado, nos primeiros anos do século XX, a mulher ampliou significativamente o seu direito ao estudo e à formação, por outro, o direito ao exercício da docência em escala significativa ainda era uma barreira a ser superada.

> O trabalho para as mulheres das classes média e dominante era permitido e aceito somente em casos excepcionais e necessidade extrema, como viuvez ou falência financeira. A urbanização que atraiu as mulheres para fora das fronteiras do mundo privado também exigiria delas os comportamentos morais que a sociedade burguesa esperava que desempenhassem, como o cuidado com a família, a educação dos filhos, o apoio ao marido, enfim, que acatassem o papel do anjo tutelar tão privilegiado nos romances da época.
>
> No Brasil das décadas iniciais do século XX, para o contingente feminino, o primeiro passo para a conquista de maiores direitos revelou-se na possibilidade entrevista de apropriação de conhecimentos que transcendessem o privado. Enquanto os homens disputavam os poderes no espaço público, mantinham-se as mulheres na penumbra doméstica e domesticadora, confinadas num espaço restrito que lhes tolhia a liberdade e a expansão de sua inteligência e de seu talento. Distantes dos olhares vigilantes das cidades e reguladas pelo recato e pela própria ignorância, constituíam uma parcela do mundo social urbano que, apesar de visível nas esferas mundanas e reprodutivas dos segmentos sociais, era a grande ausente da vida pública, do campo científico e da produção (ALMEIDA, 2017, p. 52-53)

Na citação anterior, a autora nos ajuda a refletir sobre a tese segundo a qual, mesmo ausentes do campo científico, no início do século XX, as mulheres eram as educadoras do lar. As primeiras instrutoras dos homens das classes dominantes, que quando adultos deteriam o controle político-cultural da sociedade, configurando padrões que se refletem nas políticas culturais e educacionais nos dias de hoje. Esse mecanismo em que a educadora do lar dá as primeiras instruções aos futuros gestores da sociedade será fundamental para a compreensão da configuração da educação católica feminina em São João da Boa Vista e seus reflexos nos dias de hoje, uma vez que grande parte das mulheres que obtinham formação no Colégio Santo André e instrução nas associações católicas se tornaria educadoras do lar. Algumas até iriam ministrar aulas, nos colégios públicos da cidade, mas normalmente conciliavam essa tarefa com a gestão da casa, tendo como finalidade de sua educação, em primeiro lugar, a obtenção da imagem de uma mulher prendada e, em segundo, o direito de exercer uma profissão.

Seria errôneo eleger um momento definitivo em que se dá a quebra do preconceito quanto ao exercício do trabalho feminino, visto que isto é algo que ocorre gradativamente, mas talvez um momento específico mereça destaque: o Estado Novo que instaurou a ditadura varguista intensificou o discurso trabalhista iniciado nos anos 1930. Tal discurso somou-se fortemente à ideia de que a educadora escolar era uma extensão do trabalho da educadora do lar.

> O exercício do magistério representava um prolongamento das funções maternas, e instruir e educar crianças era considerado não somente aceitável para as mulheres, como era também a profissão ideal (...) (ALMEIDA, 2017. p. 56).

A partir do reconhecimento como profissionais da educação, abriam-se lentamente as portas do campo das ciências para que as mulheres pudessem realizar pesquisas, participar de debates e se destacar em temas de interesse da área científica, até então dominada por homens.

José Luís Sanfelice constatou, no ano de 2009, que alguns temas sempre presentes na história da educação brasileira começaram a ganhar destaque acadêmico:

> Acompanhando a produção científica e acadêmica voltada para a História da Educação Brasileira e o seu movimento pendular entre os paradigmas de conhecimento, é possível afirmar que algumas temáticas ou objetos de pesquisa passaram a receber maior atenção por parte dos pesquisadores. Pode-se dizer, outra vez, que é um conjunto de fatores, combinados e complexos, o responsável pelas mudanças (2009, p. 192)

Tais pontos tornaram-se relevantes desde então, sendo que a história das mulheres na educação se enquadrava como um dos temas de mais notoriedade no campo das pesquisas acadêmicas, por conta da força dos paradigmas de conhecimento abordados por Sanfelice, e que estavam em processo de transformação.

Para Scott, este processo de transformação é bastante delicado, visto que:

> inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitantes que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história (1989, p.3-4).

Considera-se valoroso pesquisar assuntos de gênero em instituições escolares, enfrentando paradigmas da área científica e anseios de uma perspectiva capitalista para a sua organização, pois como nos mostra Sanfelice, os resultados podem ser inestimáveis:

> Penso então que o estudo das Instituições escolares e/ou educativas poderá acrescentar conhecimentos históricos à história da educação se além de revelar as minúcias das singularidades escolares, inserir a compreensão e a explicação delas na totalidade histórica (2009, p.198)

Ao longo deste tópico, busca-se apresentar um breve histórico da mulher educadora brasileira, partindo do lar até ganhar destaque no ramo da pesquisa e da ciência à procura de reconhecimento e conquistas, sem deixar de demonstrar que ainda existem muitos desafios a serem superados que,

certamente, trarão inúmeros benefícios. Este trabalho não só defende como acredita e visa contribuir neste sentido.

1.4 – Influências do catolicismo na educação feminina no Brasil no início do século XX: A mulher educada para o lar e pela Igreja

No final do século XIX e início do século XX começou a surgir no Brasil um interesse por educar mulheres para melhor atender às demandas do lar, maridos e filhos. A Igreja Católica, como assinalado anteriormente, prezava pelos ideais de família e tinha forte influência política na época em questão. Diante disso, é importante explorar a óbvia convergência entre a história da educação feminina e do catolicismo no referido período.

É importante salientar que a instituição do modelo republicano como nova forma de governo representou para o padroado um inesperado choque, uma vez que destituiu o catolicismo como religião oficial da nação, instituindo o estado laico. Mas, como pode-se observar nas palavras de Sebastião Pimentel Franco, nem de longe houve uma ruptura das relações políticas entre Estado e Igreja.

> A estreita ligação entre as elites oligárquicas que estavam no poder com a Igreja Católica explica a proliferação dos colégios religiosos no Brasil após o advento da República. Apesar de o Estado ter-se desvinculado do catolicismo após a proclamação da República, deixando inclusive a religião católica de ser a religião oficial do Estado, elites dominantes e Igreja Católica nunca romperam definitivamente seus laços. Acontecia, às vezes, em razão de interesses particularizados, diferenças momentâneas, que não criavam rupturas definitivas entre eles (2002, p. 4)

Além de manter laços que explicam a proliferação de colégios religiosos, ainda de acordo com Franco, a República não apenas via como útil, mas também como necessária, a atuação da Igreja Católica na educação feminina.

> Combatendo a laicização do ensino, por entender que esse formaria mulheres sem religião e sem Deus, a Igreja tentou estabelecer uma rede de ensino no Brasil e, para tanto, teve de buscar o apoio das oligarquias. As elites oligárquicas desejavam um ensino conservador, que mantivesse os padrões de comportamento condizentes com suas aspirações e não comprometesse a estrutura social vigente. Por serem contrárias à ideia

> da emancipação feminina, apoiaram um projeto educacional que tinha por proposta dar ao gênero feminino ensinamentos que formassem mulheres prendadas e boas donas de casa (2002, p. 4)

Estabeleceu-se, então, uma via de mão dupla. O clero precisava do apoio financeiro e político das oligarquias para concretizar seus projetos educacionais, enquanto as oligarquias confiaram ao clero a responsabilidade pela educação feminina, por acreditar que a Igreja Católica tinha competência para tal, apesar das divergências políticas existentes que, como já nos demonstrou Franco, eram, via de regra, pontuais. De acordo com Manoel:

> Esse projeto lhes era duplamente favorável, primeiro porque lhes reservava a função de dirigentes da sociedade, cabendo-lhes, assim, a produção das ideias norteadoras do conjunto social; segundo, porque o discurso antimoderno do catolicismo ultramontano tanto lhes garantia a execução de um projeto educacional não comprometedor e uma doutrina de passividade, quanto, de fato, não obstava os necessários avanços e modernização no âmbito das forças produtivas (1995, p. 72).

É importante ressaltar que era impossível combater a instauração de ideias modernistas no Brasil, pois além de necessárias, vivia-se um momento em que elas se espalhavam pelo mundo e era inevitável que viessem a desembarcar também em nosso país

Mas além de não ser possível combatê-las, as oligarquias brasileiras não as rejeitavam por completo, pois à medida que elas apresentavam inovações tecnológicas, mostravam-se bastante agradáveis aos olhos das elites masculinas. Mas, no momento em que alinhavam seu discurso a direitos civis para todos, incluindo pobres e mulheres, o discurso modernista parecia bastante incômodo.

Não sendo possível evitar a chegada das ideias modernistas, optou-se então por controlá-las, regulando sua implementação bem à brasileira, orquestrada por uma elite branca, oligárquica, latifundiária e masculina. De acordo com Nadai, chegou-se a utilizar à época, como argumento para fins de controle do sistema educacional pela Igreja Católica, o fato de que toda criança nascia inclinada para o mal e, por isso, sua educação deveria ser rigorosamente controlada (NADAI, 1991).

Apenas um temor descomunal de que a expansão dos ideais modernistas desencadeasse o fortalecimento do feminismo no Brasil pode justificar a utilização de um argumento tão abrupto para defender o rígido controle sobre o ensino.

Nesse contexto, a Igreja Católica apresentou a essa sociedade oligárquica uma solução educacional prática e eficiente no combate às influências externas: os internatos. Eles eram práticos porque, até então,

os pais das famílias economicamente privilegiadas costumavam pagar professores particulares para educarem suas filhas em casa e mantê-las separadas das demais alunas de classe média alta9. E eram também eficientes, pois manteriam suas filhas afastadas das ideias modernistas.

O fato de a educação destinada às meninas de classes sociais menos abastada ter sido confiada à Igreja e deixada de lado pelo Poder Público gerou uma segregação social ainda maior, uma vez que nos orfanatos católicos, por exemplo, além de receberem a doutrinação religiosa, eram ensinadas, de modo geral, a atuar como empregadas domésticas. Em casos isolados, recebiam formação para o exercício da profissão docente, mas a qualidade da instrução era absolutamente inferior à das instituições pagas, e nos currículos constava o ensino de tarefas de limpeza e cozinha.

Nos tópicos anteriores, discutiu-se a respeito da formação da mulher da elite economicamente privilegiada. Nos internatos, a realidade era bem diferente. Assim, nesse momento haverá um foco na função do internato como agente inibidor do contato da mulher com o modernismo e seus ideais feministas.

> O internato tinha por objetivo isolar as moças do mundo externo. Isso era possível com impedimento da entrada de pessoas não autorizadas pelos colégios, das leituras proibidas e com censura de correspondência (FRANCO, 2002, p. 5).

Como a permanência nos internatos dava-se em tempo integral, adotaram-se estratégias como a meritocracia e a competitividade para contribuir com o preenchimento das atividades dessas instituições. É curioso que medidas retrógradas como essas ainda estejam presentes nos sistemas de ensino tanto públicos como privados até os dias de hoje.

> Nos internatos, punia-se quem cometesse falhas, mas garantia-se a premiação pelas boas ações. Aliás, isso contribuía enormemente para que houvesse no colégio um elevado grau de competição entre as alunas internas. “Estimulavam o estudo e aperfeiçoamento moral das alunas adolescentes, canalizando suas energias para a consecução dos objetivos propostos pelo projeto educacional, premiando os que obtinham melhores resultados” (MANOEL, 1995, p. 94).

9 A expressão classe média alta pode ter várias definições, mas para este trabalho escolheu-se a de Nancy Birdsall, justamente por ir ao encontro daquilo que se acredita, ou seja, apesar de não haver uma definição única, é preciso adotar um referencial e, assim, foi utilizado um limiar mínimo de USD10 per capita por dia, ou cerca de USD 15.000 por ano, para uma família de quatro pessoas — limites que colocam a “classe média” resultante acima da média da distribuição, como também a classe média alta do Brasil (BIRDSAL, 2013. p. 10).

Entretanto, o preenchimento da grade curricular não era o único objetivo da adoção de tais medidas. A vigilância permanente, o controle sobre o corpo, sobre a forma de se portar, de falar, de gesticular, ou seja, a introdução de elementos primordiais relacionados à educação de uma mulher era clara nesses internatos. Tais elementos vão ao encontro do que disse Michel Foucault em sua obra *Vigiar e punir:* nascimento da prisão, de 1975, quando comparou escolas, hospitais e presídios a instituições de sequestro, onde o indivíduo é retirado de maneira compulsória de seu convívio familiar ou social para ter sua conduta e pensamentos moldados e sua personalidade formatada (FOUCAULT, 1987).

Esta constatação torna-se ainda mais expressiva quando observamos que, segundo Manoel, ainda que para diferentes classes sociais e com finalidades de formação distintas, mas sempre objetivando afastar as mulheres do feminismo e do modernismo, a educação católica tomou conta de todos os segmentos sociais.

> a utilização do sistema de internato, externato e orfanato significava a ampliação da esfera social dos colégios religiosos, "se o objetivo mais amplo dessa educação era formar mulheres cristãs, a escola externa e o orfanato permitiriam abarcar meninas de todas as classes sociais, desde os estratos mais ricos da oligarquia, até as mais pobres meninas sem família" (1995, p. 57).

Contudo, não se pode confundir o fato de a Igreja Católica ter estabelecido sistemas de ensino para todas as condições sociais, com democratização do ensino na República Velha, fato que ainda iria tardar a ocorrer. O acesso à educação era claramente muito mais acessível à elite do que aos pobres, segundo Leila Mezan Algranti.

> Apesar de possuir alunas externas e orfanato, o forte das escolas religiosas foi a organização dos internatos, que, a partir do século XX, se expandiram enormemente. Assim garantiam a possibilidade de as mulheres terem acesso ao processo de instrução. Os colégios internos religiosos eram a coqueluche da época [...]. Nesses colégios, "a educação das meninas requeria [...] a influência da educação conventual não só pelo papel desempenhado pelas religiosas educadoras, como também pela proposta de um curso diferenciado entre os sexos movido pelas expectativas da sociedade" (1993, p. 261).

O propósito deste tópico foi demonstrar que a educação tradicional, os interesses das oligarquias brasileiras e os setores mais conservadores da Igreja Católica sempre tiveram interesses convergentes,

afinal, o discurso doutrinário, a utilização de palavras de ordem e o ato de ouvir sem questionar são atitudes da educação tradicional que motivam uma postura conservadora no catolicismo.

O físico Stephen Hawking apresentou sua hipótese sobre a temeridade da religião diante da modernização e da ciência, o que pode justificar a imposição de uma educação dogmática e fechada ao diálogo.

> A ciência responde cada vez mais perguntas que costumavam ser do domínio da religião. A religião foi uma primeira tentativa de responder questões que todos fazemos: por que estamos aqui, de onde viemos? Há muito tempo, a resposta quase sempre foi a mesma: foram os deuses que construíram tudo. O mundo era um lugar assustador, assim até os valentões como os vikings acreditavam em seres sobrenaturais para explicar fenômenos naturais, tais como raios, tempestades e eclipses. Hoje em dia, a ciência oferece respostas melhores e mais consistentes, mas as pessoas sempre vão aferrar à religião porque lhes dá conforto e elas não confiam — ou não compreendem — a ciência (2018, p. 49).

As oligarquias brasileiras da República Velha estavam confortáveis com sua posição, e em toda a bibliografia analisada constatou-se que a preocupação com o enriquecimento financeiro e político estava muito acima do intelectual.

Espera-se, também, ao final deste capítulo ter consolidado um alicerce que possa ser capaz de dar suporte às instituições que promoveram a educação católica feminina em São João da Boa Vista – SP.

CAPÍTULO 2 – O Colégio Santo André: origem, chegada no Brasil e instalação em São João da Boa Vista

O objetivo deste capítulo é apresentar a história do Colégio Santo André, instituição de ensino católica, no que se refere às suas origens e à maior parte da sua história exclusivamente feminina, fundada e regida pelas Irmãs Andrelinas, denominação dada a freiras pertencentes à Ordem de Santo André.

Além de tratar da história da origem europeia desta irmandade e do seu deslocamento para o Brasil, foi feita uma comparação entre a sua trajetória e a de outras instituições religiosas que seguiram o mesmo caminho, buscando suprir os interesses das oligarquias por uma educação de orientação católica para mulheres, que começou a surgir a partir do final do século XIX, dialogando com os motivos apresentados no capítulo anterior. Assim, prioritariamente neste capítulo, destacaram-se as fontes disponíveis sobre as Irmãs Andrelinas, visando à trajetória da irmandade em paralelo às fontes já apresentadas no primeiro capítulo. Sobre os textos produzidos pelas Irmãs de Santo André é interessante informar que, tal qual Lennon e McCartney, há uma regra na irmandade para que todos os textos escritos por uma Andrelina sejam atribuídos à autoria coletiva das Irmãs de Santo André.

No livro em homenagem ao centenário da irmandade no Brasil, publicado em 2014, existem textos sobre a história de diversas unidades de vários colégios do Brasil escritos por freiras que mal se conheciam, contudo, a autoria é atribuída coletivamente às irmãs de Santo André. Apesar da validade desse exemplo, pode-se apenas notar diferenças no modo de escrever em textos distintos, cuja autoria é atribuída às Irmãs de Santo André. Assim, neste capítulo, há vários textos com referências atribuídas às Irmãs Andrelinas, mas isso não significa que todos tenham sido escritos pela mesma pessoa.

Sabendo-se que no Brasil existiram e ainda existem unidades do colégio Santo André em diversas cidades, faz-se necessário explorar a ascensão e a queda do colégio em São João da Boa Vista – SP, destacando seus momentos áureos, que coincidem com o auge da influência do catolicismo na educação feminina na cidade, principal foco desta pesquisa. Além disso, é importante tratar do seu fechamento, para dar espaço à escola mista, procurando entender por

que unidades desta instituição ainda conseguem se manter ativas em outras cidades, e até que ponto isso representa a ruptura com os tradicionalismos católicos na educação do município.

2.1 – Origem na Bélgica, características fundamentais e a expressão de um catolicismo europeu

Ao se tratar da origem da irmandade de Santo André, depara-se com uma grande paixão pela própria história por parte das irmãs que conservaram, durante gerações, relatos de sua trajetória pelo mundo. Com relação ao início da história da irmandade, tem-se praticamente um conjunto de narrativas que foram transmitidas no decorrer de sua história através da tradição oral. Com o passar dos séculos, o aparecimento de fontes materiais e documentos escritos aumentou.

No decorrer deste capítulo será possível observar que a irmandade enfrentou guerras, bem como outros graves momentos de colapsos sociais e econômicos que afetaram a sua história, provocando lacunas perceptíveis, e a história mundial. Não se pode descartar a hipótese de que outras falhas imperceptíveis tenham sido confundidas ou até mesmo preenchidas por uma criação proveniente da paixão que as irmãs desenvolveram pela própria história.

Contudo, importante se faz justificar porque se enxergam lacunas na história da origem da irmandade que, ocasionalmente, podem ter sido preenchidas pelas próprias paixões das Andrelinas pela sua história. Quando as Irmãs migraram para o Brasil, em 1914, fugidas da Primeira Guerra Mundial, a preocupação principal era com a sua sobrevivência e não com o transporte de registros históricos, de modo que a maior parte do que é contado sobre a origem das Andrelinas foi passada de acordo com o que foi descrito no primeiro parágrafo deste tópico. Tem-se que:

> A história começa à margem direita do rio Escalda, na Bélgica, às portas da cidade de Tournai, em 1231. Duas mulheres colocam seus bens a serviço dos pobres e abrem uma hospedaria. Sem tardar elas são seis e vivem segundo a regra de Santo Agostinho.
>
> Nenhuma personalidade marcante, nenhum rosto com a auréola de santidade marca esta fundação. Somente a fé e o serviço simples desse punhado de mulheres para acolher os passantes ao cair da noite (Irmãs de Santo André, 2019).

Figura 4 – Pintura atribuída à representação das irmãs que teriam originado a irmandade da Andrelinas na Idade Média.

Apesar de alguns detalhes pontuais como datas e referências geográficas precisas, naquela época não se fazia ideia de que essas mulheres originariam uma irmandade ligada à educação, a colégios e, sobretudo, à devoção a Santo André. Houve, é claro uma conexão entre essa origem e o seu destino educacional, contudo o imaginário pode ter participado do preenchimento de lacunas, como é comum quando a história é transmitida por meio da tradição oral. No entanto, mais uma vez, faz-se questão de frisar que isto não desmerece essa categoria de fonte, de maneira alguma, visto que qualquer categoria de documento é passiva de erro ou de fraude. Cabe, em qualquer caso, uma seleção e análise cuidadosa do pesquisador.

> Conforme o espírito da Idade Média, a hospitalidade é, ao mesmo tempo, um serviço material: oferecer a quem chega abrigo e alimento, longe dos perigos da noite. Oferece também uma espiritualidade: acolher e servir o pobre como o próprio Cristo. Em volta da lareira da sala principal sobre a qual se esquenta a marmita, a vida das irmãs é ritmada pela oração comum e pelo serviço dos hóspedes. O papa Inocente IV concede-lhes sua proteção em 1249 (Irmãs de Santo André, 2019).

Esta passagem chama a atenção por uma questão muito interessante: a historiografia tradicional enquadra a Igreja como o estamento responsável pela ausência de mobilidade social na Idade Média, ditando as regras e punindo quem as contrariasse. Obviamente que a historiografia contemporânea repudia bordões referentes à Idade Média — como Idade das Trevas, ou Noite de Mil Anos —, criados pelos renascentistas para caracterizar a Idade Média como um período sem avanços, visto que a própria existência do Renascimento, ao seu final, é paradoxal a tais ideias.

Entre os pesquisadores acadêmicos, faz parte de seu cotidiano observar que as informações podem ter pontos de vista muito diversos de acordo com os referenciais teóricos adotados, e é provável que um período que não tenha sido tão agradável aos cientistas, seja visto com outros olhos por uma irmandade católica.

> A partir do final do século XIII, a hospedaria se transforma em hospital. O século das grandes peregrinações e das longas viagens dá lugar a um período de fome e epidemias. A doença atinge primeiramente os pobres que são recebidos gratuitamente na casa. O hospital vive da caridade pública e o bispo de Cambrai limita o número de irmãs: não podem ser mais que seis, para não “comer o pão dos pobres”. Tal restrição permanecerá até o século XVII (Irmãs de Santo André, 2019).

Ainda sem ligação com o propósito educacional e com o nome Santo André, a hospedaria se transformou em um hospital no período que coincidiu com as maiores crises envolvendo fome, guerras e doenças na Idade Média, tendo seu auge, nos séculos XIV e XV. Sabe-se que a Igreja foi obrigada a tomar medidas drásticas, que hoje seriam consideradas desumanas. Como não havia alimento para todos e a Igreja Católica exerceu um papel regulador na sociedade, mas ao se referirem ao trato de questões como essas pela igreja medieval, as Irmãs de Santo André foram bem cautelosas e delicadas, como pode-se verificar na citação anterior.

> No século XV, o hospital recebe o nome de Santo André, provavelmente para diferenciá-lo do hospital São Nicolau que foi aberto na cidade de Tournai. Sob o impulso da priora Marie de Corbehen, a Regra agostiniana primitiva é revista, traduzida em francês e adaptada à vida da comunidade. O hospital está em pleno desenvolvimento (Irmãs de Santo André, 2019).

Observa-se pelo que é descrito pelas próprias Andrelinas que não há uma certeza quanto à escolha pela devoção a Santo André. Na citação seguinte, percebe-se alguns conflitos que podem ter prejudicado a preservação de documentos, gerando lacunas ocasionalmente preenchidas pela memória das Andrelinas, somada à sua paixão pela própria história, como apontado anteriormente. Conforme a história da irmandade aproxima-se dos dias atuais, cresce o número de fontes preservadas e torna-se possível dar mais respaldo às informações.

> O século XVI é um tempo de provações. A cidade está tomada e ocupada pelas tropas de Henrique VIII, rei da Inglaterra. Alguns anos os poderes públicos organizam a assistência e, em Tournai, dois grandes hospitais acolhem os doentes. O hospital Santo André põe-se a recolher os mais abandonados, pessoas acamadas. Este acolhimento de longa duração permite às irmãs levar uma vida mais regular. Com efeito, a maioria delas aspira a uma vida contemplativa, inteiramente consagrada à oração (Irmãs de Santo André, 2019).

Felizmente, quanto à questão educacional, que é o foco deste trabalho, é possível notar mais clareza nos relatos investigados. Tem-se como razão definitiva e muito importante para a grande guinada que levaria as freiras para a prática educacional o advento do Concílio de Trento de 1542, tido como ponto alto da Contrarreforma Católica, a qual, respondendo à reforma protestante, reforçava todos os dogmas católicos, enrijecia suas doutrinas e orientava para a vida monástica.

> Esta orientação para a vida monástica é, aliás, vivamente encorajada pelos decretos do Concílio de Trento. Sob o priorado de Marie de La Chapelle, o hospital torna-se mosteiro, reconhecido oficialmente como tal aos 16 de setembro de 1611. [...] As que ajudam estão enclausuradas. O ritmo de vida mudou. A clausura estrita foi instaurada. O silêncio da sala de estar aquecida e da capela substituiu a agitação da sala de doentes. A comunidade tem agora o direito de crescer: em alguns anos elas passam de 3 a 26 irmãs. [...] Para adaptar a Regra a esta orientação monástica, chamam um jesuíta, o Pe. Antoine Civoré. Os jesuítas estão há pouco estabelecidos em Tournai. O Pe. Civoré, sócio do Mestre de noviços, é um homem profundamente espiritual. Ele vai manter o espírito comunitário da Regra agostiniana e redigir para a comunidade novas Constituições. Desde então as irmãs vão praticar os Exercícios Espirituais de Santo Inácio e impregnar-se desta nova espiritualidade (Irmãs de Santo André, 2019).

Obviamente que, ao resgatarem suas memórias, as Irmãs de Santo André não se preocuparam com metodologias historiográficas, mas, uma vez que já se conhece como as modificações ocorriam naquela época e como mudaram a partir do século XX, é provável que o processo de transformação do hospital em mosteiro tenha sido mais lento do que aparenta na descrição que compõe a citação anterior.

É muito importante a informação sobre a inserção de um jesuíta nos primórdios da história dessas mulheres como educadoras, pois, em primeiro lugar, esse fator foi definitivo para que elas passassem a trilhar o caminho da educação e, em segundo, porque tal fato ajudará a

explicar, mais adiante, uma série de metodologias adotadas no sistema de ensino das Andrelinas e a sua atuação no Brasil.

> No século XVIII, mesmo guardando a clausura e seu estilo de vida monástico, as irmãs se põem a acolher pensionistas no interior do mosteiro. Jovens, cada vez mais numerosas, vêm receber os rudimentos de uma instrução escolar e aperfeiçoar sua educação. Como em vários conventos da época, as monjas se fazem educadoras, enquanto a comunidade cresce: no momento da Revolução francesa, elas serão cem irmãs (Irmãs de Santo André, 2019).

A partir do século XVIII, portanto, as Andrelinas já eram de fato educadoras e, desse modo, pode-se analisar a sua migração e atuação no Brasil. Contudo, merecem atenção alguns fatos e obstáculos marcantes pelos quais passaram as religiosas antes de se estabelecerem definitivamente no país.

> As primeiras horas da Revolução (Francesa) as pouparam, mas em 1796 a comunidade é expulsa, todos os seus bens são confiscados. As propriedades são vendidas como bens nacionais. As irmãs são dispersadas: muitas voltam para suas famílias ou desaparecem sem deixar sinal. Apenas algumas atravessam a tormenta: Séraphine Hauvarlet, a priora, mantém um "ateliê de costura" na rua dos Tanneurs, da cidade de Tournai, a dois passos de seu antigo convento. A partir deste ateliê mantém contato com algumas irmãs durante cinco anos, até poderem se reagrupar. [...] Despejadas na rua em 1796, despojadas de seus bens e de seu status de religiosas, Séraphine Hauvarlet e suas companheiras fizeram-se operárias para ganhar o pão e manter a vida comum. Quando enfim a situação se apaziguou, com a subida de Napoleão ao poder, elas não cessaram de se encontrar e resgataram uma parte do convento. Mas não voltarão à vida monástica. Desde 1801 elas se põem a ensinar os pobres e, para equilibrar as finanças, aceitam também alunas mais abastadas. Estão novamente em casa, desta vez, professoras e educadoras, buscando sempre responder aos apelos do momento (Irmãs de Santo André, 2019).

Tem-se na citação acima uma passagem bastante curiosa, fator que motivou a utilização, no primeiro capítulo desta tese, do sistema educacional napoleônico como exemplo de uma educação voltada à formação do cidadão para servir aos interesses do Estado. Napoleão Bonaparte é lembrado por muitos pela maneira cruel e implacável com que tratava seus inimigos,

mas nesta tese sua ascensão ao poder é referida como o momento em que a situação se apaziguou. Como dito anteriormente, existem pontos de vista diferentes, pois há referenciais distintos.

Ou então, pode-se retomar o que foi apresentado no primeiro capítulo: uma educação que preza pela clausura e pelo não debate de ideias é bastante criticada por Freire, por exemplo, mas agradável às oligarquias da República Velha brasileira. As fontes consultadas para a presente pesquisa começam a mostrar gradativamente a compatibilidade do modelo educacional das Andrelinas de origem jesuítica com as aspirações das oligarquias brasileiras do início do século XX e com as aspirações educacionais das famílias da elite economicamente privilegiada sanjoanense.

> Com a morte de Séraphine Hauvarlet em 1820, a comunidade renascente ainda não recebeu o reconhecimento oficial da Igreja, mas o bispo de Tournai a toma sob sua proteção e busca nela fazer um pensionato modelo. As irmãs, por sua parte, aspiram a enraizar-se ainda mais na espiritualidade inaciana. Em 1837, onze irmãs, chamadas "Damas de Santo André" pronunciam seus votos definitivos conforme uma regra provisória de inspiração inaciana. Serão necessários vinte anos, repletos de dificuldades, para finalmente obterem as Constituições adaptadas diretamente das de Santo Inácio. A promulgação de suas novas Constituições, a 14 de abril de 1857, faz da Sociedade de Santo André uma congregação apostólica, de direito romano, inteiramente orientada para a missão. É o fruto de uma longa crise e a aurora de um novo elã (Irmãs de Santo André, 2019).

A última citação deste tópico é bastante válida para elucidar as novas regras e normas que nortearão a posturas das Andrelinas a partir de então. Com isso, há base suficiente para dar início ao estudo de sua peregrinação pelo mundo, a qual ganha destaque no Brasil.

2.2 – Fuga para o Brasil: Primeira Guerra Mundial, busca por segurança e novos territórios para a prática da educação católica

A fuga para o Brasil ocorreu por uma diversidade de fatores. O primeiro, seria o de preservar a existência das Irmãs de Santo André diante das enormes dúvidas que pairavam sobre o destino da Europa, com o advento da Primeira Guerra Mundial, o segundo, de ampliar o sistema educacional de internatos que interessava às elites oligárquicas que governavam o Brasil naquele período, como já foi explorado no primeiro capítulo.

> O bispo de São Carlos, por intermédio de um padre português de passagem por Bruxelas, lança o apelo: fundar em sua diocese dois colégios para meninas. As irmãs se põem a caminho. Desembarcam do navio em Santos e, apesar das dificuldades do início, investem-se na formação das estudantes (Irmãs de Santo André, 2019).

O primeiro colégio foi fundado em 1914, na cidade de Jaboticabal – SP e, na citação a seguir, pode-se observar as demais instituições e as datas de sua fundação.

> As primeiras brasileiras entram na comunidade em 1921 e, aos poucos, a missão se alarga, outras fundações tornam-se possíveis no decorrer dos anos: Araraquara-SP (1916), São José do Rio Preto-SP (1920), Barretos-SP (1936), São João da Boa Vista-SP (1944), São Paulo (1945), Campinas-SP (1957), Indaiatuba-SP e Rondinha-PR (1960), Cananéia-SP (1970), bairro M'Boi Mirim- SP (1971), Curitiba-PR (1976), Nova Cajamar-SP (1977), bairro do Pari-SP (1978), bairro Santa Rosa em Jaboticabal-SP (1979), bairro da Vila Madalena- SP (1980), Samaritá-SP (1981), Parque das Bandeiras-SP (1982), Belo Horizonte-MG (1988), Alagoinhas-BA (1993), Santa Fé-SP (1994), Recife-PE (2011), Vazantes-CE (2014) (Irmãs de Santo André, 2019).

Há uma grande preocupação com o registro de datas e ocasiões pontuais, todavia, há pouca documentação sobre o período da migração da irmandade e suas primeiras práticas pedagógicas. Como já foi mencionado, em um momento como aquele, talvez a sobrevivência

fosse prioridade em relação aos registros. Para solucionar essa dificuldade, propõe-se, então, que seja feita uma análise comparativa com a trajetória de outro colégio de freiras com o mesmo propósito, ou seja, a vinda para o Brasil visando atender interesses das oligarquias que detinham o poder político.

Escolhe-se para tal empreitada a instituição das Irmãs de São José Chamberry, pois, pelo fato de terem sido as primeiras a chegar no Brasil para suprir essa demanda, mais dados foram registrados. E existem também mais estudos consolidados, uma vez que sua chegada ocorreu em um momento menos conturbado, no qual a preservação de registros foi mais eficaz. Vindas da França, em 1851, inspiradas pelo modelo de educação jesuítica e pelo ultramontanismo, instalaram-se em São Paulo e chegaram a oferecer três modalidades de ensino distintas: o internato pago, para famílias financeiramente abastadas, o externato gratuito e o orfanato. Ou seja, uma única instituição oferecia as três modalidades de educação feminina para diferentes classes e com distintos objetivos de formação.

> As ligações da Congregação das Irmãs de São José de Chamberry com o jesuitismo são inequívocas. Além das razões históricas já apontadas, elas são também comprovadas pelos métodos pedagógicos empregados pelas Irmãs, inegavelmente adaptados do Ratio Studiorum, o manual pedagógico dos jesuítas. Conforme nos esclarecem os padres Beaullieu e Charboneau, em seu livro Educação brasileira e colégios de padres, todas as congregações católicas que se instalaram no Brasil, do século XIX em diante, empregaram o método jesuítico em sua prática docente, e eu acrescento que essa atitude não era fortuita, mas parte da estratégia católica em sua luta contra a modernidade (MANOEL, 1995, p. 85-86).

Observe-se, então, que as Irmãs de São José Chamberry, em suas diversas modalidades de ensino, cumpriam o dever esperado pelas oligarquias e pelo catolicismo da época, isto é, afastar suas educandas da modernidade e do feminismo. O relato de Manoel reforça a comparação entre as Irmãs de Chamberry e as Irmãs Andrelinas, demonstrando suas ligações com as raízes jesuíticas, modelo de educação que também estimulava o não questionamento e era agradável às elites do início do século XX. Tais informações serão úteis para se entender os efeitos deste modelo educacional no município de São João da Boa Vista – SP

2.3 – Instalação das Irmãs de Santo André em São João da Boa Vista e primeiras contribuições para o catolicismo local

Antes de se tratar da chegada das Irmãs de Santo André em São João da Boa Vista, é preciso compreender a conjuntura desta cidade na década de 1940 quando o colégio se instalou na cidade. De acordo com o historiador sanjoanense João Batista Scanapiecco10, São João da Boa Vista era uma cidade de "espigão". Ele usa a expressão em destaque para se referir ao fato de que a cidade contava apenas com duas avenidas principais centrais em formato de um espigão. Até o início da década de 1940, segundo Scanapiecco, somente duas vias haviam se urbanizado e descido deste espigão central, cessando assim a urbanização (SCANAPIECCO, 2015).

Já neste pequeno núcleo notava-se nas ruas a valorização de nomes e sobrenomes de famílias tidas como expoentes econômicos na cidade. O destaque econômico, em detrimento do destaque intelectual, atribuía aos gestores dessas famílias a categoria de cidadãos de relevo. É importante destacar, entre as famílias citadas, os Oliveira, os Azevedo, os Osório e os Andrade.

A educação propagada dentro das famílias desde os primórdios da sociedade sanjoanense deixou resquícios na cultura educacional da cidade até os dias de hoje.

---

10 Historiador sanjoanense, em entrevista gravada em 2015, cedida pelo arquivo do Labcom – Laboratório de Comunicação do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino do Unifae, que hoje ocupa o prédio do extinto Colégio Santo André de São João da Boa Vista – SP.

Em 2010, Rodrigo Rossi Falconi publicou a obra *Logradouros de São João da Boa Vista*. Nota-se no índice do livro, que cada página corresponde ao nome de uma rua da cidade, o qual homenageia um indivíduo de destaque na sociedade sanjoanense por algum grande feito, ou mesmo por prestígio econômico e social.

Na imagem da capa do referido livro, a seguir, é válido destacar que ela mostra uma fotografia que retrata as duas únicas viasque haviam se urbanizado, desprendendo-se do espigão central até os anos de 1940, como relatou o historiador sanjoanense João Batista Scanapiecco.

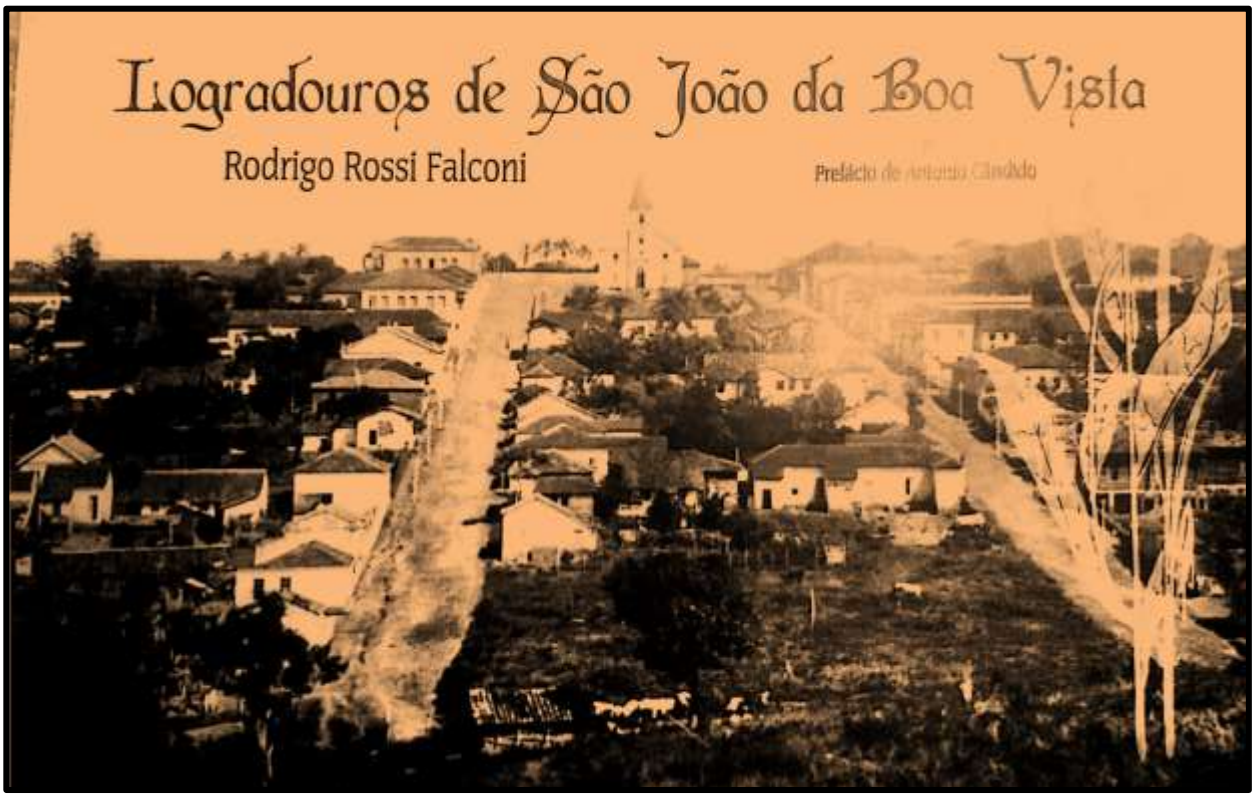
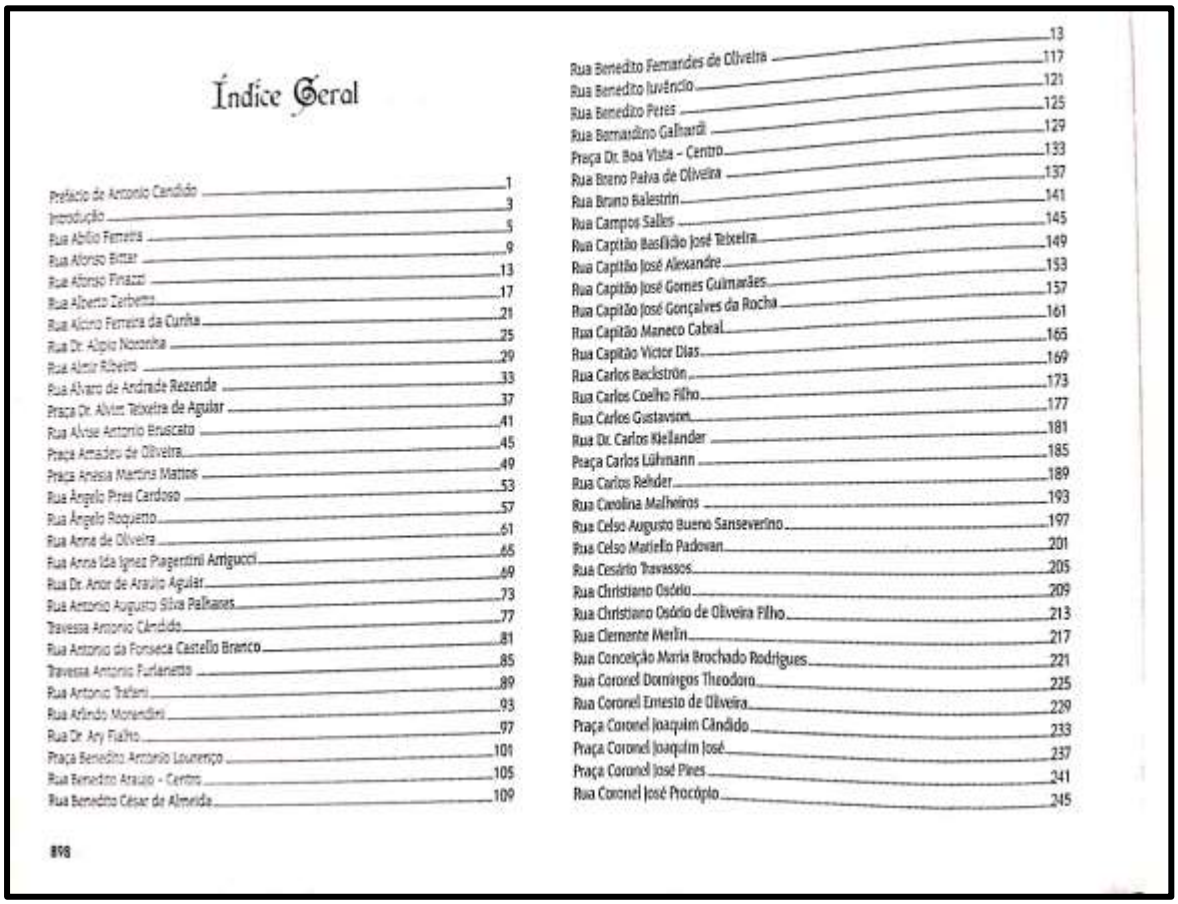


Figura 5 – Capa do livro Logradouros de São João da Boa Vista de Rodrigo Rossi Falconi.



Índice Geral

Prefácio de Antonio Candido 1
Introdução 3
Rua Abílio Ferreira 5
Rua Afonso Bittar 9
Rua Afonso Finazzi 13
Rua Alberto Zerbetto 17
Rua Alcino Ferreira da Cunha 21
Rua Dr. Alípio Nazonha 25
Rua Almir Ribeiro 29
Rua Álvaro de Andrade Rezende 33
Praça Dr. Alvim Teixeira de Aguiar 37
Rua Alvise Antonio Bruscato 41
Praça Amadeu de Oliveira 45
Praça Anésia Martins Mattos 49
Rua Ângelo Pires Cardoso 53
Rua Ângelo Roquetto 57
Rua Anna de Oliveira 61
Rua Anna Ida Ignez Piagentini Antigucci 65
Rua Dr. Anor de Araújo Aguiar 69
Rua Antonio Augusto Silva Pelhares 73
Travessa Antonio Cândido 77
Rua Antonio da Fonseca Castello Branco 81
Travessa Antonio Furlanetto 85
Rua Antonio Trafani 89
Rua Arlindo Morandini 93
Rua Dr. Ary Fialho 97
Praça Benedito Antonio Lourenço 101
Rua Benedito Araújo - Centro 105
Rua Benedito César de Almeida 109
Rua Benedito Fernandes de Oliveira 113
Rua Benedito Juvêncio 117
Rua Benedito Peres 121
Rua Bernardino Galhardi 125
Praça Dr. Boa Vista - Centro 129
Rua Breno Paiva de Oliveira 133
Rua Bruno Balestrin 137
Rua Campos Salles 141
Rua Capitão Basílio José Teixeira 145
Rua Capitão José Alexandre 149
Rua Capitão José Gomes Guimarães 153
Rua Capitão José Gonçalves da Rocha 157
Rua Capitão Maneco Cabral 161
Rua Capitão Victor Dias 165
Rua Carlos Beckström 169
Rua Carlos Coelho Filho 173
Rua Carlos Gustavsen 177
Rua Dr. Carlos Hellander 181
Praça Carlos Lühmann 185
Rua Carlos Rehder 189
Rua Carolina Malheiros 193
Rua Celso Augusto Bueno Sanseverino 197
Rua Celso Matiello Padovan 201
Rua Cesário Travassos 205
Rua Christiano Osório 209
Rua Christiano Osório de Oliveira Filho 213
Rua Clemente Merlin 217
Rua Conceição Maria Brochado Rodrigues 221
Rua Coronel Domingos Theodoro 225
Rua Coronel Ernesto de Oliveira 229
Praça Coronel Joaquim Cândido 233
Praça Coronel Joaquim José 237
Praça Coronel José Pires 241
Rua Coronel José Procópio 245

898

Figura 6 – Primeira página do índice do livro Logradouros de São João da Boa Vista de Rodrigo Rossi Falconi.

Dada a sua formação em medicina, pode-se dizer que Falconi é, na verdade, um entusiasta no que concerne à pesquisa histórica, e não se pode afirmar que ele tenha conhecimento a respeito da influência do positivismo na historiografia. Entretanto, é notório que sua obra valoriza nomes de destaque econômico e social, atribuindo a eles méritos por grandes feitos e conquistas para o município.

Rodrigo Rossi Falconi é membro da Academia Sanjoanense de Letras e, obviamente, não se pode generalizar, deduzindo que os métodos e visões de um integrante dessa

instituição, que se propõe a representar a elite intelectual local, sejam equivalentes aos dos demais. No entanto, é válido observar a seguir o portfólio enviado no início do ano letivo de 2019 para todas as escolas de Educação Básica de São João da Boa Vista, convidando-as a participar do 9º Concurso “Redação na Escola” – Projeto jovem Escritor com a temática “São João no meu coração”.

TEMAS E MODALIDADES

Ensino Fundamental

Ano	Tema
1º	O que eu gosto em São João
2º	Do mão dadas com São João
3º	Minha rua, meu bairro
4º	São João no futuro: e o livro?
5º	Eu, profeta
6º	São João das Boas Artes
7º	“Turistando”
8º	Muito além do crepúsculo
9º	São João: qual a sua vocação?

Ensino Médio

Ano	Tema
1º	São João: “boa safra”
2º	Pequenas atitudes, grandes mudanças
3º	Fios teus soltos. Tu és minha. Cuido-te.

Patrocínio: SEQUÓIA

Apoio: E. E. Cel. Joaquim José

9º Concurso “Redação na Escola”

Projeto Jovem Escritor

“São João no meu coração”

Academia de Letras de São João da Boa Vista

2019

Portfólio 01 – Portfólio do 9º Concurso “Redação na Escola” – Projeto jovem Escritor com a temática “São João no meu coração”.

Ensino Fundamental

Ano	Tema
1º	O que eu gosto em São João
2º	De mãos dadas com São João
3º	Minha rua, meu bairro
4º	São João no futuro: e o lixo?
5º	Eu, prefeito
6º	São João das Boas Artes
7º	"Turistando"
8º	Muito além do crepúsculo
9º	São João: qual a sua vocação?

Ensino Médio

Ano	Tema
1º	São João: "foca nela!"
2º	Pequenas atitudes, grandes mudanças
3º	Piso teu solo. Tu és minha. Cuido-te.

Figura 7 – Temas propostos para redações do 9º Concurso "Redação na Escola" – Projeto jovem Escritor com a temática "São João no meu coração".

Observando o Portfólio 1 e os assuntos propostos para redação, pode-se perceber que nenhum assunto dá espaço para que o jovem escritor seja incentivado a debater a respeito dos problemas da cidade, tampouco estimula o desenvolvimento do senso crítico nos estudantes sanjoanenses. E, ainda, se qualquer redação feita obedecendo aos temas propostos para o 1º e 2º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio e estes tivessem sido trocados por: São João, ame-a ou deixe-a, a redação continuaria tendo conexão entre conteúdo e proposta.

Verifica-se, também, que o portfólio apresenta como patrocinadora do projeto a empreiteira Sequóia, responsável pela construção e loteamento dos condomínios mais luxuosos da cidade. Há, ao menos, nesse empreendimento a parceria entre a elite econômica e a Academia de Letras de São João da Boa Vista. Dados os temas que esta instituição se preocupou em debater nas escolas, em uma época de grave crise política,

econômica e educacional no país, ao menos aparentemente tanto a os cidadãos economicamente privilegiados quanto os membros desta Academia parecem bastante confortáveis diante da situação que se configura.

Essas constatações começam a dar sinais de que na verdade a suposta elite intelectual sanjoanense talvez não seja realmente produtora ou cultivadora de conteúdo cultural e educacional, afinal, o puro e simples fato de haver instituições formais nas quais, ao que parece, incentiva-se a educação não significa necessariamente que estes estímulos venham a acontecer na prática. É possível que uma elite econômica se rotule de elite intelectual para cultivar os próprios anseios de grandeza.

Entretanto, não se quer aqui fazer juízos de valor afirmando que anseios de grandeza sejam algo necessariamente negativo, ao contrário, não fossem tais anseios advindos da elite econômica, nos primórdios de São João da Boa Vista, a cidade não teria conquistado significativo crescimento. Segundo Antônio Carlos Lorette11, São João da Boa Vista era um município com anseios de crescimento motivados por impulsos econômicos (LORETTE, 2015).

Mais à frente, serão abordados, mais uma vez, esses referidos impulsos econômicos. Antes, porém, é preciso ressaltar os fatores geográficos que dificultavam a realização de tais anseios de crescimento, os quais foram apresentados por Scanapiecco, na entrevista referida anteriormente. A oeste, o crescimento da cidade era limitado pelo rio Jaguari

11 Curador do Museu de Arte Sacra da Diocese de São João da Boa Vista e professor de História da Arquitetura da PUC de Poços de Caldas – MG, cidade vizinha ao município de São João da Boa Vista – SP, em entrevista gravada em 2015, cedida pelo arquivo do Labcom – Unifae.

Mirim e pela estação ferroviária, a leste, pelo córrego São João. Mas, ainda na mesma direção Leste, existia uma colina possível de ser ocupada. No topo dessa colina futuramente seriam construídos o Cristo Redentor e, pouco atrás do Cristo, o Colégio Santo André (SCANAPIECCO, 2015).

Retornando à região Oeste, é preciso destacar o importante papel econômico da estação ferroviária. Sob concessão, à época, da gigantesca Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que dividia seu domínio em três regiões: Alta Mogiana, correspondente a 19 cidades do nordeste paulista; Baixa Mogiana, correspondente às microrregiões de Mogi-Mirim – SP e Amparo – SP; e Média Mogiana, correspondente às microrregiões de Poços de Caldas – MG, São Sebastião do Paraíso – MG e São João da Boa Vista – SP, nesta última, a estação, por um lado, limitava seu crescimento, por outro, lhe presenteou com o *slogan* informal de Capital da Média Mogiana, pelo fato de que era nessa estação o ponto de encontro das linhas férreas da Média Mogiana.

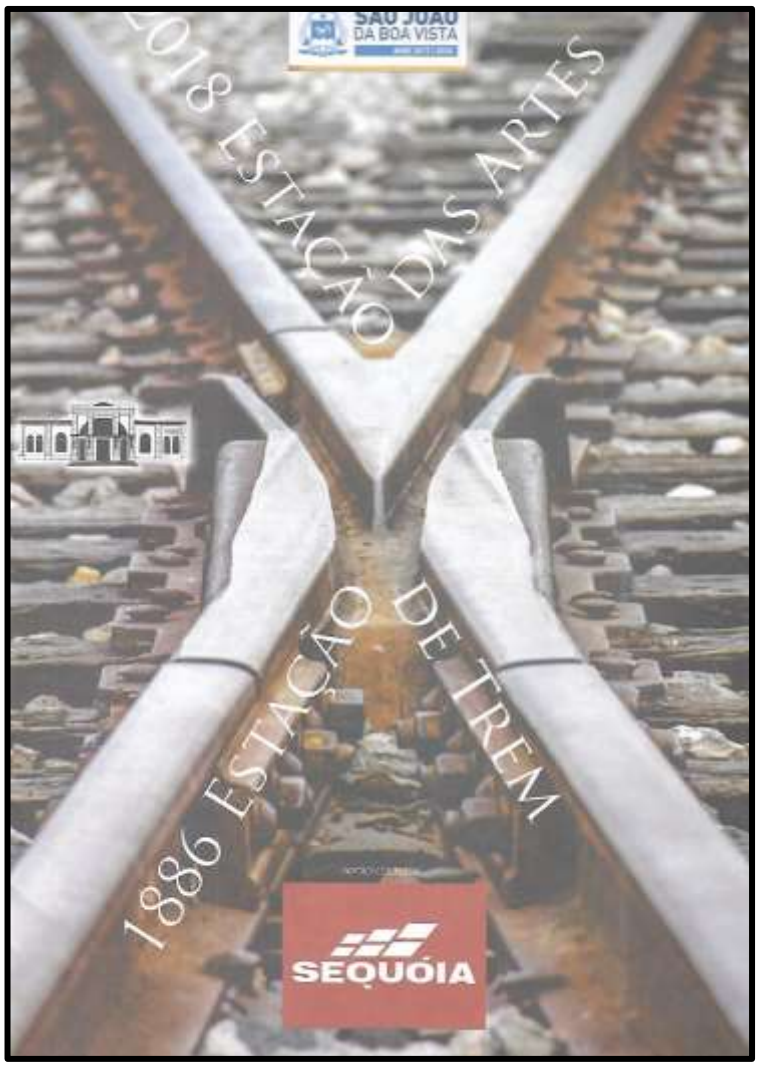
Tal fator proporcionou a São João da Boa Vista um grande e precoce desenvolvimento econômico, visto que a estação ferroviária era um local propício para diversos tipos de negociações econômicas lícitas e ilícitas, pois por lá circulavam, incessantemente, comerciantes, caixeiros, ricos negociantes de café e até mesmo jogadores e apostadores.

Se a estação ferroviária era uma espécie de agente catalisador para o desenvolvimento econômico do município, nada foi encontrado no sentido de motivar uma propulsão do desenvolvimento intelectual e cultural na cidade na mesma proporção.

É necessário ressaltar que a abertura de escolas, por si só, não implica evolução intelectual, uma vez que as escolas podem adotar práticas de ensino retrógradas e não culturais.

Curiosamente, hoje a antiga estação ferroviária tornou-se um espaço cultural batizado de Estação das Artes, por iniciativa de João Roberto Simões, que fez carreira em São Paulo – SP como produtor cultural e foi convidado a atuar como diretor de cultura em São João da Boa Vista na administração 2013-2016. A reforma foi projetada para abrigar o Departamento Turismo da Cidade, um galpão para exposições artísticas, um teatro, a escola municipal de música, uma sala para ensaios e a sede da Academia de Letras de São João da Boa Vista.

Embora a gestão de João Roberto Simões tenha se encerrado em 2016, a Estação das Artes só foi oficialmente inaugurada em 2018 e, em comemoração à sua abertura, foi confeccionado um portfólio com os seguintes dizeres: 1886 Estação de Trem – 2018 Estação das Artes.



Portifólio 02 – Portfólio confeccionado em comemoração à inauguração da Estação das Artes.

Mais uma vez observa-se em destaque a logomarca da empreiteira Sequóia como apoiadora do projeto. Embora a Estação das Artes conte com todos os espaços supracitados, somente dois têm realce no portfólio: a sede da Academia de Letras de São João da Boa Vista e o Teatro Estação das Artes, obra mais onerosa, de maior amplitude e mais chamativa de todo o projeto.

Figura 8 – Fotografia da sede da Academia de Letras de São João da Boa Vista apresentada no portfólio confeccionado em comemoração à inauguração da Estação das Artes.

O documento também faz questão de destacar que a Academia de Letras é uma instituição tradicional, com mais de 40 anos de atuação na cidade. Com relação ao Teatro Estação das Artes, é válido ressaltar o fato de que na proposta inicial de João Roberto Simões, grupos artísticos amadores poderiam se apresentar gratuitamente no espaço, em parceria com a Prefeitura, e sem cobrança de ingressos para a população, promovendo uma política de formação de público local e contrapondo-se ao Theatro Municipal, que hoje estabelece um aluguel de R$ 2.000 para a apresentação de quaisquer grupos, sejam profissionais ou amadores. A proposta de João Roberto foi cumprida durante o ano de 2018. A partir de 2019, menos de um ano após a inauguração, passou a ser cobrado um aluguel de R$ 1.500 (mil e quinhentos reais) para que grupos amadores e populares da cidade apresentem-se no espaço, tornando obrigatória a cobrança de ingressos para custear os gastos dos grupos, dificultando, assim, a política de formação de um público local que tenha apreço pelo teatro.

Figura 9 – Fotografia do Teatro Estação das Artes contida no portfólio confeccionado em comemoração à inauguração da Estação das Artes.

No interior do portfólio existem breves recortes contando de maneira bastante resumida a história da estação. Também estão presentes algumas fotografias e, dentre elas, uma chama bastante a atenção. Ela mostra claramente, ao final da década de 1930, a aglomeração de pessoas nas instalações da antiga estação ferroviária praticando as mais diversas atividades possíveis. Nada é dito no documento a respeito de haver atividades ilícitas, tampouco quanto ao fato de o desenvolvimento econômico proporcionado pela presença da estação ter sido muito mais acelerado que o desenvolvimento intelectual e educacional.

Figura 10 – Fotografia da antiga Estação Ferroviária ao final da década de 1930 contida no portfólio confeccionado em comemoração à inauguração da Estação das Artes.

Por ter conseguido realizar uma obra que, entre outras coisas, deu à Academia de Letras de São João da Boa Vista, uma nova, bela e confortável sede, envolta totalmente em uma roupagem de um ambiente cultural, João Roberto Simões foi agraciado com uma honraria desejável por qualquer integrante da elite sanjoanense: o reconhecimento público em cerimônia de entrega do título de cidadão benemérito sanjoanense.

Câmara Municipal de
São João da Boa Vista

Convite

O presidente do Poder Legislativo, Luis Carlos Domiciano (Bira), e os vereadores têm a honra de convidar para a Sessão Solene de entrega do

Título de Cidadão Benemérito

ao Ilustríssimo Senhor

João Roberto Simões

Decreto Legislativo nº 3, de 28 de março de 2017
Autor: vereador José Claudio Ferreira (Claudinho)

Data: 14.08.19 (Quarta-feira) **Horário:** 19h30
Local: Plenário Dr. Durval Nicolau
Rua Antonina Junqueira, 195, 2º andar, Centro

Informações e confirmações de presença: contatocmsjbv@gmail.com

Figura 11 – Convite para o cerimonial de entrega do título de cidadão benemérito sanjoanense a João Roberto Simões.

A história da Estação Ferroviária de São João da Boa Vista, além de intrigante, é de grande valor para esta pesquisa dada a sua importância econômica no contexto que aqui é estudado, como já foi demonstrado.

É uma tarefa complexa delinear quantas instituições escolares haviam sido instaladas no município de São João da Boa Vista no contexto da chegada do Colégio Santo André. No arquivo do estado de São Paulo, organizado pela Inspetoria-Geral do Ensino, por ordem do Governo do Estado, constam edições dos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo,

datadas de 1906 a 1937. Nesta última edição, há um levantamento da relação de escolas na microrregião de São João da Boa Vista – SP, identificando um total de 23 escolas. Entretanto, o Anuário não relata quantas dessas escolas situavam-se em área urbana e quantas em área rural (São Paulo, 1937).

Carolina Moraes Gimenes, em sua dissertação de mestrado, intitulada *Resgate histórico das escolas rurais em São João da Boa Vista – SP*, afirma que não foi possível precisar quantas dessas escolas eram localizadas em área rural ou área urbana, mas sabe-se que os grupos escolares estavam localizados em área urbana, eram eles: Grupo Escolar Cel. Joaquim José e Grupo Escolar Cascavel (GIMENES, 2014).

O Grupo Escolar Cascavel situava-se no distrito de Cascavel, que conquistou sua autonomia em relação ao município de São João da Boa Vista em 30 de novembro de 1944, por meio do Decreto-lei estadual nº 14.334, transformando o distrito no município de Aguaí – SP. Ou seja, o Grupo Escolar Cascavel só coexistiu no mesmo município que o Colégio Santo André durante o seu primeiro ano letivo, quando este último ainda funcionava em uma casa improvisada, como será detalhado adiante.

O Grupo Escolar Cel. Joaquim José, fundado em 1896, localiza-se em frente à praça homônima, que ficava no centro da cidade. Tanto a escola quanto a praça, bem como a imponente estátua em seu núcleo, homenageiam o coronel Joaquim José de Oliveira. Indispensável dizer que um dos sobrenomes do coronel é o mesmo para o qual se sugeriu destaque no início deste tópico.

Talvez pela dificuldade de se estabelecer uma rede de informações precisa, que englobasse detalhadamente estatísticas educacionais a respeito das regiões do estado de São Paulo, o Anuário Educacional de 1937 não informa a existência do Grupo Escolar Coronel Cristiano Osório de Oliveira, todavia, no decorrer desta pesquisa, encontrou-se uma reportagem nos arquivos do *Jornal do Dia*, da TV União de São João da Boa Vista, sob supervisão do jornalista José Biagioni Neto, do ano de 2015, intitulada: Escola Estadual comemora 87 anos, referindo-se à Escola Estadual Cel. Cristiano Osório de Oliveira e apontando que ela foi fundada em 1928, coexistindo também no contexto histórico do Colégio Santo André (BIAGIONI NETO, 2015).

Vale destacar que o nome completo do patrono da referida escola estadual é Cristiano Osório de Oliveira Azevedo, trazendo consigo três dos quatro sobrenomes sobre os quais se propôs destaque no início deste capítulo, e que a escola se localiza na avenida Dr. Oscar Pirajá Martins, que dá acesso à praça do Cristo Redentor e ao Largo Engenheiro Paulo de Almeida Sandeville, onde hoje está localizado o UniFAE, que ocupa as instalações do antigo Colégio Santo André. Os três logradouros mencionados encontram-se no Jardim Santo André, bairro que se constituiu na colina, a leste do espigão central de São João da Boa Vista, e que era uma real possibilidade de ocupação nos anos 1940, de acordo com o relato de Scanapiecco no início deste capítulo.

Fica claro que quando se trata de encontrar estatísticas precisas a respeito de dados educacionais referentes às décadas de 1930 e 1940 na microrregião de São João da Boa Vista – SP existe certa dificuldade. Contudo, há facilidade em fazer um mapeamento no que se refere ao número de escolas localizadas em área rural ou em área urbana. Era difícil, na verdade, precisar o que era área urbana e o que era área rural, visto que, à exceção do já tão mencionado espigão

central e suas duas vias, havia pequenos e pontuais resquícios de urbanização em meio a uma grande área rural.

Figura 12 – Fotografia mostrando o Centro de São João da Boa Vista e a Colina a leste antes da construção do Colégio Santo André. [Imagem cedida pelo Labcom – Unifae]

Distante do centro já totalmente urbanizado vê-se no topo da colina, a leste, a chamativa chácara Bela Vista e mais algumas pequenas construções. O topo desta colina se tornaria o bairro Santo André.

Entretanto, a história do colégio Santo André em São João da Boa Vista precede a construção de sua sede definitiva. As irmãs de Santo André, por serem de origem europeia, tiveram dificuldade para se adaptarem ao clima quente, fator que as levou à busca por cidades com climas mais amenos. Esta é a justificativa pela escolha da instalação de um colégio em São João da Boa Vista – SP, em 1944.

De acordo com Madre Maria Inácia, ex-diretora e ex-professora do colégio Santo André de São João da Boa Vista (em entrevista concedida para os arquivos do Labcom – Unifae em 2015), no dia 24 de março de 1944 chegaram a São João as primeiras Irmãs: Madre Maria Plácida, que de batismo tinha o nome de Carolina Lacorte, Irmã Maria Anchieta e duas noviças, Irmã Anésia Alves e Irmã Maria Preciosa que, após fazer seus votos e tornar-se madre, chegou a ser diretora do colégio. É relatado que o acolhimento em São João foi magnífico (INÁCIA, 2015).

Na região Oeste da cidade, em uma casa improvisada, próxima à estação de trem e em localização oposta à área onde se construiria a sede definitiva do colégio, as atividades educacionais foram iniciadas ainda em 1944. Segundo a ex-aluna Lucilla Martarello Astolpho (em entrevista cedida para os arquivos do Labcom – Unifae em 2015), essa fase inicial foi muito difícil. Bancos de igreja ou até mesmo uma mesa muito comprida na qual as alunas sentavam-se ao redor eram adaptados como carteiras. E nessas condições eram dadas as aulas (ASTOLPHO, 2015).

> Uma família de colonos portugueses trouxe para São João da Boa Vista uma réplica da coroa do rei de Portugal e, com ela, uma tradição: celebrar a Corte do Divino Espírito Santo. As ruas da cidade eram enfeitadas e no centro da cidade era feito um altar no qual um menino e uma menina pré-adolescentes, de famílias de destaque econômico e social, eram escolhidos para encenar o papel do rei e da rainha, acompanhados pelos pajens — duas crianças, um

menino e uma menina —, que carregavam o manto da rainha. Era comum que as crianças escolhidas como pajens fizessem o papel do rei e da rainha no ano seguinte. No altar, o rei e a rainha eram coroados e era realizada uma celebração religiosa.

Essa tradição foi praticada ano após ano, religiosamente, até a década de 1960, quando, segundo o site da diocese de São João da Boa Vista,

> a Bula *In Similitudinem Christi* do Santo Padre João XXIII, criava em 16 de janeiro de 1960 a Diocese de São João da Boa Vista: *Sancti Iohannis in Brasilia* como fora denominada na sua expressão latina. Desmembrada da Arquidiocese de São Sebastião de Ribeirão Preto, a Diocese de São João foi instalada oficialmente na tarde do dia 31 de julho de 1960 com a posse de seu primeiro Bispo, Dom David Picão, nomeado pelo Papa João XXIII (Diocese de São João da Boa Vista, 2019, n.p.).

O fato é que Dom David Picão teria sido considerado um bispo progressista, aos olhos de sua época e, com destaque, aos olhos da sociedade de São João da Boa Vista – SP que o recebera.

> O primeiro bispo de São João da Boa Vista, D. David Picão era considerado um progressista e foi muito contestado pelos fazendeiros. Um deles, Aécio do Amaral, na entrevista que concedeu à Gazeta de São João em 30 de julho de 1981, sobre o Golpe de 64, fez críticas à sua atuação na zona rural. Não foi acusado diretamente de comunista, mas, em 1979, disseram em um jornal, que ele promoveu agitações e era um dos bispos mais chegados à esquerda. É essa a polêmica que pretendemos mostrar. Mesmo tendo sido transferido para Santos, sua atuação era relembrada em nossa cidade, embora tenha ficado em São João da Boa Vista cerca de três anos (31 de julho de 1960 a 11 de maio de 1963) (ANDRADE, 2008, p. 49).

Contudo, após tantos anos de uma celebração tradicional, que reunia considerável parte dos fiéis católicos da cidade, apenas no ano de 1944 houve uma chamativa peculiaridade, a

cerimônia não foi realizada no centro da cidade, mas sim no topo da colina a leste, aproveitando a ocasião para o lançamento da pedra fundamental da construção do Colégio Santo André.

Dom David Picão teria adotado para si ideais de simplicidade e, assim, colocou fim à celebração da cerimônia da Corte do Divino Espírito Santo, por considerá-la um ato de ostentação.

Figura 13 – Corte do Divino Espírito Santo em 1944 na ocasião do lançamento da pedra fundamental da construção do Colégio Santo André. [Imagem digitalizada por João Guilherme de Oliveira Pellegrini do acervo do Museu de Arte Sacra de São João da Boa Vista]

Em 1945, já havia sido concluído um pequeno bloco de dois andares, com algumas salas de aula no andar térreo e dormitórios para as Irmãs no piso superior, possibilitando a mudança imediata das religiosas. Em 1946, as aulas iniciaram oficialmente na nova sede.

Desde 1944, em São João da Boa Vista, o Colégio Santo André, com as associações católicas femininas, cumpriu seu papel em alfabetizar e formar mulheres, na infância e juventude, intelectualmente e ainda para exercerem as funções que a sociedade esperaria delas, até o ano de 1970, quando as atividades do colégio foram oficialmente encerradas (Irmãs de Santo André, 2014).

Ocorre que, quando o Colégio Santo André foi instalado em São João da Boa Vista – SP, as associações católicas femininas já atuavam a todo vapor na tarefa de orientar jovens católicas de acordo com os costumes esperados pela igreja ultramontana da época, mas o conceito de ultramontanismo e a história dessas associações serão explorados no capítulo seguinte. Nos capítulos posteriores serão analisadas em conjunto as contribuições de todas as instituições estudadas para a educação católica feminina na sociedade sanjoanense e seus reflexos na cultura que perduram ou não até os dias de hoje.

CAPÍTULO 3 – Associações católicas femininas: romanização, incentivo à criação de associações católicas e associações sanjoanenses

Chama-se Associação Católica um grupo em que os fiéis que praticam a fé católica reúnem-se para ampliar prática de sua fé. Nessas associações, os fiéis podem desempenhar tarefas simples como rezar, intensificar os estudos das doutrinas da Igreja Católica ou até mesmo participar da vida social da Igreja e da fé católica, podendo organizar festas e eventos em benefício da Igreja ou de instituições beneficentes a ela ligadas.

Vincular-se a uma Associação Católica não é algo que seja praticado exclusivamente por mulheres. Existiam associações de homens como a Associação dos Marianos — exatamente no mesmo contexto em que a Pia União funcionava ativamente —, assim chamada por se tratarem de devotos à Maria, mãe de Jesus; a Associação da Sagrada Família, voltada para casais e seus filhos; e, até mesmo, a Associação do Sagrado Coração de Jesus, destinada a qualquer um que seguisse a fé católica e quisesse a ela se integrar, sem restrições. Além, claro, das associações especificamente femininas que foram utilizadas com fortes propósitos educacionais, os quais foram alvo de investigação deste trabalho.

Também serão abordados os motivos que levaram à criação de tais associações que, pelo menos a princípio, não eram ligados a objetivos fundamentalmente educacionais. Elas são "filhas" do que chamamos de romanização ou ultramontanismo, uma corrente ideológica católica que defendia que o controle de toda a Igreja deveria estar centrado em Roma, tema do próximo tópico.

3.1 – Catolicismo romanizado e igreja ultramontana, o berço das associações católicas

O papel de agente regulador da sociedade, desempenhado pela Igreja Católica durante a Idade Média, e a maneira rígida como os católicos reagiram à Reforma Protestante foram referidos no capítulo anterior. Afinal, até esse momento, o catolicismo era hegemônico em todo o Ocidente, havendo uma necessidade de se fazer uma autorreflexão sobre todos os dogmas da Igreja Católica ao perder essa hegemonia. Mas, sem dúvida, o auge desse revés foi no final do século XVIII, quando as ideias socialistas passaram a circular. Assim, os setores mais radicais da Igreja Católica começaram a idealizar o que chamamos de romanização ou ultramontanismo. As ideais, que começaram a surgir no ano de 1800, perdurariam até por volta de 1960, e o enfraquecimento desses setores foi explorado por ser um dos motivos que justifica o encerramento do recorte escolhido para este trabalho.

O termo romanização faz referência à ideia de que a Igreja Romana deveria estar no controle de todas as ações da Igreja Católica no mundo. Com o termo ultramontanismo não é muito diferente: defende-se que os desígnios de Roma deveriam transpor suas montanhas e serem vigilantes sobre todo o mundo católico.

Antes de detalhar como esses fenômenos ligam-se ao surgimento das associações católicas, é importante ressaltar que a romanização não era consensual na Igreja Católica naquele período. Os setores menos radicais da cúpula do catolicismo, ainda que contrários ao socialismo, entenderam que era preciso combater a exploração dos trabalhadores dentro das fábricas e, assim, buscaram um caminho intermediário, lançando o que se conhece como doutrina social da Igreja Católica.

Como documento fundamental desse pensamento, tem-se a encíclica *Rerum Novarum*, de autoria do Papa Leão XIII que, de acordo com Manacorda, tentou sensibilizar a burguesia pelos excessos cometidos sobre a classe operária, criticando os abusos da exploração capitalista intensificada pela Revolução Industrial e, ao mesmo tempo, alertando para os riscos do avanço do socialismo, caso soluções não fossem tomadas por caminhos mais liberais. Por outro lado, em sua encíclica *Quod apostolici muneris* (1878), ele deixou entrever posições mais conhecidas pela tradicional atuação da Igreja em defesa da propriedade privada, ao afirmar que a "agitada plebe" era "ávida de se lançar contra os palácios e sobre as fortunas das pessoas mais abastadas" (p. 409); e ao reiterar "o direito de propriedade estabelecido por lei natural". Na encíclica *Libertas* (1888), Leão XIII definiu a posição da Igreja no sentido de defender o princípio da liberdade de ensino, para manter o controle sobre a educação, mediante a instituição de escolas privadas confessionais, a partir das quais se daria o combate às escolas estatais (MANACORDA, 2010).

Leão XIII defendia a interferência do Estado nos conflitos sociais, para garantir a propriedade privada e barrar o socialismo, mas preservava também os direitos dos trabalhadores, por meio de salários justos, condições de trabalhos dignas e direitos trabalhistas. Há nisso uma contradição, pois ele defendia que direitos fossem dados para evitar que trabalhadores tivessem outros direitos, como o direito à liberdade de ter pensamento político próprio, de manifestar-se publicamente e de reivindicar. Segundo Manacorda:

> Do que foi dito se deduz não ser lícito invocar, defender, conceder liberdade ilimitada de pensamento e de imprensa, de ensino e de cultos, como se fossem direitos que competem diretamente ao homem (2010, p. 355).

Assim como o ultramontanismo, que se estendeu por bastante tempo (1800-1960), a doutrina social da Igreja Católica também teve longa duração, sendo que outros papas retomaram a postura de Leão XIII, como Pio XI, na encíclica *Quadragésimo anno*, João XXIII, na *Mater et magistra* e na *Pacem in Terris*, e Paulo VI, na *Populorum progressio* e na *Humanae vitae*.

3.2 – Igreja Romana no controle: surgem as associações católicas

Retomando a questão da romanização, a partir da qual se defendia que a Igreja Católica do mundo inteiro deveria seguir os desígnios de Roma, foi bem conveniente a estratégia de padronizar o comportamento do fiel católico. Com essa finalidade, incentivou-se a criação de associações pelo mundo todo em que o participante seguia regras de conduta e obediência a uma uniformização.

Essa uniformização pode ser vista tanto no sentido literal como no sentido figurado, uma vez que, rigorosamente, na Pia União das Filhas de Maria, a participante sempre deveria utilizar o vestido branco com a fita azul na cintura que representava sua pureza e condição de solteira, acompanhada pela medalha prateada de Nossa Senhora. Havia um manual com as normas de conduta esperadas de uma filha de Maria, impondo que todas agissem figurativamente de maneira uniforme.

Fita de Zeladora do Apostolado de Oração
França, início do século 20
Cetim de seda, bentinho bordado com fio de prata e de seda
Doação: Zica Oliveira Andrade

Fita de Zeladora da Pia União das Filhas de Maria
Chamalote de seda, medalha em alumínio
Doação: Zica Oliveira Andrade

Figura 14 – Fitas, medalhas e bentinhos das associações existentes em São João da Boa Vista (de cima para baixo, da esquerda para a direita: fita e medalha de zeladora da Pia União das Filhas de Maria, fita da Cruzada Eucarística, medalha de Nossa Senhora das Graças — base para a medalha da Pia União, bentinhos almofadados — "raros", pois geralmente suas donas eram sepultadas com eles, medalha da congregação "A Sagrada Família", fita de zeladora do Apostolado da Oração e exemplar da primeira fita e medalha de zeladora do Apostolado da Oração).

Figura 15 – Manual de conduta da Pia União – Página com o diploma de admissão de nova integrante da Pia União das Filhas de Maria.

No período da romanização, um exemplar idêntico a este manual era entregue à aspirante a filha de Maria ao ingressar na Associação em qualquer lugar do mundo católico onde uma Pia União existisse. Motivo de orgulho para uma família católica e, em cidades como São João da Boa Vista – SP, necessidade de controle sobre as meninas financeiramente bem abastadas e busca de *status* para meninas de classe média. Este exemplar continha um conjunto de normas bastante claras a respeito do que era compatível ou não com a conduta de uma filha de Maria.

> Modelo de Regulamento de Vida
>
> "Se quereis ter algum adiantamento espiritual, não vivas à vossa vontade, mas sujeitai todos os vossos sentidos ao suave jugo da disciplina" (Imit. De Cristo).
>
> 1. Levanta-se cedo, e em hora certa. Oração da manhã. Esforçar-se por comungar todos os dias, assistindo à Sta. Missa. Quando não puder comungar, fazer ao menos a Comunhão Espiritual.
> 2. Ao menos um quarto de hora de meditação cada dia.
> 3. Alguns minutos de leitura espiritual.
> 4. Recitar todos os dias o terço, meditando os mistérios. É um excelente meio para viver na companhia de Jesus e Maria, e aprender, em sua escola, prática das virtudes.
> 5. Assistir às novenas, pregações, o mais que for possível.
> 6. Visitar o SS Sacramento, Maria SS e Sta. Inês. Unir-se durante o dia a Deus, mediante frequentes jaculatórias.
> 7. Fazer durante a oração da noite, um sério exame de consciência. Examinar, sobretudo, o defeito dominante e os meios de o vencer.
> 8. Deitar-se cedo, para ter as horas de sono necessárias à saúde e à execução do regulamento de vida.
> 9. Ter um Diretor Espiritual. Confessar-se breve e claramente, todas as semanas, sendo possível. Ser discreta em tudo o que se relaciona com a confissão e a direção. Deixar-se conduzir. Obedecer ao Diretor. "Um penitente que obedece nunca se condena"
> 10. Fazer todos os anos os santos exercícios espirituais.
> 11. Celebrar com especial devoção, as principais solenidades de Nosso Senhor, de N. Senhora e de Sta. Inês, fazendo uma fervorosa novena, ou tríduo de preparação para elas.
> 12. Não se esquecer do Mês de Maria, em honra da Rainha do Céu, assistindo a ele um público sempre que for possível, e na sede da Pia União.
> 13. À imitação da SS virgem, procurar ser humilde, obediente, modesta e caridosa. São essas as quatro virtudes que compõem o espírito da Pia União.
> 14. Fugir da ociosidade, amar o trabalho, oferecendo-o a Nosso Senhor, bem como as contrariedades e dificuldades que o acompanham (Manual da Pia União das Filhas de Maria e da Federação Mariana Feminina e da Arquidiocese de Mariana, 1952, p. 33-34).

Chama a atenção o fato de que, diferente da própria *Bíblia*, livro mais importante do cristianismo, carregado de simbologias e aberto a diversas possibilidades de interpretação, este código de conduta é breve e direto quando trata das práticas permitidas ou não a uma associada.

Contudo, apesar dos esforços da Igreja Romana em centralizar o poder e a administração em um único núcleo polarizado na cidade de Roma, é impossível para uma instituição tão gigantesca quanto a Igreja Católica desprezar uma administração regional, sendo da mesma maneira impossível cercear completamente o poder de tomada de decisões desses gestores regionais. Assim, cada região era bastante influenciada pelas decisões do bispo encarregado, podendo ser esse bispo completamente apegado aos ideais do catolicismo romanizado ou mais libertário.

Aqui torna-se bastante válida a importância de ter-se mencionado no tópico anterior a coexistência das ideologias da romanização com a Doutrina Social da Igreja Católica no mesmo contexto histórico, pois os bispos que tinham mais proximidade com a doutrina social tendiam a ser mais razoáveis no que diz respeito ao cumprimento das determinações da Igreja Católica Ultramontana.

É possível observar, mais adiante, que São João da Boa Vista – SP, que no período da fundação das associações católicas e do Colégio Santo André integrava a diocese de Ribeirão Preto – SP, é uma das regiões onde se tem uma diocese que viria a optar por seguir o mais fielmente possível os preceitos do catolicismo romanizado.

3.3 – Associações católicas em São João da Boa Vista e primeiras contribuições para a educação das meninas católicas

As associações católicas destinadas às mulheres chamam a atenção por uma característica especial: em pequenas cidades ou vilarejos onde não havia colégios para desempenharem a função de educar a mulher, segundo as intenções das oligarquias tradicionais, e afastá-las das ideias modernas e do feminismo, elas foram bastante eficientes em cumprir esse papel que, como já foi visto, o Estado tinha deixado aos cuidados da Igreja, e São João da Boa Vista – SP é um exemplo dessa realidade, pois, como se observará mais adiante sobre o estudo da história da cidade, esta, ao final do século XIX, era pouco mais que um pequeno vilarejo.

Dentre essas associações femininas, destaca-se a Pia União das Filhas de Maria, por ser especificamente destinada a jovens solteiras que lá eram educadas de acordo com os preceitos católicos até se casarem e deixarem a Associação para exercerem na família o que haviam aprendido. Podendo, posteriormente, e quase sempre, passar a integrar uma Associação para senhoras casadas a fim de seguir sua rotina dentro da vida católica.

O fator que coloca a Pia União das Filhas de Maria em uma posição de destaque diante das demais associações é bastante pontual e simples de ser compreendido nesse contexto: o tempo. As associadas da Pia União das Filhas de Maria dispunham de tempo para se dedicar à Associação pelo fato de não ser casadas, mães e gestoras de um lar.

Desta maneira, as atas de reunião da Pia União são muito mais completas do que as das outras associações e muito melhor estruturadas, pois as associadas organizavam festas católicas e preparavam desde os cartazes até mesmo as prendas e bordados a serem vendidos nas festividades, confeccionavam santinhos de papel e praticavam atividades culturais sempre voltadas para a religião.

No caso de São João da Boa Vista – SP existia o Coro Santa Cecília, um coral católico para as associadas da Pia União. Tais constatações explicam duas questões importantes: o fato de a Pia União funcionar como uma espécie de alicerce para as demais associações, uma vez que a administração era de responsabilidade das Filhas de Maria que dispunham de tempo para tal tarefa; e o fato de a existência de documentos preservados sobre a Pia União Das Filhas de Maria em São João da Boa Vista – SP ser maior do que a documentação preservada de todas as demais associações juntas.

Em São João da Boa Vista – SP, essas associações foram bastante eficientes no cumprimento desta tarefa até a instalação do Colégio Santo André, em 1944, e mesmo após este evento todas essas instituições coexistiam colaborando para os propósitos já citados, até que os interesses políticos locais sofressem algumas mudanças.

As crianças de famílias católicas que frequentavam a Catedral, localizada no centro da cidade, eram convidadas a ingressar na Cruzada Eucarística, uma Associação Católica para crianças entre a pré-

alfabetização e a pré-adolescência. Ao começarem a ser alfabetizadas, e paralelamente à Cruzada, ingressavam no catecismo, sendo que aquelas que não tinham condições de frequentar colégios muitas vezes tinham contato com as primeiras letras na própria catequese, comumente com o auxílio de uma Filha de Maria. Ao entrarem na pré-adolescência, as meninas eram convidadas a participar da Pia União das Filhas de Maria, convite este que, como já abordado, era muito bem-vindo às famílias tradicionalmente católicas da cidade. Quando garotas pertenciam a famílias economicamente bem abastadas — e após 1944 —, a educação na Pia União poderia coexistir com a formação no Colégio Santo André. Aos rapazes fazia-se o convite para o ingresso na Congregação Mariana, a Associação masculina equivalente a Pia União.

Ao casar-se, uma Filha de Maria era recebida na igreja por suas colegas da Associação que lhe retiravam a faixa azul com a medalha de Nossa Senhora da cintura, símbolo de sua pureza e educação adequada aos padrões católicos da época, antes que a noiva fosse entregue ao futuro marido.

Após passar pela Cruzada Eucarística, pelo catecismo, pela Pia União e possivelmente pelo Colégio Santo André, a mulher sanjoanense estaria formada para gerir um lar, de acordo com os preceitos do catolicismo romanizado do período e longe dos ideais modernistas e feministas que pairavam sobre o século XX. Entretanto, uma vez que no ultramontanismo deve-se prezar para que o fiel viva toda a sua vida católica seguindo rigidamente as determinações de Roma, a sua formação e uniformização nunca estariam completas. Após deixar a Pia União das Filhas de Maria, a mulher casada era convidada a participar do Apostolado da Oração, simbolizado, desta vez, por uma faixa amarela, também utilizada na cintura pela associada.

Nota-se que, consciente ou inconscientemente, o catolicismo romanizado em São João da Boa Vista – SP criou um projeto pedagógico para a formação de seus fiéis dentro das regras estipuladas pela igreja ultramontana, que acompanhava o fiel por toda a sua vida.

Todavia, talvez o que esteja aqui menos nítido e seja, no entanto, mais valioso para este trabalho, é o fato de que, no momento em que a mulher passa pelo ritual no qual era aprovada para se casar e ser a gestora de um lar e de uma família, ela também era aprovada para ser a primeira educadora de uma

futura geração, e tenderia a reproduzir aquilo que lhe foi ensinado de acordo com o projeto pedagógico por ela vivenciado.

Muitas dessas mulheres vieram a se tornar mães, avós ou bisavós de pessoas de grande poder e influência política na cidade nos dias atuais, assim, ainda que o Colégio Santo André e a Pia União das Filhas de Maria tenham sido extintos, é impossível negar que o seu legado ainda esteja presente na sociedade sanjoanense.

Para dar reforço a este pressuposto, é válido expor dois depoimentos a respeito da sociedade sanjoanense em contextos diferentes: a primeira, de autoria dos irmãos Adilson Dias Paschoal e Airton Dias Paschoal, presentes na introdução do livro de autoria do pai destes, Antônio Dias Paschoal. Os dois são membros do conselho editorial de *São João da minha infância*, publicação que conta com 15 crônicas escritas pelo professor sanjoanense supracitado, sobre vivências da sua infância em meados de 1905, repensadas depois de adulto.

> São João da Boa Vista, na época uma pacata cidade do interior de São Paulo, que, tal como tantas outras vivia a expectativa de grandes mudanças sociais trazidas pelas tecnologias avançadas da Revolução Industrial europeia e pelas ideias de notáveis pensadores da época.
>
> De posição geográfica favorável, cortada pelos trilhos da Mogiana desde o final do Império (PASCHOAL; PASCHOAL, 2001, p. 9)

A segundo depoimento é de Ito Amorim e foi apresentada ao *Jornal Gazeta de São João* em ocasião de coletânea de entrevistas realizadas no início dos anos 80 do século XX, com presos políticos de São João da Boa Vista – SP, durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). O depoimento que se segue consta no livro *Golpe de 64 em São João da Boa Vis*ta, de autoria de Jasson de Oliveira Andrade.

> São João, embora muito politizada, não reunia maiores preocupações em relação as classes trabalhadoras. São João era ainda predominantemente conservadora, com base econômica na agricultura e na pecuária. Não tínhamos e não temos ainda um parque industrial que pudesse proporcionar um grupo operário grande e politizado (AMORIM, 2008, p. 154).

O curioso em comparar esses dois depoimentos, sendo o primeiro dado justamente próximo à data escolhida como recorte inicial para este trabalho e, o segundo, fazendo referência a um período próximo ao momento em que se tem o recorte final deste trabalho, é o fato de que o primeiro ilustra de maneira esperançosa as possibilidades de progresso das quais São João poderia se beneficiar por conta da modernidade e das consequências da Revolução Industrial, ao passo que o segundo mostra um descontentamento diante da situação, onde mais de meio século depois o supracitado município ainda possuir uma economia majoritariamente agrícola e pecuarista, cuja elite não se preocupa com as classes trabalhadoras.

É certo que, em muitos lugares do mundo onde a industrialização ocorreu de maneira acelerada, houve prejuízos gravíssimos para o proletariado. Contudo, a condição de manter-se rural reforça mais ainda a tese aqui defendida de que a elite sanjoanense, embora admiradora da modernização trazida pelo século XX, como nos mostra o primeiro depoimento, temia que essa mesma modernização afetasse as relações de poder na cidade.

Pensar nessas questões reforça duas pressuposições aqui defendidas, em primeiro lugar a de que aqueles que eram excluídos das relações de poder teriam dificuldade para ganhar espaço nestas, e isso envolve o grupo das mulheres, e em segundo lugar a de que, se estes depoimentos são capazes de comprovar que essas tradições resistiram a mais de meio século, é bastante lógico que minimamente vários de seus resquícios ainda estejam presentes na São João dos dias de hoje.

CAPÍTULO 4 – Educação Católica Feminina em São João da Boa Vista, São Paulo (1894-1970)

Após uma revisão historiográfica a respeito do Colégio Santo André e das associações católicas filhas da romanização, desde suas origens até a sua chegada em São João da Boa Vista, será apresentada neste capítulo uma convergência entre o trabalho dessas instituições na educação feminina voltada para a formação de mulheres que tinham como planejamento para o seu futuro, sobretudo, a gestão familiar.

A fim de que o trabalho tenha coesão e organização, este capítulo será dividido em quatro tópicos, nos quais se analisou primeiramente o papel do Colégio Santo André na educação de meninas de uma camada social economicamente privilegiada, em seguida, a contribuição das associações católicas para esse sistema educacional, no terceiro tópico, o papel da família tradicional sanjoanense e seus interesses nesse tipo de educação e, por fim, no quarto e último tópico foi feita a convergência entre esses ícones da sociedade sanjoanense que constituíram esse modelo educacional, avaliando seu trabalho em conjunto.

Ressalva-se ainda que, prezando pela ordenação e coerência do trabalho, o quinto e último capítulo desta pesquisa foram destinados à análise das fontes primárias que possibilitaram as afirmações que serão feitas neste capítulo. Assim, optou-se por apresentar a trajetória histórico-educacional feminina sanjoanense entre 1894 e 1970, e demonstrar e examinar as fontes que comprovam a trajetória descrita no capítulo seguinte.

4.1 – O papel do Colégio Santo André na educação de meninas economicamente privilegiadas na sociedade sanjoanense

Quando o Colégio Santo André foi fundado, em 1940, as associações católicas femininas já atuavam no sentido de preparar a jovem de família tradicionalmente católica para o casamento e a gestão familiar, afastando-a do pensamento modernista. Mas, de acordo com o que foi apresentado nos capítulos anteriores, São João da Boa Vista – SP, até então vinculada à diocese de Ribeirão Preto – SP, tinha motivos suficientes para que o seu catolicismo amplamente tradicionalista e obediente à doutrina ultramontana necessitasse de novos instrumentos e instituições que reforçassem esse padrão educacional.

É fundamental dar destaque à figura de monsenhor Antônio David, uma vez que ele tinha em suas mãos as principais ferramentas para presentear o catolicismo sanjoanense com uma nova instituição de ensino que reforçasse as bases das suas características: influência na Igreja e na política.

A influência de monsenhor Antônio David na Igreja Católica sanjoanense não é algo complexo de se explicar. Receber o título de monsenhor em uma cidade que ainda não possuía uma diocese própria era sinônimo de *status* perante o catolicismo local. Contudo, sua influência política explica-se pelo fato da habilidade do clérigo em suas relações políticas. Assíduo frequentador das casas das famílias sanjoanenses das mais variadas condições sociais, monsenhor Antônio David utilizava habilmente seu posto dentro da Igreja para articular trocas de favores em prol de seus objetivos políticos, normalmente ligados à expansão católica na região.

Embora carismático e amável com seus fiéis católicos, ele protagonizou algumas disputas políticas em São João da Boa Vista – SP.

> A “briga” política em São João da Boa Vista, que culminou na perseguição aos adversários pelos udenistas iniciou-se bem antes: na década de 1950. O “político” mais importante da época era o padre Antônio David. (...) Não só o padre se manifestou. (...) Tais críticas me fizeram discutir (...) com (...) o udenista Euclydes Carvalho Silva. Quase chegamos a trocar tapas, o que foi evitado por terceiros. Não sei se o fato teve consequências depois, em 1964. Na década de 1970, reencontrei com o vereador da UDN, agora como secretário da faculdade de Direito. Acredito que o dono, também udenista Octávio Bastos, o recompensara com o emprego (ANDRADE, 2008, p. 43).

A citação anterior foi extraída do livro *Golpe de 64 em São João da Boa Vista*, de autoria de Jasson Oliveira de Andrade, e retrata as disputas políticas entre o grupo dominante, representado pelos fazendeiros ligados à UDN, e a oposição, representada pelo PTB. Na mesma passagem, também fica explicitada uma possível e comum troca de cargo por favores e fidelidade política.

Ainda analisando ainda a referida obra, é interessante expor um trecho em que o autor descreve um caso ocorrido dentro de sua própria família, no qual dá-se atenção especificamente à questão feminina, mostrando que as mulheres seguem sem contestar as opções políticas dos homens na sociedade sanjoanense no início do século XX.

> Meu pai, como acontecia com a maioria dos fazendeiros sanjoanenses, era político da UDN (União Democrática Nacional). Meninote, ajudava com a campanha eleitoral desse partido. Ficava até tarde da noite na casa de meu tio-avô, Luiz Banho de Andrade, dobrando cédulas (como era a eleição naquela época) com o nome de candidatos udenistas, principalmente Herbert Levy, político que recebia boa votação em São João da Boa Vista. Mais tarde São João da Boa Vista tinha candidato udenista a deputado estadual, o dr. João Batista de Almeida, que já fora prefeito da cidade. Meu pai era dirigente da Cooperativa Agrícola de Cotia. Um dirigente dela foi também candidato a deputado estadual. Ele, então, o apoiou e não o udenista. Dirigentes desse partido estiveram na chácara de meu pai, procurando convencê-lo a apoiar o candidato próprio.
>
> Como não conseguiram, consideraram-no expulso da UDN. Entretanto, meu pai era simpatizante do partido, mas nunca se filiou. Depois desse fato, ele se filiou ao PSP (Partido Social Progressista), de Ademar de Barros, político abominado pela UDN. Meu pai se candidatou a vereador. Ele foi pedir voto ao meu avô, padrasto dele. José Jacinto foi franco: só voto nos candidatos da UDN. Você pode pedir votos para sua mãe e sua tia

> (irmã de meu avô que morava com ele). Meu pai não perdeu tempo, pois sabia que elas também só votavam nos candidatos da UDN (ANDRADE, 2008, p. 15).

Embora a situação descrita na citação anterior date do início do século XX, pode-se perceber, na obra de Andrade como um todo, que a força da UDN se manteria inalterada em São João da Boa Vista – SP até 1964, dando respaldo ao golpe militar. Estes fatos merecem destaque, pois estão inseridos basicamente em quase todo o recorte proposto pela tese.

> Em São João da Boa Vista dois grupos políticos se digladiavam: PTB x UDN. Os petebistas, em consonância com o governo João Goulart, o Jango, defendia as "reformas de base". Entre essas reformas, a reforma agrária. Os udenistas sanjoanenses, em sua maioria fazendeiros, eram radicalmente contrários a essa reforma, que consideravam "comunista" (ANDRADE, 2008, p.18).

É válido ressaltar que não há intenção de expor o posicionamento político do monsenhor Antônio David com o propósito de julgá-lo, ao contrário, entende-se que seria perfeitamente normal a um homem com a sua posição dentro da Igreja almejar a expansão do catolicismo. Quanto a sua habilidade política, procura-se entendê-la como um talento pessoal, sem fazer qualquer julgamento dos fins para os quais ele a usava. O fato de se aproveitar o ensejo para expor os embates políticos entre a UDN de monsenhor Antônio David e a oposição é que estes são relevantes para o entendimento de importantes questões políticas em São João da Boa Vista – SP.

Assim, atendo-se aos acontecimentos, monsenhor Antônio David conseguiu negociar a doação do terreno onde seria lançada a pedra fundamental da construção da sede permanente do Colégio Santo André, em 1944. Esse terreno era parte da Chácara Bela Vista, localizada no topo da colina onde hoje localiza-se o Bairro Santo André, e de acordo com o que foi exposto pelo historiador João Baptista Scanapiecco nos capítulos anteriores, era o local mais propício para a expansão de São João da Boa Vista – SP, dadas as condições técnicas da época.

Contribuindo, ainda, para a contextualização política de São João da Boa Vista, foi realizada análise da entrevista de Scanapiecco concedida para este trabalho, em que o historiador narra fatos nos quais São João da Boa Vista – SP manifestou comportamento inteiramente pró-republicano e antimonárquico no final do século XIX, o que superficialmente poderia parecer um comportamento progressista, mas na verdade não passava de uma demonstração de obediência da população à opção política do influente Cel. Joaquim José de Oliveira, como nos mostra Paschoal:

> Joaquim José de Oliveira é um dos vultos mais notáveis da história da nossa terra. Político de largo descortino, fundou aqui com o Padre Valeriano de Souza e Francisco Osório de Oliveira o Partido Republicano, que em pleno regime monárquico, derrotou o partido do governo em memorável eleição (2001, p. 62).

A influência de Joaquim José de Oliveira era tão expressiva a ponto de não ser apenas capaz de mobilizar a população para respaldar o modelo político com o qual ele se identificava, mas também para aprovar o candidato apoiado por ele nas eleições, fator que naturalmente não

é uma peculiaridade de São João em tempos de coronelismo, mas nem por isso deixa de contribuir para a formação histórica político-social da cidade.

> No grupo Escolar Joaquim José, nos ensinavam que Rui Barbosa era um "grande jurisconsulto", que defendeu os direitos das nações fracas e desarmadas, colocando-as no mesmo pé de igualdade com as mais poderosas. O notável brasileiro, por esse e outros motivos, era apelidado de "Águia de Haia".
>
> Não havia criança que decifrasse essa linguagem. Tudo era vago, abstrato, incompreensível. Fôssemos nós lá entender de política internacional.
>
> Não era pois de estranhar que certa ocasião respondesse eu assim à pergunta que fizera o professor Claudionor Trench:
>
> – Rui Barbosa é um homem pequenino com uma grande cabeça.
>
> Esta definição eu próprio a formulei, vendo, em *O Malho*, caricaturas do eminente brasileiro, que a revista carioca procurava então cobrir de ridículo...
>
> Do que nos diziam os mestres, não era capaz de repetir coisa nenhuma.
>
> Por isso é que nós, moleques partidários de Rui Barbosa, não tínhamos argumentos fortes para contrapor os poucos que defendiam o marechal Hermes e que sempre nos levavam a parede (PASCHOAL, 2001, p. 115).

É fato, atestado por foto e pela entrevista de Scanapiecco, que Rui Barbosa teve recepção acalorada em São João da Boa Vista – SP, durante sua campanha civilista, enquanto o Marechal Hermes nem sequer teve quem o recebesse na estação ferroviária, onde não desembarcou, seguindo viagem para fazer campanha em Poços de Caldas – MG.

Figura 16 – Fotografia de Rui Barbosa em campanha presidencial juntamente com as famílias da elite política sanjoanense. *(Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal de São João da Boa Vista – SP)*

A imponência de Joaquim José de Oliveira realmente parecia não conhecer limites, vale ressaltar, mais uma vez, que em tempos de coronelismo a exaltação a figuras políticas como a do referido coronel era comum, contudo, ao se observar a maneira poética com que a cronista e poetiza sanjoanense Maria Cecilia Azevedo Malheiro, na obra *Lampejos*, retratou a estátua monumental em homenagem a Joaquim José de Oliveira instalada na praça central de São João que, não por coincidência leva o nome do coronel, é possível ter uma compreensão melhor do nível de bajulação dispensada a esta figura.

> Na extremidade oposta à Igreja, num pedestal de mármore, a estátua do coronel Joaquim José, republicano de vanguarda, grandes ideias, largo coração, pulso de ferro. Nele, símbolos mais sagrados que os da Bíblia se eternizavam. A ética, a moral e a política lá estavam consagradas na sua figura de bronze. Durante o dia, a praça circunspecta vivia da seriedade de quem cumpria o dever (MALHEIRO, 1999, p. 25).

Não há aqui o objetivo de promover um debate a respeito de Joaquim José de Oliveira possuir ou não qualidades como ética, moral e habilidade política, o fato é que ele possuía algo mais valorizado pela sociedade sanjoanense da época que todas essas qualidades: um título. Na obra *São João da minha infância*, Antônio Dias Paschoal narra um episódio ocorrido em um leilão realizado no Jardim Público Municipal, em frente à Catedral, em prol desta, em meados de 1905. Na ocasião, o astuto leiloeiro infla o ego daqueles que detinham algum título na tentativa de ampliar suas arrecadações.

> – Novecentos réis!... Dou-lhe uma... O Capitão a dar mais que o Major! Dou-lhes duas... Onde anda o "Furriel", que da mais que o "Coronel"? Dou-lhe... Quem não ajuda São Benedito, não tem milho nem cabrito!
>
> – E, satisfeito:
>
> – Mil e oitocentos réis! Parada em dobro de Tenente... isso é que é ser gente! Dou-lhe uma... Dou-lhe duas... Coragem, moçada que dinheiro se arranja à-toa com o Coronel Cristiano Osório, que quer levar a rabicó...
>
> E fingindo-se de surdo:
>
> – Quanto mesmo, Coronel? (PASCHOAL, 2001, p. 70).

Figura 17 – Fotografia do Jardim Público Municipal em 1905 antes da reforma que o transformou na atual praça da Catedral. (Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal de São João da Boa Vista – SP)

Como exposto ao longo desta tese, a história da Igreja Católica em São João da Boa Vista – SP e a história de uma elite economicamente privilegiada no final do século XIX e na primeira metade do século XX caminham lado a lado, e é oportuno apresentar, após estes últimos registros, que a história da Catedral e do Jardim Público Municipal que a cercava e onde eram realizadas festas e celebrações religiosas também são inseparáveis.

> A Igreja e a praça são complementares formando um só corpo.
>
> Enquanto a praça é leve, permissiva, barulhenta, a igreja é grave, silenciosa, acolhedora.

> Ambas oferecem caminho. O da praça é largo, público, incondicional, enquanto o da igreja é estreito, seletivo, condicionado. As pessoas tanto necessitam da liberdade da praça como da contenção da Igreja (MALHEIRO, 1999, p. 29).

Neste trecho da crônica “Igreja”, de Malheiro, presente na obra *Lampejos*, a Catedral de São João da Boa Vista – SP é retratada como um ambiente recluso, silencioso e solitário. A descrição pode causar ao leitor a impressão de estar diante de quem descreve um mosteiro medieval. Na citação de Paschoal na página 108 desta tese, ele mostrou uma fala do leiloeiro que dizia: “Quem não ajuda São Benedito, não tem milho nem cabrito!”. Claramente tentando se beneficiar das crendices do fiel católico da época.

Para além de uma relação quase servil entre a população mais humilde e os coronéis locais, não fica apenas na impressão o fato de que ainda no início do século XX, parte da população sanjoanense temia assombrações e outros mitos tal qual a população da Europa da alta Idade Média, no auge do feudalismo (séculos V ao X), como nos apresenta Paschoal na mesma obra referida.

> Eu, porém, não desejava luz elétrica por causa dos bailes, dos circos ou do Teatro Apolo. Eu queria especialmente para varrer a cidade dos fantasmas e assombrações, que infestavam as desoras. Sempre me disseram que as abantesmas fogem da luz como o diabo da cruz...
>
> Que valiam aqueles lampiões de querosene, fincados aqui e além, um bem longe do outro, a soltar uma luzinha fraca e tênue, que atraía multidões de besouros e mariposas?
>
> Os lampiões acendiam-se ao escurecer e apagavam-se poucas horas depois. Era empreiteiro do serviço Roberto Santamaria, que tinha oficina de funileiro na Avenida Dona Gertrudes, podendo, por isso, fabricar lampiões a granel.
>
> Os namorados da noite acercavam-se dele e sugeriam coisas assim:
>
> É preciso aumentar o número de lampiões “seu” Santamaria. A cidade ficará mais às claras...

E ele, casquinhando a sua risadinha:

– Não adianta... Os fantasmas, depois da meia-noite, vêm mesmo perseguir os que não se recolhem cedo...

Tinha razão o Santamaria. As assombrações punham em “carreirão” os noctâmbulos e os “puladores de cerca”, que no dia seguinte, no café Jardim ou no Primeiro Salão Sanjoanense, ainda assombrados contavam aos da roda:

– Era alto, bem alto... Vinha envolto num roupão branco... Os olhos, nariz e a boca brilhavam com uma luz estranha...

João dos Santos, figura das mais queridas do Grêmio Dramático, escutava em silêncio. Em dado momento, porém, abre-se num riso franco. E, com gestos teatrais, em rápida mutação fisionômica brada para os do grupo:

– Vocês são uns poltrões! Sabem o que disse Goethe ao morrer! Isso: “Luz, sempre mais luz!” Os amigos estão precisando de “luzes” do século e eu... de luíses da França... luíses, sempre mais luíses! Perceberam bem o bonito calembour que improvisei? Não perceberam patavina porque vivem ainda na idade da pedra lascada e acreditam, por força disso, no lobisomem, no curupira, na mula-sem-cabeça, no saci-pererê...

E, em esgares cômicos sacudindo as mãos no ar, como se estivesse no palco:

– Pois vocês, diabos botocudos, não tiveram o desplante de descobrir quem era o fantasma que lhes perseguia?

– ?!...

– Não perceberam desde logo, pelo andar de camelo e por aqueles passos de fantoche – assim e assim – corpo duro e inteiriçado, que outro não podia ser senão o Randolfo?

– Sim, meus nobres amigos, o Randolfo, a quem eu ontem ajudei a arranjar uma cabeça com vela dentro... Sabem como faz para ele se transformar em abantesma?

Ante o espanto dos ouvintes, que se mantinham mudos, João dos Santos revela publicamente o segredo:

– o Randolfo acende a vela, levanta bem alto a cabeça que está presa a um cabo de vassoura, e, enrolado em um grande lençol, põe-se a andar com os passos de fantasma... Visto assim de longe, com os faróis dos olhos acesos, os “valientes” como vocês correm a bom correr dele, com frio e peso nas calças...

Todos riem-se aliviados. O fantasma era então o Randolfo, comparsa dos dramalhões do Grêmio e companheiro de trapaças da rapaziada! Ora, o tratante...

Eu, porém, que ouvi caladinho a prosa dos mais velhos, não acreditava naquilo. Para mim, fantasma era fantasma de verdade, um ser sobrenatural que emergia dos buracos do Cubatão... Fantasma, o Randolfo! Pois se ainda há pouco o tinha visto no chalet dos Monsores, a fazer sua fezinha na borboleta e no pavão!... (PASCHOAL, 2001, p. 45-46).

Ao longo deste trabalho, pautou-se várias vezes a relação de São João com a modernidade. Pôde-se entender que ela era desejada, porém temida. Na citação anterior, constata-se que em certo caso o desejo pela modernização não se dava pelos benefícios reais que ela poderia trazer, mas sim pela oportunidade que ela traria de afastar supostas assombrações e mitos. A explicação para esse pressuposto é entendida aqui como: a modernidade não era compreendida e é comum que aquilo que não se compreende seja temido. O mesmo se aplica aos direitos da mulher e ao feminismo. Nota-se também que uma minoria de espertalhões com um pouco mais de erudição que a maioria da população valia-se do seu conhecimento para benefício próprio, ainda que esse benefício fosse mera diversão.

Nas obras consultadas, não foram encontrados relatos de que mulheres, ainda que esclarecidas, tenham tido oportunidade de valer-se dos mesmos benefícios.

Pode-se também constatar que São João era e talvez ainda tenha resquícios de uma cidade com mais crendices do que crenças e mais religiosidade do que religião.

> Muita gente começou a ver fantasmas, noite alta no cemitério. (...)
>
> E ninguém mais tinha coragem de passar por ali! O caso é sério...
>
> Moradores da Avenida Dona Gertrudes ou da vila Conrado davam a volta pela avenida Prudente de Morais ou Floriano Peixoto, estugando sempre o passo, sem olhar para trás...
>
> Um dia... Tudo acontece neste mundo de Deus! (PASCHOAL, 2001, p. 47).

O professor Antônio Carlos Lorette, já mencionado neste trabalho, foi convidado para fazer a apresentação do livro *São João da minha infância*, de Antônio Dias Paschoal, e embora tenha ficado lisonjeado por conta do convite, foi bastante franco ao afirmar que São João demonstrava certo charme ao recuar diante da modernidade até os anos de 1910, e que o relacionamento entre o município e a modernização se construiu de maneira lenta e gradual.

> Tudo é pretexto para contar a realidade antecedente aos progressos que São João iria assistir a partir dos anos 1910 – a canalização da água e do esgoto, a pavimentação das ruas, a eletricidade (...) Ninguém podia ir ao teatro sem lanterna e sem porrete. A lanterna para clarear o caminho na volta. O porrete para espantar as cabras, bezerros ou vacas deitadas pelas ruas e calçadas... (LORETTE, 2001, p.15).

Se com isso pode-se concluir que a relação entre São João e a modernidade é construída gradualmente por conta de certa resistência oferecida pela sociedade sanjoanense, é possível e lógico que ainda nos dias de hoje haja costumes presentes na cultura socioeducacional, criados dentro das famílias nas quais as mulheres são as primeiras educadoras que resistem ao tempo até a atualidade.

Nos anos próximos do encerramento do recorte proposto por esse trabalho, 1970, com o fechamento do Colégio Santo André, constata-se que os grandes proprietários da região não mediam esforços para manter seu poder e defender suas posições políticas. Em depoimento ao jornal *Gazeta de São João*, em 1981, o fazendeiro Aécio Amaral é franco e direto ao dizer que havia um monitoramento constante das ações daqueles que eventualmente poderiam se opor aos que detinham o poder político local e nacional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985).

> Não se ficava especificamente rondando as casas de pessoas que tinham sido presa. Haviam várias peruas cedidas por fazendeiros e comerciantes que ficavam rondando por todas as ruas da cidade visando a manutenção da ordem pública. A gente usava cerca de 100 litros de Gasolina por noite (2008, p. 197).

Aproveitando esse momento em que são trazidas à tona a figura e a opinião do fazendeiro Aécio Amaral, é válido citar uma passagem na qual ele expõe sua visão a respeito do bispo de posicionamento progressista, D. David Picão:

> E havia também a atuação do Bispo Diocesano contra os fazendeiros. Me lembro de uma reunião na associação Rural onde D. David Picão, o bispo, defendia a tese de que o trabalhador rural tinha o direito de matar uma vaca do patrão para comer. Recordo-me que um dos ouvintes rebateu sua tese, perguntando-lhe se era lícito arrebentar uma vitrine e retirar de lá o que era exposto. Em função desse clima todo, dessas ameaças todos os fazendeiros passaram a se agrupar em torno da associação Rural visando criar um movimento em defesa da propriedade (2008, p. 195).

Nas palavras de Amaral, é possível perceber que aqueles que não concordavam integralmente com as ideias da elite política dominante eram com facilidade taxados de comunistas, ainda que o autor dessa acusação comumente não soubesse com exatidão o significado de comunismo. Esse é um dos fatores que se assemelha a atitudes praticadas na sociedade contemporânea. Contudo, é curioso que, dado ao tradicionalismo católico na cidade, ainda que houvesse facilidade por parte dos fazendeiros de taxar qualquer opositor de comunista, em toda a fala de Amaral a respeito do Bispo Diocesano essa taxação não foi mencionada de maneira direta.

Para além do fato de que Amaral, que aqui é um exemplo que representa a visão dos fazendeiros nos anos 170 e 80 do século XX, demonstre uma visão completamente superficial a

respeito do posicionamento político de seus opositores, também são vagas suas afirmações quando questionado a respeito de os fazendeiros sofrerem ou não uma ameaça real.

> Perguntado se os fazendeiros foram ameaçados, Aécio respondeu: "Diretamente, não, mas havia muitos boatos (sic). O mais interessante deles, dizia respeito ao grupo dos onze. Segundo esse rumor (sic), os adversários estavam organizados em grupos de onze pessoas e se o lado deles ganhasse a revolução, eles iriam eliminar os fazendeiros. Cada grupo de onze tinha uma relação de fazendeiros a eliminar." O repórter da *Gazeta* perguntou quem fazia parte desses grupos. Aécio Afirmou: "Todos que ficaram presos na cadeia em frente à rodoviária". Posso garantir que isso não aconteceu (ANDRADE, 2008, p. 31).

É certo que o material que aqui se tem para analisar são os depoimentos de uma pessoa contra os depoimentos de outra, mas não se pode deixar de perceber o quanto Amaral é vago em suas respostas, ao passo que Andrade não deixa as mesmas lacunas ou dúvidas e cita nomes pontuais ao apresentar suas memórias. Andrade explica como e por que os opositores das elites políticas sanjoanenses eram taxados de comunistas. Posição política que, apesar de não ser compreendida por significativa parcela da sociedade sanjoanense, mesmo assim era tida como pejorativa.

> Como testemunho da época, posso afirmar que não existia comunismo em São João da Boa Vista. Haviam comunistas. O líder inconteste era o fotógrafo Manoel Assumpção Ribeiro. Outro que se dizia comunista era o então comerciante, ex-vereador José Rezende Lopes, um dos proprietários da Farmácia Nossa Senhora da Aparecida, que chegou a visitar a União Soviética, e outros que não tinham a mesma liderança desses dois. Mesmo assim o medo do comunismo era enorme em nossa cidade (2008, p. 34).

Mostra-se curioso é que o próprio Jasson de Oliveira Andrade, sanjoanense, opositor político da elite agrária dominante e, portanto, por vezes acusado de ser comunista no período

da ditadura militar, confessa, como significativa parcela dos sanjoanenses, não conhecer profundamente o conceito de comunismo naquele contexto.

> Eu tinha uma vaga ideia do que era comunismo, a gente era jovem e tinha aquele idealismo do que era bom para o Brasil. Para a UDN, todos os que eram contra esse grupo dominante da cidade eram comunistas (2008, p. 203).

Neste trabalho, tem-se cuidado em afirmar que significativa parcela da sociedade sanjoanense não tinha conhecimento sobre o que era o comunismo, pois é sabido que havia exceções. E é muito interessante que Andrade, autor da obra *O Golpe de 64 em São João da Boa Vista*, relate que seu primeiro contato de fato com o marxismo tenha sido na residência de Antônio Dias Paschoal, autor da obra também aqui muito referida *São João da minha infância*.

> A primeira pessoal a me falar sobre Karl Marx foi paradoxalmente, a professora Neide Paschoal, filha do mestre (Português) Francisco Paschoal, que ministrava sociologia, quando cursava, naquela época o Normal. Ela era esposa do vereador Aloizio Pereira de Carvalho, a UDN, e um dos golpistas de 64! É lógico que a excelente professora não ensinava o marxismo e sim o sociólogo Karl Marx (2008, p. 38).

Também paradoxalmente, embora este trabalho defenda a tese de que a educação exercida e recebida por mulheres na São João da Boa Vista – SP, o período estudado pela presente tese, sirva majoritariamente aos interesses políticos de uma elite composta por homens proprietários de terra, é preciso reconhecer quando as exceções surgem em meio aos documentos consultados. Todavia, esta é uma exceção parcial, pois se percebe que a professora Neide Paschoal, embora discutisse em aula o sociólogo Karl Marx, não se aprofundava nas temáticas do marxismo, fatores que em uma educação não tradicionalista deveriam caminhar juntos, teoria e teórico. E independente dos teóricos que Paschoal adotasse em seus planos de

aula, percebe-se que nada pôde fazer quando seu marido, dotado de mais poder político que ela, resolveu ser um dos protagonistas do golpe de 64 em São João da Boa Vista – SP.

Contudo, Neide Paschoal, diferente de muitas educadoras mencionadas neste trabalho que engendraram em seus educandos e educandas um pensamento católico ultramontano, conseguiu despertar, ao menos no aluno Jasson de Oliveira Andrade, um posicionamento político que se opunha ao que era construído com os educandos e educandas da maior parte da população sanjoanense. Pensamento este que levou o aluno para a prisão, acusado de práticas comunistas, após o golpe político, que no município tinha entre seus protagonistas o marido da referida professora.

> ALVARO SYDOW CARDOSO DE ALMEIDA, major Encarregado do Inquérito Policial Militar instaurado em São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, declara, a bem da verdade, e a quem interessar possa, que após várias diligências efetuadas com o objetivo de apurar responsabilidade em atos de caráter subversivo atentatório à Ordem Pública e Social do Estado, nada foi apurado contra a pessoa do sr. JASSON DE OLIVEIRA ANDRADE. São João da Boa Vista, 3 de outubro de 1964. Esse documento foi a nossa salvação (ANDRADE, 2008, p.38).

No parecer do promotor que concede a liberdade a Andrade é utilizada a expressão nossa salvação, pois mais documentos como este foram expedidos em nome de outros presos políticos que foram detidos no mesmo contexto e pelo mesmo motivo que o autor. E uma vez que este trabalho tem foco na história feminina, é válido ressaltar que Andrade nos conta que havia apenas uma mulher como prisioneira política. Ele não apresenta os motivos. Mais por todos os fatores que já foram apresentados neste trabalho, uma hipótese possível é a de que houve uma facilidade

maior em conter a aproximação feminina dos ideais políticos que divergiam dos interesses da elite dominante, e a ferramenta utilizada para isso foi a educação feminina da época.

> Impressionávamos com a Erotildes, a única mulher presa, enquanto nós, homens, ficávamos em dez ou mais em cada cela, dormindo em colchões esparramados pelo chão, ela ficou solitária. Cantava então hinos patrióticos, que nos emocionavam muito (2008, p.162).

Nota-se nessa passagem que a quantidade de presos políticos era bem grande e que as condições de tratamento no cárcere eram péssimas. Mas não se pode deixar enganar pelo fato de que em São João da Boa Vista, em meados dos anos 60 do século XX, havia condições para que trabalhadores rurais e pessoas humildes pudessem pleitear cargos políticos importantes, os maus-tratos atribuídos à oposição eram apenas uma maneira de dar uma lição a uma outra parcela de uma classe política sanjoanense que também era economicamente privilegiada ou no mínimo de classe média, tendo apenas interesses políticos, ou participando de grupos com posicionamentos diferentes. Mas tal oposição não apenas tinha representatividade econômica, como teve e tem condições até hoje de participar do poder, ainda excluindo os mais humildes e com menor escolaridade.

Caso bastante significativo é o da Família Nicolau, que tem início com a eleição do ex-prefeito de São João da Boa Vista – SP, Miguel Jorge Nicolau.

Figura 18 – Fotografia de Jango como vice-presidente, em São João da Boa Vista. À sua esquerda, Miguel Jorge Nicolau, e Jasson de Oliveira Andrade, de camisa branca, atrás do jovem ao lado de Miguel Jorge. (Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal de São João da Boa Vista – SP)

> Miguel Jorge Nicolau Elegeu-se prefeito de São João da boa Vista em 1955. Tomou posse em 1956 e ficou 2 anos, depois elegeu-se deputado estadual, PTB, tendo sido o terceiro mais cotado no estado (ANDRADE, 2008, p.16).

Com o golpe de 1964, o grupo político liderado por Miguel Jorge Nicolau se distanciou do Poder Executivo durante os 20 anos de extensão do regime, retornando logo em seguida. Somente em 2020 o legado de Miguel Jorge Nicolau seria vencido nas urnas na disputa pelo poder executivo municipal. A seguir, alguns exemplos da recente história política de São João da Boa Vista.

Em outubro de 2004, Nelson Mansini Nicolau foi eleito prefeito da cidade. Nicolau é filho de Durval Nicolau, político e médico, irmão de Miguel Jorge Nicolau. Ao término de seu mandato em 2012, Nelson Mansini Nicolau indicou como seu sucessor Vanderlei Borges de Carvalho, seu companheiro de partido no então PMDB. Vanderlei já havia sido candidato a vereador, tendo obtido pouco mais de 50 votos. Iniciou sua campanha como um candidato impopular e desconhecido. Mas assim que as fotos de campanha ao lado do carismático Nelsinho, como é conhecido na cidade, começaram a circular, não foram muitos os obstáculos para que Carvalho fosse eleito prefeito da cidade.

Ele conseguiu reeleger-se em 2016, contando novamente com o apoio de Nelsinho, ainda que o carismático político da família Nicolau tenha sido preso em duas ocasiões entre o primeiro e o segundo mandato de Carvalho por problemas em sua gestão no Banco Banespa, no qual ocupava cargo de confiança durante a gestão de Orestes Quércia como governador do estado de São Paulo.

Em 2020, Nelson Nicolau, cumpre o restante de sua pena em regime domiciliar. Sua figura praticamente não é utilizada nas eleições municipais. A tradicional coligação PSDB/MDB lança como candidata a ex-vereadora e ex-vice-prefeita Patrícia Magalhães, derrotada pela também ex-vereadora Maria Teresinha de Jesus Pedrosa por uma diferença de apenas 83 votos.

Teresinha, assim conhecida pela população sanjoanense, é a primeira mulher a ser eleita pela chefia do executivo local. Não sendo participante do tradicional grupo que governou a cidade por quase 50 anos, compôs uma diretoria com grande protagonismo feminino.

Não se trata da primeira ocasião em que uma mulher tem destaque na política em São João da Boa Vista – SP, contudo, sabe-se que no Brasil, de modo geral, é comum que apoio de políticos pertencentes a famílias que tradicionalmente costumam manter descendentes e aliados no poder, normalmente reflete casos em que o indicado para o cargo tende a dar continuidade aos interesses daquele que o indicou e não venha a ter muita autonomia, se chegar ao poder.

Quando observamos mulheres que atuam na política sanjoanense, principalmente no passado histórico, é comum que elas estivessem a serviço dos interesses de homens que geram as relações de poder político.

Neste trabalho, é bastante oportuno citar o destaque político de Dona Beloca, a assim conhecida filha de Cristiano Osório de Oliveira, que ganhou prestígio na cidade por ser a primeira a adquirir um projetor cinematográfico particular e, da janela de sua casa, projetar filmes no paredão em frente, para que a população pudesse assistir gratuitamente. Hoje, no andar superior do Theatro Municipal de São João da Boa Vista, todas as terças-feiras, às 20h30, funciona o Cineclube Beloca, assim batizado em homenagem a ex-vereadora,uma das primeiras mulheres a conquistar esse posto na cidade. Antes de ser vereadora, Beloca ocupou o cargo de presidente da Pia União das Filhas de Maria.

Apesar de conquistar o feito pouco comum de se eleger vereadora, Beloca se dedicava a atender aos interesses de seu pai e de seus correligionários da UDN, uma elite política masculina e ligada à propriedade de terras.

> Quando Jango Goulart esteve em nossa cidade em 24 de setembro de 1959, atendendo ao convite de Miguel Jorge Nicolau, houve um comício no Largo da Matriz, atual Catedral, muito concorrido. Dona Beloca, adversária do ex-prefeito petebista e também de Jango, na época vice-presidente da República, esteve presente e corajosamente o aparteou enquanto discursava. A multidão revoltada surrou a política sanjoanense. Em comícios posteriores, a massa presente cantava alegremente: "Quinta-feira que passou/ a Beloca apanhou" (ANDRADE, 2008, p. 16).

Observa-se, ao analisar os casos acima citados, que embora em períodos bastante distintos e em polos políticos opostos em São João da Boa Vista – SP, tanto Patrícia Magalhães quanto Beloca empenham ou empenhavam seus esforços políticos para dar continuidade e contribuir para o fortalecimento de grupos políticos tradicionais e comandados por homens da cidade.

No Capítulo II deste trabalho apresentamos a edição 2019 do concurso Redação na Escola da Academia de Letras de São João da Boa Vista. Uma das poucas propostas de construção textual que abria espaço para um leve posicionamento crítico era a proposição destinada ao 5º ano do Ensino Fundamental: Eu prefeito. Nesta sugestão entende-se que o autor mirim devia se colocar na condição de prefeito e expressar o que mudaria se tivesse tais poderes. Pode-se concluir que os proponentes do tema incentivavam a tese de que qualquer criança, ainda que de uma escola pública, de um bairro pobre, as quais foram convidadas a participar do concurso, e independente de seu gênero, podia chegar a ser prefeito de São João da Boa Vista – SP. Estaria a Academia de Letras de São João da Boa Vista – SP iludindo essas crianças com uma inverdade?

Considerando o histórico político da cidade aqui apresentado, não. Bastava que o indivíduo em questão estivesse disposto a submeter a sua carreira política a um dos grupos

políticos dominantes e controlados por homens da cidade. Esse esforço obviamente só seria necessário caso o sujeito em questão não pertencesse a uma elite economicamente privilegiada e não possuísse sobrenomes como Oliveira, Ozório, Andrade, Azevedo, Noronha, e outros mais, já mencionados, ligados historicamente à elite política sanjoanense. Em qualquer uma das situações, a parte em que o aluno ou aluna que participava do concurso era incentivado a propor mudanças na condição de prefeito devia ser deixada de lado, caso essa fosse uma ambição real do participante.

Vanderlei Borges de Carvalho, sucessor de Nelson Nicolau, é de origem humilde. No dia 2 de janeiro de 2013, o portal G1 publicou uma matéria sobre a sua eleição, com o seguinte título: Ex-faxineiro assume Prefeitura de São João da Boa Vista após 42 anos.

> Vanderlei Borges de Carvalho (PMDB) entrou para trabalhar na Prefeitura de São João da Boa Vista (SP) aos 12 anos de idade, no departamento de serviços gerais. “Eu entrei junto com a minha mãe, como faxineiro”, relembra. Mais de 40 anos depois, no dia 1º de janeiro de 2012, Carvalho assume o cargo de prefeito na cidade (PORTAL G1, 2003, n.p.).

A narrativa da reportagem começa aparentando apresentar uma bela história de superação, contudo, logo na sequência, Vanderlei é bastante franco ao afirmar que sua missão é continuar o trabalho de Nelson Nicolau. A proposta agora é dar continuidade aos projetos da atual administração (Ex-faxineiro, 2003, n.p.).

São João da Boa Vista – SP é uma cidade à frente de seu tempo quando se trata de ser retrograda. Tal afirmação pode parecer paradoxal, mas com base nos pressupostos apresentados, e no que será exposto na sequência, a frase aparentemente contraditória ganha bastante sentido.

"É preocupante que, atualmente, algumas pessoas, felizmente uma minoria, pretendem a volta da ditadura militar em vista das denúncias de corrupção" (ANDRADE, 2008, p. 9).

Mais de dez anos depois da publicação desse comentário de Andrade, tornou-se comum ouvir, Brasil afora, quem defenda o retorno da ditadura militar, mas em São João da Boa Vista – SP tal discurso já era proclamado pelas ruas em meados de 2008.

Jasson de Oliveira Andrade, justifica a autoria da obra "Golpe militar em São João da Boa Vista" em que faz o referido comentário por conta de sua preocupação com a necessidade de que a sociedade sanjoanense promova indagações a respeito da própria história.

A contribuição desta obra é o alerta sempre necessário sobre o retrocesso político e cultural de uma sociedade que não indaga, não é capaz de sonhar (ANDRADE, 2008, p. 7).

Em consonância com o pensamento de Andrade, esta tese acrescenta que a incapacidade de um povo de promover reflexões sobre a própria história é fruto de uma educação que não incentiva o desenvolvimento da autonomia de pensamento no indivíduo.

Direcionando essa problemática para o Colégio Santo André, pode-se notar que todas as ex-alunas entrevistadas concordam de maneira unânime que em sua trajetória o Colégio adotou metodologias de ensino rígidas, regradas e padronizadas. Confirmam que dentre os objetivos da formação destacava-se a preparação para a vida no lar, porém não enxergam nesse tipo de educação qualquer problema. Ao contrário, avaliam como um ensino de qualidade e relembram de maneira bastante saudosista e nostálgica.

Entretanto, se esta pesquisa trabalhou com a hipótese de que o colégio buscava ocultar o pensamento modernista e feminista dessas mulheres, o fato de não enxergarem problemas em

uma educação tradicional e na preparação para servir ao marido e à organização do lar apenas confirma tal hipótese.

Maquiavel, em sua obra magna, *O Príncipe*, elaborou um manual de estratégias para que aqueles que estivessem no poder se mantivessem nessa condição, contudo ele próprio afirmou que independente de quão profícua seja a estratégia que se adote, é impossível se perpetuar no poder eternamente (MAQUIAVEL, 2008).

Pautando-se pelo pensamento do pai da ciência política moderna, é possível supor que, mais cedo ou mais tarde, consciente ou inconscientemente, as mulheres sanjoanenses se libertariam das amarras que as impediam de integrarem-se à modernidade e, ainda que de maneira mais sutil, ao feminismo. Mas, por mais que esta libertação fosse sutil, o passar dos anos fez com que as mulheres sanjoanenses fossem deixando de optar pelo Colégio Santo André para ingressarem no colégio público e leigo, Coronel Cristiano Osório de Oliveira.

Medidas como a permissão do ingresso de professores leigos e, quase como uma última cartada, a permissão da entrada de estudantes do sexo masculino foram adotadas para evitar que o colégio fechasse as portas, mas nenhuma delas surtiu resultado, ao menos não nas proporções esperadas. Não existe um consenso entre os depoimentos colhidos sobre os motivos pelos quais o Colégio Santo André tornou-se economicamente inviável, mas o fato é que nenhuma medida adotada conseguiu evitar que a instituição encerrasse suas atividades em definitivo, em 1970.

4.2 – A importância das associações católicas: ensino, trabalho e rotina para a construção e manutenção de uma conduta feminina nos padrões do catolicismo romanizado

O historiador Yuval Noah Harari discute do ponto de vista filosófico os motivos pelos quais é vantajoso padronizar pessoas em torno de uma única crença, seja ela verdadeira ou não:

> O Planeta Terra foi conquistado pelo homo sapiens, e não por chimpanzés ou elefantes, porque somos os únicos mamíferos que podem cooperar em grande escala. E a cooperação em larga escala depende de acreditar em histórias comuns. Mas essas histórias não precisam ser verdadeiras. Você pode unir milhões de pessoas fazendo-as acreditar em histórias completamente fictícias sobre Deus, sobre raça ou sobre economia (2019, n.p.).

Harari acredita que é possível controlar uma massa de pessoas reunindo-as em torno de uma mesma crença ou de um mesmo conjunto de regras. Tal padronização foi habilmente explorada pela romanização e manifestou-se na prática através das associações católicas. O autor ainda defende que se os dogmas pregados por aqueles que lideravam essas massas fossem histórias fictícias, tem-se ainda mais eficácia quando se trata de distinguir os que, de fato, estão imersos nas crenças difundidas pelos líderes daqueles que podem tender a questioná-las.

> Suponha que ensinamos nossos membros tribais a acreditar que “o sol nasce no leste e se põe no oeste”. Isso cria um mito tribal muito pobre. Pois se eu encontrar alguém na selva e essa pessoa me disser que o sol nasce no leste, isso pode indicar que ela é um membro leal da nossa tribo, mas também pode indicar que ela é um estrangeiro inteligente que chegou à mesma conclusão independentemente da nossa tribo. Portanto, é melhor ensinar aos membros da tribo que “o sol é o olho de um sapo gigante que a cada dia salta pelo céu”, uma vez que poucos estrangeiros — por mais inteligentes que sejam — tendem a ter essa ideia em particular independentemente (2019, n.p.).

No caso das associações católicas romanizadas, havia uma dupla eficiência em difundir crenças ou verdades unilaterais, como o fato do lugar da mulher ser o lar, o feminismo ser algo que se opõe à figura de uma mulher de família respeitável aos olhos da sociedade cristã e de que as mulheres deviam se distanciar dos ideais modernistas. Em primeiro lugar, se satisfazia a intenção masculina de controle para que não houvesse um avanço intelectual feminino entre o final do século XIX e início do século XX e, em segundo, como nos mostrou Harari, separava-se quem realmente comprava as ideias difundidas dentro das associações daquelas que eventualmente tenderiam a questioná-las.

Ainda na opinião de Harari, essa situação de controle cultural ganha ainda mais efetividade se aplicada em pequenos grupos. Em 1894, quando o Apostolado da Oração, a primeira Associação Católica fundada no município, surgiu, São João da Boa Vista – SP era uma cidade relativamente jovem, tendo conquistado esse posto 14 anos atrás, em 1880, pela Lei nº 81, assinada pelo presidente da Província do estado de São Paulo12.

Ter conhecimento desta informação possibilita uma compreensão melhor a respeito da geografia de São João à época como uma cidade com um eixo urbano central e diversas regiões rurais ao redor, muitas delas chácaras e fazendas de enormes dimensões, como a aqui já mencionada chácara Bela Vista, cuja doação de uma fração não muito grande de seu território foi suficiente para a construção da imponente estrutura do Colégio Santo André.

12 Somente após a Proclamação da República em 1889 as províncias foram convertidas em estados.

A prática de doação de terras para obras da Igreja Católica não é um mérito exclusivo do Monsenhor Antônio David, tampouco restrito ao período da construção do Colégio Santo André. Essa prática está presente desde os primórdios da história de São João da Boa Vista – SP. Vale lembrar que isso não é uma peculiaridade da história de São João, mas sim algo muito comum à origem de cidades interioranas por todo o Brasil, haja vista que muitas delas possuem uma igreja matriz situada na sua região central.

Em 5 de janeiro de 1822, consta na ata da 80ª sessão da reunião da Secretaria do Governo Provincial de São Paulo a notícia de um grande tumulto provocado por aproximadamente trezentas pessoas do distrito de Mogi Guaçu, que solicitavam a extinção do direito de passagem nos rios caudalosos, do mesmo distrito. A futura freguesia de São João da Boa Vista fazia parte dessa área administrativa. Tal confusão só seria parcialmente resolvida com o recenseamento de Antônio Manuel Siqueira Machado, em 1825, uma vez que ele foi o primeiro doador de terras para o patrimônio religioso, dentro do qual surgiu São João da Boa Vista – SP. Por ser considerado o fundador da cidade, o lugar recebeu o nome de Santo Antônio do Jaguari.

Contudo a data de fundação de São João da Boa Vista - SP foi redefinida para o dia 24 de junho de 1824 por conta de estudos realizados pela comissão de pesquisadores nomeada pela Portaria nº 12.638, de 03 de janeiro de 2020, substituindo a data anterior que apresentava o ano de 1821, como se observa no Jornal Oficial do município de São João da Boa Vista – SP n° 859. **(Ver Anexo II).**

Embora a referida comissão não tenha encontrado provas para precisar a data em 1924, considerou-se o fato de que a tradição e a história oral consagraram essa data. O próprio

centenário da cidade foi comemorado no ano de 1924. Sabe-se contudo que a data de 1821 é completamente descartável com relação ao pleito de uma possível data de fundação do município, visto que as fontes disponíveis sobre o tema, investigadas pela comissão de estudos relatam que os fatos que iniciam o processo de formação da cidade começam a ganhar relevância no ano de 1822. **(Ver Anexo III).**

No parecer conclusivo da comissão acima mencionada, tem-se que:

> A fundação de São João da Boa Vista não pode ser atribuída ao guarda-mor José Antônio Dias de Oliveira, pelo fato de ter se estabelecido na Fazenda Campo Triste no ano de 1821, pois antes dele a família de José Outra, de cujos herdeiros o guarda-mor comprou as terras, já se encontrava na região do Campo Triste, desde 1798.
> O ano de fundação deve ser considerado o de 1824, restabelecendo a tradição que perdurou por mais de 150 anos, testemunhada oralmente por moradores pioneiros. (COMISSÃO, 2020. p. 3)

Acredita-se que em meados de 1830 a pequena população local já se habituara a chamar a localidade de São João da Boa Vista, não tendo se apegado culturalmente ao nome anterior. É possível que esse novo nome tenha surgido e se difundido aos poucos, pelo fato de que a cultura popular caracteriza São João como a cidade dos crepúsculos maravilhosos.

Dentre as grandes fazendas que circundavam a região, uma das mais antigas era a fazenda Campo Triste. De acordo com o documento 149, da fileira nº 1, do Arquivo Histórico Municipal de São João da Boa Vista, em 1830 houve a primeira tentativa dos agregados da fazenda Campo Triste para erigir um povoado, porém contra a vontade dos proprietários. A Autoridade da Escrivania da Paz de Mogi Guaçu, em 21 de julho daquele mesmo ano, ordenou a expulsão desses

agregados, a pedido do curador do proprietário da referida fazenda. Entre os agregados, apenas um renegou seu sinal de obediência. Foi João de Souza Ferreira.

Somente em 1838, no dia 28 de fevereiro, São João da Boa Vista foi elevada à Freguesia pela Lei Provincial nº 17. A instalação da Freguesia só foi realizada em 1842. Em 24 de março de 1858, pela Lei nº 12, do Governo Provincial, a Freguesia de São João da Boa Vista foi elevada à vila, condição em que permaneceria até 1880, ano em que tornou-se cidade.

Assim, em 1894, a ainda jovem cidade de São João da Boa Vista – SP receberia sua primeira Associação Católica, o Apostolado da Oração, que teria o objetivo de difundir os padrões do catolicismo romanizado na cidade. Contudo, o Apostolado comportava, acima de tudo, mulheres já casadas e inseridas na condição de gestoras do lar, e em breve ele não daria conta, sozinho, de cumprir a função catequética de abrigar moças no início de sua juventude e educá-las segundo os preceitos da doutrina ultramontana, uma vez que São João da Boa Vista – SP era uma cidade com muitos anseios de crescimento.

Eis que, em 1905, é fundada a unidade sanjoanense da Pia União das Filhas de Maria, esta sim, uma Associação Católica focada em moças católicas jovens, a serem preparadas para o matrimônio e, em alguns casos, até para a vida religiosa e para a gestão do lar.

A Pia União teria um funcionamento exemplar para as demais associações quando se trata de uma instituição que pretende seguir as regras do catolicismo romanizado. Justifica-se tal afirmativa por dois motivos: o primeiro, já citado aqui, era o tempo disponível para a dedicação à instituição, uma vez que a maioria das integrantes tinha uma condição financeira confortável e não possuía preocupações como a gestão de um lar, como no caso das associações frequentadas

por mulheres casadas. O segundo motivo era o rigor com o qual essa Associação era gerida, fator que também se pode perceber no Manual de Normas e Conduta das Filhas de Maria, apresentado no capítulo anterior.

Devido ao fato de que essa instituição possui em torno de 50 anos de atas arquivadas no acervo do Museu de Arte Sacra da Diocese de São João da Boa Vista – SP, digitalizadas pelo autor desta pesquisa e anexas em mídia digital à dissertação de mestrado, e diante da impossibilidade de analisar cada uma das reuniões e das reuniões mensais registradas nas atas apresentarem certa rotina, acredita-se no valor de se separar um único registro completo e analisá-lo detalhadamente, em vez de optar por uma análise geral sem profundidade.

Fez-se a escolha pela reunião mensal do dia 4 de junho de 1944 por tratar-se justamente da metade do ano em que o Colégio Santo André passava a funcionar em sua sede oficial, podendo assim estabelecer paralelos entre a história da Pia União e do Colégio, como se propõe no tópico seguinte.

É válido ressaltar que se fez tal opção porque neste capítulo são apresentados fatos históricos, enquanto as fontes históricas que indicam esses fatos são analisadas no capítulo seguinte.

Diretor da Pia União das Filhas de Maria e figura sempre presente nas reuniões mensais, o monsenhor Antônio David, destacado na sociedade sanjoanense por seu protagonismo político e religioso, presidia as reuniões. Sua assinatura sempre constava nas atas, a das associadas que detinham algum cargo na diretoria da Associação, às vezes, era dispensada na validação do registro.

Segundo o que consta nas atas, era preciso que o diretor concedesse a palavra a uma filha de Maria. Em geral, os assuntos mais comuns abordados eram relacionados a festas religiosas, à comissão das obras dos tabernáculos, obras de caridade em geral, catequese, evangelização de crianças e o cuidado para que a Associação mantivesse seus padrões de conduta, sobretudo quanto à uniformização, sempre respeitando a utilização do vestido longo, de mangas compridas, e a fita azul com a medalha de Nossa Senhora na cintura de cada uma das associadas.

O respeito pela palavra do diretor mostra-se muito grande e era comum que ele interferisse fazendo solicitações, como pedir que as crianças da catequese, em ocasião de procissão, obedecessem à antiga tradição de portarem bandeirinhas durante o evento. Era comum também que ele pedisse que as Filhas de Maria se prontificassem a estar presentes nas procissões e festas religiosas sempre atuantes e trabalhando em prol da Igreja.

O rigor com que a Associação era regida também fica evidente quando se observa que é atestado que 51 associadas estavam presentes na reunião, seis faltaram com justificativa e 43 deixaram de justificar, demonstrando que havia um sério controle de presença das associadas nas reuniões mensais (ver Apêndice I).

As famílias tradicionais esperavam da Pia União tal rigidez, afinal, na cidade, a visão sobre a mulher que se distanciava da conduta pregada pelas instituições de educação feminina, pela comunidade masculina de modo geral, era bastante depreciativa. Na passagem a seguir, Maria Cecília Azevedo Malheiro apresenta dizeres comuns na cidade, reproduzidos por homens que frequentavam os bares locais e qualificavam as mulheres que passavam a partir de suas impressões.

> Nem sempre se respeita a mulher do próximo (...). A mulher honesta se conhece de longe. A mulher encalhada tá bichada (...) e assim por diante, que lista comprida a deles... (1999, p. 27).

Assim, era estabelecido um controle rigoroso em ocasiões de festividades para evitar que tais impressões fossem construídas sobre uma moça da elite economicamente privilegiada de São João da Boa Vista – SP, pois caso isso ocorresse poderia haver prejuízos ao se acordar o estabelecimento de laços matrimoniais com rapazes de outras famílias pertencentes à mesma elite. No carnaval, por exemplo, o espaço destinado a rapazes e moças solteiras era separado. Paschoal nos conta que, educadas de acordo com os preceitos aqui expostos, as moças faziam o possível para reprimir as iniciativas dos rapazes que se empenhavam em aproximar-se.

> Os rapazes, com largas provisões de limões de cheiro, bisnagas e confetes, procuravam atingir o pavimento superior do sobrado, mas eram sempre reprimidos pelas moças que o defendiam e que lhes despejavam em cima, de instante a instante, baldes e mais baldes de água fria... (2001, p. 99).

Nesse ponto, a Pia União das Filhas de Maria agia de maneira mais direta e objetiva, simplesmente vetando que suas integrantes frequentassem quaisquer festejos de carnaval, e o descumprimento dessa determinação poderia implicar expulsão e a retirada da fita azul, que simbolizava a conquista do direito ao pertencimento à Associação. Contudo, era permitido às Filhas de Maria que frequentassem bailes e, obviamente, estes também eram bastante regrados.

> As danças mais comuns eram a mazurca, a polca, o schottisch, a valsa e a quadrilha. (...) As regras da convivência e do bom-tom predominavam nas conversas, nas danças, em todos os atos que se pudessem registrar naquele ambiente familiar e distinto
>
> Ao findar-se a dança, os cavalheiros davam os braços às damas e as levavam a passeio pelo salão. Os pares assim formados giravam em grande círculo, uns atrás dos outros, conversando futilidades ou trocando juras de amor... (PASCHOAL, 2001, p. 29).

Outro caso em que podemos entender São João como uma cidade progressista na forma e retrógrada no conteúdo está no fato de no início do século XX a cidade já possuir uma casa de espetáculos, contudo esta era frequentada por homens desacompanhados ou por famílias, jamais por mulheres sem companhia.

> O Teatro Apolo ficava na parte baixa da Rua Senador Saraiva, com fundos para a esquina da Campos Sales. Mais tarde, com o advento do cinema mudou de nome, passando a chamar-se Guarani, em homenagem a ópera de Carlos Gomes.
>
> Entrávamos por um largo portão, que se abria em um pátio descoberto, onde se achavam a bilheteria e a porta que dava acesso ao teatro.
>
> Àquela hora, a plateia já se encontrava cheia de homens. As frisas e os camarotes geralmente eram ocupados por famílias, ficando as torrinhas, lá perto do forro, apinhadas de molecões barulhentos (PASCHOAL, 2001, p. 49).

Figura 19 – Cartão-postal com paisagem panorâmica da cidade de São João da Boa Vista – SP em 1905, em destaque a empena da fachada do Teatro Apolo (Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal de São João da Boa Vista – SP).

Apenas a título de curiosidade, o Teatro Guarani encerrou suas atividades em virtude na inauguração do Theatro Municipal de São João da Boa Vista, em 1914. Todavia, Carlos Gomes não seria esquecido. Depois de passar quase meio século desativado ou funcionando precariamente, o Theatro Municipal foi reinaugurado em 2002, na administração do prefeito Laerte de Lima Teixeira, do PSDB. Passaram-se 18 anos e a reforma da estrutura do palco ainda não foi concluída. O Theatro não possui sistema de som nem iluminação próprios, sendo necessário alugá-los a cada

evento. Entretanto, a pintura do busto de Carlos Gomes logo acima da boca de cena do palco encontra-se impecavelmente restaurada. Outro caso em que o Poder Público sanjoanense optou por valorizar a forma em detrimento do conteúdo.

O cinema também chegou relativamente cedo a São João da Boa Vista e, novamente, este evento teria uma relação interessante com a história feminina. Construído em 1912, antes mesmo do Theatro Municipal, o Cine Bijou teve como sua primeira exibição o filme *O martírio de Jesus*.

> Muita gente chorava; outras, persignavam-se. Uma velha à nossa frente, com o rosário na mão, rezava Ave Maria em Voz alta...
>
> Saímos do barracão com a alma agoniada por tão fundas emoções
>
> (PASCHOAL, 2001, p. 58).

Caso o Cine Bijou tivesse optado por seguir as tradições católicas locais e manter-se exibindo apenas filmes religiosos, a citação anterior poderia servir apenas como um reforço, a fim de respaldar a demonstração do tradicionalismo católico na cidade. Mas o Cine Bijou resolveu ser ousado.

> O Bijou nunca apanhara enchente maior. O filme era *Nordisk*, tecnicamente superior. Asta Nielsen, porém, escandalizou a assistência, principalmente as mães de família, com seus modos livres e desenvoltos. Aquela mulher de cabelos curtos era uma perdida! Onde já se viu beijar o namorado daquele modo? E mais: fumando e bebendo cerveja com rapazes, que lhe faziam corte e puxavam pela cintura, como rameira muito ordinária!

> Quando Asta Nielsen agarrou o novo namorado, num beijo longo e profundo, Dona Catarina da Silva Azevedo, remexendo-se na cadeira do nosso lado, não se conteve:
>
> – Que vergonha, meu Deus!
>
> Mas ninguém se retirou do cinema. Asta Nielsen continuou em cartaz por vários dias, atraindo as castas donzelas e as virtuosas damas escandalizadas... (PASCHOAL, 2001, p. 59).

Não é estranho que as mães de família, virtuosas damas e castas donzelas tivessem essa reação diante do filme, afinal de contas a educação dessas mulheres se empenhava no sentido de construir essa mentalidade.

Este tipo de preconceito não era direcionado apenas aos artistas de cinema, mas também sobre mulheres da própria sociedade sanjoanense. Cita-se na sequência o caso de uma mulher que porventura decidiu frequentar o Teatro Apolo desacompanhada e usando vestimentas que não seguiam qualquer padrão, apenas lhe proporcionavam conforto.

> Maria da Penha, mulher de vida alegre, como se dizia então. Era moça bonita, muito bonita mesmo, bem trajada, com anéis e colar no pescoço...
>
> – Que pouca vergonha! Mangas cortadas até o cotovelo... Cara pintada... Cabelos de mundana... Olheiras artificiais... Riso de debochada...
>
> – Credo! Não haverá polícia de bons costumes nessa terra?
>
> E viraram-lhe o rosto cheias de despeito e inveja. Tivessem elas a cinturinha de Maria da Penha (PASCHOAL, 2001, p. 49-51).

Na Pia União, as moças eram ensinadas a utilizarem mangas compridas até os punhos, jamais curtas, vestidos brancos fazendo alusão a anjos, e não usarem roupas taxadas de mundanas.

Outra expressão pejorativa mostrada na citação anterior é “mulher de vida alegre”, que tem a mesma conotação de “mulher de pouco merecimento”, utilizada no filme *Chão bruto*, gravado na década de 1950, na região de São João da Boa Vista – SP, que será abordado no próximo capítulo, dedicado à análise de documentos primários obtidos nesta pesquisa.

A mesma cidade que não tinha uma mentalidade culturalmente aberta para aceitar um filme com beijos na boca no início do século XX seria prematura em desenvolver seus próprios filmes, que conseguiram boas projeções nas bilheterias nacionais e contaram com atores de renome como Lima Duarte, que teve em *Chão bruto* uma de suas primeiras atuações no cinema.

A sociedade sanjoanense não tinha dificuldades em abordar temas polêmicos. Outro filme produzido na década de 50 do século XX, que também será analisado no próximo capítulo, é *João Negrinho*, que aborda temas como preconceito e escravidão, porém tratados ao modo sanjoanense.

Na passagem a seguir, Paschoal narra uma passagem da sua infância em que um colega de sala negro é tratado com preconceito e atitude racista por seu professor.

> Um dia quis submeter Benedito Camargo, um pretinho muito vivo e de opinião, a um castigo original: determinou que ele desse trinta voltas pela sala com as mãos no ar! O menino recusou-se. “Seu” Elisiário o “Inglês do Trôço”, um “alemão” troncudo, a fazê-lo movimentar-se a força, aos socos e pescoções...
>
> A brutalidade provocou revolta. O Antonico, aquele garoto risonho, que você conhece, fechou a cara e gritou corajosamente:
>
> – Não volto mais aqui!
>
> Quase toda a sala se mostrou solidária com essa atitude (2001, p. 49-51).

O autor deixa claro no caso citado que uma maioria era solidária com o garoto e, possivelmente, com o direito às minorias de ter acesso à educação, porém isso não era regra. Narra adiante suas impressões sobre os motivos que justificam a condição econômica dos negros.

> Raça de desgraçados! (...) Trabalha e sua, mas nunca tem nada. Não sabe nem ao menos economizar, como as outras que prosperam e vencem (2001, p. 111).

Já aqueles que porventura eram solidários com os negros não necessariamente os viam com igualdade, como indica Amaral.

> Tão pobre, jamais pede nada. O pequeno tição cobra todos os serviços que presta, nunca trabalha de graça.
>
> Vejo-o como engraxate de casas ricas, engraxate de ru, varredor de jardins, entregando encomendas em domicílio. O pretinho não para.
>
> Andava sumido, eu estranhava. Uma tarde estava na rua quando ouvi seus gritos finos:
>
> – Dona, dona, espera. – Chegou num raio foi contando:
>
> – Sabe, a, agora sou representante fixo da Avon. – Estava louco de alegria.
>
> – Parabéns, sempre tive confiança em você.
>
> – Dona, oia. Avon fez lançamento novo. Está em oferta – Mostrou-me o catálogo.
>
> – É este aqui. O nome dele é Rifiu (Renew). Faz qualquer véia fica moça. Guardei um pote pra senhora (1992, p. 82-83).

É perceptível que o negro até pode ser é visto com simpatia, mas em hipótese alguma com igualdade. Paschoal apresentou um trecho em que considerável parte de seus colegas de sala de aula defendeu o direito de um negro de estudar, mas ao que parece tal direito não significava ocupar o mesmo lugar na sociedade que a elite branca economicamente privilegiada.

Tanto mulheres como negros representam na sociedade sanjoanense minorias do ponto de vista do privilégio econômico e político, e aqui fica evidente que uma barreira que impede a alteração dessa condição é a dificuldade de união entre essas minorias.

4.3 – Colégio, associações e família: a amálgama da educação católica feminina em São João da Boa Vista entre 1894 e 1970.

Na ata de 4 de junho de 1944 da reunião mensal da Pia União das Filhas de Maria observa-se que a Associação estava no seu auge, e o terreno era fértil para a doutrina ultramontana em São João da Boa Vista – SP. Com um total de exatamente 100 participantes registradas entre os presentes na reunião, faltantes com justificativa e faltantes sem justificativa, também consta na mesma ata o registro de uma manifestação de agradecimento do Colégio Santo André pela inauguração da nova sede por onde passariam muitas Filhas de Maria (ver Apêndice I).

Não é mera coincidência que o benfeitor que conseguiu articular a doação do terreno para a construção do Colégio Santo André, Monsenhor Antônio David, seja também o diretor da Pia União das Filhas de Maria.

Pode-se ver este período como um marco áureo na trajetória do catolicismo ultramontano em São João da Boa Vista – SP, cujo objetivo era estabelecer um trajeto pedagógico que se iniciava na infância e mantinha-se até a vida conjugal.

Pode-se também entender que esse marco está próximo do centro do recorte deste trabalho, iniciado em 1894 com a fundação do Apostolado da Oração que, timidamente, começava a implantação dos objetivos acima descritos, e que se encerra em 1970, com o fechamento do Colégio Santo André, em virtude do atrofiamento gradativo diante do crescimento de seu vizinho, o colégio público e leigo Coronel Cristiano Osório de Oliveira.

Todavia, embora o Colégio Santo André tenha fechado as portas, em 1970, não se pode afirmar que o legado cultural difundido por anos dentro daquela instituição que formou mães de famílias e educadoras, ainda que algumas apenas dentro de seus lares, tenha se perdido com a mesma velocidade que o colégio decaía financeiramente e de maneira tão fugaz.

De acordo com Immanuel Kant, “O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele” (KANT, 1803, p. 11). Tomando como base esse pressuposto, se os filhos das famílias educadas pelas mulheres que frequentaram o Colégio Santo André e as associações católicas eram pessoas que pertenciam a grupos sociais abastados, exercendo papéis de destaque político e financeiro na cidade que impactaram e impactam na atual São João da Boa Vista – SP, teremos impressas nessa sociedade os ideais de educação difundidos nessas instituições.

Embora o Colégio Santo André e a Pia União das Filhas de Maria já não mais atuem em São João da Boa Vista – SP e a romanização e o ultramontanismo já não façam parte das doutrinas difundidas mundialmente pela Igreja Católica, em comunhão com o que foi proposto anteriormente, se São João configura-se hoje como uma cidade conservadora, ou se apresenta-se como uma cidade progressista, há nisso resquícios do modelo de educação difundido nessas instituições durante o período estudado por esse trabalho.

Na conclusão deste trabalho são apresentados dados quantitativos e qualitativos a respeito da política, educação e sociedade, tanto específicos de São João da Boa Vista – SP quanto referentes ao contexto histórico geral do Brasil neste momento que possuam alguma conexão de sentido com a tese aqui defendida, pois acredita-se na apresentação e análise de dados conclusivos como a melhor forma de se encerrar a conexão entre a história das associações católicas do Colégio Santo André e seu reflexo na sociedade sanjoanense, em vez de mostrar conclusões prontas.

CAPÍTULO 5 – Reflexos da educação católica feminina na sociedade e na cultura sanjonanense

O presente capítulo tem entre seus principais objetivos demonstrar, por meio de fontes, a história do Colégio Santo André e das associações católicas de São João da Boa Vista – SP, no período que este trabalho propôs investigar.

As fontes utilizadas para este fim foram entrevistas realizadas com ex-alunas do Colégio Santo André de São João da Boa Vista, com Madre Maria Augusta13 e João Batista Scanapiecco14. Ainda como fontes produzidas exclusivamente para este trabalho, foram utilizadas fotografias tiradas no abrigo para ex-professoras e funcionárias do Colégio Santo André visando desenvolver um projeto de integração social entre o grupo de teatro da terceira idade do projeto VidaAtiva da Sociedade Esportiva Sanjoanense15 e as moradoras do abrigo.

Também foram digitalizadas atas das reuniões da Pia União das Filhas de Maria pertencentes ao Museu de Arte Sacra da Diocese de São João da Boa Vista – SP que contribuirão para as análises realizadas.

Por último, sabendo da existência de filmes gravados em São João na década de 1950 que se inserem no contexto pertencente ao recorte deste trabalho, são apresentadas algumas imagens que

13 Última diretora do Colégio Santo André de São João da Boa Vista e Superiora do abrigo para ex-professoras e funcionárias do colégio, também construído nas dependências da antiga Chácara Bela Vista.

14 Professor de História e Geografia, lecionou no Colégio Santo André, é ex-proprietário e diretor de colégio particular local, pesquisador da história de São João da Boa Vista – SP e fundador do acervo histórico municipal.

15 Grupo teatral dirigido por João Guilherme de Oliveira Pellegrini, pertencente ao projeto social VidaAtiva, organizado pelo Clube Sociedade Esportiva Sanjoanense.

podem traduzir um pouco a mentalidade a respeito da figura feminina e das minorias, de maneira geral, no momento em que os filmes foram produzidos.

O trabalho cauteloso com fontes históricas, muitas vezes, é capaz de trazer grandes desafios para a pesquisa. Observou-se que São João da Boa Vista – SP, ao se encontrar diante de opções políticas progressistas ou retrógradas, costumeiramente adotava as posturas retrógradas, entretanto, as fontes mostraram, por exemplo, que a cidade foi pioneira ao aderir ao republicanismo em um momento em que o Brasil ainda era oficialmente monarquista.

Não fosse a observação cuidadosa das fontes, poderia se ter aqui uma contradição, porém o apego dedicado à figura do Cel. Joaquim José, que será demonstrado ao longo deste capítulo, fez com que a população meramente seguisse a opção política escolhida por este líder: a República.

Afinal, é sabido que, diferentemente de outros países que proclamaram sua república, a Proclamação da República brasileira não foi exatamente uma conquista social, pelo contrário, ela é interpretada por alguns historiadores como o nosso primeiro golpe militar, não contando em hipótese alguma com a participação das camadas economicamente menos privilegiadas da sociedade brasileira do final do século XIX.

Também é uma interpretação válida a de que o desapego dessas camadas a questões políticas fundamentais ao país é tradição no Brasil. Tradição esta que é motivada pelas classes economicamente dominantes, pois lhes é vantajoso que a população não possua conhecimento detalhado a respeito de determinados conceitos políticos, pois isso lhes permite disseminar quaisquer tipos de preconceito que lhes seja conveniente.

Observou-se no capítulo anterior um exemplo quanto à referência ao termo comunismo, no Brasil, pois poucos conheciam o seu significado, embora muitos tivessem uma ideia preconcebida. Esse costume

com relação a termos políticos vem desde a época da Independência, como se pode verificar, a seguir, na charge presente na obra *Da Colônia ao Império*, de Miguel Paiva e Lilia Moritz Schwarcz.

(Miguel Paiva e Lilia Moritz Schwarcz. "Da Colônia ao Império". São Paulo: Brasiliense, s/d. p. 84.)

Figura 20 – Charge: "Viva a independência".

Contudo, constatou-se, ainda no capítulo anterior, o quão espantosa, antiga e duradora é a visão preconceituosa da população sanjoanense sobre o comunismo. Isso ajuda a dar respaldo à possibilidade de que o não entendimento a respeito de todas as transformações estruturais trazidas pela Proclamação da República também seja uma realidade, mas a mera comparação entre períodos distintos não é suficiente para comprovar que essa falta de compreensão é um fato. Assim, a análise de fontes mostra-se necessária para justificar as escolhas feitas pela população por não se aprofundar no entendimento de algo que seria tão importante para sua vida, em detrimento de apenas seguir o posicionamento adotado por uma liderança política local.

Estudar a opção por uma postura republicana sem ter o entendimento necessário a respeito do que está se adotando é fundamental para este trabalho, uma vez que isto mostra a submissão das minorias ao interesse das maiorias, quando se trata de espaço de domínio político-econômico que se ocupava na sociedade sanjoanense da época. Entendendo que as mulheres estão inseridas no grupo das minorias economicamente desprivilegiadas, pelo fato de, nesse contexto, estarem limitadas à gestão do lar e distantes da gestão político-econômica da sociedade. Além disso, a opção pelo republicanismo em São João da Boa Vista – SP merece destaque e chama a atenção, em particular, porque, diferentemente de outras diversas cidades brasileiras, principalmente entre cidades de postura política não progressista, São João destacou-se por conseguir uma Câmara Municipal majoritariamente republicana em pleno regime monárquico.

Naturalmente existem justificativas que explicam essa situação bastante curiosa. Justificativas estas que estão expostas no livro *História administrativa e política de São João da Boa Vista (1896 a 1932)*, de José Osório de Oliveira Azevedo.

> Contava meu pai que, falecendo um vereador monarquista, o jovem Joaquim Thereziano Vallim figurou como candidato do Partido Republicano Paulista, que, na oportunidade, teve de enfrentar os tradicionais partidos monarquistas — Liberal e Conservador — então coligados para impedir que os republicanos alcançassem a maioria da Câmara. O velho Fabricio, chefe incontestado do "Embiruçú", revoltado com a atitude dos monarquistas, que exigiam dele sua própria candidatura contra o filho, resolveu prestigiar o nome do jovem republicano, fazendo pender a balança eleitoral em favor do Partido Republicano, que, esperando ganhar a eleição por um voto ganhou por treze votos! E foi assim que São João da Boa Vista conseguiu fazer uma Câmara de maioria republicana em pleno regime monárquico, fato singular, que não sabemos tenha ocorrido em qualquer outra cidade do Brasil (AZEVEDO, 1968, p. 21).

Observa-se que o autor possui os sobrenomes Osório, Oliveira e Azevedo e, logo no início da citação anterior, há referência a um membro de sua família: seu pai. Nota-se que essa obra vai na

contramão do que é proposto por esta tese e sugere narrar a história dos homens de destaque socioeconômico na sociedade sanjoanense entre 1896 e 1932. Entretanto, ela será muito utilizada por transcrever na íntegra importantíssimas atas das reuniões das primeiras câmaras republicanas de São João da Boa Vista – SP.

Ainda que se proponha uma narrativa histórica diferente da abordada por obras que procuram valorizar uma visão mais tradicionalista da historiografia, não se deve desprezar o valor das obras produzidas com este enfoque, até mesmo porque é preciso que se conheça o ponto de vista daqueles que dominam e oprimem para compreender a história dos oprimidos, a história vista de baixo.

5.1 – Análise de fontes que elucidam a história do Colégio Santo André e das associações católicas

Na procura por indivíduos que possam depor acerca da história do Colégio Santo André e de São João da Boa Vista – SP, de modo geral, talvez nenhuma seja tão excepcional quanto a de João Batista Scanapiecco, conhecido popularmente como professor João Batista, por dar nome à Emeb16 João Batista Scanapiecco, também como Escola Professor João Batista. Ex-proprietário e diretor da escola particular São João Batista, localizada na rua São João, nº 118, não aceitou que seus filhos cedessem o prédio para qualquer utilidade que não fosse para fins educacionais. Sua persistência foi válida, pois depois de anos fechado, o prédio vizinho à historicamente importante estação ferroviária, atual Estação das Artes, abriga, desde 2014, o Colégio COC São João.

Poucos na cidade têm a mesma persistência em defesa da educação que o professor João Batista, haja vista que as duas livrarias existentes, até a década de 2010, foram transformadas em uma loja de roupas e um bar.

16 Sigla utilizada para identificar uma Escola Municipal de Educação Básica no estado de São Paulo.

A justificativa de que a substituição de livrarias físicas regionais por livrarias virtuais garante uma equivalência de valores não procede, visto que a primeira livraria a ser fechada, Papyrus, de propriedade de Francisco de Assis Martins Bezerra e Lúcia Bezerra, foi responsável pela edição e publicação de três livros fundamentais para esta tese: *Golpe de 64 em São João da Boa Vista*, *Lampejos* e *São João da minha infância*.

Todavia, a luta de João Batista vai além da educação, abrangendo o campo cultural, uma vez que o professor é fundador do Centro Histórico Municipal, do qual esteve à frente por 20 anos, boa parte deles dividida com suas funções de proprietário e diretor de colégio, após ter sido professor do Colégio Santo André, de onde saiu em consequência do fechamento da instituição.

João Batista, apesar da idade avançada, ainda hoje se dedica aos estudos sobre a história de São João em sua residência, realizando pesquisas e publicações. Seu projeto mais atual vai no sentido de reunir material de pesquisa para narrar a história do Centro Histórico Municipal. Muito receptivo a pesquisadores e com quem mais queira ouvir sobre a história da cidade, em entrevista concedida para este trabalho, em sua casa, no dia 14 de janeiro de 2020, falou sobre o destaque de Monsenhor Antônio David na sociedade sanjoanense, entre outros pontos importantíssimos para esta tese.

> O Monsenhor David era muito grande, ele visitava todas as famílias, ele dava assistência em tudo. Aqui em casa uma vez, eu queria introduzir aquele Cristo que tá lá na frente, que é do Fernando Furlanetto, e eu ajudei o professor Marcondes a colocar essas imagens de gesso do Furlanetto nos lugares, porque a viúva queria alugar o barracão e tinha isso aí. Então nós começamos, o Marcondes principalmente, eu levei para Vila Brasil, ele era diretor do Padre Josué17 na Vila Brasil, eu levei para lá uma escultura linda, tava o médico da família Oliveira.
>
> O túmulo de muitas pessoas aqui em São João, reflete o que ela foi na vida. Porque influência da igreja nessa parte não é muito grande, e o Monsenhor David, ele foi mesmo um líder religioso em uma época que também precisava de mais abertura e ele

17 Escola Estadual de São João da Boa Vista – SP.

> caprichava nas procissões, na coisa toda. Marcou mesmo aí, foi mesmo um grande pároco da Catedral (Scanapiecco, 2020).

Nesse trecho do depoimento de Scanapiecco, observa-se que a presença de Monsenhor Antônio de David no seio das famílias sanjoanenses, no período em que foi pároco na cidade, não é algo meramente simbólico, ele se fazia fisicamente presente no cotidiano das famílias sanjoanenses com imponência, sendo capaz de tomar decisões ou, quando diante daqueles que possuíam sobrenomes de destaque, mostrar competência para promover negociações.

Foi inclusive através de uma negociação com os proprietários da Chácara Bela Vista, local mencionado por Scanapiecco como “filé mignon” almejado pela cidade que ansiava crescer, que Monsenhor Antônio de David, na época diretor da Pia União das Filhas de Maria, se colocou à frente de outro grande projeto voltado para a educação feminina no município, conseguindo a doação do terreno para a construção do Colégio Santo André. Tal fato aqui já mencionado ganha força nas palavras de Odette Brochado Rodrigues Lorettte, filha da família dos proprietários da Chácara Bela Vista e mãe do professor e curador do Museu de Arte Sacra da Diocese de São João da Boa Vista – SP Antônio Carlos Lorette, também aqui já citado, o qual em decorrência das pesquisas feitas no museu facilitou o encontro com Dona Odete para a realização de entrevista para este trabalho, no dia 10 de janeiro de 2020.

> Foi naquele tempo em que o Padre Davi veio com a freira geral pedir uma parte/uma doação de terreno. Foi o que o papai consentiu essa faixa, não sei de quantos metros. É uma tira que descia de fora a fora, pegava uma parte do formal com árvores já formadas e (pegava) uma parte de pasto. E aí foi construída a casa delas, que depois venderam para a prefeitura o colégio. Assim foi, o papai fez uma divisa e depois pôs um portãozinho. E como ele doou (a faixa de terreno), elas prometeram me dar educação

> até eu me formar ali, que eu consegui ser normalista. Pois somos três irmãs, elas se formaram em Casa Branca, aqui em São João não tinha. Quando chegou na minha época, veio o meu irmão para o colégio Santo André. E aí eu fiz o magistério e elas me convidaram para lecionar lá também (LORETTE, 2020).

Mesmo em uma narrativa bastante sucinta, na qual Odette Brochado Rodrigues Lorettte resume, em apenas em um parágrafo, a história do colégio desde a doação do terreno até a venda para a Prefeitura para a instalação da Faculdade de Administração e Economia, atual Unifae, esta entrevista contribuiu de maneira muito valorosa para a presente pesquisa, uma vez que ficou notório o quão era e ainda é comum na cultura sanjoanense a troca de favores por benefícios. Diferentemente de muitos municípios do estado onde os secretários são nomeados através de concursos públicos, em São João ainda há diretores nomeados para cargo de confiança pelo prefeito. Pode-se conseguir com mais facilidade o empréstimo de um espaço público para a realização de um evento, por exemplo, caso se mantenha boa relação com o diretor encarregado do espaço em questão.

Atualmente, um município não tem autonomia para determinar que professores e diretores, ainda que de escolas municipais, sejam nomeados sem conquistar a vaga através de concurso público. No entanto, no período abarcado pelo recorte deste trabalho, os professores e diretores eram escolhidos para cargos de confiança. O Colégio Santo André era uma instituição particular e, neste casso, não há qualquer irregularidade no fato de que uma pessoa que possua boas relações com os gestores do colégio seja convidada para ocupar uma vaga no corpo docente. Porém, se o critério de proximidade de relações sociais era utilizado para atribuição de cargos na rede particular, em uma época em que o mesmo procedimento poderia ser repetido na rede

pública, pode-se supor que tal critério de beneficiamento possa ter ocorrido também nos colégios públicos.

Começa a parecer estranho que em um município com tais hábitos, como São João da Boa Vista – SP, tenha havido um forte espírito republicano no final do século XIX, visto que neste modelo, diferentemente da monarquia, na qual os cargos podiam ser oferecidos, de maneira explícita e inquestionável, a pessoas que possuíam boas relações com os monarcas, se fazia a escolha dos representantes de maneira democrática, ao menos em tese. Sobretudo na monarquia brasileira, apenas para exemplificar, no curto período anterior à Independência, desde a chegada da família real ao Brasil (1808-1922), D. João VI teria distribuído mais títulos e cargos do que todos os reis que o antecederam em toda a história de Portugal.

Assim, torna-se tarefa delicada explicar a questão do republicanismo em São João, entretanto, é uma empreita que se faz importante para que esta tese não apresente possíveis contradições.

Uma vez que já foi explicitado a relevância de João Batista Scanapiecco para os estudos em história em São João da Boa Vista, e sendo a questão do republicanismo na cidade um ponto bastante delicado, é válido iniciar a resolução desta aparente contradição pelos dizeres do professor.

> São João sempre foi uma cidade eminentemente republicana. Por isso que se você observar as ruas do Centro, você começa na rua Floriano Peixoto. Todos os nomes são de republicanos, por exemplo, Floriano Peixoto, Vander Coque. São todos os primeiro ministério da República. O Vander Coque, por exemplo, era o ministro da Marinha. E por incrível que pareça, o ministro da fazenda era o Rui Barbosa. Imagina, o Rui Barbosa,

> como ministro da Fazenda... completamente fora. Aí você tem também Saldanha Marinho, que é do Ministério. E a parte da praça atualmente, da parte Armando Salles até a antiga Estação da Mogiana, todas as ruas têm nome de republicanos. Daquela região, a única rua que guardou o nome original, foi a Rua São João, lá na porta da Catedral. Mesmo no final do tempo do Império, os vereadores fizeram uma moção na Câmara sobre o regime político no Brasil, optando pela República. Isto foi em pleno Império. E eles foram punidos pelo pronunciamento contra o imperador. E quando o imperador D. Pedro II veio a São João da Boa Vista inaugurar a Estrada Mogiana, ele foi recebido com muita calma na estação do trem. Embora não sendo imperialista, e sim, republicanos, os vereadores combinaram de receber bem o imperador. Ele foi muito bem recebido e o povo de São João desceu até a praça para receber o imperador e a imperatriz. Eles levaram um semitrole para o imperador subir o centro da cidade. Ele queria vir andando com o povo, mas não podia, porque a esposa dele (...) tinha um problema nas pernas. (...) Chegaram na igreja Catedral e ele deixou um lobolo em dinheiro para a Igreja. Dali, ele voltou com a comitiva para a estação do trem, onde estava pronto um banquete para ele, no armazém da estação. Foi muito bonito, as senhoras de São João haviam providenciado (o banquete). E aí, ele seguiu de trem para Poços de Caldas. Na frente da comitiva vieram as bandeiras cruzadas, que eram as bandeiras símbolos do Império. E todo o povo, nesse ramal para que ele pudesse ir de São João até a roça, eles sabiam que o trem especial vinha. Eles ficaram ao longo do trilho para aplaudir o imperador. A locomotiva veio apitando e foi uma festa muito bonita de Dom Pedro. Depois, na festa republicana mesmo, foi quando Rui Barbosa chegou aqui. Rui Barbosa veio e era candidato a presidência da república. Ele veio para São João, que era eminentemente republicana e a sua chegada foi uma apoteose. Na praça, ele fez o seu primeiro discurso. Por isto que a praça hoje se chama Rui Barbosa até hoje. (Após o discurso) subiram a pé e ele dormiu no palacete do Coronel Cristiano de Oliveira, onde hoje é a sede do bispado. Na manhã seguinte, quando ele acordou, ele foi levado para fazer um passeio pela cidade. O povo estava em peso na praça em frente ao bispado, e em silêncio para não atrapalhar o sono de Rui Barbosa. Ele seguiu e ficou admirado de ver aquilo. Ele subiu a pé a atual avenida Dona Gertrudes. Ele foi ao Hospital Santa Casa, e lá visitou somente um senhor que estava na enfermaria e que tinha sido soldado na Guerra do Paraguai. Aí ele saiu e foram até o cemitério. Ao chegar no cemitério, ele olhou a Serra da Paulista e falou “São João da Boa Vista, nome mais próprio para esta cidade não há” (2020).

Neste trecho bastante detalhado da fala do professor, é possível tirar várias notações. Primeiramente observa-se que o Coronel Cristiano Osório, à época um coronel menos poderoso que Joaquim José, lidera a cerimônia, e a população simplesmente o segue em festejo. Também é notório que nas primeiras eleições republicanas já havia a opção por um candidato escolhido pelos coronéis. Este foi o candidato mais votado pela população. Como pode ser observado no capítulo anterior, eram poucos os defensores do candidato da oposição: Marechal Hermes da Fonseca.

Para um estrangeiro que desconhece completamente a estrutura e a história política brasileira, talvez seja complexo entender os motivos que levam dois coronéis de uma cidade interiorana a não apoiar o candidato Marechal Hermes da Fonseca e, sim, um candidato que liderava uma campanha denominada civilista, ou seja, que em seu próprio slogan era combativa ao militarismo no poder. No entanto, para os brasileiros interessados em conhecer a própria história política, repleta de negociatas e alianças, os motivos dos coronéis locais pela escolha de um determinado candidato podem até soar óbvios: as parcerias formadas no período pré-campanha eleitoral, as conveniências momentâneas e o quanto se pode ganhar sendo cabo eleitoral de certo candidato, pesam mais do que a ramificação da sociedade a que se pertence, seja ela militar ou civil. É valido lembrar que os coronéis desse período possuíam títulos comprados, o que também contribuía para a diminuição de sua fidelidade às Forças Armadas. Também é importante ressaltar que quando se fala dos benefícios negociados está se falando sobre benefícios políticos que serão oferecidos apenas à classe dos politicamente influentes, o grupo dos excluídos, no qual encontram-se as mulheres, mais uma vez fica de fora dessas relações de poder.

Por último, e não menos interessante, é importante ressaltar na fala de Scanapiecco, o fato de que, embora republicana, a elite economicamente privilegiada de São João da Boa Vista-SP não dispensa a pompa de uma cerimônia formal ao lado de sua majestade, o imperador. Por um único dia, ou um período ainda menor do que isso, São João traveste-se de monarquista para confraternizar ao lado do monarca, mas assim que D. Pedro II deixa o município, a cidade retoma seu projeto republicano, que daria mais privilégios políticos para a elite envolvida com ele, o que não seria sequer percebido por parte das camadas mais subalternas da população.

No livro *História administrativa e política de São João da Boa Vista (1896 a 1932)* é dada muita atenção aos políticos que têm grande ampliação do seu poder local com o republicanismo, por isso, como já foi justificado na introdução deste capítulo, este será bastante utilizado no presente tópico, pois logo

no início da obra é narrada a composição da segunda câmara republicana do município na transcrição de sua ata de posse.

> Procedida a apuração, verificou-se o seguinte resultado, para vereadores:
>
> Conrado Marcondes de Albuquerque, 241 votos; João Osorio de Andrade Oliveira, 238; José Procópio de Andrade, 236; Joaquim Thereziano Vallim, 234; Basilidio José Teixeira, 228; Procópio do Amaral Pinto, 221; Francisco Mariano Parreira, 225; Henrique Nicolau Rehder,220.
>
> Tendo esses candidatos obtido maioria absoluta de votos sobre os demais, foram eles declarados eleitos, tendo-lhes sido entregues os respectivos diplomas.
>
> Foram ainda votados para vereadores os cidadãos Luiz Gambetta Sarmento, Fernando dos Santos Mattos, João Joaquim Braga, Germano Rehder Sobrinho, Dr. Afonso Henrique Loyolla e Francisco Rehder.
>
> Para juízes de paz do distrito da cidade o resultado foi o seguinte: Gabriel Rabello Guimarães, 176 votos; Pedro de Oliveira Westin, 171; João Joaquim de Oliveira, 168; Joaquim Candido de Oliveira, 99; Christiano Osorio de Oliveira, 97; Alfredo Cypriano Freire, 97.
>
> Foram declarados eleitos os três mais votados, ficando como 10, 20 e 30 juizes de paz na ordem de votação.
>
> Os três subsequentes foram eleitos 1º, 2º e 3º suplentes, na ordem de votação.
>
> Foram ainda votados para Juiz de Paz vários outros cidadãos: Eduardo Leonoldo Figueira de Melo, Dr. Manços de Andrade, José Antonio da Silva e outros menos votados (AZEVEDO, 1968, p. 10).

Neste trecho fica notória a aparição recorrente dos poderosos sobrenomes locais, Andrade, Oliveira e Ozório, com destaque para o já visto ferrenho apoiador da república, o Coronel Cristiano Osório de Oliveira.

Embora o livro seja de autoria de José Osório de Oliveira Azevedo, o autor baseia-se nas transcrições das atas de encontros da Câmara Municipal redigidas por Theófilo Ribeiro de Andrade, influente político local que chegou a presidir a Câmara Mmunicipal e ocupar o cargo de deputado federal pelo PDC (Partido Democrata Cristão). Era do interesse de Theófilo Ribeiro de Andrade a transcrição das

atas desses encontros desde a segunda legislatura, pelo fato de ser filho do vice-presidente da Câmara Municipal, José Procópio de Andrade que, além de Theófilo Ribeiro de Andrade apadrinhou politicamente seu outro filho, José Procópio de Andrade Jr. Tanto José Procópio de Andrade como o filho dão nomes a ruas de destaque em São João da Boa Vista – SP até os dias de hoje.

> Continuando a resenha biográfica que venho fazendo dos vereadores da segunda Câmara Republicana, ocupar-me-ei hoje de seu Vice-Presidente, o Cel. José Procópio de Andrade.
>
> Tendo-se mudado de Minas para o nosso município em 1879, aqui passou a ser lavrador, tendo adquirido a fazenda Boa Vista, em que fixou residência (AZEVEDO, 1968, p. 19).

Também possuidor do título de coronel e, além disso, fazendeiro, claramente o apoio político de José Procópio de Andrade seria de grande valor em uma cidade como São João da Boa Vista – SP, o que facilitou para que seu filho José Procópio de Andrade Jr. ocupasse o cargo de prefeito durante 10 anos.

> Dentre estes está o Dr. Theófilo Ribeiro de Andrade, figura ímpar em nosso meio social e político, e quem com tanta frequência me tenho referido. Estão também Francisco Theófilo Ribeiro de Andrade, vereador no triênio 1905-1907 e Intendente; Dr. José Procópio de Andrade Júnior, que foi Prefeito durante dez anos consecutivos, médico com valiosos e prolongados serviços a Santa Casa, que recentemente o homenageou; Armando Ribeiro de Andrade e Dr. Raul Ribeiro de Andrade (AZEVEDO, 1968, p. 20).

Mostram-se relevantes a participação de médicos na política local, costume político recorrente até hoje, e o equívoco comum não só em São João da Boa Vista – SP, mas em todo o Brasil quanto a títulos acadêmicos utilizados, e os inexistentes, ao menos na língua portuguesa formal, como doutor. Não fica claro se o engano na cultura popular, de maneira geral, ocorre por desconhecimento ou pela tentativa de atribuir destaque à pessoa referida, mas o fato é que este erro é comum. Na passagem

seguinte, se observa o autor do livro atribuindo erroneamente duas titulações a Theófilo de Andrade: historiador e doutor.

> Como advogado foi admirável igualmente por seu preparo, eficiência e correção, tendo sido sempre um exemplo dignificante para o foro de São João. (...) Donde se conclue que o mais fecundo historiador de São João da Boa Vista foi sem dúvida possível o Dr.Teóphilo de Andrade, cujo nome exorna a rua da cidade em que por tantos anos viveu (AZEVEDO, 1968, p. 61).

Uma vez que, até onde se sabe, Theófilo de Andrade possuía bacharelado em Direito e não em História, é errôneo afirmar que ele seja historiador. Sendo desconhecido o fato de que o referido advogado tenha sido submetido a um exame de defesa diante de uma banca de doutorado, sendo aprovado, ou ainda, contemplado com um título de notório saber por uma universidade, também seria errôneo lhe atribuir o título de doutor.

Alguns, mais conscientes da situação errônea recorrente em se atribuir a denominação doutor a bacharéis em Direito, justificam a licitude dessa prática com base em uma antiga lei imperial. É irônico e contraditório que uma cidade totalmente republicana se apoie em bases monarquistas para justificar a ostentação de supostos títulos.

Não fosse o bastante ser reverenciado por títulos que não possui, Theófilo Ribeiro de Andrade não ficou atrás do pai e do irmão que foram homenageados tendo seus nomes atribuídos a importantes ruas da cidade, mais do que isso, ele consagrou-se por ter o nome associado à Escola Estadual Theófilo de Andrade. Talvez o nome de Andrade não tenha sido a melhor escolha para ser dado a um colégio, visto que quando o diretor do primeiro Grupo Escolar de São João da Boa Vista – SP solicitou a construção de um prédio próprio para a instituição, Andrade, como vereador, votou contra.

> O Dr. Teóphilo se declara solidário com o Presidente: “à câmara compete intervir nos negócios da instrução pública do município. No caso a atitude do Diretor do Grupo Escolar, não passa de um capricho, já que a Câmara mandou, adaptar o prédio a ser aproveitado e ela quem paga os aluguéis” (AZEVEDO, 1968, p. 68).

É justo apontar que determinadas regalias não eram atribuídas apenas a Theófilo de Andrade, mas em geral a toda uma elite masculina política e abastada na cidade.

> O tratamento dispensado aos vereadores pelo Secretário da Câmara no respectivo livro de atas era sempre respeitoso e comedido, sendo os seus nomes designados com os títulos-honrosos que acaso tivessem. E, em geral, todos tinham porque o simples fato de exercerem a vereança, cargo eletivo e não remunerado, provocava certa reverencia dos demais concidadãos para com eles pois dispendiam suas atividades em serviço de todos, para o seu bem comum. No início das atas, na menção de comparecimento, os nomes eram anotados por extenso; nas referências durante discussoes os nomes eram abreviados, adotando se o chamado “nome parlamentar”, às vezes com o respectivo título, principalmente se de nível universitário. Assim, na 4ª legislatura republicana as referências aos dois vereadores formados, um em direito e outro em medicina, tinham seus respectivos nomes, ainda que abreviados, precedidos do indefectível Doutor: Dr. Octavíano Carlos de Azevedo e Dr. Julio Pedreira de Freitas, ou simplesmente Dr. Otaviano ou Dr. Julio de Freitas. Os demais títulos nem sempre eram designados (AZEVEDO, 1968, p. 170-171).

Esta passagem nos mostra que em São João Da Boa Vista – SP, pelo menos naquele momento histórico, atribuíam-se determinados títulos a pessoas que não os possuíam, não por desconhecimento, mas sim para conferir certa pompa.

Justo, ainda, é apontar que se Theófilo de Andrade não era o único beneficiado com esta pompa, possivelmente tenha sido ele o único vereador de São João da Boa Vista – SP a conquistar o posto de vereador, em tempos de democracia, sem participar de eleições como candidato.

> Dentre os novos destacava-se a figura do Dr. Theóphilo de Andrade. Apesar de não ter sido candidato, não tendo figurado na chapa do Partido Republicano, foi espontânea mente escolhido pelo povo por apreciável votação. Nessa época já havia ele conquistado extraordinário prestígio político. Aliás sua eleição foi acolhida com agrado pelos próprios mentores do partido situacionista. Nessa ocasião, contou-me-ele, logo que os resultados

> da apuração, de votos firmaram sua eleição, quem primeiro acorreu pressurosamente a sua casa anunciando-lhe sua vitória foi meu pae, Domingos Theodoro (AZEVEDO, 1968, p. 210).

Ainda que, como já demonstrado, as camadas menos abastadas não participassem da política local, dentro da elite política, havia grupos de oposição e, como era de se esperar, houve retaliação ao fato de Theófilo de Andrade ser nomeado vereador, mas dada sua influência majoritária na política local, argumentos superficiais foram suficientes para que seu mandato não fosse impugnado.

> Reaberta ela, vem a Mesa e é lido e submetido a discussão o seguinte parecer: "A Comissão de Justiça... é de parecer que seja tomado por termo o recurso apresentado pelos Drs. Manços de Andrade, Luiz Gambetta Sarmento e José Fernandes da Silva Campos do reconhecimento dos vereadores Astolfo Adaurio de Amorim Aguiar e Major Joao Joaquim Braga, devendo a Câmara fazer subir o recurso no prazo legal, acompanhado da competente informação nos termos do art. 144 do Dec. 1.411, de 1-9-1906, que regulamentou a Lei nº 956, de 26-9-1906 e a que se refere o §3º do art. 58 do Dec. nº 1533, de 28-11-1907. Sala de Comissões, 15-1-1908. Theóphilo Ribeiro de Andrade – Lucio Bernardino da Costa". Antes de terminar a sessão pede a palavra o Dr.Theóphilo de Andrade e pronuncia o substancioso discurso assim referido pela ata: Diz S.S. que uma espontânea e expressiva votação o elegeu vereador da Câmara Municipal. Não pedira votos nem prometera coisa alguma. Entretanto, com o melhor de suas forças e capacidade, procurara exercer o mandato de vereador em defesa da causa do município. Exercera esse mandato no seio da Câmara Municipal com diligência, critério e imparcialidade. O grau de adiantamento do munícipio exige que a Câmara realize diversos melhoramentos. Muitos não podem ser imediatamente empreendidos, mas outros pode a Câmara levar avante, como embelezamento da cidade e melhoramentos de ruas e as obras da rede de esgotos. A Câmara passada não descurou do ensino público e o seu ilustre Presidente fez sentir neste sentido sua benéfica ação a bem do desenvolvimento da instrução. Embora com sacrifício, deve a Câmara dotar o município de escolas profissionais. Economizar não é acumular, mas saber dar boa aplicação aos dinheiros públicos. A dívida existente não é dívida para um município rico como o nosso S.S. contristou-se quando ouviu que a situação da Câmara era aflitiva. Si fosse assim, ela jamais conseguiria realizar as obras da rede de esgotos, que estão orçadas em mais de trezentos contos de reis. Si a Câmara se viu em dificuldades, foi porque receou utilizar-se dos elementos de que dispoe. Não foi o fato da existência de uma grande dívida que creou essas dificuldades a câmara. Feita a rede de esgotos e realizados outros melhoramentos a cidade desenvolver-se-á e crescerá necessariamente a renda pública (AZEVEDO, 1968, p. 213).

Com uma defesa bastante superficial, tendo como principal pilar de sustentação a necessidade de embelezamento da cidade, Theófilo de Andrade manteve-se no cargo. Este feito ilegítimo deveria ser visto com repúdio por uma população consciente politicamente, mas como se pode ver na passagem a seguir, ele foi celebrado.

> O alentador discurso do Dr. Theophilo de Andrade na sessão de posse dos vereadores foi uma manifestação de confiança, uma confiança de fé nas possibilidades, na riqueza, no engrandecimento, no progresso de nossa terra: "A dívida existente não e dívida para um município rico como o nosso... O gráu de adiantamento do município exige que a Câmara realize diversos melhoramentos... Feita a rede de esgotos e realizados outros melhoramentos a cidade desenvolver-se-á e crescerá necessariamente a renda pública". Assim estimulados, tomaram os vereadores várias iniciativas: já na 1ª sessão ordinária – 29-1-1908 Bronze Jr. entra com indicação autorizando o Prefeito: a) a promover o nivelamento e arborização da Praça Joaquim Jose; b) a gastar a verba necessária para o fecho da estátua de Joaquim Jose, modificando plano anterior; c) a promover desde já a arborização da Avenida D. Gertrudes (AZEVEDO, 1968, p. 218).

Obviamente a população local não teria voz o bastante para manter o cargo político deste homem que dá nome a um dos mais antigos colégios e com uma das fachadas mais historicamente bem preservadas da cidade, mas talvez a maior força de Theófilo Andrade, longe de ser o poder de convencimento de seu discurso de defesa, tenha sido o apoio do prefeito.

> Na sessão do dia seguinte, 30-1-1908, novamente Bronze Jr., reportando-se a renovação do gradil do jardim público, já autorizado, indica fique o Prefeito Municipal autorizado a mandar o orçamento dos passeios que contornam aquele jardim dando maior área quanto possível, quer a parte que defronta com a Igreja Matriz, quer a que defronta com a Câmara Municipal. Também foi aprovada (AZEVEDO, 1968, p. 219).

Fala-se muito aqui sobre os enlaces de poder político inteiramente concentradas nas mãos de uma elite masculina para que se possa chegar a um entendimento de qual o momento e o lugar da educação

nessas relações de poder. Se percebe que a educação estará em segundo plano no que se refere a questões aqui apresentadas, como o mencionado embelezamento do centro da cidade, visto que somente dois anos depois deste projeto, que deveria ser supérfluo, no que concerne à educação, aos olhos de gestores preocupados com a qualidade de vida da população, apareceria nos anais das reuniões da Câmara dos Vereadores uma menção a necessidade de se tornar obrigatória a frequência na escola primária.

> Eis o seu 19 artigo: "Até que se habilitem em todas as matérias do programa de ensino elementar ministrado nas escolas municipais, são obrigados a frequenta-las os indivíduos de 7 a 14 anos de idade. Esta obrigação não compreende os que os pais, tutores ou protetores provarem que recebem a conveniente instrução em escolas mantidas pelo Estado, em estabelecimentos particulares de ensino ou em suas próprias casas e os que residem a distância maior, da próxima escola, de um e meio quilômetros, para os meninos e de um quilômetro, para meninas" (AZEVEDO, 1968, p. 236).

Nota-se também que a preocupação com a não exposição das meninas pelas ruas da cidade era maior do que com o seu acesso à escola, visto que as meninas que residissem a uma distância superior a um quilômetro do colégio não eram obrigadas a frequentá-lo, enquanto para os meninos a distância imposta para obrigatoriedade do ensino era 1/3 maior, ou seja, um quilômetro e meio.

Este trecho da legislação, ao ser interpretado, mostra-se bastante breve e passivo de várias brechas, mas percebe-se que isto se dá pelo fato de que é clara a predileção pelas atas da Câmara analisadas cujos os assuntos eram de interesse da elite política local, e não de interesse da população em geral, tais como o acesso à educação.

> Logo a seguir nova crise na Câmara. Na ata sessão de 1.10.1900 (fls. 60 e v.do livro 301) vem ela sucintamente relatava: "O Sr. Presidente traz ao conhecimento da Câmara que o vereador Christiano Osorio de Oliveira tem deixado de comparecer as sessões, sem participação, há mais de seis meses. Submete a discussão a matéria, a fim de que a Câmara resolva a respeito. O Sr. Sarmento diz que a lei é clara, tendo o Sr. Christiano Osorio perdido o direito à sua cadeira. Entretanto, tratando-se de um companheiro que esteve durante meses doente, passando muito mal, entende que a Câmara deve levar isso em consideração. O Sr. Campos diz que todos sabem particularmente que o Sr.

> Christiano Osorio esteve doente, mas nada consta oficialmente. A lei diz que o vereador que falta as sessões durante dois meses sem causa, perde o lugar. Além disso, o Sr. Christiano Osorio já tem estado nesta cidade diversas vezes, nenhuma comunicação fazendo a Câmara. Tendo de fazer-se eleição para preencher a vaga do Dr. Francisco Ribeiro Santiago, convém que faça-se também para vaga do Sr. Christiano Osório. Encerrada a discussão, a Câmara reconhece vaga a cadeira do Sr. Christiano Osorio de Oliveira" (AZEVEDO, 1968, p. 80).

A citação anterior mostra a discussão sobre a expulsão de Cristiano Osório, por conta de várias faltas consecutivas, não justificadas às sessões da Câmara. A passagem, em particular, é curiosa, uma vez que a expulsão de um político muito influente veio a cabo de fato, porém é espantoso que se considere a abertura de uma brecha na lei em se tratando do estado de saúde de um homem politicamente poderoso.

No caso apresentado, a lei ainda conseguiu prevalecer sobre os interesses políticos do referido cidadão que, ao saber de sua expulsão, manifestou seu descontentamento em face da atitude dos colegas, pois mesmo sabendo que eles agiram dentro da lei esperava, possivelmente, que fizessem o contrário, isto é, agissem em benefício do coronel. Entretanto, não foram em todas as ocasiões em que a Câmara Republicana de São João da Boa Vista, nas primeiras legislaturas da República, optou por seguir a lei em vez de beneficiar a elite política local. Vale citar o interessante caso do aumento do número de vereadores no município promulgado em 6 de novembro de 1901: Art. 1º. Fica elevado a 11 o número de vereadores para compor esta Câmara (AZEVEDO, 1968, p. 95).

Diante do referido ato, o próprio Azevedo, que não costumava agir com escassez ao tecer elogios à gestão das primeiras Câmaras Municipais, não deixou de expressar o que deveria ter acontecido de acordo com a lei e o que acabara acontecendo pelo fato de a Câmara Municipal de São João da Boa Vista – SP possuir boas relações políticas com as oligarquias que comandavam o país à época.

> Em outros tempos seria suspensa, não a execução da lei, mas a própria Câmara e processados os vereadores, conforme fez quando esta, usando de suas prerrogativas,

> propôs a revisão da Constituição do Império. Se não fora o Tribunal de Relações os vereadores de então teriam pago a ousadia com prisão. Entende que, embora o Presidente a suspenda, deve a Câmara mantê-la, deixando ao poder competente a decisão definitiva (AZEVEDO, 1968, p. 98).

O resultado, após a decisão do poder competente, como mencionado na citação acima, foi o seguinte: a lei não foi revista e o aumento do número de vereadores foi permitido.

Ainda que se tenha dito desde o início deste tópico que o poder das elites locais foi muito ampliado após a instituição da República, essas mesmas elites não deixavam de ter destaque desde a época da monarquia. Desde o início da história da cidade, quando se tinha apenas uma avenida central em forma de espigão e duas ruas que dela se desprendiam, como apresentado por Scanapiecco nos capítulos anteriores, uma das duas ruas já possuía o nome de um influente cidadão, João Osório.

> A primeira vez que surge o nome de João Osorio nos anais de nossa Municipalidade foi em uma lista de angariação de recursos para a guerra contra o Paraguay, aparecida na sessão de 30 de maio de 1868, em que "D. Maria Candida Valim e o menor João Osório" figuram como doadores de 5$000 cada um (AZEVEDO, 1968, p. 17).

Tendo sido o segundo vereador mais votado da segunda Câmara Republicana sanjoanense, o agora republicano João Osório havia liderado a arrecadação de fundos para o movimento genocida que ficou historicamente conhecido como Guerra do Paraguai, sendo um dos atos mais conservadores do II Reinado. Observa-se na passagem anterior que houve participação das mulheres nas doações, seguindo sempre o aconselhamento de seus maridos, obedecendo as finalidades para as quais eram educadas as mulheres daquela elite.

Ainda com foco nas figuras que denominavam as principais ruas e avenidas dos primórdios da história de São João da Boa Vista – SP, tem-se no nome da avenida que representava o espigão central

uma homenagem à esposa de um curioso proprietário de terras que chegou como um afortunado desconhecido em São João que, pretendendo passar uma temporada na região, logo adquiriu grande quantidade de terras no município. Chamado nos documentos analisados apenas de Conrado e, aparentemente, querendo ser reconhecido pela elite local doou uma grande quantidade de terras para a Prefeitura Municipal onde seria construído o Hospital Santa Casa da cidade e todo o bairro que a circunda.

Conrado foi homenageado, tendo seu nome atribuído às terras que ele próprio doou ao município e que deram origem ao bairro Vila Conrado, não muito distante do centro. A avenida principal do centro da cidade recebeu, então, o nome de sua esposa: Dona Gertrudes. Mais um caso de uma mulher que ficou marcada na história política local não por conta das próprias opções políticas, mas sim pelas do marido.

> Conrado foi homem de prestigio em São João, pois a Câmara, em sessão de 22 de novembro de 1892, por proposta do vereador José Pires de Aguiar, mudou a denominação de uma das principais vias públicas da cidade que, de rua Francisco Glicério, passou a ser Avenida D. Gertrudes, nome da esposa de Conrado. E a deliberação foi tomada por unanimidade de votos(AZEVEDO, 1968, p. 14).

A análise da política sanjoanense ajuda a constatar que de fato existe uma educação feminina voltada para a formação de uma mulher que não se envolve em assuntos político-sociais e sim para a gestão do lar. No entanto, é preciso que se aponte que em todas as entrevistas feitas com ex-alunas do Colégio Santo André se obteve a afirmação de que as educandas consideravam que colégio oferecia uma educação de qualidade. Entretanto, é necessário perceber na voz das entrevistadas o que elas consideram educação de qualidade. Toma-se como exemplo o depoimento de Helena Maria Buzon, colhido ao lado de sua ex-colega de colégio Lisete Galvani Bitar.

> A tabuada, sim. Tinha essas regras, sim, mas é uma coisa que você tem que fazer. Senão você não aprende. Era explicado tudo direitinho e depois você ia estudar e decorava. Eu vou falar uma coisa para você, que até hoje eu tenho comigo. Eu faço as minhas continhas de somar todas na mão. Eu vou fazer na máquina e não confio. Faço tudo na mão! (risos) (BUZON, 2020).

Nota-se que a prática de decorar para aprender era para esta ex-aluna entrevistada o único caminho necessário ao aprendizado. Aqueles que não fossem capazes de acompanhar os métodos postos não possuiriam, segundo o que se constata, outra alternativa para a construção de sua aprendizagem senão a reprovação, como pode-se observar nas palavras da Irmã Maria Augusta Rosário Rodrigues, ex-integrante da Pia União das Filhas de Maria, última diretora do Colégio Santo André de São João da Boa Vista – SP e superiora do abrigo para as ex-funcionárias e professoras do colégio desde o seu fechamento em 1970 até fevereiro de 2017, quando foi transferida para São Paulo – SP.

> A reprovação era porque não tinha condições de acompanhar. Pois (os alunos) vinham de todos os cantos da cidade. Aqui nunca teve seleção pagar você poder estudar no colégio. Hoje em dia até se faz isso, porque (os alunos) vêm de várias escolas. Mas naquela época, quem viesse e os pais se interessassem por uma formação religiosa, era matriculado no colégio e fazia o exame de admissão. Pois essa era a norma do colégio. No primário não (tinha essa norma), mas para sair do quarto ano e começar o curso ginasial, era feito o exame de admissão (2015).

De maneira muito serena e calma, Irmã Maria Augusta Rosário Rodrigues tratou durante a entrevista com muita paciência e bom grado de assuntos como processos de admissão, reprovação e disciplinas. Demonstrando ser uma mulher de postura muito branda, Irmã Maria Augusta também foi muito séria ao falar da importância ao cumprimento das regras existentes no colégio.

> A coisa mais bonita que eu vi aqui em São João é que as crianças vivas, ativas, malandrinhas no jeito de falar, mas eram educadas. Então você percebia que tinha “um berço”, a família. A superiora era madre Cecília, e aí houve a troca. Uns vinham e diziam

> 'madre, o que for preciso, pode colocar de castigo'. E era bonito de ver. E como em casa nós éramos seis homens e eu estava no meio deles, minha era já era mais velha... então eu conhecia toda a malandragem da meninadinha, dos meus irmãos. Eu brincava com eles, nós éramos próximos. Então eu sabia como lidar com eles, (e identificar) quando era uma briga deles, quando era de mau gosto. E era com respeito e com práticas mistas (2015).

Irmã Maria Augusta é natural de São José dos Campos – SP e veio para São João unicamente com a missão de desempenhar suas funções no Colégio Santo André. Diferente de outras figuras religiosas aqui já citadas, como Monsenhor Antônio David, a ex-filha de Maria estava longe das relações de poder político na cidade e não frequentava as casas dos grandes proprietários de terra, não participando das decisões que tomavam. Mesmo sem conhecer detalhadamente o cotidiano das famílias dos alunos que recebia, atribui a boa conduta de seus educandos ao fato de pertencerem a um berço ou família18. Mais uma vez o bom comportamento e a boa postura estão associados ao pertencimento a uma origem de prestígio local.

Irmã Maria Augusta não só foi receptiva à entrevista para este trabalho, como também deixou em aberto a possibilidade da realização de outros projetos de cunho socioeducacional no abrigo para as ex-funcionárias e professoras do Colégio Santo André de São João da Boa Vista – SP. Infelizmente, não foi possível realizar nenhum projeto com este cunho durante a gestão de Maria Augusta, mas em novembro de 2019 o grupo de teatro do Projeto VidaAtiva, que desenvolve atividades para a terceira idade, dirigido por João Guilherme de Oliveira Pellegrini, e vinculado à Sociedade Esportiva Sanjoanense, levou ao abrigo uma proposta e um café da manhã cultural, integrando membros do projeto, moradoras do abrigo e familiares, com a apresentação de três esquetes teatrais.

---

18 Possível alusão a famílias economicamente privilegiadas ou minimamente com razoáveis condições financeiras.

Figura 21 – Fotografia tirada após a apresentação do grupo teatral do Projeto VidaAtiva, com integrantes do projeto, moradoras do abrigo e familiares.

Figura 22 – Quadro com quebra-cabeça com os afrescos do teto da Capela Sistina exposto na parede do abrigo para ex-funcionárias e professoras do Colégio Santo André.

A imagem anterior é capaz de demonstrar o interesse e a carência das moradoras do abrigo por atividades culturais. Elas tiveram uma vida voltada para o trabalho com a educação, até o fechamento do colégio em 1970, e agora passam boa parte de seu tempo em repouso, quando não estão cumprindo suas obrigações religiosas.

Embora exponham a seriedade com que o colégio lidava com suas normas e regras, as entrevistadas não atribuem o seu fechamento a uma opção por uma educação que seguisse um modelo mais liberal, mas sim a questões econômicas, como pode-se observar no depoimento de Lisete Galvani Bitar.

> foi apenas por motivos financeiros, pois como depois tiveram grupos como o Instituto, em que tinha (cursos como) ginásio e normal e que não se pagava nada. Então o poder aquisitivo foi o que influenciou muito nas freiras em fecharem o colégio (BITAR, 2020).

Para esta tese, foi feita uma investigação mais aprofundada a respeito da história político-econômica de São João da Boa Vista – SP no contexto que interessa a este trabalho, e verificou-se que a afirmação de Lisete Galvani Bitar não está exatamente de acordo com o que foi investigado, pois foi observado que as famílias de grande poder político e econômico na cidade mantiveram sua condição até os dias de hoje, talvez apenas com raríssimas exceções.

Para além disso, alguns comportamentos que foram se tornando cada vez mais comuns no cotidiano dos jovens, conforme os dias atuais foram se aproximando, como namoro na adolescência, opção por se vestir a seu modo e utilização dos mais diversos adereços na construção da sua identidade visual, não eram possíveis aos alunos do Santo André. Pode-se observar tal fato no depoimento da ex-

aluna Beatriz Aparecida de Mello Saddi que chegou a ser expulsa do colégio e afirma ter dado trabalho aos pais por ter insistido em namorar enquanto era aluna do colégio de freiras sanjoanense.

> Aí você me pegou. Havia interesse, enchia de rapazes lá. Talvez eles nos vissem como meninas mais (pausa) de um colégio mais rígido, e que não podíamos (ter liberdade) como todas as outras. Talvez a conotação tivesse um pouco do que você falou, porque o difícil é mais gostoso. Às vezes, você canta uma menina e vem facilmente. Não é tão gostoso quanto uma que você tem que tentar por ser seis meses para poder dar um beijinho. E nessa de encher o muro, a meninada subia lá e ficava de 'tererê' conversando, meio escondida das freiras. E eu já tava de olho nesse rapaz, que era sobrinho de uma das professoras minhas. E aí eu até comecei a namorá-lo. Foi o meu primeiro namorado, nós namoramos por um bom longo tempo. E eu era uma aluna que dividia o meu tempo pela esportiva e comecei a namorar esse cara... uma paixão violenta. Aí eu pego e repito a quinta série. Aí eu fui fazer novamente a quinta série lá e acabei fazendo a mesma coisa. Eu não queria saber de estudar. Dei muito trabalho para elas (as freiras). Até que elas chamaram os meus pais e disseram 'olha, a Beatriz rodou dois anos na quinta série. Ela não vai fazer novamente aqui, sinto muito falar para o senhor que não tem condições'. Aí meu pai me tira do colégio Santo André e me leva para o colégio Imaculada e Conceição em Mogi Mirim, que era de uma rigidez maior, talvez (SADDI, 2019).

Beatriz ainda contribui para reforçar a ideia de que as moças sob a proteção dos muros do Colégio Santo André eram mais cobiçadas pelos jovens rapazes da época. O comportamento de Beatriz, tido por vezes como inadequado para o colégio, não fez com que ela se distanciasse do campo educacional. Tornou-se professora de Língua Portuguesa, possuidora de uma didática bastante diferente da empregada no Colégio Santo André. Sempre aberta a propostas de ensino inovadoras, incentivava seus alunos a escreverem livros, encenarem peças teatrais e dedicava os últimos minutos de suas aulas a alunos que tivessem a iniciativa de promover algum debate ou encenar alguma representação.

O Colégio Santo André não foi negligente nem tampouco cruzou os braços diante das mudanças pelas quais a sociedade passava. Em seus últimos anos de funcionamento, passou a aceitar professores leigos e alunos do sexo masculino tentando promover maior integração de gênero. É neste momento que

João Batista Scanapiecco torna-se professor do Santo André e passa a ter uma relação direta com a história da instituição.

> Eu também dei aula no Colégio Santo André. Os coronéis não queriam o ginásio. Primeiro porque o Hugo Sarmento era maçom, e segundo pra educar o povo. Quem é que veio apoiar o Hugo Sarmento? Padre Josué Silveira de Mattos. É aquele que tem busto em frente à Catedral (SCANAPIECCO, 2020).

O depoimento de Scanapiecco ajuda a entender que a elite político-econômica ainda empoderada de maneira ímpar, desejava a manutenção do Colégio Santo André e seus métodos de ensino, contudo não adiantava lutar contra a maré de uma nova juventude, com novos costumes que estava por surgir. As inovações propostas pelo colégio de freiras sanjoanense não chegavam nem perto das possibilidades de inovação didáticas existentes nos colégios públicos como o Cel. Joaquim José, onde Beatriz Aparecida de Mello Saddi lecionou, ou o Instituto Sanjoanense de Educação (Cel. Cristiano Osório de Oliveira), que atraiu a maior parte do público do Colégio Santo André pelo fato de também estar instalado no bairro Santo André.

Além da opção dos jovens por um ensino mais regrado, a busca pela formação na vida religiosa diminuiu e o ensino voltado para a formação de freiras na Irmandade de Santo André deixou de existir em São João da Boa Vista – SP. Porém, como este trabalho buscou se aprofundar no funcionamento desse modelo educacional, nos anos em que existiu na sociedade sanjoanense, é válido citar as palavras de Maria Augusta, ao explica como as aspirantes a freiras conciliavam os estudos da grade curricular comum com o ensino para a vida religiosa.

> Eu supervisionava. Da quinta série até o (curso) normal, cada sala tinha a sua mescla de classe. Ela podia dar aula ou ela podia ser a sua mestra de classe. Ela podia dar aula ou

> ela podia ser só mestra de classe, quero dizer, dava aula de ensino religioso. Por exemplo, a Edite era professora de geografia e ao mesmo tempo era mestra de classe. Tinha o momento da aula em que ela dava formação religiosa para jovens (RODRIGUES, 2015).

Torna-se quase óbvio que certa rigidez tinha que ser mantida, pois a jovem que se preparava para a vida religiosa, e era educada com outras jovens que seguiriam a vida leiga, não poderia ser exposta a situações que distanciassem muito dos costumes para os quais ela era instruída para vivenciar. Demonstra-se aqui, mais uma vez, que o sistema de ensino rígido empregado pelo Colégio Santo André e pelas Associações Católicas era voltado para estruturar a conduta de uma mulher que serviria os padrões de uma sociedade majoritariamente católica, comandada por homens, que condenava o modernismo, o feminismo e as ideias progressistas, buscado afastar o público feminino de tudo isso e apegando-se à romanização e ao ultramontanismo.

Por fim, é importantíssimo ainda que se demonstre na palavra dos que viveram diretamente a história dessas instituições que a história do Colégio Santo André e das Associações Católicas estão diretamente conectadas. Para isso, primeiramente será apresentado um trecho da entrevista de Odette Brochado Rodrigues Lorette.

> E eu falo bastante sobre a Pia União no trabalho, as associações católicas. Os valores que eram ensinados no colégio Santo André eram parecidas com os valores ensinados na Pia União.
>
> Ah sim, era tudo certinho, era a mesma coisa. Tinha a cruzada eucarística e depois ia para a Pia União Filhas de Maria.
>
> E tinha alguma ligação entre a Pia União e o colégio Santo André em relação a preparação das moças para cuidar da casa, cuidar do lar ou eram só as matérias?
>
> Ah sim, tinha uma matéria que se chamava economia doméstica. E eu admirava, a gente fazia trabalhos manuais. Chegava no final do ano e tinha uma exposição linda dos trabalhos. Elas ensinavam de tudo. Era a educação completa mesmo (LORETTE, 2020)

Em seguida, a fala de Scanapiecco.

> Seu João como o foco da minha pesquisas são as associações católicas e o Colégio Santo André, e o senhor está me contando da força da Igreja Católica em São João, eu queria saber na opinião do Senhor, qual é a contribuição do colégio e dessas associações para força do catolicismo em São João. Seja na época, seja no legado que ainda existe nos dias de hoje...
>
> Olha, sempre foi muito grande. Todo ano no dia 30 de novembro, é o dia de Santo André. As ex-alunas se reúnem lá na casa delas que hoje é uma espécie de descanso das irmãs idosas.
>
> E a contribuição para a formação da sociedade das moças foi muito importante porque deram excelentes pessoas, eu fui professor de muitos filhos delas, inclusive tinham alunas que não eram católicas, que frequentavam o colégio interno ainda, porque o colégio dava uma formação especial.
>
> Então ensinamentos do colégio passavam dentro das famílias de geração para geração?
>
> Com certeza.
>
> E ainda está presente?
>
> Ainda tá presente, só ir dia 30 onde estão as freiras hoje, para ver o saudosismo, a gratidão que essas senhoras prestam ao colégio.
>
> Mas e os herdeiros, os filhos e os netos? Ficou algum legado?
>
> Sem dúvidas, sem dúvidas (SCANAPIECCO, 2019).

Para além de demostrar aqui já afirmada relação entre a educação existente no Colégio Santo André e nas Associações Católicas, talvez a contribuição mais importante que esses depoimentos nos tragam seja a de que, apesar de toda a mudança que as tradições da cultura ocidental possa impor sobre os jovens com o passar do tempo, existem elementos que a construção histórica faz com que se mantenham presentes na cultura de uma sociedade — são tais elementos que justificam a importância de um estudo como este, pois eles se refletem diretamente nas relações de gênero e poder, muito debatidas na sociedade contemporânea.

5.2 – Imaginários sobre a figura feminina nos filmes ‘João Negrinho’ e ‘Chão bruto’ gravados nas décadas de 1950 em São João da Boa Vista e região

Em São João da Boa Vista – SP há uma tradicional família de fotógrafos proprietária de um conhecido laboratório fotográfico localizado no centro da cidade defronte à praça Cel. Joaquim José — já aqui muito citada —, o laboratório Gianelli, batizado com o mesmo sobrenome da família. O patriarca desta família foi Dilo Gianelli que, para além da fotografia, se aventurou na sétima arte, fundando no alvorecer da década de 1950 a produtora local Gianelli Filmes. Graças à iniciativa de Gianelli, São João da Boa Vista – SP ganhou, ainda no início da segunda metade do século XX, notoriedade no cinema nacional.

Duas películas produzidas pela Gianelli Filmes merecem destaque ao se estudar a história cultural sanjoanense: *João Negrinho*, de 1958, por conseguir projetar-se em segundo lugar nas bilheterias nacionais no ano de seu lançamento, ficando atrás somente do já bastante exibido, mas muito consagrado e requisitado filme espanhol *Marcelino, pão e vinho*, de 1955, e também de *Chão bruto*, de 1959, por ser uma das primeiras produções cinematográficas que contaram com a participação de Lima Duarte, sendo filmado no eixo Vargem Grande do Sul – SP-Águas da Prata – SP, onde se localiza São João da Boa Vista – SP.

João Negrinho é um filme que mostra os anos finais da monarquia brasileira no período que antecede a abolição da escravatura. Diferentemente de *Chão bruto*, não foca diretamente na questão feminina, tampouco retrata o período que é abordado por este trabalho. O grande interesse pelo filme em questão está no fato de ele ter sido gravado nos anos do recorte relacionado à presente tese e por lidar com a questão das minorias, como este trabalho. Assim,

acredita-se ser possível apreender, através da análise de cenas do filme,um pouco da mentalidade que se tinha na época, não pelos olhos do espectador de hoje em dia, mas sim pelos olhos dos produtores e roteiristas, que eram pessoas que viveram no contesto pertinente ao presente estudo.

Do filme participaram, além de atores convidados, pessoas da própria cidade, inclusive em alguns papéis de destaque e, principalmente, na figuração, sobretudo porque para Dilo Gianelli a produção desse filme era a realização de um sonho e uma diversão, uma produção amadorística que acabou tomando proporções profissionais.

Logo após o início do filme, aos 6 minutos e 30 segundos, o diretor Oswaldo Censoni fez a opção por mostrar a sinhá administrando o lar e repassando aos escravos da Fazenda do Fundão (local fictício onde a trama é ambientada)19 as ordens do Senhor da fazenda de cana-de-açúcar.

19 O set de filmagem foi montado na área rural de São João da Boa Vista – SP.

Figura 23 – Sinhá administrando o lar e repassando ordens do Senhor da fazenda de cana-de-açúcar aos escravos. (Acervo pessoal de João Guilherme de Oliveira Pellegrini)

É improvável que o diretor tenha selecionado para o filme cenas que não pertencessem ao seu património cultural e às suas experiências de vida, sobretudo em uma época em que o acesso a informação para se ampliar o conhecimento era muito menor do que atualmente. Entendendo que formava-se a mulher para o lar, tem-se o filme como mais um reforço dessa afirmativa.

Aos 12 minutos e 54 segundos é mostrado um jantar em que o proprietário da fazenda do Fundão e outro senhor tratam da negociação de cana-de-açúcar, e a esposa apenas observa sem opinar.

Figura 24 – Jantar em que o proprietário da fazenda do Fundão e outro senhor tratam da negociação de cana-de-açúcar. (Acervo pessoal de João Guilherme de Oliveira Pellegrini)

É possível concluir que, em se tratando das decisões que têm relação com a gestão do lar, a mulher é participativa e pode ter pulso firme, mas não tem voz nas decisões econômicas, externas e que envolvem os homens.

Aos 17 minutos e 40 segundos do filme é exibido um fato que tem relação direta com o modelo de educação aplicado no Colégio Santo André, descrito no capítulo anterior por Helena Maria Buzon: o padre faz com que Chiquinho, filho dos senhores da fazenda, decore as orações da catequese, pois seus pais virão em breve para conferir os resultados do aprendizado por meio desse método.

Figura 25 – Padre faz com que sinhozinho decore as orações da catequese. (Acervo pessoal de João Guilherme de Oliveira Pellegrini)

Novamente, aos 23 minutos e 26 segundos, o filme revela outra questão religiosa ligada ao cristianismo católico, já abordada neste trabalho: a necessidade de se edificar uma capela doando terras para a Igreja Católica, antes de se constituir uma vila.

Figura 26 – Edificação da capela da fazenda do Fundão. (Acervo pessoal de João Guilherme de Oliveira Pellegrini)

Este é inclusive o caso da história da fundação da própria São João da Boa Vista – SP, visto que ela começa com algumas propriedades rurais, seguindo para a edificação de uma capela.

É possível afirmar que o filme recorre a alguns clichês, como a utilização da figura do senhor maldoso e do padre bondoso e caridoso, passando um ideal de honestidade e postura sempre correta, conforme pregava a Igreja Católica, contudo o padre refere-se aos escravos com a expressão “meus pobres negros”, reforçando a ideia aqui já apresentada que alguns podiam até ver minorias como as populações afrodescendentes com certa simpatia, mas jamais com igualdade. O poder da Igreja Católica em ditar padrões para a época fica ainda mais evidente aos 44 minutos e 49 segundos do filme, quando a capela é inaugurada e toda a população local se reúne para a celebração.

Figura 27 – Inauguração da capela da fazenda do Fundão. (Acervo pessoal de João Guilherme de Oliveira Pellegrini)

Esta cena chama a atenção, em especial, pois grande parte dos moradores de São João da Vista na época aparece como figurantes.

Aos 53 minutos e 21 segundos o filme mostra que Chiquinho, filho do senhor de engenho Camilo Vieira, vai ser educado na capital. O diretor opta por demonstrar qual era o sentido da educação masculina da elite no período retratado pelo filme, mas nada é dito a respeito da educação da mulher ou de qualquer outra minoria, e é possível que isso seja um indício de que a educação desses grupos no período em que o filme foi produzido fosse tida como secundária.

Figura 28 – Chiquinho, filho do senhor de engenho Camilo Vieira, vai ser educado na capital. (Acervo pessoal de João Guilherme de Oliveira Pellegrini)

O filme, após 1 hora, 10 minutos e 3 segundos de exibição, mostra o novo senhor de *João Negrinho*, Soares de Moura, que anuncia aos escravos de sua fazenda a sua libertação. Os demais senhores da região não veem essa atitude com bons olhos. Sabe-se que a postura desses senhores é retrógrada em todos os sentidos, porque a libertação dos escravos mostrou-se vantajosa até mesmo para aqueles que contrariavam a abolição, inicialmente, pois quando se dava perspectiva de vida aos recém-libertos, juntamente com um salário, a produção se tornava mais rentável.

Figura 29 – O novo senhor de João Negrinho, Soares de Moura, anuncia aos escravos de sua fazenda a sua libertação. (Acervo pessoal de João Guilherme de Oliveira Pellegrini)

O inesperado sucesso de *João Negrinho* fez com que a Dilo Gianelli investisse na sua mais audaciosa empreitada. Logo um ano depois, em 1959, seria apresentado ao público: *Chão bruto*. O filme já não tinha mais uma ambientação fixa e era gravado no eixo Vargem Grande do Sul – SP-Águas da Prata – SP, e contava com a participação de Lima Duarte.

Diferentemente de *João Negrinho*, *Chão bruto* trata diretamente da questão feminina, focando na história de três mulheres com personalidades totalmente diferentes e suas reações diante de homens que estão em constantes conflitos armados por terras.

No livro de Azevedo há um relato sobre o imaginário sanjoanense a respeito da Guerra de Canudos, conhecida por ser um dos maiores conflitos pela terra da história do Brasil.

> A Câmara Municipal de São Joao da Boa Vista, identificada com os sentimentos de seus munícipes, diante dos acontecimentos do Estado da Bahia, que trouxeram luto a todos

> os patriotas, resolve telegrafar ao Presidente do Estado assegurando-lhe a sua solidariedade na defesa da República, consignando-se na ata da presente sessão um voto de profundo pezar pela morte dos bravos oficiais Moreira Cesar, Tamarindo e praças que se sacrificaram defendendo a República (AZEVEDO, 1968, p. 32).

Com relação à Guerra de Canudos temos duas versões populares: a primeira, mais tradicionalista, cuja imprensa republicana da época tentou impor à população, como pode-se observar a seguir:

> Na trincheira, no centro do reduto, permaneciam quatro fanáticos sobreviventes do extermínio. [...] Eram: um velho, coxo por ferimento [...], um preto alto e magro, e um caboclo. Ao serem intimados para deporem as armas, investiram com enorme fúria [...] Num momento eram cadáveres [...] Assim, estava terminada e de maneira tão trágica a sangrenta guerra, que o banditismo e o fanatismo traziam acesa por longos meses, naquele recanto do território nacional (SOARES, 1902, n.p.).

A segunda versão está presente na obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e procura levar mais em conta o ponto de vista dos sertanejos que habitavam Canudos e foram vítimas do genocídio.

> Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 05, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados (CUNHA, 1984, p. 351).

Ao se observar o posicionamento da elite economicamente privilegiada de São João da Boa Vista – SP, com relação à questão do conflito pela terra, nota-se que esta se aproxima muito mais da posição tradicionalista republicana do que da visão que leva em consideração o ponto de vista das minorias, ademais foi avaliado que São João é uma cidade inteiramente republicana.

Da mesma maneira, mostra-se tradicionalista o posicionamento no filme no que se refere à postura feminina quando, aos 10 minutos e 37 segundos, a mulher casta, que não se envolve nos assuntos dos homens e casada é adjetivada como mulher de boa conduta.

Figura 30 – Mulher casta, que não se envolve nos assuntos dos homens e casada é adjetivada como mulher de boa conduta. (Acervo pessoal de João Guilherme de Oliveira Pellegrini)

Aos 20 minutos e 34 segundos, a taverneira, independente, vive com seus próprios recursos, solteira e que não se importa com os padrões de vestimenta da época é retratada com os termos mulher de pouca confiança ou pouco merecimento.

Figura 31 – A taverneira, independente, que vive com seus próprios recursos é retratada com os termos, mulher de pouca confiança ou pouco merecimento. (Acervo pessoal de João Guilherme de Oliveira Pellegrini)

Aos 27 minutos e 42 segundos, Laura, a mulher casada, economicamente abastada e tida como padrão para a sociedade da época, retira-se da sala para que os homens tratem de negócios (seu marido Sr. Rui e o Cel. Julião). Em seguida, é obrigada a voltar para fazer as honras e se despedir.

Figura 32 – Laura retira-se da sala para que os homens tratem de negócios. (Acervo pessoal de João Guilherme de Oliveira Pellegrini)

O filme segue explorando a dicotomia das mulheres até então apresentadas, mostrando, aos 30 minutos e 21 segundos, Xaica, a taverneira, se impondo perante Vitório (personagem de Lima Duarte), que tenta cortejá-la. Ela afirma: “Em minha casa quem manda sou eu.”

Figura 33 – Xaica, a taverneira se impondo perante Vitório. (Acervo pessoal de João Guilherme de Oliveira Pellegrini)

A última personagem feminina de destaque a ser introduzida na trama é Ana, a jovem bastarda e trabalhadora também é retratada como de boa conduta, contudo à sua pobreza é atribuída à má sorte. A personagem é indefesa, passiva e conformada com a sua condição, e mostra-se incapaz de alterá-la.

Aos 46 minutos e 53 segundos Vitório, criminoso procurado e foragido, convence Ana a segui-lo, se entregando, então, a uma vida repleta de riscos ao lado dele. É interessante notar que embora os conflitos emocionais da trama se passem em torno das personagens femininas, as ações que desencadeiam esses conflitos são praticadas por homens.

Depois de 1 hora, 21 minutos e 53 segundos que o filme estava sendo exibido, surge Laura chorando a morte do marido atingido em combate, e afirmando não sentir saudades do falecido, embora tema ficar sozinha naquela sociedade e na condição em que se acostumou, sendo responsável pelo lar e tendo a sua segurança e bem-estar econômicos garantidos pelo marido. Apresenta seu temor em tornar-

se tecelã e afirma ter cumprido seu papel, por ter sido boa mãe e esposa devota, embora ressalte que se casou sem amor.

Figura 34 – Laura chora a morte do marido atingido em combate. (Acervo pessoal de João Guilherme de Oliveira Pellegrini)

Após 1 hora, 25 minutos e 40 segundos da projeção do filme, aparece Ana, que não era de uma família abastada, também apresentando temores em relação a ter uma vida “sem homem” (segundo as próprias palavras da personagem). Pede, então, que o pai adotivo e o marido não abandonem o lar para lutar em combate.

Figura 35 – Ana pede que o pai adotivo e o marido não abandonem. (Acervo pessoal de João Guilherme de Oliveira Pellegrini)

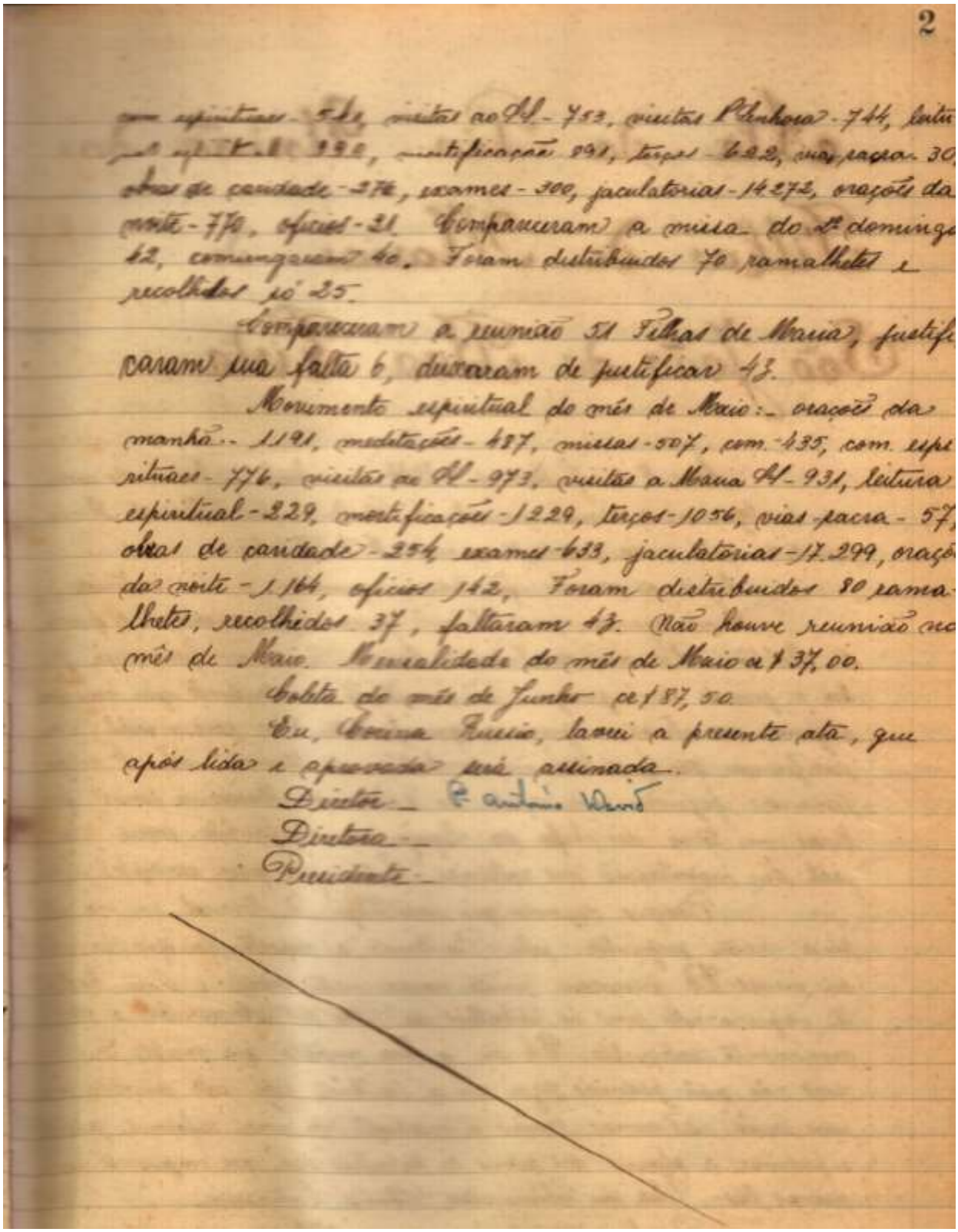
Chão bruto, apesar de contar com uma produção mais bem equipada e um elenco de mais renome, não obteve sucesso igual ao de *João Negrinho*, talvez por se tratar de um romance de enredo raso, mesmo para sua época, que não apresenta qualquer expectativa de superação ou alternativa de emancipação para as protagonistas. Desta maneira, uma possível conclusão é a de que em outras localidades do Brasil, na mesma época, já houvesse uma visão um pouco mais progressista sobre a figura feminina, ao passo que São João da Boa Vista – SP se mantinha fechada para os ideais de modernidade e feminismo.

Ainda que não tenha se projetado como um grande filme da cinematografia nacional, *Chão bruto* teve relevância para este trabalho porque, tanto quando se analisa seu enredo como quando se analisa o contexto em que ele foi produzido é possível colher informações a respeito da mentalidade existente acerca da figura feminina e seu local na sociedade, em ambos os contextos.

5.3 – A presença do legado do Colégio Santo André e das Associações Católicas femininas na São João da Boa Vista contemporânea

Este tópico representa um elo entre as considerações mais importantes feitas ao longo do trabalho e a conclusão. Assim, se recorre a retomadas de acontecimentos passados visando elucidar características da educação católica feminina nos anos de 1986 a 1970, em São João da Boa Vista – SP, para buscar uma compreensão de seus reflexos no presente.

Um ponto importante a se destacar refere-se ao olhar sempre vigilante do diretor da Pia União das Filhas de Maria, que não por coincidência também era o responsável pela doação do terreno para a construção do colégio Santo André, Monsenhor Antônio David, figura de poder nas instituições locais de educação feminina, bem como na política sanjoanense como um todo.



2

com espirituaes - 541, visitas ao SS - 753, visitas Senhora - 744, leitu
ra espiritual 330, mortificações 891, terços - 622, via sacra 30,
obras de caridade - 276, exames - 300, jaculatorias - 14.272, orações da
noite - 770, oficios - 21. Compareceram a missa do 2º domingo
42, comungaram 40. Foram distribuidos 70 ramalhetes e
recolhidos só 25.

Compareceram a reunião 51 Filhas de Maria, justifi
caram sua falta 6, deixaram de justificar 43.

Movimento espiritual do mês de Maio: - orações da
manhã - 1191, meditações - 487, missas - 507, com. - 435, com. espi
rituaes - 776, visitas ao SS - 973, visitas a Maria SS - 931, leitura
espiritual - 229, mortificações - 1229, terços - 1056, vias sacra - 57,
obras de caridade - 254, exames - 633, jaculatorias - 17.299, oraçõ
da noite - 1.164, oficios 142. Foram distribuidos 80 rama-
lhetes, recolhidos 37, faltaram 43. Não houve reunião no
mês de Maio. Mensalidade do mês de Maio cr $ 37,00.

Coleta do mês de Junho cr $ 87,50.

Eu, Corina Russio, lavrei a presente ata, que
após lida e aprovada será assinada.

Diretor - P. Antonio Vieira

Diretora -

Presidente -

Figura 36 – Ata da reunião da Pia União das Filhas de Maria de 6 de junho de 1944. (Acervo do Museu de Arte sacra da Diocese de São João da Boa Vista – SP)

A imagem anterior trata da última página da ata da reunião de 6 de junho de 1944 da Pia União das Filhas de Maria de São João da Boa Vista – SP, presente no caderno de atas da Associação que abrage o período de 1944 a 1954. Escolhe-se esta ata em específico, pois nela há uma referência a um agradecimento do Colégio Santo André pelas felicitações recebidas da Pia União por conta do início das atividades na nova sede. Esta troca de agrados entre uma instituição e outra pode ser entendida como mera formalidade, uma vez que muitas integrantes da Pia União também eram alunas do Santo André. Contudo, como já foi posto, a Pia União tinha propriamente a função de ocupar o tempo das suas integrantes enquanto desenvolvia atividades socioeducacionais.

Pode-se considerar como mera formalidade o espaço reservado para a assinatura da diretora e a presidente da Pia União ao final da ata, essas duas pessoas tinham papel meramente formal. O que legitimava de fato a validade da reunião era a assinatura do diretor Monsenhor Antônio David. Assim também ocorria no Colégio Santo André quando, em muitas ocasiões, o referido clérigo se fazia presente para legalizar a formatura das educandas. (Ver apêndice II).

Retomar a tais fatores é importantíssimo antes de ingressar na conclusão, pois nela será demonstrado que, ainda hoje, considerável parte da comunidade feminina faz opções político-econômicas na sociedade sanjoanense, seguindo as orientações de uma presença masculina em seu lar, tradição que se mantém na cultura educacional feminina sanjoanense por gerações, desde o período proposto para este estudo. As mulheres que alegaram ter recebido uma educação primorosa no Colégio Santo André e as filhas e netas que tiveram nessas mulheres as primeiras educadoras não levam em conta, por exemplo, ao fazerem escolhas político-econômicas, propostas e projetos que tenham foco ou como prioridade a educação.

Reportando-se novamente a fatos históricos, pode-se observar que em São João da Boa Vista – SP a educação foi usada desde suas primeiras iniciativas como uma maquiagem para interesses políticos e econômicos.

> A Câmara Municipal na legislatura de 1896 a 1898 muito se preocupava com a instrução pública. Já na sua primeira sessão de 8 de janeiro de 1896, propôs o vereador Conrado, em indicação, a supressão das escolas municipais já que o Congresso Estadual, na última legislatura, havia criado várias cadeiras de ensino primário para a cidade e município de São João. A verba das escolas a serem suprimidas reverteria em favor da construção do prédio para Grupo Escolar nesta cidade, concorrendo a Câmara com mais 5:000$000 para este fim; e oficiando-se neste sentido ao Governo do Estado (AZEVEDO, 1968, p. 33).

Na citação anterior, é nítido que a construção do prédio definitivo para a primeira escola não partiu de uma iniciativa local, visto que a Câmara Municipal havia rejeitado o pedido. A iniciativa partiu sim do governo do estado. Todavia, a gestão municipal soube apropriadamente fazer uso político da primeira escola, batizando a instituição com o nome do Cel. Joaquim José.

Considera-se, ainda, relevante destacar que o hábito de apenas seguir costumes impostos sem questionar não está apenas na relação entre o grupo das mulheres e o grupo dos homens. Para além de uma relação de gênero, isso se estende a uma relação política que supera os economicamente privilegiados e os desprivilegiados de capital no âmbito regional e, até mesmo, nacional.

Do mesmo modo, como já foi dito, além do hábito de rotular como comunista qualquer postura política que contrariasse os interesses da elite política, já existia o costume político que permanece até os tempos atuais de se seguir cegamente as deliberações políticas estadunidenses, associando o progresso econômico dos Estados Unidos a uma falsa possibilidade de prosperidade do Brasil.

Defende-se tal probabilidade como falsa, pois, ao se observar com clareza a história política daquele país, constata-se que, de maneira oposta a este pensamento tradicional, os Estados Unidos

garantiram o seu desenvolvimento sustentado pelo subdesenvolvimento de outros países, principalmente os da América Latina.

> Nessa época a Guerra da independência de Cuba, até então colônia espanhola, estava emocionando a América, tendo surgido, em quase todas as suas nações, comissões encarregadas de angariar donativos para ajuda dos libertadores da grande ilha americana.
>
> Aqui em São João foi nomeada na Câmara, pelo presidente João Osório, uma comissão com aquele objeto, composta dos vereadores Conrado de Albuquerque e Basilidio Teixeira, em atendimento a solicitação do "Comite pró-Cuba", com sede em São Paulo. É o que se vê na ata da sessão de 08.01.1896.
>
> Na ata da sessão de 07.03.1896 encontra-se a indicação do Conrado: Consigne em ata da presente sessão um voto de louvor ao ato do Senado dos Estados Unidos da América reconhecendo a beligerância dos cubanos na luta que sustentam contra a Espanha, pela independência da formosa Antilha. Essa indicação foi aprovada e comunicada ao "Comite pró-Cuba".
>
> Donde se vê que não é só nos tempos atuais que a "formosa Antilha" tem preocupados suas nações co-irmãs por sua posição política... (AZEVEDO, 1968, p. 29).

Nesta passagem do livro de Azevedo, se percebe que a elite política sanjoanense adota as posições políticas do Estado brasileiro que, por sua vez, adota as posições políticas dos Estados Unidos sem questionar, seja no passado, ao apoiar a independência de Cuba, seja em 1968, já se aproximando dos anos que correspondem ao final do período ao qual este trabalho se remete, ao criticar o regime socialista cubano que em momento algum é caracterizado no livro de Azevedo.

Se for constatado que as mulheres da sociedade sanjoanense adotavam e porventura ainda adotam as posições políticas dos homens com quem dividem seus lares, e que estes homens por sua vez seguem sem questionar as posições do governo brasileiro que, em muitos momentos seguiu deliberações estrangeiras sem que houvesse qualquer contribuição benéfica para o país, tem-se no desdobramento

da história da educação feminina em São João da Boa Vista – SP uma contribuição bastante complexa para o entendimento da história regional, justificando a importância de seu estudo.

Assim, este último tópico cumpre o seu papel de solidificar o caminho para a conclusão, retomando a partes importantes do trabalho que nela serão fundamentais, apresentando novas fontes que venham a se relacionar diretamente com o patrimônio cultural inventariado por este estudo e abrindo vias para as conexões que se pretende estabelecer no fechamento deste trabalho.

Conclusão

No decorrer deste trabalho tentou-se demonstrar a importância do estudo da história da educação feminina em regiões específicas do Brasil, defendendo que este tipo de pesquisa poderá oferecer importante contribuição para o estudo da história de nosso país.

Entendendo que a história dos grandes fatos já esteja posta, buscou-se apresentar que a história das relações de gênero e o papel educacional feminino em um contexto em que sua figura era reservada à maternidade e ao lar podem contribuir e ser relevantes para um entendimento mais global das ideias, conjunturas e mentalidades sociais, políticas e econômicas do Brasil, que foram enraizadas no final do século XIX e apresentam desdobramentos na cultura dos povos brasileiros até os dias de hoje.

Para este fim, um dos primeiros passos foi pontuar que a história de como as mulheres ocuparam as salas de aula se dá no campo das relações de gênero. Entende-se que nesta conclusão é valioso solidificar tais proposições nas palavras de intelectuais de destaque sobre o assunto. Assim, torna-se importante citar o texto “Mulheres na sala de aula”, de Guacira Lopes Louro.

> Não parece ser possível compreender a história de como as mulheres ocuparam as salas de aula sem notar que essa foi uma história que se deu também no terreno das relações de gênero: as representações do masculino e do feminino, os lugares sociais previstos para cada um deles são integrantes do processo histórico. Gênero, entendido como uma construção social, e articulado à classe, etnia, religião, idade, determinou (e determina) algumas posições de sujeito que as mulheres professoras ocuparam (e ocupam). Discursos carregados de sentido sobre os gêneros explicaram (e explicam) como mulheres e homens constituíram (e constituem) suas subjetividades, e é também no interior e em referência a tais discursos que elas e eles constroem suas práticas sociais, assumindo, transformando ou rejeitando as representações que lhes são propostas. Ao percorrer algumas décadas da história das mulheres nas salas de aula, lidou-se com representações, doutrinas, práticas sociais que instituíram homens e mulheres na sociedade brasileira. Observou-se que, em alguns momentos, discursos - religiosos, científicos, pedagógicos, jurídicos acabaram por produzir efeitos semelhantes, a partir de argumentos diversos. Se as instituições sociais, entre elas a escola, produziram e reproduziram tais discursos, é importante destacar que os sujeitos concretos “não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de sua

> sociedade". Homens e mulheres constroem de formas próprias e diversas suas identidades — muitas vezes em discordância às proposições sociais de seus tempos. Um olhar atento perceberá que a história das mulheres nas salas de aula é constituída e constituinte de relações sociais de poder. É mais adequado compreender as relações de poder envolvidas, nessa e em outras histórias, como imbricadas em todo o tecido social, de tal forma que os diversos sujeitos sociais exercitam e sofrem efeitos de poder. Todos são, ainda que de modos diversos e desiguais, controlados e controladores, capazes de resistir e de se submeter. Parece ser tempo de abandonar as explicações unicausais e, ao invés disso, tentar contemplar os múltiplos fatores e condições que possibilitam ou impedem as transformações sociais. As mulheres, nas salas de aulas brasileiras e nos outros espaços sociais, viveram, com homens, crianças e outras mulheres, diferentes e intrincadas relações, nas quais sofreram e exerceram poder. Pensá-las apenas como subjugadas talvez empobreça demasiadamente sua história, uma vez que, mesmo nos momentos e nas situações em que mais se pretendeu silenciá-las e submetê-las, elas também foram capazes de engendrar discursos discordantes, construir resistências, subverter comportamentos (2000, p. 478-479).

Um apontamento muito interessante na fala de Louro é a observação de que o conceito de gênero é uma construção social. Soma-se a isso o fato de que no processo histórico os homens valeram-se da coerção da força física para impor suas vontades às mulheres.

Tais observações são de grande valor, pois, ao reafirmar que este é um trabalho que tem como um de seus principais focos um colégio regido por religiosas, é significativo apontar que um dos motivos da ascensão de colégios regidos por freiras no início do século XIX foi o fato de que a busca pela clausura nos conventos nesse período era mais libertadora do que a vida externa. Entretanto, esse fator muda completamente na segunda metade do século XX, período que coincide diretamente com o início e término do recorte que esta tese se dedicou a pesquisar.

Importante pilar de sustentação da afirmação acima se encontra no texto "Freiras no Brasil", de Maria José Rosado Nunes.

> Os conventos e recolhimentos não foram apenas espaços de submissão. As mulheres também os utilizaram a seu próprio favor em muitas situações: para escapar de um

> casamento não desejado, para realizar seu desejo de viver piedosamente. Houve aquelas que, refugiadas no claustro, pediram o divórcio de maridos que as maltratavam fisicamente ou dissipavam sua herança. As casas religiosas foram ainda, por muito tempo, um dos poucos lugares em que as mulheres aprendiam a ler e a escrever (2000. p. 488).

É importante ressaltar, ainda, que tanto a busca pela clausura como a tentativa de domínio dos homens sobre as mulheres no período que se desdobra a partir do final do século XIX foram consequências de um acelerado processo de urbanização provocado pela modernidade e, ao mesmo tempo, de uma tentativa de afastar as mulheres dos ideais libertadores que possuíam. Tem-se respaldo para o entendimento desse processo no texto “Mulher e família burguesa”, de Maria Ângela D’Incao.

> Durante o século XIX, a sociedade brasileira sofreu uma série de transformações: a consolidação do capitalismo; o incremento de uma vida urbana que oferecia novas alternativas de convivência social; a ascensão da burguesia e o surgimento de uma nova mentalidade- burguesa - reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas; e, por que não, a sensibilidade e a forma de pensar o amor. Presenciamos ainda nesse período o nascimento de uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa, agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade, Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível. Verdadeiros emblemas desse mundo relativamente fechado, a boa reputação financeira e a articulação com a parentela como forma de proteção ao mundo externo também marcaram o processo de urbanização do país (2000, p. 223).

É notória nesta passagem a presença de uma mulher que, apesar de pertencer à classe burguesa, é subjugada aos interesses do marido diante da sociedade na qual era imposta a reclusão ao lar. Desse modo, ainda que fizessem parte de uma classe economicamente privilegiada, as mulheres eram excluídas do campo das ciências ou de qualquer discussão filosófica no contexto de sua existência, tornando-se justificável a aplicação de metodologias de pesquisa da história vista de baixo ou história dos excluídos.

Assim, mesmo que pertencessem à elite, embora excluídas dessas relações de poder, tinham um papel importantíssimo como educadoras, uma vez que muitas seriam professoras, catequistas e, sobretudo, mães: a primeira figura educadora no lar.

Sobretudo, ainda que o homem represente a figura de prestígio político-econômico naquela sociedade, a figura feminina e o modo como era educada e empregava os frutos dessa educação eram um sustentáculo capaz de manter ou não o *status* da figura masculina, reforçando a afirmação já feita neste trabalho de que o papel da mulher de elite, em uma república coronelista, mesmo nas regiões mais interioranas do Brasil, reflete-se de maneira significativa na economia e na política nacional.

> Num certo sentido, os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Em outras palavras, significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido. Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas (e serviçais) cuidavam da imagem do homem público; esse homem aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social (D'INCAO, 2000, p. 229-230).

De acordo com esses pressupostos, foi possível realizar uma pesquisa, a partir da ótica feminina, sobre um universo controlado por homens, ao passo que a história tradicional fazia o oposto. Aliás, um dos motivos que tornou este estudo importante foi a procura pelo reconhecimento no campo científico que essas mulheres não tiveram em seu tempo.

> É certo que os relatos dos cronistas, viajantes e historiadores do período nos exibem um quadro em que a menina ou a mulher candidata ao casamento é extremamente bem cuidada, é trancafiada nas casas etc. Não há como negar ou interpretar de outra maneira fatos tão conhecidos. Todavia, essa rigidez pode ser vista como o único mecanismo existente para a manutenção do sistema de casamento, que envolvia a um só tempo aliança política e econômica. Em outras palavras, nos casamentos das classes altas, a

> respeito dos quais temos documentos e informações, a virgindade feminina era um requisito fundamental. Independentemente de ter sido ou não praticada como um valor ético propriamente dito, a virgindade funcionava como um dispositivo para manter o status da noiva como objeto de valor econômico e político, sobre o qual se assentaria o sistema de herança de propriedade que garantia linhagem da parentela. (D'INCAO, 2000, p. 229-235).

Para além de um estudo da mulher distante do campo das ciências e reclusa ao espaço do lar, este trabalho também procurou demonstrar que na educação feminina era comum que se estabelecesse uma espécie de cronograma pedagógico a fim de controlar sua educação ao longo de sua trajetória de vida, ou seja, afora o casamento e as relações dentro do lar, o homem ainda monitorava a mulher durante o namoro e as demais relações afetivas, em busca da manutenção da postura e do veto à infidelidade não só de cunho sexual, mas de qualquer espécie que contrariasse à vontade dos pais e maridos. A seguinte passagem de D'Incao dá respaldo a esta afirmativa:

> A proximidade entre os namorados assim constituídos, só não era maior porque as circunstâncias não permitiam: havia o controle familiar direto sobre as moças casadoiras. A descrição de outras formas de namoro, denominadas de "espeque" ou "lampião de esquina" ou "estaca", também sugere que ao lado da proibição havia um contato direto dos corpos sem intermediações discursivas ou sentimentais prévias: "No século, não se fazia nada sem um apertão de carnes" (D'INCAO, 2000, p. 232).

Tal controle só era possível porque na educação feminina este se estabelecia em todos os âmbitos, seja no familiar, como já apontado, seja na educação escolar, onde embora no quadro profissional as mulheres fossem maioria, os cargos de poder e prestígio comumente eram ocupados por homens.

> Com exceção das escolas mantidas por religiosas onde as madres ocupavam posição superior, nas escolas públicas, foram os homens que detiveram por longo tempo as funções de diretores e inspetores. Reproduzia-se e reforçava-se, então, a hierarquia doméstica: as mulheres ficavam nas salas de aulas, executando as funções mais imediatas do ensino, enquanto os homens dirigiam e controlavam todo o sistema. A eles se recorria como instância superior, referência de poder; sua presença era vista como necessária exatamente por se creditar à mulher menos firmeza nas decisões, excesso de sentimento, tolerância etc. Aos homens eram encaminhados os alunos-problema ou qualquer outra questão que exigisse a tomada de decisões de problemas mais graves (LOURO, 2000, p. 460).

O Colégio Santo André de São João da Boa Vista – SP foi um exemplo de um colégio de freiras gerido por mulheres no contexto ao qual a autora se remete. Contudo, foi apresentado que a doação do terreno para a construção do colégio foi feita por intermédio de Monsenhor Antônio David, um homem ligado à Igreja e à política, e de forte representatividade local. Ao logo desse trabalho não faltaram exemplos de como Monsenhor Antônio David valeu-se de suas relações de poder e de conquistas na sociedade sanjoanense para manter sua posição. A obra de Louro, que trata da educação feminina num âmbito um pouco mais global, não aponta exceções específicas relativas ao controle dos homens sobre aquilo que era ensinado, mesmo nos colégios religiosos. Entretanto, a autora afirma que a sociedade do final do século XIX e início do XX responsabilizava a mulher e a religiosidade pela manutenção de uma família saudável.

A mulher que, porventura, ousasse contrariar as designações da Igreja e da elite masculina era julgada como impura pelo conjunto dominante daquela sociedade que, a todo custo, tentava afastar a mulher do feminismo.

> Muito provavelmente mulheres que tomassem iniciativas que contrariassem as normas, que tivessem um nível de instrução mais elevado ou que ganhassem seu próprio sustento eram percebidas como desviantes. Como uma ameaça aos arranjos sociais e à hierarquia dos gêneros de sua época. Vale lembrar ainda que, por muito tempo, a ignorância foi considerada como um indicador de pureza, o que colocava as mulheres não-ignorantes

> como não puras. De certa forma elas escapavam à representação do senso comum sobre o ser feminino, escapavam da representação que detinha a autoridade para dizer o que era ser mulher. Isso poderia levá-las a uma outra representação: à de mulher-homem (LOURO, 2000, p. 469).

Analisando tal sociedade e o machismo utilizado para combater o feminismo desde o início do século passado e a própria coerção da força física, Guacira Lopes Louro chegou a uma conclusão muito próxima da que se chegou com este trabalho, o que corrobora a ideia da autora: “somente uma educação libertadora, despida de imposições de um gênero sobre o outro, com amplo debate e participação universal em todas as esferas do conhecimento é capaz de ser uma educação libertadora”.

> Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado — emancipação da mulher — , nossa débil voz se levanta na capital do império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres! Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo? (Nísia Floresta, em 1853)
>
> Assim iniciava, em meados do século XIX, o Opúsculo humanitário, um dos vários escritos com que essa professora autodidata iria perturbar a sociedade brasileira. Afinal, o que pretendia essa “mulher metida a homem”? Nísia Floresta, uma voz feminina revolucionária, denunciava a condição de submetimento em que viviam as mulheres no Brasil e reivindica a sua emancipação, elegendo a educação como o instrumento através do qual essa meta seria alcançada. Proclamada a Independência, parecia haver, ao menos como discurso oficial, a necessidade de construir uma imagem do país que afastasse seu caráter marcadamente colonial, atrasado, inculto e primitivo. É bem verdade que os mesmos homens e grupos sociais continuavam garantindo suas posições estratégicas nos jogos de poder da sociedade. No entanto, talvez fossem agora necessários outros dispositivos e técnicas que apresentassem as práticas sociais transformadas, ainda que muitas transformações fossem apenas aparentes. O discurso sobre a importância da educação na modernização do país era recorrente. As críticas ao abandono educacional em que se encontrava a maioria das províncias estavam presentes nos debates do Parlamento, dos jornais e até mesmo dos saraus. Os anos passavam, o Brasil caminhava para o século XX e, nas cidades e povoados, sem falar na imensidão rural, grande parte da população continuava analfabeta (2000, p. 443-444).

Não se poderia dar por concluído este trabalho sem retomar o segundo pilar de tão importante interesse quanto o Colégio Santo André para a educação católica feminina em São João da Boa Vista – SP, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Fala-se aqui das Associações Católicas existentes nessa cidade que, na obra de Louro, aparecem diretamente relacionadas à responsabilidade de organização do lar cristão católico.

> Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país; àquelas que seriam as mães dos líderes também se atribuía a tarefa de orientação dos filhos e filhas, a manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior. Para muitos, a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, que seria a chave principal de qualquer projeto educativo. Deve-se notar que, embora a expressão cristã tenha um caráter mais abrangente, a referência para a sociedade brasileira da época era, sem dúvida, o catolicismo. Ainda que a República formalizasse a separação da Igreja Católica do Estado, permaneceria como dominante a moral religiosa, que apontava para as mulheres a dicotomia entre Eva e Maria. A escolha entre esses dois modelos representava, na verdade, uma não-escolha pois se esperava que as meninas e jovens construíssem suas vidas pela imagem de pureza da Virgem. Através do símbolo mariano se apelava tanto para a sagrada missão da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina. Esse ideal feminino implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora dos filhos e filhas (2000, p. 447).

Nesta passagem, observa-se que a mulher não só era encarregada da manutenção da própria postura, mas também da educação que formaria a conduta dos futuros gestores da sociedade em questão. Nota-se uma finalidade didática e simplista no emprego da figura de Maria, para explicar a aproximação da pureza e da obediência às regras e, a de Eva, associada à luxúria e à desinência. Tais observações, agora refletindo a respeito das associações católicas, dão reforço ao que já foi posto anteriormente. A mulher obediente era tida como pura e a mulher que questionava e tendia a não aceitar as regras impostas era taxada de impura. Fica assim justificada a razão da escolha da figura de Maria para simbolizar a mais importante Associação que lidava com a educação das jovens: a Pia União das Filhas de Maria.

Se havia uma construção por trás do mundo familiar burguês, e mediante o que foi dito, é possível constatar que neste universo as relações eram arquitetadas de acordo com um prévio planejamento educacional, o que torna bastante fecunda a hipótese de que os vínculos afetivos se constituíam de maneira consideravelmente fugaz. Tal hipótese se solidifica com a afirmação de Maria Ângela D'Incao.

> A qualidade dos sentimentos também passou por transformações importantes no século XIX. Pode-se associar ao afastamento entre as casas um afastamento que o indivíduo e toda sua família passa a desenvolver, isolando-se paulatinamente da comunidade. Nos sentimentos, ocorreu uma mudança na sensibilidade em relação ao que se chamava ora de amor, ora de sexualidade. Como consequência, teria havido um afastamento dos corpos que passaram a ser mediados por um conjunto de regras prescritas pelo amor romântico. Essa mudança parece ter sido parte de um movimento mais geral da sociedade que levou ao isolamento do homem moderno em relação à comunidade e aos grupos de convivência; processo que ocorreu simultaneamente nas transformações pelas quais as cidades do Rio de Janeiro e Recife passaram ao longo do processo de modernização no século XIX, só mais tarde observado na cidade de São Paulo. Convém não esquecer que a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para a mulher novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico. Percebe-se o endosso desse papel por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visavam "educar" a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família — a medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos. Considerada base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole (D'INCAO, 2000, p. 230).

Por meio da afirmação constante na citação anterior, é possível estabelecer mais uma ligação entre a história das associações católicas e a dos colégios religiosos no Brasil, pois ao mesmo tempo que o país se modernizava, como foi posto pela referida passagem, tornava-se um território fecundo para o enraizamento de colégios religiosos, diferente da Europa que sofria mudanças desfavoráveis à perpetuação dessas instituições, como nos revela Maria José Rosado Nunes.

> Na verdade, a situação político-social da Europa se tornara hostil à Igreja e, por conseguinte, à vida religiosa feminina e masculina. As consequências da Revolução Francesa, com sua ideologia laica, haviam criado conflitos de ordem ideológica e proibido a atuação social de religiosos e religiosas. As congregações encontram então na vinda para o Brasil uma solução para esse problema, mostrando-se motivadas pela ideia da "missão" em terra estrangeira e legitimando, oportuna e religiosamente, o êxodo da Europa. No Império, duas congregações femininas iniciam aqui suas atividades: as Filhas da Caridade, em 1849, e as Irmãs de São José de Chambéry, em 1858. A partir de 1891, intensifica-se a vinda de religiosas estrangeiras, em sua maioria francesas e italianas. Entre 1872 e 1920, cinquenta e oito congregações europeias se estabelecem em terras brasileiras; outras 19 também são fundadas no Brasil por essa época. O trabalho educativo nos colégios, o cuidado dos doentes, das crianças e dos velhos em orfanatos e asilos constituirão suas principais atividades (2000, p. 492).

Ainda em sua fala, Maria José retoma à pioneira irmandade das Irmãs de São José de Chambéry, berço das Associações Católicas no Brasil, cuja história aqui já foi narrada.

Nesta etapa de conclusão, além de retomar as origens históricas que justificaram o surgimento das Associações Católicas, se faz necessário que sejam revistas as motivações econômicas que legitimam o alvorecer e o sucesso dos colégios e Associações Católicas no final do século XIX.

> O fim do século XIX até a década de 60 do século XX representou um período de expansão e de estabilidade institucional para a vida religiosa feminina. Os recursos advindos das próprias obras, especialmente dos colégios, das doações de particulares, de incentivos governamentais, na forma de não pagamento de impostos e de benefícios suplementares, garantiam às ordens religiosas um certo suporte financeiro, com o qual desenvolveram projetos próprios. Consolidados, os diversos grupos apresentavam, no início do século, um contingente significativo de membros, composto, em grande parte, por vocações nativas, considerável número de propriedades e diversas obras assistenciais e educativas. Sua dinâmica de expansão e de afirmação institucional lhes permitia ter uma relativa autonomia em face das Igrejas locais.
> Essa situação favorável muda consideravelmente na segunda metade do século XX, quando uma crise se instala nas ordens religiosas, em meio ao intenso processo de

> transformações da sociedade brasileira e de mudanças internas na Igreja Católica-estas promovidas depois do Concílio Vaticano II.
> Nas décadas de 1950 e 1960, período de grande efervescência na sociedade brasileira, desenvolvem-se os processos de industrialização e de urbanização acelerada, de decisivo atrelamento da economia ao capital internacional, mudando-se a composição dos blocos de poder nacional. As transformações na área cultural são também marcantes. Os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, interligam pessoas e grupos. Novos comportamentos no âmbito da sexualidade são propiciados pelo uso da pílula anticoncepcional.
> A realização do Concílio Vaticano II, nos anos 60, em Roma, apresenta-se como um marco na direção de alterações profundas da Igreja. Retomando um pensamento já corrente em certos meios eclesiais, a Igreja Católica reorientou em grande parte sua ação e a interpretação de seu corpo doutrinal. Agentes eficazes de difusão das idéias católicas, as religiosas deveriam apropriar-se desse novo discurso. O aparelho eclesiástico colocou então em ação um enorme conjunto de atividades, tendo em vista a "renovação de mentalidade" das religiosas. O sistema organizacional rígido das congregações e seu discurso legitimador eram considerados ultrapassados diante das profundas transformações sociais e culturais havidas.
> A Igreja propôs mudanças estruturais na vida religiosa feminina, tanto na organização interna quanto em suas atividades externas, apresentando como objetivo dessa reestruturação "a adaptação aos novos tempos" e às novas proposições pastorais da Igreja. O cristão deveria agora "inserir-se no mundo" e ser um "fermento na massa", para usar expressões da literatura religiosa da época. Influenciar a sociedade baseando-se em ideais cristãos passou a ser um dever imperativo dos fiéis católicos (NUNES, 2000, p. 495-496).

Paralelo a isto, e entendendo que neste processo de conclusão é preciso solidificar as escolhas pelo início e fim do recorte temporal selecionado, segue um apontamento que dá respaldo ao fato de que, nos anos 60 e 70 do século XX, existiram um encadeamento de motivos que colocaram os colégios católicos em um acelerado processo de decadência.

> Efetivamente é um outro sujeito social que se constitui. A professora sindicalizada, denominada de trabalhadora da educação, é representada pela mulher militante, disposta a ir às ruas lutar por melhores salários e melhores condições de trabalho. Ela deve ser capaz de parar suas aulas; gritar palavras de ordem em frente a palácios e sedes de governo; expor publicamente sua condição de assalariada, não mais de mãe, tia ou religiosa, e exigir o atendimento de seus reclamos. Face à discreta professorinha do início do século, o contraste parece evidente: são outros gestos, outra estética, outra ética. O movimento organizativo se gesta no interior de uma sociedade autoritária, em especial nos anos em que o regime militar começa, lentamente, a se ver obrigado a uma

> distensão. Ao final dos anos 70, as entidades do magistério já são capazes, em vários estados brasileiros, de mobilizar parcelas bastante expressivas de docentes e as primeiras greves são deflagradas (LOURO, 2000, p. 474).

Fica notório que não se pode mais impedir que certo grau de informação chegue até as mulheres e que somente rejeitarão novos ideais aquelas que optarem por isso. O papel da figura feminina mudará, os anseios das educandas mudarão. Entender esses pressupostos é fundamental para compreender o fechamento do Colégio Santo André de São João da Boa Vista – SP, em 1970, mas, sobretudo, é importante ressaltar que o papel das educadoras também mudará, tendo os anseios do público escolar como um dos principais motivos para essa mudança, fato que justifica não haver mais a procura por um curso normal para formar professoras nos padrões do Colégio Santo André.

> Na base dessa crise de identidade das religiosas encontrava-se, entre outros fatores, a vontade de viver “como os outros”, de viver “a realidade” tal qual se encontrava “lá fora”. Há, assim, uma recusa da condição de “separadas” subjetivamente intolerável ou, ao menos, difícil de suportar. Essa condição passa a ser vivida como uma forma de "marginalidade", como estranheza à realidade cotidiana dos homens e das mulheres; cessa de ser geradora de benefícios simbólicos e materiais compensatórios para as religiosas, em termos de autoridade, de prestígio, de poder local.
> Dados estatísticos revelam o decréscimo de membros em praticamente todos os institutos religiosos do país. Em 1961, enquanto 1.565 moças entram para os conventos, apenas 7 freiras abandonam os quadros institucionais. Já em 1963, o abandono cresce para 85 casos, e as entradas também sofrem aumento: 1.886. A partir de 1964, porém, o total de entradas diminui progressivamente, e as saídas vão sendo sempre mais numerosas, chegando-se em 1967 a um índice negativo de entradas (menos de 33) contra 197 saídas. Ou seja, o número de moças que entram para os conventos passam a não compensar o número das que morriam ou deixavam essa vida.
> Viver em casas “normais”, vestir-se como toda a gente, esses novos comportamentos romperiam com o ambiente sacral dos grandes conventos e casas religiosas em geral e daria às comunidades de freiras um ar excessivamente profano, sem o mistério do passado.

> As transformações ocorridas não se limitaram às estruturas internas dos grupos religiosos. Também suas práticas sociais sofreram alterações, determinadas não apenas pelos interesses da Igreja, mas ainda por transformações sociais que criaram as condições necessárias e favoráveis a esse processo. Enquanto predominou na sociedade uma visão sacralizada de mundo, foi possível às religiosas, por esse título, exercerem tarefas para as quais não estavam tecnicamente habilitadas. Por que eram "irmãs de caridade" podiam ser professoras, enfermeiras ou assistentes sociais; nenhum diploma ou curso era exigido delas. A mentalidade moderna exigia, no entanto, preparo profissional, habilitação técnica específica para o exercício das diversas profissões. Além disso, o Estado tornava-se cada vez mais presente no campo social, ampliando os serviços de previdência social. Tornava-se então cada vez mais difícil para as religiosas manterem seu trabalho nas diferentes obras a que se dedicavam. Ainda assim, a participação delas na área da assistência social continuou a ser grande.
> No caso dos colégios, porém, outra dificuldade aparece. O processo industrializador instaurado no país, expandindo o mercado de trabalho, colocava necessidades novas e exigia mão-de-obra qualificada. A ampliação da rede oficial de ensino respondeu, em parte, a essa demanda da nova fase do desenvolvimento capitalista no Brasil. A oferta de ensino gratuito e, em geral, de bom nível, através das escolas do Estado, associada à aceitação progressiva do pluralismo religioso e mesmo de uma relativa laicização das instituições, interferiram na estabilidade da vasta rede educativa dirigida pelas religiosas. Dados estatísticos indicam que, em 1968, 55,7% das freiras (21.742) trabalhavam em obras educacionais, dirigindo 1.755 delas. Qualquer alteração nesse campo atingia mais da metade do contingente religioso feminino. (NUNES, 2000, p. 500-501).

A vida religiosa já não era mais um chamariz para aquelas mulheres que buscavam a tranquilidade, aliás, a tranquilidade ao final do século XX para uma mulher que saía às ruas e participava de greves não era mais prioridade. A clausura não era necessária para fugir de um casamento indesejado ou das exigências feitas pelos pais ou maridos prepotentes que então não tinham mais as mesmas condições de se impor à figura feminina.

No entanto, como mencionado anteriormente, muitas conquistas populares obtidas no Brasil não são fruto de lutas sociais concebidas a partir de aprofundadas discussões filosóficas, muitas vezes, apenas um espelho ou uma vontade ou, ao menos, a necessidade de acompanhar a evolução do mundo ocidental.

Assim, não é necessariamente regra que essa mulher, agora mais livre com relação a direitos políticos, sociais, econômicos e legais, tenha uma mentalidade mais liberta. Não há regra que justifique que as conquistas legais obtidas no papel reflitam na cultura e na educação, implementando de forma mecânica a pedagogia mais progressista e libertária e questionadora no processo de educação feminina.

Cultura não se dissolve com o passar do tempo. A cultura educacional de um povo se transforma, mas mantém os traços de sua construção social na sociedade contemporânea, o que torna possível o estudo de sua trajetória histórica até os dias atuais.

Em São João da Boa Vista – SP estão presentes, ainda hoje, resquícios do modelo educacional pesquisado para esta tese referente ao período entre os anos 1894 e 1970.

No segundo turno das eleições presidenciais de 2018 havia dois candidatos. Fernando Haddad (PT), professor universitário, cuja uma das afirmações deste intelectual foi utilizada no início deste trabalho para demonstrar sua preocupação com a situação social, política e econômica atual, partilhada por grande parcela dos educadores do país, principalmente os que estão ligados ao meio acadêmico. Graduado em Direito, com mestrado em Economia e doutorado em Filosofia, ex-ministro da Educação e um dos responsáveis pela criação e expansão de programas de ampliação do acesso ao Ensino Superior, como Prouni e Fies, Haddad é também responsável por um projeto de quase duplicação do número de universidades públicas no Brasil. Em São João da Boa Vista – SP, ele sofreu uma derrota expressiva para seu adversário, cuja campanha não tinha como principal foco a educação nem propostas claras para a área, ou qualquer histórico de atuação ligado ao ramo educacional.

Obviamente, são muitas as questões a respeito dos motivos que levam um indivíduo a escolher um candidato para ocupar o cargo de presidente da República, mas é fato que as mulheres, ou filhos e alunos daquelas que colocaram a educação como algo primordial e afirmaram que a educação recebida no Colégio Santo André e nas Associações Católicas foi essencial para as suas vidas, não elegeram a experiência e as propostas na área educacional como um quesito fundamental para a escolha de um candidato à Presidência da República.

Este trabalho procurou defender que a São João da Boa Vista – SP dos dias atuais possui uma cultura e uma concepção política fortemente marcada por uma educação que tinha em sua base mulheres de elite que se formavam como professoras, catequistas ou educadoras do lar.

Este é apenas um exemplo, bastante significativo e relevante, em que os frutos dessa educação se projetaram no presente, agiram na cultura da população sanjoanense e geraram consequências essenciais para o curso da história social, política e econômica de nosso país.

Desse modo, se comprova o que foi proposto a se defender neste trabalho: o estudo da educação católica feminina no recorte temporal e espacial destacado foi pertinente, uma vez que tal educação faz parte da matriz da sociedade contemporânea, ou seja, para que se possa compreendê-la de forma ampla é fundamental a realização de pesquisas sobre histórias regionais e culturais.

Em 31 de julho de 2018, o presidenciável que conquistou a maioria absoluta dos votos em São João da Boa Vista – SP declarou em discurso de campanha na cidade de Vitória – ES: “Ninguém quer saber de jovem com senso crítico.” A concepção de educação defendida pelo candidato se

assemelha muito ao modelo educacional despido de senso crítico aplicado nos anos que este trabalho se propôs a estudar.

Esta é uma forte justificativa do ponto de vista defendido desde o início por esta tese: muitos preceitos da educação feminina desenvolvida nas Associações Católicas femininas e no Colégio Santo André, entre o final do século XIX e 1970, ainda se fazem presentes na sociedade sanjoanense contemporânea por conta do significativo papel desempenhado pelas mulheres formadas nessas instituições como professoras, catequistas e educadoras do lar.

A tendência ao fortalecimento de modelos como esses que se dizem conservadores e combatem ideias progressistas é uma propensão mundial e não uma questão pontual de São João da Boa Vista – SP (ver Apêndice I). Mas é notório que a essa cidade se destaca como um reduto onde tais questões se manifestam de maneira consistente nas relações de gênero, político-econômicas e socioeducacionais, possibilitando realizar um estudo de sua origem e trajetória que contribua para uma inserção de destaque na história geral do Brasil, agindo como um pequeno fomento para outros estudos que possam ajudarem a desvendar as mais importantes contradições sociais presentes na atualidade em nosso país.

Assim, acredita-se que a missão proposta no início desse projeto, no qual seria feita uma análise histórica da sociedade sanjoanense, promovendo a organização dos fatos que interessaram à educação católica feminina, entre os anos de 1986 e 1970, a fim de compreender os reflexos desse modelo educacional na atual conjuntura de São João da Boa Vista – SP, foi cumprida.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. Luta das mulheres pelo direito de voto. movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores**. Ponto Delgada, 2ª série, VI, 2002. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/380. Acesso em: 5 jan. 2019.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas – mulheres da Colônia:** condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil. (1750-1822). Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras** – por que educar meninas e mulheres? São Paulo: Autores Associados, 2007.

_____, Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao logo do século XX – De rainha do lar a educadora da infância: missão, vocação e destino. In: ALMEIDA, Jane Soares de; SAVIANI, Demerval; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século XX no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2017.

AMARAL, Aécio. Entrevista concedida ao Jornal Gazeta de São João. In: ANDRADE, Jasson de Oliveira. **Golpe de 64 em São João da Boa Vista**. São João da Boa Vista – SP: Papyrus, 2008.

AMORIM, Ito. Entrevista concedida ao jornal Gazeta de São João. In: ANDRADE, Jasson de Oliveira. **Golpe de 64 em São João da B**oa Vista. São João da Boa Vista – SP: Papyrus, 2008.

ANDRADE, Jasson de Oliveira. **Golpe de 64 em São João da Boa Vista**. São João da Boa Vista – SP: Papyrus, 2008.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo:** a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ASTOLPHO, Lucilla Martarello. **Entrevista concedida ao Laboratório de Comunicação – Labcom**. UniFAE (dig.mp4). São João da Boa Vista, 2015.

AZEVEDO, José Osório de Oliveira**. História administrativa e política de São João da Boa Vista (1986-1932)**. São João da Boa Vista – SP: Arquivo Histórico Municipal, 1968.

BADIA, Denis Domeneghetti; FORTUNATO, Ivan; OLIVEIRA, Paula Ramos de. Pensar, falar e escutar: a aula entre a filosofia e a educação. In: **Eccos – Revista Científica**. 41. ed. Uninove – SP. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path%5B%5D=6929. Acesso em: 24 mar 2020.

BATALINI. Marta; MACEDO Luiz Cesar Machado de. Direitos políticos, igualdade de gênero e democracia: uma resenha sobre o filme *As sufragistas*. **Anais da Semana Científica do Curso de Direito da Unitri**. Uberlândia – MG, n.4, nov. 2016.

BERMAN, Marsall. Tudo que é sólido se desmancha no ar: A Aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BIAGIONI NETO, José. escola estadual comemora 87 anos. In: **Jornal do Dia**. 18. ed. set. 2015. São João da Boa Vista – SP: TV União, 2015. Disponível em: http://www.tvu.com.br/mostranoticia.php?id=2314. Acesso em: 12 jul. 2019.

BIRDSAL, Nancy. A classe média nos países em desenvolvimento – Quem ela é e por que ela importa. In: MACLENNAN, Michael; MAGALHÃES, Beatriz Judice. **Sobre a classe média**. Brasília – DF. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, 2013.

BITAR, Lisete Galvani; BUZON, Helena Maria. **Entrevista concedida a João Guilherme de Oliveira Pellegrini** (dig.wav*).* São João da Boa Vista – SP, 13 dez. 2019.

BITTAR, Marisa. A pesquisa em educação no Brasil e a construção do campo científico. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n.33, 2009. Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33/art01_33.pdf. Acesso em: 12 fev. 2015.

BLOCH, Marc. **Apologia da história. Ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

BOTO, Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis. A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito. **Cad. Cedes**, Campinas, v.23, n.61, p. 378-397, 2003. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 27 set. 2017.

_____. A racionalidade escolar como processo civilizador: a moral que captura almas. **Revista Portuguesa de Educação**. Universidade do Minho, 2010, n.23(2), p. 378-397.

_____. Nova história e seus velhos dilemas. **Revista USP**, 1994, n.23, p. 23-33.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educaç**ão. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. O campo científico In: ORTIZ, Renato (Org.) **Pierre Bourdieu:** Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

BUFFA, Ester. A teoria em pesquisa: o lugar e a importância do referencial teórico na produção em educação. **Cadernos de Pós-Graduação**, São Paulo, v.4, Educação, p. 33-38, 2005.

CAMPOS, Raquel Discini. Imprensa e educação feminina em zona pioneira: o caso do Noroeste Paulista (1920-1940). **Revista Brasileira de História.** Universidade Federal de Uberlândia, v.34, n.67 – jan.-jun. 2014. Disponível em:

http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a14v34n67.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo – SP: Três, 1984.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Soc**iais. São Paulo: Atlas, 1995.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo – SP: Contexto (Editora Pinsky Ltda.), 2000.

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA DEFINIR O ANO DE FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, **Parecer Final**. Arquivo Histórico Municipal. São João da Boa Vista – SP, 2020.

DIOCESE DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA. **Histórico da diocese de São João da Boa Vista**. n.d. Disponível em: https://www.diocesesaojoao.org.br/historico-da-diocese/. Acesso em: 12 jul. 2019.

DUTRA. Roger Andrade. **Da historicidade da imagem à historicidade do cinema**. Projeto História, PUC, n.21, nov. 2000.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

EX-FAXINEIRO, Assume Prefeitura de São João da Boa Vista após 42 anos. **Portal G1** – São Carlos e Araraquara – SP. Disponível em: http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2013/01/ex-faxineiro-assume-prefeitura-de-sao-joao-da-boa-vista-apos-42-anos.html. Acesso em: 11 mar. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. RAMALHETE, Raquel (Trad.). Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, Sebastião Pimentel. As escolas femininas de formação para o magistério no Espírito Santo: Primeira República. **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação**: Relações de Gênero e Educação Brasileira. Natal – RN: SBHE, 2002. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0554.pdf. Acesso em: 6 jan. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Alessandra Cristina. História de uma instituição escolar católica: o colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto no cenário do interior paulista (1918-1944). **Cadernos de História da Educação** – Universidade Federal de Uberlândia – v.14, n.2. maio-ago. 2015. Disponível em:

www.seer.ufu.br/index.php/che/article/download/32550/17823. Acesso em: 6 jan. 2019.

GAVRON. Sarah. As sufragistas. **Universal Picture**s. Califórnia – Estados Unidos: Universal City, 2015.

GIANELLI. Dilo. João Negrinho. **Gianelli Filmes do Brasil**. Brasil, 1958.

_____. Chão Bruto. **Gianelli Filmes do Brasil**. Brasil, 1959.

GIMENES, Carolina Moraes. **Resgate histórico das escolas rurais em São João da Boa Vista – S**P. 2014. Dissertação. (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, São Carlos – SP, 2014.

HADDAD, Fernando. **Entrevista à Folha de S.Paulo**. 26 nov. 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/elite-economica-abriu-mao-de-seu-verniz- ao-eleger-bolsonaro-diz-haddad.shtml. Acesso em: 10 jan. 2019.

HARARI, Yuval Noah. Artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, 7 nov. 2019. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,yuval-noah-harari-por-que-a-ficcao-supera-a-verdade,70003078900?utm_source=estadao%3Afacebook&utm_medium=link&fbclid=IwAR3qqlkdbruQplP-g9lbUQmgbE-b-K92IcHjmvQuHt09zdxHHKaIj053LYQ. Acesso em: 10 nov. 2019.

HAWKING, Stephen. **Breves respostas para grandes questões**. LEITE, Cássio de Arantes (Trad.). Rio de Janeiro. Intrínseca, 2018.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos:** O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOORNAERT, Eduardo. **História do cristianismo na América Latina e no Caribe**. São Paulo: Paulus, 1994.

INÁCIA, Maria. **Entrevista concedida ao Laboratório de Comunicação, Labcom**. UniFAE (dig.mp4). São João da Boa Vista, 2015.

IRMÃS DE SANTO ANDRÉ. **Irmãs de Santo André**: Intuições Brasileiras. Porto Alegre – RS: Edelbra, 2014.

_____. **Nossa história**. Disponível em: http://www.santoandre.org.br/Page/Historia. Acesso em: 8 jan. 2019.

JOÃO XXIII, Papa. **Mater et Magistra**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1968.

_____. **Pacem in Terris**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1968.

KANT, Immanuel. **Über Pädagogik**. Nicolovius, 1803.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. João Wanderley Giraldi (Trad.). **Revista Brasileira de Educação**, n.19, p. 20-28, jan.-fev.-mar.-abr. 2002.

LEÃO XIII, Papa. **Rerum Novarum** – sobre a condição dos operários (1891). 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1968.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LOPES. Luciana Suarez; MOTTA. José Flávio. A mulher votante! Que calamidade! É o reinado das saias!"1 Sobre a conquista do voto feminino no Brasil. In: Economia & História: **Crônicas de história econômica**. Disponível em: http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/3050/mulher_votante_calamidade_motta.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 5 jan. 2019.

LORETTE, Antônio Carlos. **Entrevista concedida ao Laboratório de Comunicação, Labcom** – UniFAE (dig.mp4). São João da Boa Vista, 2015.

_____. No tempo e no espaço. In: PASCHOAL, Antônio Dias. **São João da minha infância**. São João da Boa Vista – SP: Papyrus, 2001.

LORETTE, Odete Brochado Rodrigues. *Entrevista concedida a João Guilherme de Oliveira Pellegrini (dig.wav).* São João da Boa Vista – SP, 10 jan. 2020.

_____. No tempo e na história. In: PASCHOAL, Antônio Dias. **São João da minha infância**. São João da Boa Vista – SP: Papyrus, 2001. LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo – SP: Contexto (Editora Pinsky Ltda.), 2000.

MALHEIRO, Maria Cecília Azevedo. **Lampejos**. São João da Boa Vista – SP: Papyrus, 1999.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação:** da antiguidade aos nossos dias. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina:** uma face do conservadorismo (1859-1919). São Paulo: Unesp, 1995.

_____. **Igreja e educação feminina:** uma face do conservadorismo (1859-1919). Maringá – PR: EDUEM, 2008.

MATTOS JR., Jonathas. **A catedral de São João da Boa Vista**. São João da Boa Vista – SP, 1992.

MANACORDA, M. A. **História da educação:** da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez: 2010.

MANUAL da Pia União das Filhas de Maria e da Federação Mariana Feminina e da Arquediocese de Mariana, 1952.

MOORE. Michael. Fahrenheit 11 de setembro. **Dog Eat Dog Films**. Estados Unidos, 2004.

NADAI, Elza. A educação da elite e a profissionalização da mulher brasileira na Primeira República: discriminação ou emancipação. **Revista da Faculdade de Educação de São Paulo**. São Paulo, v.17, n.17, p.5-34, jan.-dez. 1991.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições Brasileiras:** 1824, v.1. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

NOVAIS. Fernando; SCHWARCZ, Lilia Moritz**. História da vida privada no Brasil:** Contrastes da Intimidade Contemporânea, v.IV. Companhia das Letras. São Paulo – SP, 2007.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo – SP: Contexto (Editora Pinsky Ltda.), 2000.

ORWELL, G. A revolução dos bichos. FERREIRA, H. A. (Trad.). São Paulo – SP: Companhia das Letras, 2003.

PASCHOAL, Adilson Dias; PASCHOAL, Ailton dias. Sobre o livro. In: PASCHOAL, Antônio Dias. **São João da minha infância**. São João da Boa Vista – SP: Papyrus, 2001.

PASCHOAL, Antônio Dias. **São João da minha infância**. São João da Boa Vista – SP: Papyrus, 2001.

PAULO VI, Papa. **Populorum progressio**. São Paulo: Paulinas, 2. ed, 1968.

_____. **Humanae vitae**. São Paulo: Paulinas, 2. ed, 1968.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINSKY, Carla; PINSKY, Jaime. História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2013. PIO XI, Papa. Quadragésimo anno. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1968.

RIOS, Helio Sales. **A representação da sexualidade na Igreja Presbiteriana do Brasil. 2016**. Dissertação. (Mestrado em Ciências da Religião) Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo – SP, 2016.

RODRIGUES. Maria Augusta Rosário. **Entrevista concedida a João Guilherme de Oliveira Pellegrini (dig.wav)**. São João da Boa Vista – SP, 19 maio 2015.

ROSAR, Maria de Fatima Felix. Os movimentos sociais e a pedagogia histórico-crítica: o salto de qualidade necessário na prática da educação escolar e não escolar. In: CASTANHA, André Paulo (Org.). Pedagogia histórico-crítica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate.** UFBA: Salvador, v. 5, n. 2, p. 73-88, dez.

2013. Disponível em: https://rigs.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9700/7088. Acesso em: 3 jan. 2019.

SÃO PAULO. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1936-1937**. Publicação organizada pela Inspetoria-Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado, 1937. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/revistas/AEE19360000.pdf. Acesso em: 12 jul. 2019.

SCANAPIECCO, João Batista. **Entrevista concedida ao Laboratório de comunicação – Labcom – UniFAE** (dig.mp4). São João da Boa Vista, 2015.

_____, João Batista. **Entrevista concedida a João Guilherme de Oliveira Pellegrini** (dig.wav). São João da Boa Vista - SP, 14 jan. 2020.

SADDI, Beatriz Aparecida de Mello. **Entrevista concedida a João Guilherme de Oliveira Pellegrini** (dig.wav). São João da Boa Vista – SP, 19 set. 2019.

SILVA, Marcos Amado da (Coord.). **República em migalhas:** história regional e local. São Paulo: ANPUH: Marco Zero: CNPQ, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. 3. ed. São Paulo – SP. Expressão Popular, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Da Colônia ao Império**. São Paulo: Brasiliense, s/d.

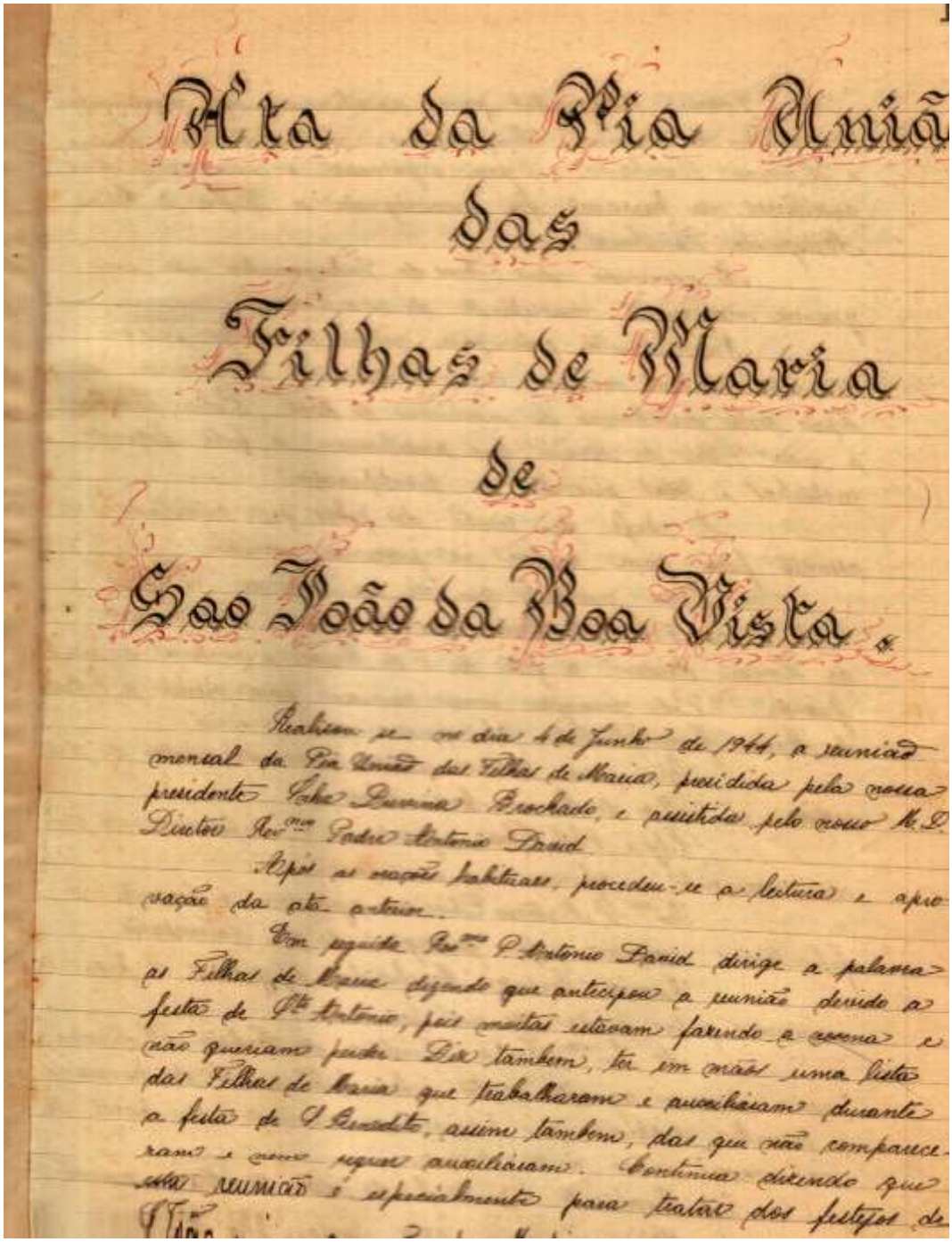
SOARES, Henrique Macedo. **A Guerra de Canudos**. Rio de Janeiro: Altina, 1902.

SOUTO MAIOR, Valéria Andrade. **Josefina Álvares de Azevedo:** teatro e propaganda sufragista no Brasil do século XIX. Acervo Histórico, n.2, 2º semestre de 2004, p. 65-82.

SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de. **Construindo identidades:** a Pia União das Filhas de Maria e o catolicismo romanizado. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1275852667_ARQUIVO_Const ruindoidentidadescomunicacaoanpuh2010textofinal.pdf. Acesso em: 9 nov 2012.AÊNDICES

APÊNDICES

Apêndice I – Íntegra da ata da reunião da Pia União das Filhas de Maria de São João da Boa Vista – SP do dia 6 de junho de 1944, contendo o controle de presenças, ausências e justificativas, atividades que as associadas deveriam cumprir e referência ao Colégio Santo André.



Ata da Pia Uniã
das
Filhas de Maria
de
Sao João da Boa Vista.

Realisou-se no dia 4 de Junho de 1944, a reunião mensal da Pia União das Filhas de Maria, presidida pela nossa presidente Irha Duvina Brochado, e assistida pelo nosso M.D. Diretor Revmo Padre Antonio David.

Após as orações habituaes, procedeu-se a leitura e aprovação da ata anterior.

Em seguida Revmo P. Antonio David dirige a palavra as Filhas de Maria dizendo que antecipou a reunião devido a festa de Sto Antonio, pois muitas estavam fazendo a novena e não queriam perder. Diz tambem, ter em mãos uma lista das Filhas de Maria que trabalharam e auxiliaram durante a festa de S. Benedito, assim tambem, das que não compareceram e nem sequer auxiliaram. Continua dizendo que esta reunião é especialmente para tratar dos festejos de

Foram designadas para auxiliarem na organisação do cortejo do Divino e Imperadeira: Dulce Andrade Godoy e Divina Brochado. Para organisar o movimento das auxiliares na barraca, foi encarregada a Filha de Maria Margarida Lombardi.

A comissão das Obras do Tabernaculo está em grande movimento, necessitando de auxiliares.

Vice Prefeito pede para voltar a antiga tradição, de cada criança carregar uma bandeirinha na procissão e depois desta distribuição de sacolinhas de doces. Pediu tambem a cada Filha de Maria que auxiliassem a festa fazendo cartuchos e todas presentes se prontificaram.

A chefe da seção dos pobres pede auxiliares. Este assunto ficou para resolver na proxima reunião.

Ficou resolvido que na procissão de "Corpus Christi", as Filhas de Maria que pertencem a Guarda de Honra deixem a fita de F. de Maria e ponham a da Guarda. P.D. Pide arranjar uma comissão para visitar a Filha de Maria Jane Dalabe, pela perda de sua irmã.

Saiu para tomar estado enviando carta de despedida a Filha de Maria Ana Silva.

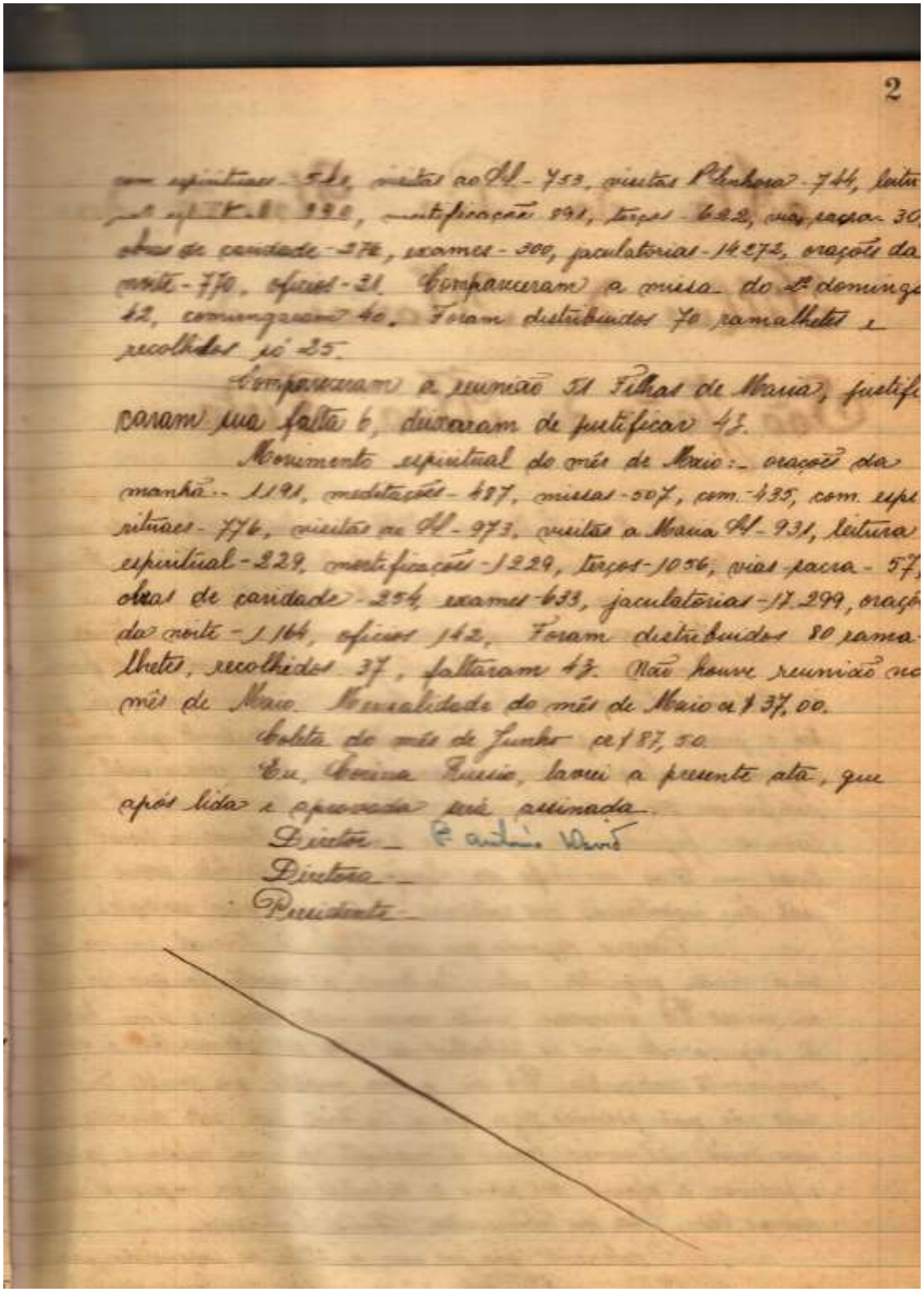
Lily e Abel Silva, agradecem o comparecimento em seu casamento e oferecem a sua casa.

Rev.mo P. Antonio Oliveira, agradece o presente e felicitações enviadas pela passagem de seu aniversario.

Eunice Ferraz Machado, agradece os pesames enviados pela perda de seu pae.

A Rev.ma Irmã Diretora do Colegio Pte Andrade envia sinceros agradecimentos pelos testemunhos de bondade e carinho recebidos por ocasião da tomada de posse de sua nova casa nesta cidade.

Movimento espiritual do mês de Maio: orações da manhã-721, meditações 253, missas-334, Comunhões-2 [illegible]



com espirituaes - 541, visitas ao SS - 753, visitas Senhora - 744, leitura espiritual 990, mortificações 891, terços - 622, vias sacra - 30, obras de caridade - 276, exames - 300, jaculatorias - 14272, orações da noite - 770, oficios - 31. Compareceram a missa do 2º domingo 42, comungaram 40. Foram distribuidos 70 ramalhetes e recolhidos só 25.

Compareceram a reunião 51 Filhas de Maria, justificaram sua falta 6, deixaram de justificar 43.

Movimento espiritual do mês de Maio: - orações da manhã - 1191, meditações - 487, missas - 507, com. - 435, com. espirituaes - 776, visitas ao SS - 973, visitas a Maria SS - 931, leitura espiritual - 229, mortificações - 1229, terços - 1056, vias sacra - 57, obras de caridade - 254, exames - 633, jaculatorias - 17.299, orações da noite - 1.164, oficios 142. Foram distribuidos 80 ramalhetes, recolhidos 37, faltaram 43. Não houve reunião no mês de Maio. Mensalidade do mês de Maio cr $ 37,00.

Coleta do mês de Junho cr $ 87,50.

Eu, Corina Russio, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada.

Diretor - P. Antonio David

Diretora -

Presidente -

Apêndice II – Catálogo e documentos históricos do colégio Santo André doados ao Museu de Arte Sacra da Diocese de São João da Boa Vista. Os números faltantes já não estavam presentes no momento em que o museu os recebeu e fez seu inventário. Nas fotos de formatura, que são referenciadas ao longo deste trabalho, as irmãs do Colégio Santo André utilizavam um tipo de identificação peculiar em que um papel manteiga é colocado sobre as imagens e um número é atribuído a cada pessoa. Na sequência, colocam a lista com a numeração e os nomes. Esse sistema não é utilizado em todas as fotografias, e algumas não possuem identificação dos indivíduos presentes.

FOTOS DO COLEGIO SANTO ANDRE

1 - DESFILE DAS MENINAS DO COLEGIO SANTO ANDRE - MONS;.ANTONIO DAVID 1944 - MED. 8 x 13 cm

2 - PALESTRA -MENINAS DO COLEGIO SANTO ANDRE - MONS.ANTONIO DAVID,DEMAIS AUTORIDADES - MED. 9 x 14 cm

3 - FOTO do PREDIO DO COLEGIO SANTO ANDRE - MED 8 x 12 cm

4 - FOTO DO PREDIO DO COLEGIO SANTO ANDRE - MED 9 x 14 cm

5 - MENINAS JOGANDO VOLEY NA QUADRA DE ESPORTES DO COLE GIO SANTO ANDRE MED 8,5 x 13,5 cm

6 - MENINAS FAZENDO EDUCAÇÃO FISICA NO GRAMADO DO COLEGIO SANTO ANDRE MED 8,5 x 13,5 cm

7 - FOTO D. DAVID PICÃO - 1ª COMUNHÃO - 1960 - MED 11,5 x 17,5 cm

8 - MENINAS DO COLEGIO SANTO ANDRE - 1ª COMUNHÃO - 25/11/53 - MED 11 x 17 c

9 - DESFILE DO COLEGIO SANTO ANDRE - MED 11,5 x 17,5 cm

10- DESFILE DO COLEGIO SANTO ANDRE - MED 11 x 17 cm - 1964

11- DESFILE DO COLEGIO SANTO ANDRE - 07/09/63- MED 17,5 x 23,5 cm

12- FANFARRA DO COLEGIO SANTO ANDRE - MED 11,5 x 17,5 cm

13- FANFARRA DO COLEGIO SANTO ANDRE - MED 12 x 18 cm

14- FANFARRA DO COLEGIO SANTO ANDRE -MED 12 x 18 cm

15- FANFARRA DO COLEGIO SANTO ANDRE - MED 17,5 x 24 cm

17- MISSA - COLÉGIO SANTO ANDRÉ - MED 12 x 18 cm

18- MISSA COLÉGIO SANTO ANDRÉ - MED 12 x 18 cm

19- SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA - 17/07/49 - MED 21,5 x 14,5 cm

20- CORTE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO - MENINAS DO COLÉGIO SANTO ANDRÉ 1948 - MED 17 x 23 cm

21- FESTA DE SÃO JOÃO E DIVINO - MED 29,5 x 21,5 cm

22- FESTA DO DIVINO - MONS ANTONIO DAVID -1949 - MED 24,5 x 33,5 cm

23- MISSA -FESTA DO DIVINO - 1949 - MED 24,5 x 33,5 cm

24- TURMA DE FORMANDAS -COLEGIO SANTO ANDRÉ - MED 12 x 18,5 cm

25- TURMA DE FORMANDAS -MONS. ANTONIO DAVID E FREIRAS DO C. S. A. MED 18 x 23,5 cm

26- 1ª TURMA DE LICENCIANDAS - 1947/48 CSA -MED 24,5 x 33 cm

27- 2ª TURMA DE LICENCIANDAS - 1949 - CSA - MED 24,5 x 33 cm

28- FORMANDAS DA 4ª SÉRIE - 1950 - CSA -MED 24,5 x 33 cm

29- FORMANDAS DA 4ª SÉRIE - 1951 - CSA - MED 24,5 x 33 cm

30- PROFESSORANDAS -1958 - CSA - MED 24,5 x 33 cm

31- LICENCIANDAS DA 4ª SÉRIE - 1958 - CSA - MED 24,5 x 33 cm

32- FORMANDAS -FREIRAS,MONS. ANTONIO DAVID - MED 24,5 x 33 cm

33- NORMAL - FREIRAS,D. DAVID PICÃO,MONS ANTONIO DAVID _ MED 24,5 x 33 cm

1 – DESFILE DAS MENINAS DO COLÉGIO SANTO ANDRÉ – MONS. ANTÔNIO DAVID 1944 – MED. 8 x 13 cm

4 – FOTO DO PRÉDIO DO COLÉGIO SANTO ANDRÉ – MED 9 x 14 cm

6 – MENINAS FAZENDO EDUCAÇÃO FÍSICA NO GRAMADO DO COLÉGIO SANTO ANDRÉ – MED 8,5 x 13,5 cm

9 – DESFILE DO COLÉGIO SANTO ANDRÉ

11 – DESFILE DO COLÉGIO SANTO ANDRÉ – 9/9/1963

12 – FANFARRA DO SANTO ANDRÉ

13 – FANFARRA DO SANTO ANDRÉ

14 – FANFARRA DO SANTO ANDRÉ

15 – FANFARRA DO SANTO ANDRÉ

16 – FANFARRA DO SANTO ANDRÉ

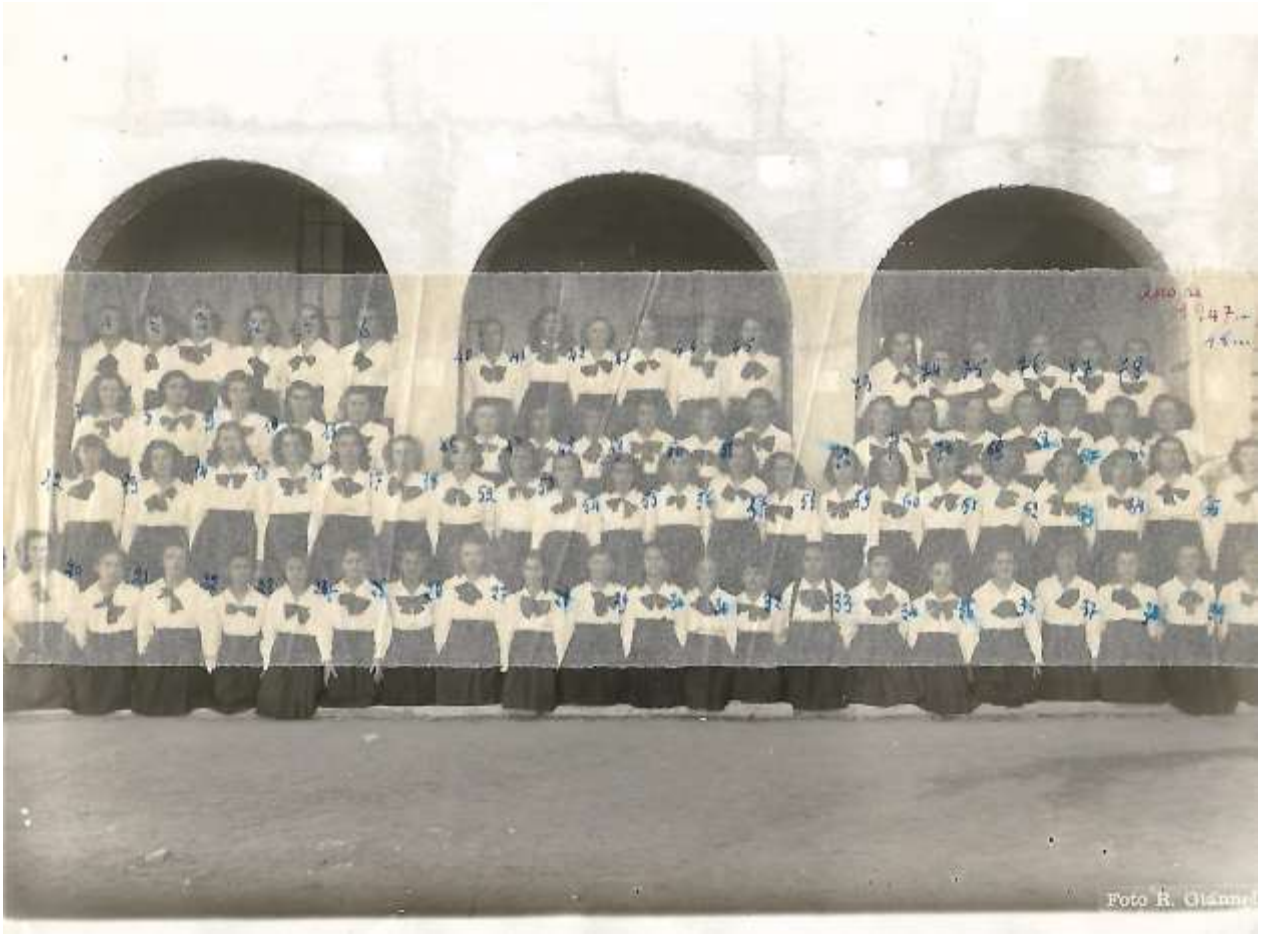
17 – MISSA – COLÉGIO SANTO ANDRÉ – MED 12 x 18 cm

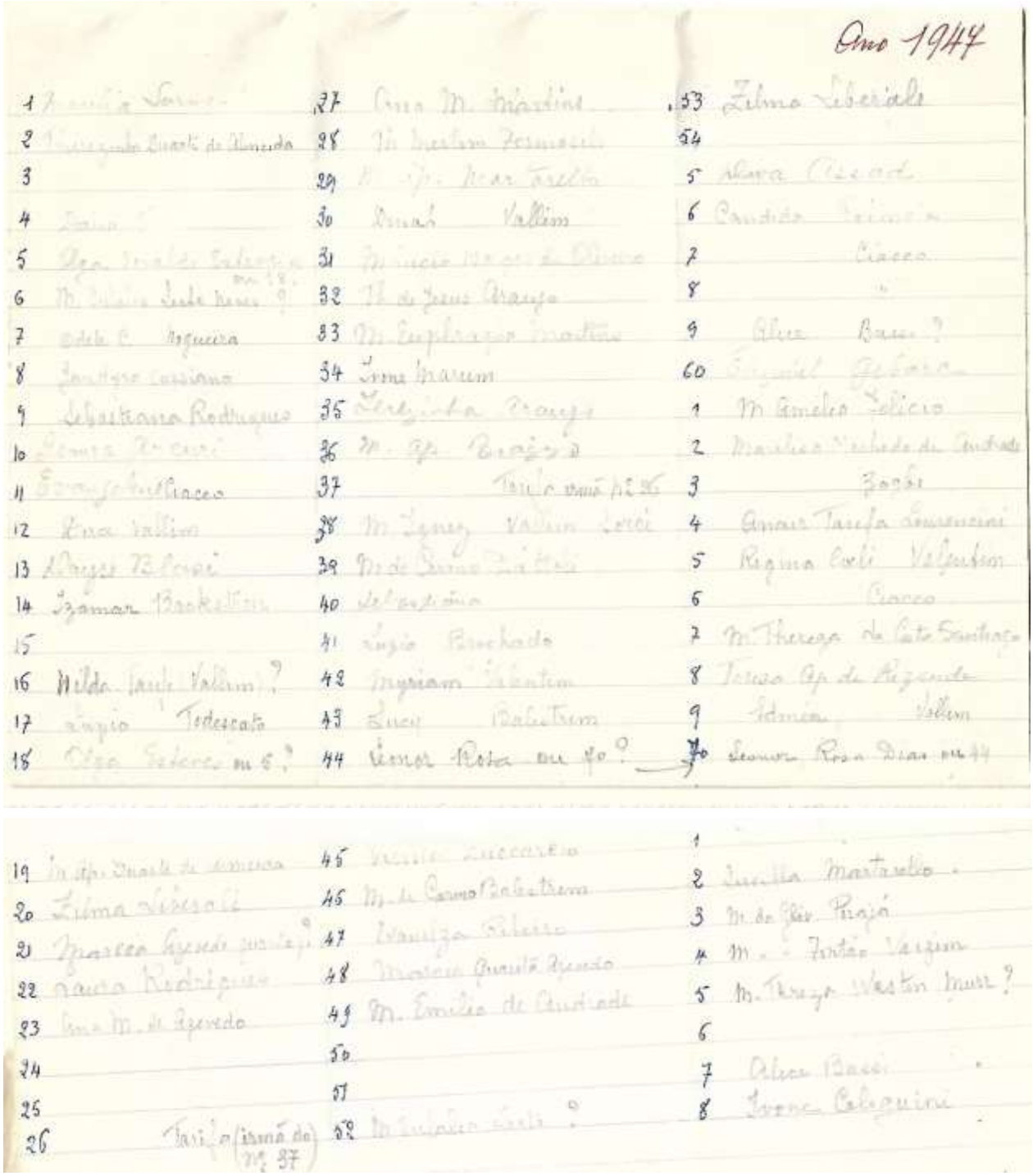
17 – MISSA – COLÉGIO SANTO ANDRÉ – MED 12 x 18 cm

24 – TURMA DE FORMANDAS – COLÉGIO SANTO ANDRÉ – MED 12 x 18, 5 cm

25 – TURMA DE FORMANDAS – COLÉGIO SANTO ANDRÉ – MONS. ANTÔNIO DAVID E FREIRAS DO COLÉGIO SANTO ANDRÉ

26 – 1ª TURMA DE LICENCIANDAS – 1948





Ano 1947

1		27	Ana M. Martins	53	Zilma Liberalli
2		28		54	
3		29		5	
4		30		6	
5		31		7	
6		32		8	
7		33		9	
8		34		60	
9		35		1	
10		36		2	
11		37		3	
12		38		4	
13		39		5	
14		40		6	
15		41		7	
16		42		8	
17		43		9	
18		44		70	

19		45		1	
20		46		2	
21		47		3	
22		48		4	
23		49		5	
24		50		6	
25		51		7	
26		52		8	

27 – 2ª TURMA DE LICENCIANDAS – 1949

28 – FORMANDAS DA 4ª SÉRIE – 1950

4ª Série – 1950

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22

IRMÃS IRMÃS
1 2 3 H 4 5 6

1 - Maria Lúcia Borges de Almeida
2 - Zilmar Liberoili
3 - Maria do Carmo Balestrim
4 - Mércia de Andrade Azevedo
5 - Lucy Aparecida Balestrim
6 - Alice Bassi
7 - Maria Inês Vallim Bocci
8 - Clarinda Serigatti
9 - Maria Amélia de Felício
10- Dinah Vallim
11- Laura Rodrigues
12- Maria do Carmo Dattolli
13- Maria Ruphresis Martins
14- Ivone Celeguini
15- Evarulza Ribeiro Fernandes
16- Candida Primola
17- Terezinha de Jesus Araujo
18- Luzia Brochado
19- Ivone Marum
20- Maria Lúcia Meloti
21- Ana Maria de Azevedo
22- Odete Conceição Nogueira

IRMÃS
1 - Madre M. Aparecida
2 - Madre M. Fernanda
3 - Madre M. Plácida
4 - Madre Odila
5 - Madre Maria Marta
6 - Madre Maria Preciosa

28 – FORMANDAS DA 4ª SÉRIE – 1951

1 - Dulcelisa de Andrade
2 - Ana Maria de Almeida
3 - Maria Emília de Andrade
4 - Lucila Calpo
5 - Maria Emília de Oliveira Andrade
6 - Loudes Antlkly
7 - Mary Petrini
8 - Maria Aparecida Mansano
9 - Magali da Costa Dias
10- Rosemary B. de Camargo
11- Antônia Biazzo
12- Enida Barbosa
13- C. Lenise P. Andrade
14- Sonia Marlene Biasoli
15- Ana Maria Martins
16- Denise Bertholdo Rizzo
17- Lucy Teresa Simon
18- Cecília Ferraz
19- M. Zelia Liberali
20- Olinda Hasing
21- Odair Cunha
22- Dinah dos Santos
23- Clelia Cecília Salomão
24- Sirlei Simon
25- Terezinha Merlim Fermoseli
26- Maria Dutra Cecílio

30 – PROFESSORANDAS – 1958

Professorandas de 1958

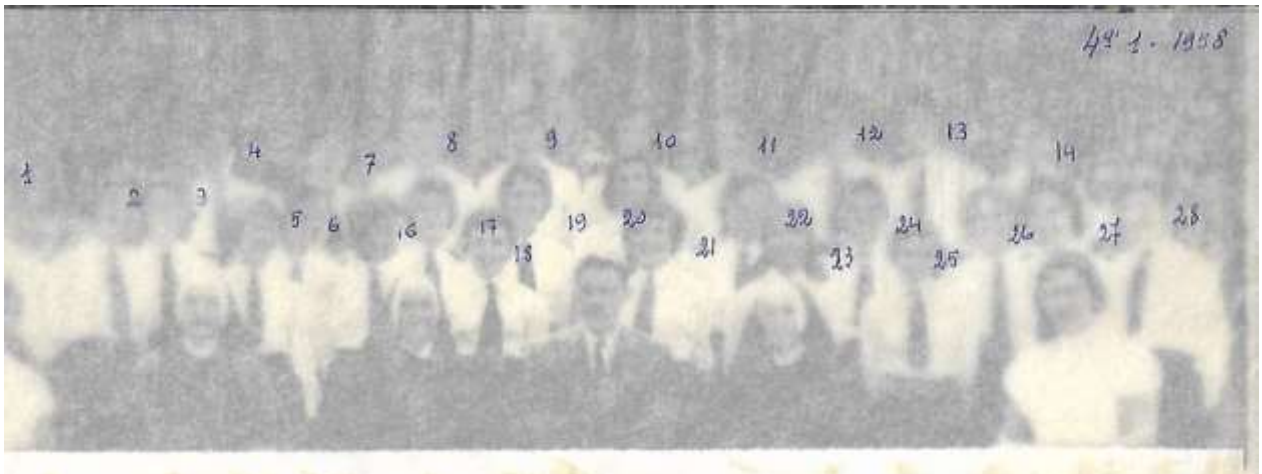
1ª fileira: da direita para a esquerda

Smeglo C. C. Fonseca
Carmen S. Saman
Sônia Maria Borges
Joaquina dos Santos Lucas
Aparecida M. Cunha
M. Lucia B. Perucci
Eunice Giordano
M. Emília Barbosa

2ª fileira:

M. Terezinha Flora
Lais Ferreira
Célia R. de Andrade
Conceição M. Dias
Gianna C. Rabello
Brigetti Galvani
Celina S. Andriguetto
Luci Ciacco

31 – LICENCIANDAS DA 4ª SÉRIE – 1958 – CSA – MED 24 5 x 33 cm



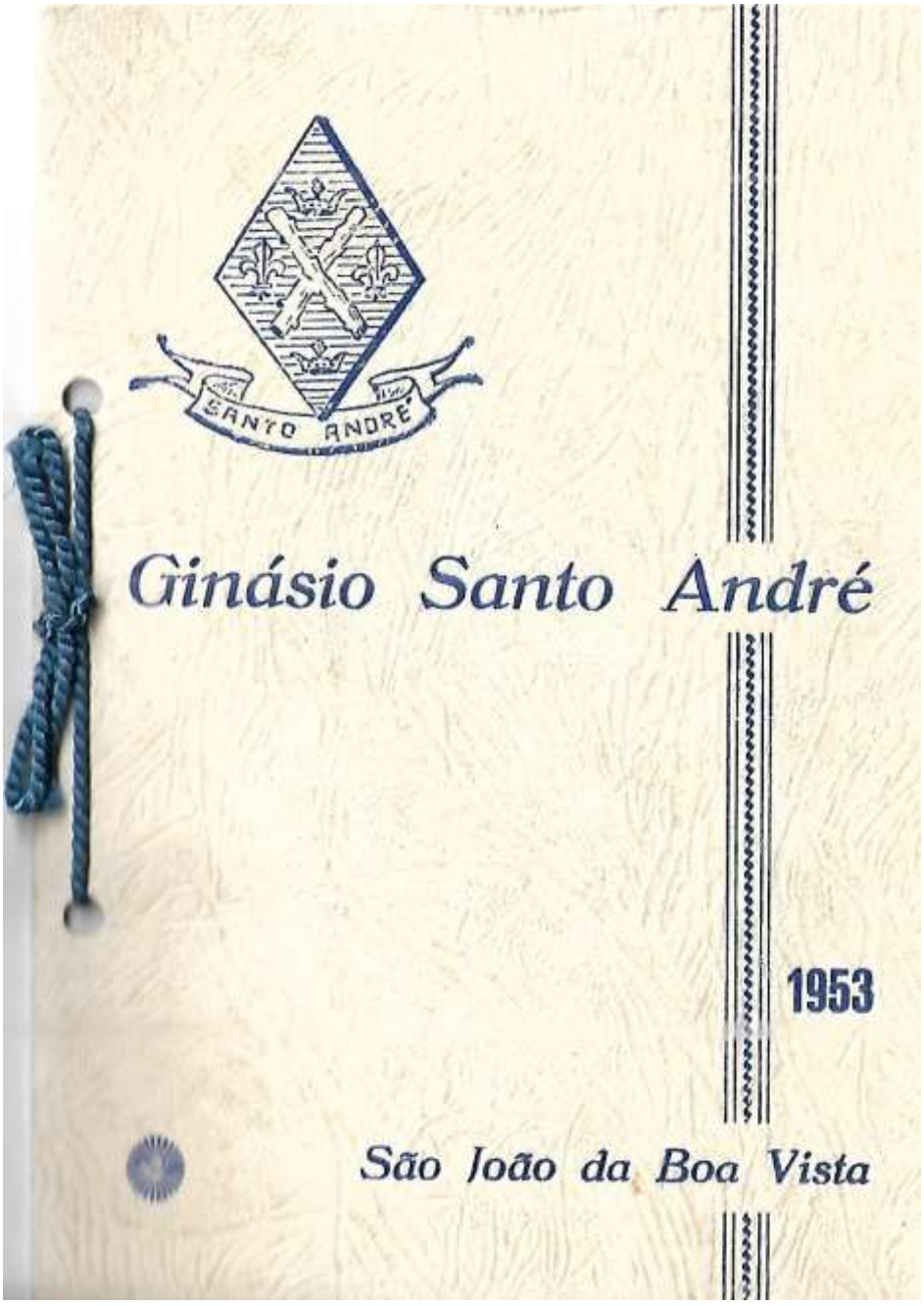
1 - Maria Lúcia Vilela Costa
2 - Ana Laura Patrão
3 - Ivone Galhardo
4 - M. N. L. Azevedo
5 - Inisa E. Pechnilho Tarifa
6 - Cecília Santiago
7 - Heloisa
8 - Eruichinda Fiorni
9 - Celia Regina Ponson
10- Maria Antonia Jorge
11- Aparecida L. Carmineli
12- M. Angelina Ferraz de Lillos
13- Ana M. Aparecida Corsi A.
14- Ana Maria Cisco
15- Vitória Zogbi
16- Nair Bernardes de Oliveira
17- Clelia M. Rosa
18- M. Teresa Legnome
19- Carmen Silvia L. Coelho
20- Ana Clara Rosa
21- Ana Luiza Abade
22- Sonia M. de Oliveira Silva
23- Matilde Lopes Salomão
24- Zuleika M. de Andrade
25- Benedita L. Furlani
26- Eli Peiva
27- Marina Ap. Brito Andrade
28- Luisa Ferrario

32 – TURMA DE FORMANDAS – COLÉGIO SANTO ANDRÉ – MONS. ANTÔNIO DAVID E FREIRAS DO COLÉGIO SANTO ANDRÉ

33 – TURMA DE FORMANDAS – COLÉGIO SANTO ANDRÉ – MONS. ANTÔNIO DAVID E FREIRAS DO COLÉGIO SANTO ANDRÉ

ANEXOS

Anexo I - Convites de formaturas do Colégio Santo André 1953/1958 – Acervo do Museu de Arte Sacra da Diocese de São João da Boa Vista digitalizado por João Guilherme de Oliveira Pellegrini.



A Diretoria e as Licenciandas do Ginásio Santo André, têm o prazer de convidar V. Excia. e Exma. Família para assistirem às solenidades de formatura, que se realizarão a 17 de Dezembro do corrente ano.

São João da Boa Vista
(São Paulo)

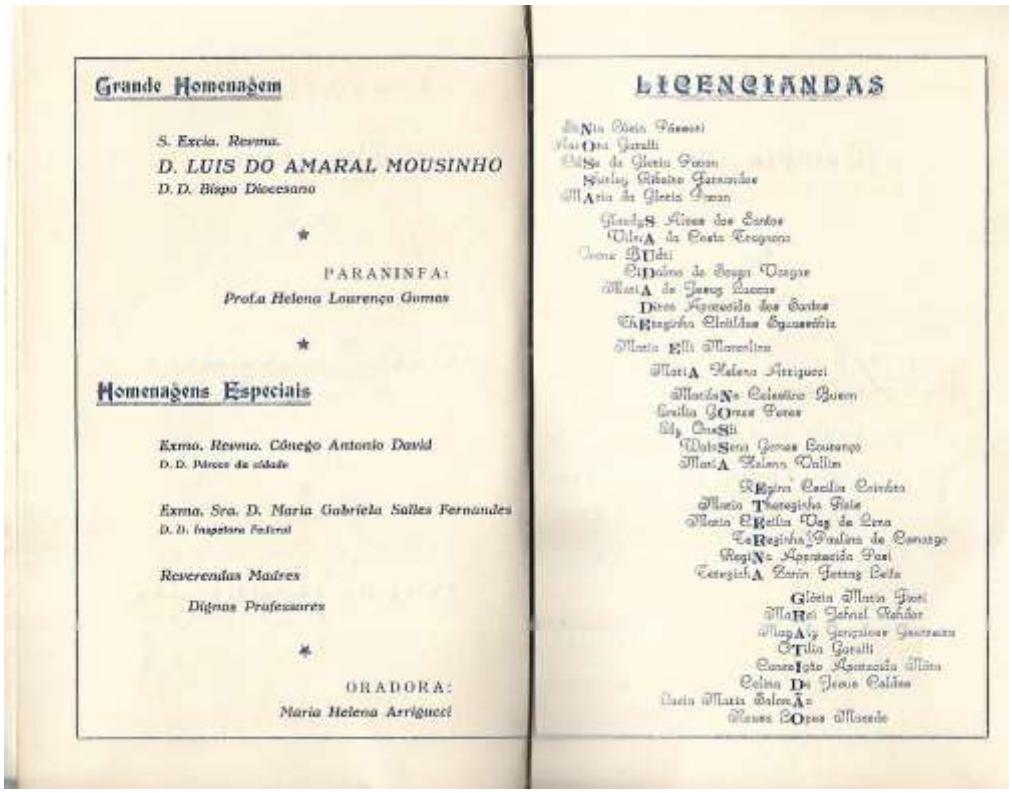
Entre o passado cada coisa em nossa recordação e o futuro cada coisa nossa esperança, fica o presente cada coisa nossa

Dever!

Programa

Nº 1,30 horas — Missa solene em ação de graças na Igreja Matriz.

Nº 10 horas — Solenidade da entrega dos Diplomas no Colégio Santo André.



Grande Homenagem

S. Excia. Revma.

D. LUIS DO AMARAL MOUSINHO

D. D. Bispo Diocesano

*

PARANINFA:

Profa Helena Lourenço Gomes

*

Homenagens Especiais

Exmo. Revmo. Cônego Antonio David

D. D. Pároco da cidade

Exma. Sra. D. Maria Gabriela Salles Fernandes

D. D. Inspetora Federal

Reverendas Madres

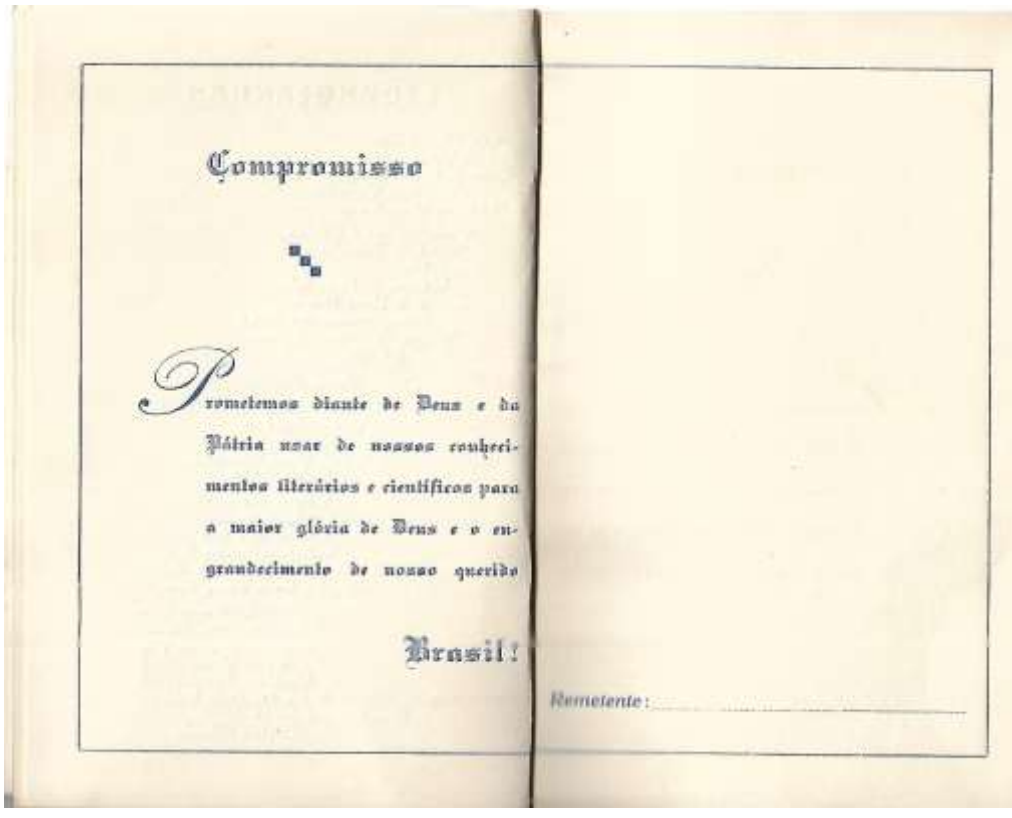
Dignas Professoras

*

ORADORA:

Maria Helena Arrigucci

LICENCIANDAS



Compromisso

Prometemos diante de Deus e da Pátria usar de nossos conhecimentos literários e científicos para a maior glória de Deus e o engrandecimento de nosso querido

Brasil!

Remetente: .....

ESCOLA NORMAL
PARTICULAR
"SANTO ANDRÉ"

3.a TURMA
DE
PROFESSORANDAS

1958

Anexo II – Passagem do Jornal Oficial do município de São João da Boa Vista – SP n° 859 com a lei que altera a data da Fundação da cidade para o dia 24 de junho de 1824, por conta de estudos realizados pela comissão de pesquisadores nomeada pela Portaria nº 12.638, de 03 de janeiro de 2020, substituindo a data anterior que apresentava o ano de 1821.

PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA
Estado de São Paulo

* * *

LEI Nº 4.643, DE 24 DE MARÇO DE 2.020
"Dispõe sobre a instituição do ano de fundação do Município de São João da Boa Vista"
(Autor: Vanderlei Borges de Carvalho, Prefeito Municipal)

VANDERLEI BORGES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo etc., usando de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte...

L E I:

Art. 1º - Fica oficialmente instituído o ano de fundação do Município de São João da Boa Vista definido como 1.824, conforme relatório conclusivo elaborado pela Comissão nomeada pela Portaria nº 12.638, de 03 de janeiro de 2.020, que passa a fazer parte integrante desta lei, identificado como Anexo I.

Art. 2º - Ficam os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Município de São João da Boa Vista, através de seus órgãos competentes e, no que couber, nas esferas Estadual e Federal, autorizados a efetuar as alterações que julgarem necessárias em todos os registros históricos e oficiais pertinentes, procedendo a devida correção de 1.821 para 1.824, de acordo com o disposto no Art. 1º desta lei.

Art. 3º - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a constar em todos os seus documentos oficiais, em espaço e tamanho adequados, a expressão: ***Fundação do Município 1.824***, com o número da lei que o instituiu.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte (24.03.2020).

VANDERLEI BORGES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Anexo III

COMISSÃO DE ESTUDOS

PARA DEFINIR O ANO

DE FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Parecer Final

ÍNDICE

1- Introdução
2- Como nossa história foi contada
3- Pesquisas recentes
4- Conclusão
5- Anexos

I- Introdução

Esta comissão, nomeada pela portaria nº 12.638 de 03 de janeiro de 2020 do prefeito Vanderlei Borges de Carvalho (anexo 1), foi criada para que seja definida a data de fundação de nossa cidade, considerando a possível divergência entre os anos **1821 e 1824**.

Em reunião realizada no dia 14 de janeiro de 2020, foram analisadas e discutidas diversas publicações e documentos relativos ao tema para o esclarecimento do assunto.

II- Como nossa história foi contada

A história de nossa cidade foi escrita em diversos livros, almanaques e edições especiais de jornais locais, desde o ano de 1873.

Apresentamos a seguir um resumo de cada publicação e anexamos ao final deste relatório um fac-simile de cada original.

1873

Almanak da Província de São Paulo

Organizado e publicado por Antônio José Batista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca.

Citam os autores *"um tal Machado"* como doador de terrenos para o patrimônio que se chamou primitivamente Santo Antônio e que o Padre Ramalho fez com que se mudasse o nome para São João da Boa Vista. Não citam datas.

(anexo 2)

1888

Almanach da Província de São Paulo

Organizado por Jorge Seckler

No histórico de São João da Boa Vista, escrito por João Pires de Aguiar, é citada a chegada dos mineiros Antônio Manuel de Oliveira (sic) vulgo Antônio Machado e seus cunhados Ignacio e Francisco Cândido. Arrancharam na barra do córrego de São João no Jaguari, na véspera de São João Batista, originando desse fato o nome que então deram ao pequeno ribeiro, cujo acontecimento deu-se no ano de 1822 ou 1823.

Aos poucos outras famílias foram se agregando a estes pioneiros. Modestas habitações e inúmeras roças foram sendo construídas nos descampados e nas matas.

Até que, em 1824, Antônio Machado e sua esposa, D. Mariana Maria de Jesus (sic), em cumprimento de um voto que fizeram a Santo Antônio, doaram-lhe um terreno para o patrimônio da futura povoação. Eis a origem desta cidade.

Vindo aqui, por estes tempos, monsenhor João José Vieira Ramalho, que então residia em sua Fazenda dos Pinheiros, prometeu aos moradores obter a criação de uma capela no

lugar, sendo, porém, São João Batista e não Santo Antônio o orago respectivo, ao que acedeu Antônio Machado.

(anexo 3)

Nota: O nome correto era Antônio Manuel de Siqueira, conhecido como Antônio Machado e o de sua esposa Mariana Vicência de Jesus.

1901

Almanach de São João da Boa Vista

Organizado por Antônio Gomes Martins, Dr. Alfredo de Mello e Silviano Barbosa.

Diz Antônio Gomes Martins que estes fatos históricos foram coligidos e extraídos de um Almanaque de 1888 e transcreve o texto do almanaque citado anteriormente.

(anexo 4)

1908

O Município de São João da Boa Vista na Exposição Nacional de 1908

Organizado por Carlos Kiellander

No histórico da cidade o autor cita Antonio Machado que por aqui chegou em 1822 ou 1823 junto com seus cunhados. Descreve a área apossada por cada um, mas não cita o ano de fundação da cidade.

(anexo 5)

1910

O Município de São João da Boa Vista

Livro organizado e publicado por Antônio Gomes Martins

Diz o autor: "Não é, infelizmente, possível escrever com exatidão dados da história da fundação de São João da Boa Vista. Há uma tradição, até hoje muito seguida, que atribui a fundação deste lugar aos Machados, em 1822 a 1824. Esta tradição foi escrita pelo saudoso Sr. João Pires de Aguiar".

Repete o autor a mesma informação que consta no Almanach de 1901.

Nota: João Pires de Aguiar (SJBV, 18/11/1857 – SJBV, 24/6/1896) foi professor no colégio Culto à Ciência, de sua propriedade. Foi chefe político do Partido Republicano, farmacêutico e coletor de rendas do Estado. Pode ser considerado o primeiro historiador de São João da Boa Vista.

(anexo 6)

1924

Jornal O São João – Número Comemorativo do Centenário de São João da Boa Vista.

Editor: Adelino Gião com vários colaboradores.

No artigo Pequeno Histórico, Raul de Syllos, pseudônimo de Roque Fiori, redator do jornal, baseado nas informações de Benahias de Mello que veio para São João em 1857, com quatorze anos de idade, diz que em 1820 a região era sertão bruto. Chegam Antônio Machado e seus irmãos José Cândido e Francisco, porém o autor não cita datas.

Explica ainda que Antônio Machado teve uma demanda com o vizinho José das Neves, por questão de demarcação. Ganhando a causa, Antônio Machado fez a doação para Santo Antônio e demarcou o terreno para a que deveria pertencer ao padroeiro da capela. Esta área começava na atual Avenida Dona Gertrudes descendo em direção às cachoeiras do Rio da Prata (Macaubeiras) e seguindo pelo mesmo rio até a barra com o Jaguari e subindo novamente ao ponto de início na atual avenida Dona Gertrudes.

Cita ainda o autor a chegada do Padre João Ramalho em 1824 e a modificação do orago para São João Batista.

(anexo 7)

Nota: Antônio Manoel de Siqueira foi recenseado pelas Companhias de Ordenanças de Mogi Guaçu, em 1825. José Nóbrega das Neves com quem Antônio Machado teve a demanda, foi recenseado em 1826. Não foi encontrado recenseamento em 1824.

1950

Álbum de São João da Boa Vista

Organizado por Rogerio Lauria Tucci

No texto Nossa Cidade, escrito por Joaquim José de Oliveira Neto, diz o autor que nossa cidade começou pelos anos de 1922 a 1924 e que os Machado, vindos de Itajubá, seriam os primeiros moradores. Diz ainda, que esta lenda foi escrita por João Pires de Aguiar e é tão simples que poderíamos acatá-la como verdadeira.

(anexo 8)

1952/1973

Livro: **Subsídios à História de São João da Boa Vista**

Dr. Theophilo de Andrade

Coletânea de artigos publicados originalmente no jornal A Cidade de São João a partir de 1952 e editado em forma de livro em 1973.

Cita o autor a doação do terreno, em 1824, por Antônio Machado e sua mulher, por intervenção do Padre Ramalho.

(anexo 9)

1958

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

Publicada pelo IBGE. Organização de Jurandir Ferreira.

O histórico de São João da Boa Vista foi escrito por Maria Leonor Alvarez Silva e diz que as terras que formam hoje o município foram ocupadas por Antônio Manoel de Oliveira vulgo Antônio Machado e seus cunhados vindos de Itajubá no ano de 1822 ou 1824. Antônio Machado doou o terreno para o patrimônio da futura povoação e a capela foi erguida sob o patrocínio do padre João José Vieira Ramalho. Considera a autora o padre Ramalho o verdadeiro patrono do município.

(anexo 10)

1970

Livro: **História Administrativa e Política de São João da Boa Vista**

Dr. José Osório de Oliveira Azevedo

Na página 593 deste livro, reeditado em 2009, o autor transcreve a Ata da Câmara Municipal de 30 de maio de 1924, autorizando o prefeito a promover os festejos comemorativos do primeiro centenário e a construção de um monumento comemorativo que deveria ser feito com verbas dotadas pela Câmara e com o auxílio dos particulares

Transcreve ainda o autor a ata do lançamento da pedra fundamental do monumento. Assinam a ata, além do prefeito, os vereadores e autoridades da época, num total de 162 pessoas.

Posteriormente, nos anos 2000, esta pedra fundamental foi desenterrada e transferida para o Museu de Arte Sacra de nossa cidade, bem como o pote de vidro que continha documentos, recortes de jornal e pequenos objetos.

(anexo 11)

1974

Almanaque do Sesquicentenário de São João da Boa Vista

Organizado por Augusto Procesi

Neste Almanaque há uma mensagem de Maria Leonor Alvarez Silva parabenizando Augusto Procesi pela iniciativa, mas reiterando que não concorda com a data e que estão comemorando com três anos de atraso.

(anexo 12)

1976

Livro: **História de São João da Boa Vista**

Texto: Maria Leonor Alvarez Silva

Pesquisa: Matildes Rezende Lopes Salomão

Maria Leonor introduz a figura do Guarda-Mor Antônio Dias de Oliveira e sua esposa Ana Maria Franco como compradores, em 1817, da Fazenda Campo Triste, que pertencia a José Dutra, e que para lá se mudaram em 1821. Cita ainda que a família foi recenseada em 1822.

Diz ainda a autora que em 1830 alguns moradores da Fazenda Campo Triste quiseram *formar vila,* o que não foi permitido pela viúva do Guarda-Mor. Ela recorreu ao Juiz de Paz de Mogi Guaçu e ganhou a causa, recebendo os agregados ordem para se retirarem no prazo de um ano, o que na realidade não acabou acontecendo.

Na página 8 de seu livro, Maria Leonor diz: Podemos afirmar sem receio de engano que foi em 1830 que surgiu o primeiro ensaio urbanístico daquilo que viria a ser a cidade de São João da Boa Vista, pois as datas são claras no documento encontrado em Mogi Guaçu. Daí o fato irreversível, São João da Boa Vista nasceu no ano de 1830, por ter aquele grupo de agregados da Fazenda Campo Triste desejado formar vila.

Na página 28 concluindo o capítulo sobre Antônio Manoel de Siqueira (Machado) diz a autora que ele foi o primeiro doador de terras para o patrimônio da então freguesia.

Na página 372 afirma que o Padre Ramalho não se encontrava ainda na região quando os agregados da fazenda Campo Triste quiseram formar vila (1830).

Termina seu livro (pag. 533) dizendo: "Esses os nomes de alguns ramos, descendentes dos fundadores de São João da Boa Vista, chegados no então "sertão do Jaguari", onde se localizava sua propriedade "Campo Triste", em meados do ano de 1821. O guarda-mor votou em 20 de maio, em Campanha, e veio para o seu latifúndio, comprado a herdeiros de José Dutra, em 1817".

"Damos por encerrado este trabalho, feito com amor e interesse em cinco anos, para deixar à nossa Terra Natal a contribuição de sua história e da descendência de seus legítimos fundadores, o guarda-mor José Antônio Dias de Oliveira e sua esposa, D. Ana Maria Franco de Oliveira".

(anexo 13)

Nota: Padre Ramalho foi recenseado em 1826

Década de 1970

As propagandas de felicitações pelo aniversário da cidade, publicadas nos jornais locais começam a divergir quanto a idade da cidade. Uns dão como início o ano de 1821 e outros o de 1824.

1992

Livro: **A Catedral de São João da Boa Vista**

Jonathas Mattos Junior

No capítulo O Povoado o autor repete as informações de Antônio Gomes Martins, já citadas acima.

Nota: Jonathas Mattos Junior era filho de Anésia Martins Mattos e neto de Antônio Gomes Martins.

(anexo 14)

1998

Livro: **Ensaio sobre a história de São João da Boa Vista**

Waldenir N. Sanches Carbonara (obra inédita)

No capítulo Famílias Pioneiras, cita o autor a venda da Fazenda Campo Triste, em 1817, ao guarda-mor José Antonio Dias de Oliveira e a chegada de Antonio Machado entre 1822 e 1824.

Complementa, ainda, que a sede da fazenda Campo Triste ficava a 10 km de onde viria a surgir a cidade de São João da Boa Vista.

(anexo 15)

2003

Livro: **Alemães, Suecos, dinamarqueses e austríacos em São João da Boa Vista**

Jaime Splettstoser Junior

O capítulo História de São João da Boa Vista foi escrito por Antônio Carlos Rodrigues Lorette, que faz um resumo de tudo o que havia sido publicado sobre a história de nossa cidade e cita Antonio Machado como doador de terras para o patrimônio em 1824.

(anexo 16)

2010

Livro: **Logradouros de São João da Boa Vista**

Rodrigo Rossi Falconi

Cita o autor que Monsenhor João José Vieira Ramalho fundou o povoado, traçando o plano com quarteirões, ruas e largos, com a simetria de um técnico, modelando-o para futura expansão.

(anexo 17)

2018

Livro: **Fundação de São João da Boa Vista – Uma cidade procura sua origem**

João Baptista Scannapieco (obra inédita)

Cita o autor a chegada de Antonio Machado e seus cunhados entre 1822 e 1823 e que a doação do terreno para o patrimônio foi realizada por Antonio Machado e sua mulher Mariana Maria de Jesus, em 1824.

(anexo 18)

2019

Livro: **São João da Boa Vista – Subsídios históricos e genealógicos**

Jaime Splettstoser Junior (obra inédita)

Cita o autor o recenseamento feito em 1798, realizado pelas patrulhas de Mogi Guaçú, onde aparece a primeira família na região da futura São João da Boa Vista: José Dutra, com a esposa Teresa (Joaquina de Jesus) e os filhos Tomé, José e Jacinta. Possuía dois

escravos: José e Manoel e plantava para o seu gasto. José Dutra era proprietário da Fazenda Campo Triste e faleceu em 1799, e seu inventário foi feito em Mogi Guaçú. A fazenda foi vendida pela viúva, em 1817 ao Guarda-Mor José Antônio Dias de Oliveira.

Apresenta ainda na página 494 a genealogia de José Dutra.

(anexo 19)

III- Novos documentos

Em pesquisa realizada em 2019 por Jaime Splettstoser Junior, no site www.familysearch, nos arquivos referentes aos recenseamentos realizados pelas Companhias de Ordenança de Mogi Guaçu, foram encontrados:

1) José Dutra e sua família e alguns escravos foram recenseados, em **1798** e novamente em **1799,** pelas Companhias de Ordenança de Mogi Guaçu, portanto esta pode ser considerada a primeira família a se estabelecer na região de São João da Boa Vista.
(anexo 20)

2) Num despacho ao Sr. José de França e Horta, datado de 28 de abril de **1807**, o capitão-mor de Mogi Mirim, José dos Santos Cruz, relata: "na quinta-feira, que se contaram 25 do corrente cheguei ao lugar donde se achava o cadete com três soldados e dezoitos homens no barranco do Jaguari Mirim donde tinham feito dois lanços de casa e mais um separado e tinham passado o rio com uma estrada com a qual vinham sair a fazenda do defunto José Dutra distante do arraial de Mogi Guaçu sete léguas...."
(anexo 21)

3) Nos recenseamentos de 1810 e 1811, aparece Silvestre Antônio da Rosa, casado com Maria Teresa, filha de José Dutra.
(anexo 22).

4) No recenseamento de 1818 aparece novamente Tomé Jacinto Dutra, filho de José Dutra.
(anexo 23).

5) No recenseamento de 1820 aparecem o guarda-mor José Antonio Dias de Oliveira e sua família, José Dutra do Amaral (filho de José Dutra), Silvestre Antonio da Rosa (casado com Maria Teresa, filha de José Dutra) e Tristão de Souza Castro (casado com Jacinta Maria de Jesus, filha de José Dutra).
(anexo 24).

IV- Conclusão

A fundação de São João da Boa Vista não pode ser atribuída ao guarda-mor José Antônio Dias de Oliveira, pelo fato de ter se estabelecido na Fazenda Campo Triste no ano de 1821, pois antes dele a família de José Dutra, de cujos herdeiros o guarda-mor comprou as terras, já se encontrava na região do Campo Triste, desde 1798.

O ano de fundação deve ser considerado o de **1824**, restabelecendo a tradição que perdurou por mais de 150 anos, testemunhada oralmente por moradores pioneiros.

São João da Boa Vista, 22 de janeiro de 2020

A COMISSÃO

ANEXOS

ANEXO 1

PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA
Estado de São Paulo

PORTARIA Nº 12.638, DE 03 DE JANEIRO DE 2.020

O Prefeito Municipal de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo etc., usando de suas atribuições legais.

Considerando a possivel divergência entre os anos 1821 e 1824 como sendo o ano de fundação de nossa cidade:

Considerando a necessidade de se definir finalmente qual o ano será usado juntamente com a data de 24 de junho;

Considerando a proximidade da comemoração de 200 anos de nossa cidade que exige uma melhor definição:

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Comissão de Estudos abaixo relacionada para em até 60 (sessenta) dias apresentar um relatório final ao Poder Executivo, baseado em documentos, jornais, fotos e outros arquivos que fundamentarão o ano a ser escolhido para posterior edição de lei competente:

JAIME SPLESTTOSER JÚNIOR – historiador e escritor.
ANTONIO CARLOS RODRIGUES LORETTE – professor universitário e historiador.
RODRIGO A. ROSSI FALCONI – médico, escritor e historiador.
JOÃO BATISTA SCANAPIECCO – professor, escritor e historiador.
WALDEMIR SANCHES CARBONARA –professor e pesquisador.
LUCELENA MAIA – presidente da Academia de Letras SJBV.
ANA LÚCIA SGUASSABIA SILVEIRA FINAZZI – pesquisadora.
REINALDO REHDER BENEDETTI – jornalista e funcionário público municipal e.
HÉLIO CORREA DA FONSECA FILHO – Diretor do Departamento de Cultura

Art. 2º - Fica escolhido para presidir a comissão e as reuniões de trabalho o Sr. Jaime Splesttoser Júnior.

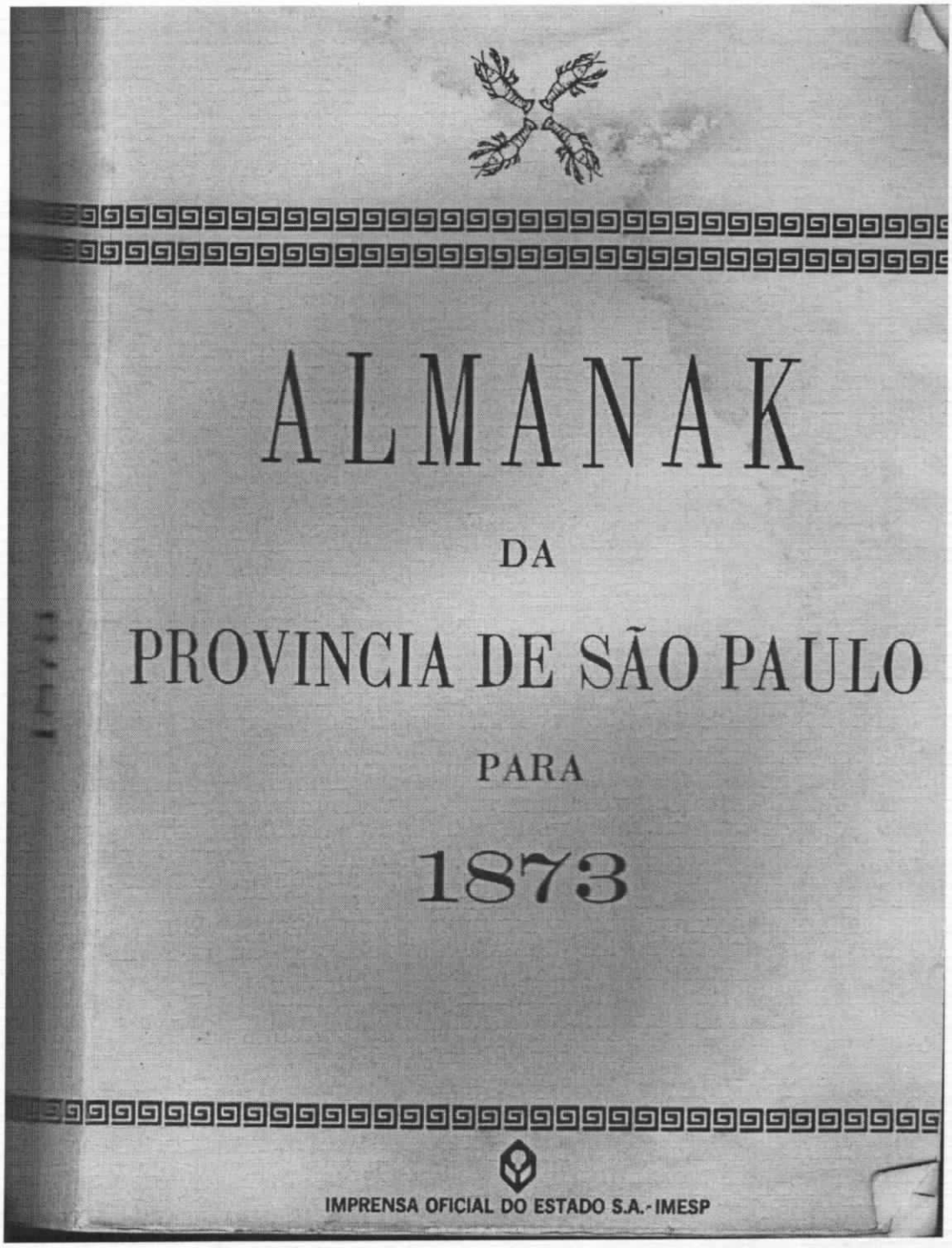
Art. 3º - Fica escolhido para atuar na secretaria a Sra. Ana Lúcia Sguassabia Silveira Finazzi.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos três dias do mês de janeiro de dois mil e vinte (03.01.2020).

VANDERLEI BORGES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

ANEXO 2


ALMANAK
DA
PROVINCIA DE SÃO PAULO
PARA
1873
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A.- IMESP

Major Jacintho José da Silva Cintra.
Capitão Manoel Vicente de Araujo Cintra.
Tenente Mariano Gomes da Cunha.
Francisco da Rocha Campos.
Ignacio Gomes da Cunha.
Bento José Pereira da Silva.

Supplentes

Joaquim Ignacio de Oliveira Luz.
João Theodoro de Oliveira.
Antonio Domingues de Oliveira Cesar.
Delfino José da Rocha Campos.
Tenente Joaquim da Rocha Campos Netto.
David José Pereira da Silva.
Francisco de Assis Vieira.
Francisco Gomes da Cunha Salles.

TERMO DE S. JOÃO DA BOA-VISTA

1° DISTRICTO

Do alto da serra, em terras do guarda-mór Rabello, seguindo pela estrada que vem de Caldas para a Villa de S. João da Boa-Vista, e rodeando o patrimonio até a estrada da ponte, seguindo por esta estrada adiante ao ribeirão dos Porcos, ao Campo Triste, ao Cercadinho até o Itupeva na estrada de Mogy-Mirim pelo campo, passando pela casa de Manoel Ventura de Mello.

2° DISTRICTO

Da ponte do Jaguary, na chacara de Misael Tavares Coimbra, seguindo pelo Jaguary abaixo até a ponte na estrada de Casa-Branca, e voltando á esquerda pela estrada adiante até o rancho de José Pedroso, e pelo Itupeva acima até a estrada de Manoel Ventura, a tocar na divisa do 1°. districto.

3° DISTRICTO

Da ponte do Jaguary (no Misael) á direita até a ponte sobre o mesmo rio na estrada de Casa-Branca, pelo rio acima até a fazenda da Graça, Lagôa Feia, Rio-Verde, Tres Barras, alto da serra da Fartura, por esta acima até o Tijuco-Preto e alto da serra até a estrada guarda-mór Rabello.

JUIZ MUNICIPAL E DE ORPHÃOS

Bacharel João Gonçalves de Oliveira, reside em Mogy-Mirim, cabeça dos Termos reunidos de Mogy-Mirim e S. João da Boa-Vista.

Supplentes

1°, Capitão José Garcia de Oliveira Filho.
2°, ...
3°, ...

ADJUNTO DO PROMOTOR

Manoel Carlos de Moraes Lessa.

Escrivão do jury

.....

Tabellião

Francisco Pereira Macedo.

Escrivão de orphãos

Ignacio Roberto de Azevedo Marques.

DELEGACIA DE POLICIA

DELEGADO

Francisco Honorio Rodrigues Pereira Paiva.

Supplentes

1°, Manoel Gomes da Silva.
2°, Joaquim Francisco Mafra.
3°, Francisco Gonçalves Vallim.

MUNICIPIO DE S. JOÃO DA BOA-VISTA

A Villa de S. João da Boa-Vista acha-se situada á distancia de 35 leguas ou 200 kilometros da Capital; á de 10 leguas ou 55,5 kilometros de Mogy-Mirim; á de 7 leguas ou 38,8 kilometros de Casa-Branca; á de 3 leguas ou 16,6 kilometros do Espirito-Santo do Pinhal; á de 10 leguas ou 55,5 kilometros de Caldas na Provincia de Minas, e a 7 leguas ou 38,8 kilometros das aguas sulfurosas.

Esta povoação teve principio pela agglomeração de agricultores mineiros, que, attrahidos pela prodigiosa fertilidade de seu solo e salubridade

de seu clima, para ali affluirão. Denominou-se primitivamente Santo Antonio, por haver um tal Machado feito doação a este Santo dos terrenos do patrimonio quando conseguiu vencer uma demanda em que se achava empenhado. *Sendo creado curato, o primeiro* sacerdote, Padre João José Vieira Ramalho, fez com que se mudasse o nome para o de S. João da Boa-Vista, em razão da posição alegre em que está collocada a povoação e da vista que dali se goza. Erecta Freguezia em 1838, foi elevada á categoria de Villa a 24 de Março de 1859.

Em seu Municipio cultiva-se café, fumo, cana de assucar e outros generos ; tambem cria-se gado vaccum e suino.

A 7 leguas desta Villa encontrão-se as aguas sulfurosas das Caldas, na Provincia de Minas-Geraes.

CAMARA MUNICIPAL

Não foi possivel obtermos os nomes dos vereadores ultimamente eleitos.

INSTRUCÇÃO PRIMARIA

INSPECTOR

Tenente-coronel Antonio Pereira de Mello.

PROFESSOR PUBLICO

Custodio José B. Sandeville.

PROFESSORA PUBLICA

D. Maria M. R. de Sandeville.

VIGARIO

Padre José Valeriano de Souza.

IGREJAS

Matriz, sob a invocação de S. João.
Nossa Senhora do Rosario, em construcção.
S. Miguel, em construcção.

SUBDELEGADO

Francisco Vieira de Amorim Cortez.

Supplentes

1°, José Innocencio de Godoy Junior.
2°, José Dias de Barros.
3°, Manoel Moysés de Souza.

JUIZES DE PAZ

Não pudemos obter os nomes dos eleitos para o novo quatriennio.

ELEITORES DA FREGUEZIA

Major Gabriel Garcia de Figueiredo.
Tenente Diogo Garcia de Figueiredo.
João Evangelista de Syllos.
Alferes Gabriel Fernandes Pinheiro.
Alferes Francisco Fernandes Pedroso.
Francisco Gomes de Figueiredo.

AGENCIA DO CORREIO

Agente, José Luiz de Andrade.

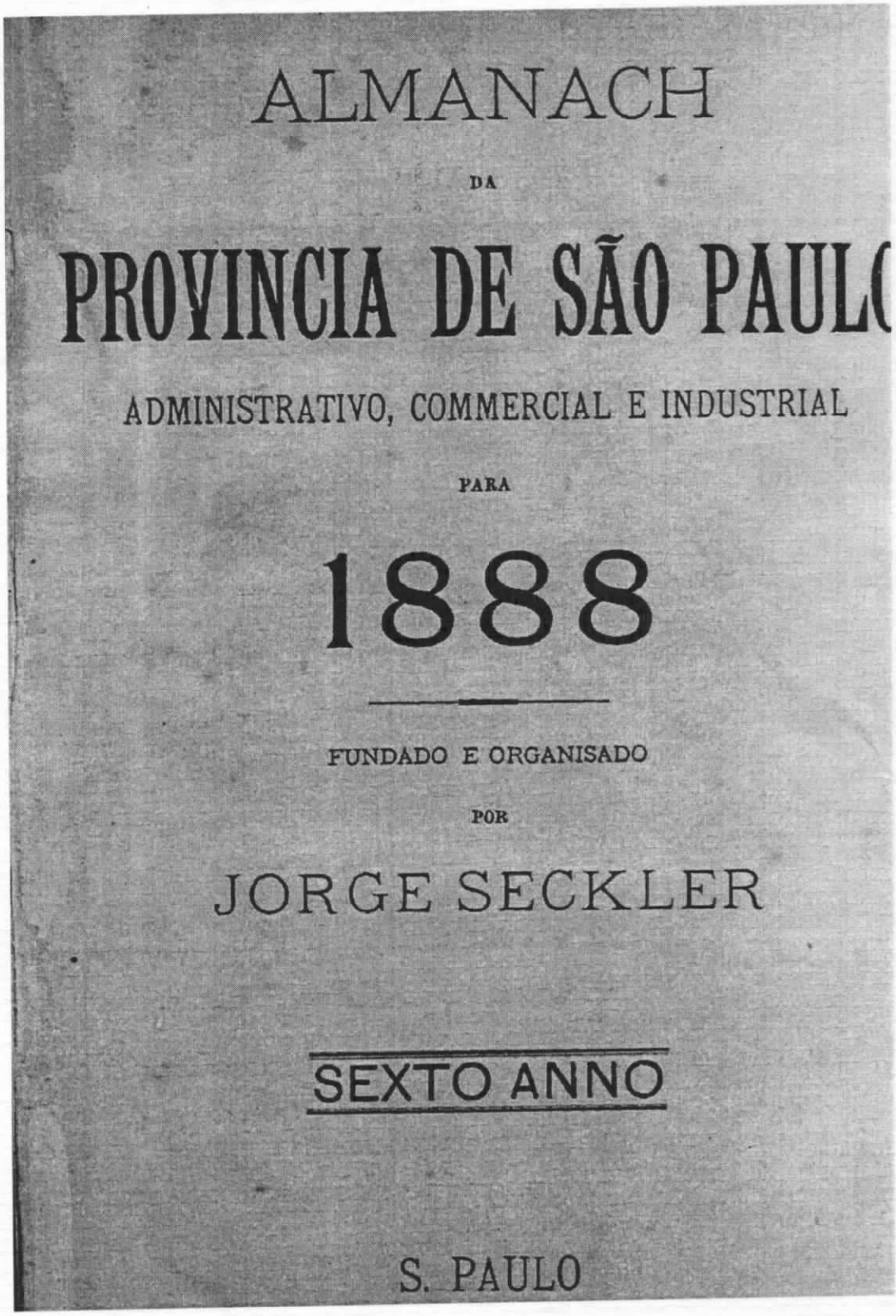
CAPITALISTAS

Antonio Graciano de Souza, r. de Paysandú.
Francisco Osorio de Oliveira, r. da Cadêa.
Manoel José dos Santos Malheiro, r. de S. Pedro.

PROPRIETARIOS

D. Anna Antonia de Jesus.
Anna Pinheiro.
Antonio Fernandes Maciel.
Antonio Ferreira Celestino.
Antonio Graciano de Siqueira.
Antonio Graciano de Souza.
Antonio Jacintho Cabral.
Antonio Joaquim Diniz.
Antonio José Bernardes.
Antonio Luiz Ferreira.
Antonio Manoel Baptista & Comp.
Antonio de Sanches.
Carolina de Paiva.
Domiciano Garcia Rocha.
Elias Cassiano Machado.
Emerenciano Villela Junqueira.
Feliciana de Freitas.
Feliciano Honorio de Oliveira.
D. Francisca Alexandrina.
Francisco Antonio Ferreira.
Francisco José Moraes.
Francisco Osorio de Oliveira.
Francisco Pereira Machado.
Francisco Tavares Coimbra.
Francisco Ventura de Mello.
Gabriel Garcia da Costa.
Gabriel Joaquim Ferreira.
Gabriel Joaquim de Oliveira.
Capitão Hygino Ignacio Brandão.
Ignacio Borges de Carvalho.
João Antonio de Oliveira.
João Chrysostomo de Almeida.
João Feliciano de Andrade.
João José Ribeiro.
João Luchesis.
João Luiz Ferreira.
João Tavares Coimbra.

Anexo 3



ALMANACH

DA

PROVINCIA DE SÃO PAULO

ADMINISTRATIVO, COMMERCIAL E INDUSTRIAL

PARA

1888

FUNDADO E ORGANISADO

POR

JORGE SECKLER

SEXTO ANNO

S. PAULO

Francisco Egydio do Amaral	S. Manoel.
— de Godoy Bueno	Araras.
— Martins dos Santos, C.el	Santos.
— Ribeiro de M. Escobar, Dr.	Taubaté.
— Mathias Bueno de Moraes	Nazareth.
Henrique Alfredo de Oliveira Valente	Mote-mór.
J. B. Dias de Toledo	Serra Negra.
João Alberto de Oliveira Prado, Major	Mogy-mirim.
— Baptista de A. Palhares	Capital
— Baptista Caldas, advogado.	Rio Verde.
— do Amaral Camargo, advogado	S. Carlos do Pinha
— Machado de Souza Campos	Serra Negra.
— Moraes Pereira Gomes	Cananêa.
— Pedro de Oliveira Castro.	Silveiras.
— Pires de Aguiar	S. João da Boa Vis
— Rodrigues de Jesus	Parnahyba.
— de Souza Amaral Gurgel, Cap	Capital.
José Antonio Mangini	Bananal.
— Alves Pinto Junior	S. Vicente.
— Ferreira da Costa, Cap.	Limeira.
— Gregorio da Silva.	Mogy das Cruzes.
— Ignacio da Gloria	S. Vicente.
— Lourenço de Sá	Espirito Santo do Pi
— Pinto Machado.	Jaboticabal.
— Theodoro Mello	Franca.
Joaquim José Saraiva	S. José do Barreir
— Vaz Guimarães.	Itatiba.
— Pereira Moraes	Santos.
Jeronymo José Lopes de Siqueira.	Piracicaba.
Julio Cesar da Costa Sampaio	Areas.
— Stern	Rio Claro.
Lafayette de Toledo	Casa Branca,
Luiz Domiciano da Conceição	Ubatuba.
— Gonzaga Marcondes	Pindamonhangaba.
— Gonzaga da Silva Leme, Dr.	Bragança.
Manoel Augusto de Alvarenga, Dr.	Araraquara.
— Marcellino de Souza Franco	Rio Novo.
Marcellino Neger.	Campinas.
Marcollino Silva	Pindamonhangaba.
Olympio José de Freitas	S. José dos Campo
Pedro Augusto de Azevedo Marques	Itapetininga.
— José Teixeira	Bocaina.
— Gonçalves Dente, Major	Capital.
Sebastião Antonio Dias.	Mogy-mirim.
Virgilio Pires de Campos	Fartura.

Oleiros

João Pinto de Faria.
Francisco Leme do Prado.

Pedreiros

João Capistrano.
Alfredo José Pinto.

Pintores

Benedicto Claro Ribeiro.
Alfredo José Pinto.

Seccos e molhados

Antonio Nobre.
Benedicto Mendes Vieira.
Camillo de Souza Pereira.
José Innocencio de Souza.
» Cursino dos Santos.
José Leite de Sant'A
» Thiago Ribeiro
Joaquim Francisco d

Sapate

Camillo Pagano.
Pedro Pagano.

Sellei

Julio Cesar Ferreira

Taipei

Caetano Rodrigues d
João Francisco Thor

Violei

Francisco Borges.

S. JOÃO DA BOA VISTA—Cidad

HISTORIA.—O trerritorio deste municipio estava noutro hendido nas antigas e celebres—Arêas do Secretario.—cuja dicta a qualquer aventureiro dos sertões. Não obstante os mineiros Antonio Manoel de Oliveira(vulgo Antonio Ma nhados Ignacio de Candido e Francisco de Candido, vindos aqui entraram, fazendo seu primeiro pouso e arranchação n go de S. João no Jaguary, na vespera de S. João Baptista que então deram ao pequeno ribeirão. Este facto deu-se n ou 1823. Antonio Machado tomou posse para si dos teren Prata e da margem direita do Jaguary até o Rio Claro, e morada na margem direita do Prata, proximo á actual mor noel Bernardes.

Ignacio de Candido apossou-se das terras da margem guary, fazendo sua morada onde hoje se acha a chacara d vares.

Francisco de Candido foi, Jaguary acima, estabelecer- cortados pelo ribeirão da Caxoeira, que constituiu sua poss

A estes primitivos povoadores se aggregavam, a pouc familias que vinham attrahidas pelas noticias desta zona ex lentissima. Extensas roças iam surgindo em diverssos pon ção ás florestas que ruiam aos golpes dos machados sertan habitações e innumeras choças se foram construindo nos es as mattas.

Em 1824 Antonio Machado e sua esposa D. Mariana em cumprimento de um voto que fizeram a Santo Antonio ção de um terreno para o patrimonio da futura povoação.

metteu aos moradores obter a creação de nma capella no lugar, sendo, porém, S. João Baptista e não Santo Antonio, o respectivo orago, ao que accedeu Machado. Foi monsenhor Ramalho o sacerdote que primeiro celebrou missa aqui vindo da sua fazenda aos domingos, ate que foi nomeado cura da capella o Padre Joaquim Sigar.

Finalmente monsenhor Ramalho fixou sua residencia dentro da povoação, fez construir alguns predios que ainda existem, montou diversas fazendas de assucar e construiu com o concurso de alguns fazendeiros a actual igreja matriz(1848—50), e fez o encanamento d'agua para a serventia do povoado. Moreu senador do imperio em 26 de Junho de 1853.

S. João da Boa-Vista foi elevada a freguezia pela lei n. 17 de 28 de Fevereiro de 1838, a villa pela de n. 12 de 24 de Março de 1859, a cidade a 21 de Abril de 1880.

ASPECTO GERAL.—O territorio do municipio é montanhosa a E. e N., porém planno, ponco ondulado para O. Em grande parte ainda se acha coberto de extensas e magestosas matas virgens; havendo tambem, alem das terras cultivadas, as campinas da Itupeva, Embirussú, Campo Triste e Vargem Grande.

SERRAS E MORROS.—As maiores mantanhas do municipio são ramificações da *Serra do Caracol*, com denominações de *Serra da Caroeira, do Alegre, da Prata, do Paiol, da Boa-Vista*(1800 metros) e *da Fartura*. Para O. se encontram isoladas, o *Morro do Barreiro*, a *Serra das Posses, a da Gloria*, etc.

RIOS E LAGOS.—Os rios e corregos do municipio são quasi todos da bacia do Jaguary; alguns são affluentes do Rio Pardo, e um, o Itupeva, é tributatario do Mogy-guassú.

Affluentes do Jaguary na magem direita:—o Corrego dos Cocaes, o do Parador, o das Arêas, o de S. João, o Rio da Prata, o Corrego Fundo, o Rio Claro, o Corrego da Cidreira, e o da Jacuba. Margem esquerda:—Ribeirão dos Porcos, o do Cantagallo, o das Macahubas ou da Helena, o do Embirussú ou Amaro Nnnes, alem de muitos outros pequenos. O Prata tambem recebe o Corrego do Alberto, o do Alegre e o Rio do Quartel; este por seu turno recebe o das Pedras. O Ribeirão dos Porcos recebe os corregos—de Santa Maria, Campo Limpo, Santo Antonio e Campo Triste.

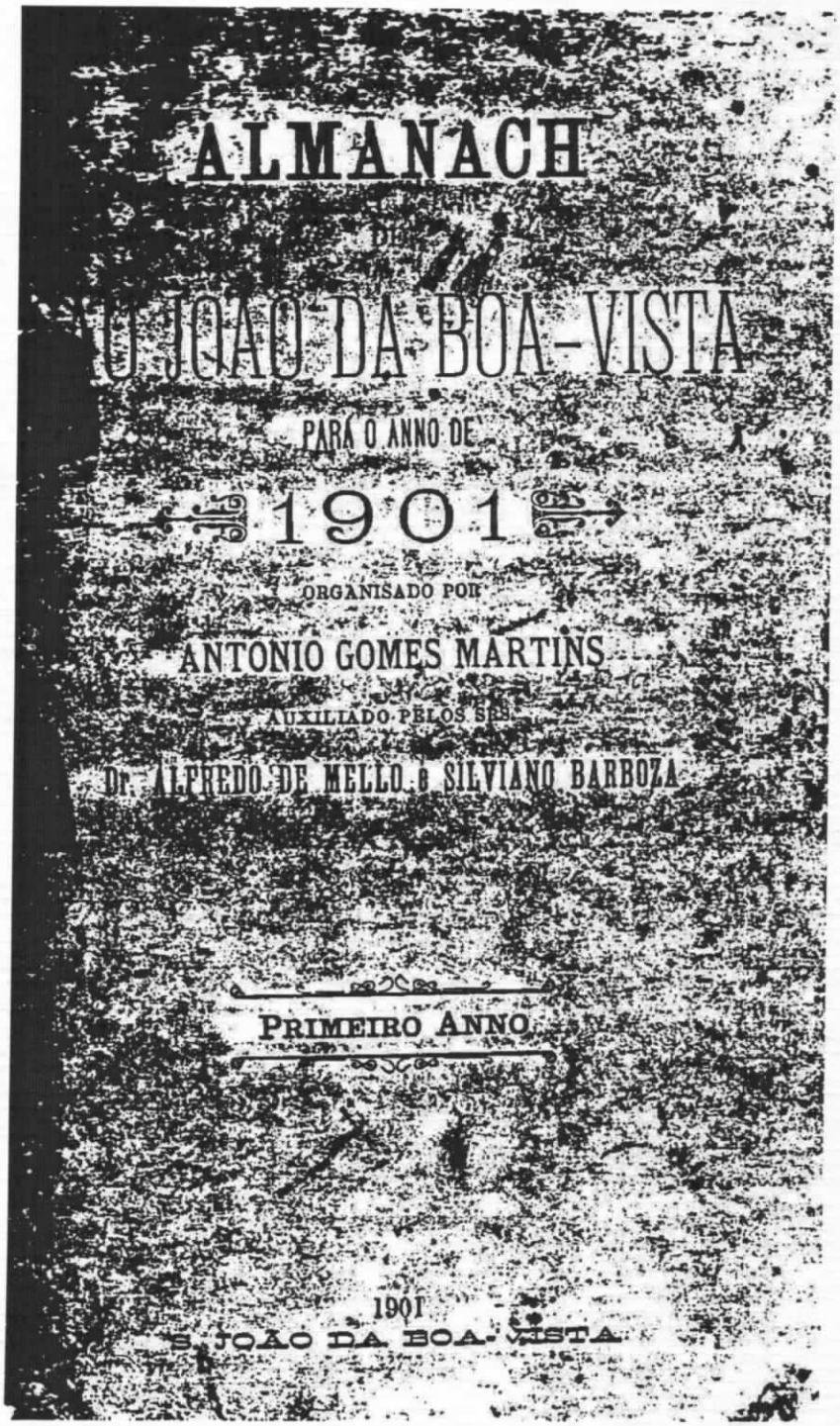
Para o Rio Pardo(margem esquerda) correm o Ribeirão da Fartura e o Rio Verde; este recebe por sua vez o Rio Preto.

Entre as muitas pequenas lagoas notam-se a Feia e a Formosa na Vargem Grande, e a dos Patos no Embirussú.

MADEIRAS.—As matas são riquissimas em madeiras de construcção e marceneria, taes como: amoreira, angico, araribá, aroeira, candeia, canjarama, cedro, copahyba, coração-de-negro, embirussú, guarantam, guaritá, ipé, jatobá, jacarandá, jequitibá, oleos amarello, pardo e vermelho, perova, pereira, pinheiro, sobragil, tamboril, etc.

ANIMAES SILVESTRES, PEIXES.—Nas serras se encontram algumas especies de onças, de queixadas, catêtos, e, em diversos pontos, a anta, a capi-

ANEXO 4


ALMANACH
DE
O JOÃO DA BOA-VISTA
PARA O ANNO DE
1901
ORGANISADO POR
ANTONIO GOMES MARTINS
AUXILIADO PELOS SRS.
Dr. ALFREDO DE MELLO & SILVIANO BARBOZA
PRIMEIRO ANNO
1901
S. JOÃO DA BOA-VISTA

SÃO JOÃO DA BOA-VISTA

Factos historicos colligidos e extrahidos de um Almanach de 1888 sobre a origem e fundação desta cidade

Historico — O territorio deste municipio estava, em outros tempos, comprehendido nas antigas e celebres — Arêas do Secretario — cuja posse, era interdicta a qualquer aventureiro dos sertões.

Não obstante essa prohibição, os mineiros Antonio Manoel de Oliveira (vulgo Antonio Machado) e seus cunhados Ignacio e Francisco de Candido, vindos de Itajubá, para aqui entraram, fazendo o seu primeiro pouso e arranchação na barra do corrego de S. João, no Jaguary, na vespera de S. João Baptista, originando desse facto, o nome que então deram ao pequeno ribeiro, cujo acontecimento deu-se no anno de 1822 ou 1823.

Antonio Machado tomou posse para si dos terrenos regados pelo ribeirão da Prata e da margem direita do Jaguary, até o Rio Claro, estabelecendo sua morada na margem direita do Prata, nas proximidades da actual fazenda do Cidadão Manoel Bernardo da Costa Sobrinho.

Ignacio de Candido apossou-se das terras da margem esquerda do Jaguary, fazendo sua morada onde hoje está situada a chacara do cidadão Mizael Tavares Coimbra.

Francisco de Candido, finalmente, foi Jaguary acima, estabelecer-se nos terrenos cortados pelo ribeirão da Cachoeira, que constituiu sua possessão.

A estes primeiros povoadores se aggregaram, pouco a pouco, novas familias, que vinham attrahidas pelas noticias desta zona explendorosa, opulentissima.

Extensas roças iam surgindo em diversos pontos, em substituição ás florestas devastadas pelos golpes do machado sertanejo.

Modestas habitações e innumeras choças se foram construindo nos descampados e nas mattas.

Até que, em 1824, Antonio Machado e sua esposa, D. Marianna Maria do Jesus, em cumprimento de um voto que fizeram a S. Antonio, doaram-lhe um terreno para o patrimonio da futura povoação.

Eis a origem d'esta Cidade.

Vindo aqui, por esse tempo, monsenhor João José Vieira Ramalho, que então residia em sua fazenda dos Pinheiros (hoje pertencente á familia Ribeiro), prometteu aos moradores obter a creação de uma capella no logar, sendo, porém, S. João Baptista e não S. Antonio o orago respectivo, ao que accedeu Antonio Machado.

Foi monsenhor João Ramalho o sacerdote que primeiro celebrou missa aqui, vindo de sua fazenda aos domingos, até que foi nomeado cura da capella o Padre Joaquim Sigar.

Finalmente, monsenhor João Ramalho fixou sua residencia dentro da povoação, fez construir predios, dos quaes alguns ainda existem, montou diversas fazendas, construiu com o concurso de alguns fazendeiros, a actual igreja matriz, que por se achar em ruinas, ha dez annos approximadamente, foi reconstruida com pedras e tijolos; fez o encanamento d'agua para serventia da povoação em 1848, etc.

Morreu monsenhor João Ramalho, como Senador do Imperio, em 1853.

ANEXO 5

O município de São João da Boa Vista

na exposição Nacional de 1908

— 13 —

O Municipio de São João da Boa-Vista.

Estava comprehendido nos terrenos denominados "Arêas do Secretario" o territorio que constitue o actual municipio de São João da Bôa-Vista e que, em 1823---1824, pertencia á extensa comarca de Magy-mirim.

A posse das "Aréas do Secretario" era interdita a qualquer aventureiro. Não obstante essa prohibição, Antonio Manoel de Oliveira, posteriormente mais conhecido por Antonio Machado, e dois de seus cunhados---Ignacio Candido e Francisco Candido, naturaes de Minas e procedentes de Itajubá desse mesmo Estado, em 1822 ou 1823 (não affirmam com precisão os nossos conhecimentos historicos) se internaram nestas terras,fazendo o seu primeiro rancho á margem do Rio Jaguary, no ponto de confluencia do corrego São João, immediações da Estação da Estrada de Ferro Mogyana.

O primeiro pouso dos benemeritos invasores teve lugar na noite de 23 para 24 de junho, vespera do dia consagrado a São João Baptista, facto a que se attribue a denominação do referido corrego.

Antonio Manoel de Oliveira, ou melhor, Antonio Machado, dias depois estabeleceu-se difinitivamente á margem do rio da Prata, edificando sua morada nas proximidades do local em que hoje está o cemiterio velho da Avenida da Constituição, ao lado esquerdo da estrada que liga a cidade á chacara do Capitão Antonio Loureiro.

Ha opiniões que dão como verdadeiro o estabelecimento de Antonio Machado nas immediações da propriedade agricola hoje pertencente á Dona Euphrausina Francisca de Chagas, a Sebastião José Bernardes e outros, herdeiros do finado Tenente Manoel Bernardes da Costa Sobrinho.

Ignacio Candido apossou-se das terras da margem esquerda do rio Jaguary: installou-se no logar em que se construio a ponte, caminho das fazendas "Pituba", "Gloria"e districto de Cascavel. Arranchou-se em terrenos hoje de propriedade do Dr. Antonio Ribeiro dos Santos, advogado em São Paulo.

A Francisco Candido---o terceiro dos mineiros, na partilha entre familia, couberam as terras--Jaguary acima,na extensão banhada pelo affluente "Cachoeira". Essa faixa de terra constituiu sua possessão.

Começou logo depois a imigração de novas familias. As noticias lisongeiras de nossas terras attrahiam-nas. Pouco tempo depois, o machado sertanejo devastando as mattas, ruindo as florestas, e o braço vigoroso do mineiro robusto---revolvendo as terras virgens e frescas, davam lugar ás roças que innumeras se multiplicaram. Rapidamente os encampados se foram povoando. O numero de chocas cresceu

José Nicacio de Lima, um dos invasores de que ainda hoje se apontam descendentes, foi um dos primeiros que com sua familia procuraram as nossas terras. Sabe-se que esse arranchára-se em plena matta virgem e que, cuidadosamente, com seus filhos pernoitava em giráos receiando ataque dos animaes ferozes. Seu rancho construiu-se no ponto em que está o largo da Matriz, ou melhor, o Jardim Publico da nossa cidade.

No numero desses primeiros habitantes contam-se os Rochas e os Tavares que, relatam os antigos, se diziam aparentados com os Candidos.

José Nobre das Neves figura tambem no ról dos primitivos povoadores do sólo sanjoannense. Esse e familia vieram de São Bernardo—Estado de São Paulo.

Ha noticias e muito verdadeiras sobre José Bernardes da Costa e sua familia, vindos de Baependy, e que se apossearam dos terrenos mais tarde pertencentes ao Alferes Maximiano e que hoje formam a Fazenda da Fortaleza, actualmente sob a administração do Banco do Credito Real de S. Paulo. Uma filha de José Bernardes ainda existe. Dão-lhe cem annos. Essa se recorda de haver visto seu pae vender terrenos de primeira a dois mil reis o alqueire. Foi casada com João Antonio, carpinteiro, bem mais velho do que ella e portanto um dos nossos primeiros immigrantes. João Antonio era da familia dos Vallins de Mogy-mirim—que tambem, algum tempo depois, procuraram as novas terras de Antonio Machado. Os Dutras igualmente apparecem na historia dos primeiros dias de São João da Bôa-Vista.

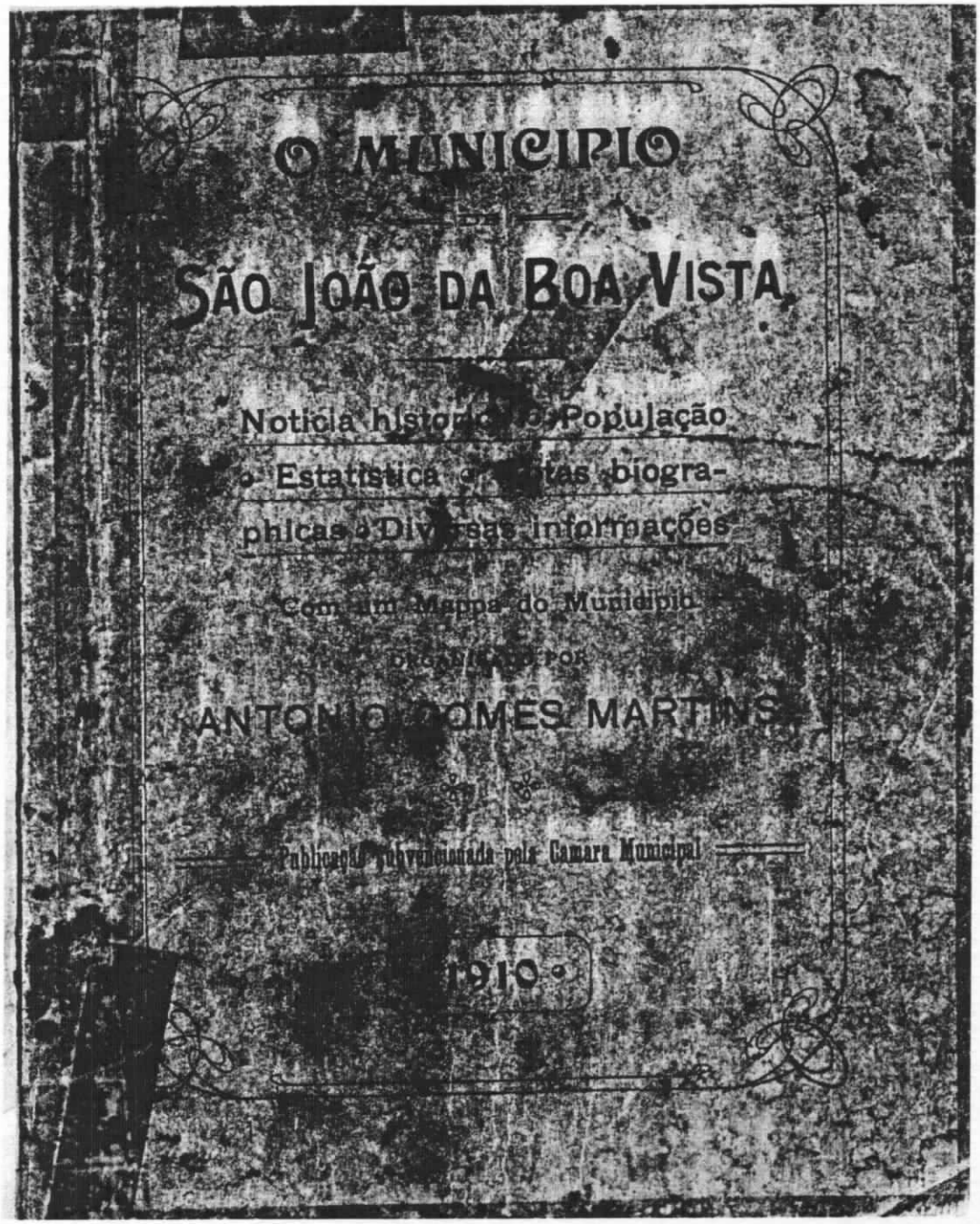
O municipio tem hoje uma superficie de 100.000 hectares, mais ou menos, ou 50 kilometros no seu maior comprimento por trinta na maior largura. E' ligeiramente onduloso a oeste e montanhoso de norte a sul na consideravel faixa que se estende até as divisas de Minas. O «Morro do Barreiro», a «Serra das Posses», a «Serra da Gloria» são montes isolados que se notam a oeste. As maiores montanhas são ramificações da «Serra do Caracol» que é uma continuação da «Serra da Mantiqueira». Essas recebem as denominações: «Serra da Cachoeira», «Serra da Prata», «da Bôa-Vista», «do Paiol», etc.

O ponto culminante do municipio está na «Serra da Bôa-Vista» com uma elevação superior a 1500 m. acima do nivel do mar.

A parte montanhosa do municipio compõe-se de rochas granitoides, predominando, em alguns pontos, o GNEISS mais ou menos decomposto, geralmente coberto por uma camada de terra vegetal muito favoravel á grande vegetação lenhósa.

Os campos que se dilatam para oeste têm começo na parte occidental. Esta parte do municipio é extremamente siliciosa. Espessa camada de argilla, diversamente colorida, com predominio do vermelho, devido ao oxydo de ferro, occupa a

ANEXO 6


O MUNICIPIO
SÃO JOÃO DA BOA VISTA
Noticia histor
Estatistica
phicas e Diversas informações
Com um Mappa do Municipio
ANTONIO GOMES MARTINS
Publicação subvencionada pela Camara Municipal
1910

S. João da Bôa-Vista

RESUMO HISTORICO

Não é, infelizmente, possivel, escrever com exactos dados a historia da fundação de São João da Boa-Vista. Como em tantos outros casos, faltam-nos os documentos legitimos e abundam as lendas e tradições mais ou menos erroneas.

E' tanto mais natural essa falta de documentos, quanto se trata da fundação de um povoado, perdido nos sertões de uma longinqua colonia portugueza.

Naquelles tempos, raros eram os que conheciam os mysterios da escripta e esses não se davam ao trabalho de escrever o que faziam.

Os documentos que mais se poderiam encontrar são os referentes aos actos religiosos: baptismos, casamentos, etc.

Mas, em S. João, até esses faltam; é possivel que estivessem em poder do Padre João Ramalho, assim como outros papeis relativos á fundação do logar, e, por sua morte, tudo se perdeu.

Vamos, pois, tentar reconstruir a historia de S. João da Boa-Vista, baseando-nos um pouco na lenda e um pouco nos raros documentos.

Ha uma tradição, até hoje muito seguida, que attribue a fundação desse logar aos Machados, em 1822 a 1824. Essa tradição foi escripta pelo saudoso sr. João Pires de Aguiar e é a seguinte:

O territorio deste municipio fazia parte do de Mogy-Mi-

rim e estava comprehendido nos terrenos denominados — "Arêas do Secretario" — respeitados pelos sertanejos.

Não obstante, Antonio Manoel de Oliveira (vulgo Antonio Machado) e seus cunhados Ignacio e Francisco Candido, vindos de Itajubá, (Minas), internaram-se nestas terras pelos annos de 1822 ou 1823, fazendo arranchação na confluencia do rio Jaguary com o corrego de S. João, que deve o seu nome ao facto de terem ahi chegado os primeiros habitadores na vespera de S. João Baptista.

Antonio Machado tomou posse dos terrenos regados pelo Prata e da margem direita do Jaguary até o Rio-Claro, estabelecendo sua morada á margem direita do Prata, defronte do angulo do patrimonio do cemiterio velho.

Ignacio Candido apossou-se das terras da margem esquerda do Jaguary, fazendo sua morada na chacara denominada Ponte do Jaguary.

Francisco Candido apossou-se dos terrenos regados pelo ribeirão da Cachoeira.

A esses primitivos povoadores se aggregaram, pouco a pouco, novas familias que vinham attrahidas pelas noticias desta zona esplendorosa e opulenta.

Vagarosamente as bellas florestas iam dando logar a extensas roças; modestas habitações e innumeras choças se foram construindo nos descampados e sob as mattas.

Em 1824, Antonio Machado e sua mulher D. Mariana Maria de Jesus, em cumprimento de um voto que fizeram a Santo Antonio, doaram um terreno para patrimonio da futura povoação, dando assim origem á actual cidade.

Mais tarde, vindo a este logar Monsenhor João José Vieira Ramalho, que então residia na sua fazenda de Pinheiros, prometteu aos moradores obter a creação de uma capella no povoado, sendo, porém, S. João Baptista o respectivo orago, ao que acceden Machado.

Este sacerdote, continúa a tradição, foi o primeiro que celebrou missas no logar, vindo de sua fazenda, todos os domingos, até que foi nomeado cura da capella o padre Joaquim Sigar.

Monsenhor Ramalho mudou sua residencia para a povoação onde fez construir alguns predios e montou diversas fazendas.

ANEXO 7

O SÃO JOÃO
ORGÃO INDEPENDENTE,
NOTICIOSO E
COMMERCIAL
NUMERO COMMEMORATIVO
DO CENTENARIO DE
S. João da Boa Vista
1824 :: 1924
Director: ADELINO SIÃO
Collaboradores diversos
S. JOÃO DA BOA VISTA
24 DE JUNHO DE 1924

São João da Boa-Vista

PEQUENO HISTORICO:

A seguir o leitor encontrará uma pequena noticia historica biographica da fundação da nossa cidade; em vista da falta absoluta de dados verdadeiros sobre a instituição de S. João da Boa Vista, como é de todos sabido, vimo-nos na contingencia de colher algumas notas comprovantes, com um dos homens mais antigos aqui da terra, sendo-nos indicado sr. Benajas Pereira de Mello, irmão do nosso saudoso e querido professor de musica Aquilino P. de Mello, natural do municipio de Itajubá (Minas), tendo vindo para cá com treze annos de edade, e aqui convive á mais de setenta annos; conheceu todos os antigos homens, já velhos n'aquelle tempo, que aqui conviveram, dos quaes numera os nomes de diversos, na longa informação que se promptificou a dar-nos carinhosamente o que nos desvaneceu sobremaneira, e as quaes reputamos.

Tal como nos notificou, as transcrevemos, na simplicidade de sua linguagem e bôa retentiva que o caracterisa, sem preoccupação no rebuço bombastico de estylo, embora haja falhas e senões, como a falta de menção das datas que se relacionam com os factos, isso em nada absolutamente desmerece o grande valor dos dados do bom velho. Vejamos pois:

Em 1820 o municipio de S. João da B. Vista era sertão bruto. Antonio Machado e seus irmãos: José, Candido e Francisco Machado, todos naturaes da provincia de Minas, vieram para aqui e apossaram-se das terras, cada qual tomou o seu quinhão de terra e edificou a moradia, voltando depois buscar as suas familias que residiam em villa da Campanha (Minas).

Convidaram outros parentes e amigos para que viessem com elles para estas partes, promettendo a doação de quinhão de terra, pois que era superior e fertil, esplendida agua potavel. A noticia correu mundo, não só a fertilidade das terras, grandes mattas com abundancia de madeira para construção, affluiu dahi uma infinidade de compradores das terras apossadas pelos Machados, e aqui vae o rol, dos compradores:—pela banda da Cascata, José F. da Costa Junqueira, fez sua morada pouco abaixo da actual estação da Cascata, onde está a fazenda do sr. José Marçal Noguaira de Barros; Antonio Rabello de Carvalho Junqueira, estabeleceu-se no Paiól, suas terras attingiam até á estação da Prata; Vicente Francisco Ferreira, nas margens do ribeirão da Prata hoje é a fazenda de Dna. Francisca viuva, do fallecido Gabriel Garcia da Costa; José Quirino, no Bairro Alegre; cap. Joaquim José d'Oliveira, na Pratinha; cap. Luiz Antonio de Oliveira, na Cachoeira; Matheus Ferreira Martins, na Barra; Antonio Luiz Ferreira, residente em Caldas, comprou as terras que hoje está a fazenda Lage e as dos herdeiros de Gabriel Francisco; Manoel Luiz de Andrade, (bis-avô do sr. dr. João B. Boa Vista), e Manoel Pereira da Silva, estabeleceram-se no Bairro Alegre; José Antonio Barbosa, na fazenda que hoje è dos herdeiros de Josè Procopio Sob. Alliança; José das Neves, nas margens do corrego S. João, estrada que vai à Alliança; José da Costa, na Gramma, limitando-se com a fazenda S. Pedro; Manoel F. Guimarães, bis-avô do cap. José Guimarães, residia em Caldas, comprou dos apossantes as terras da fazenda 21 de Abril, seu filho Joaquim Francisco e seus genros Josè Chrisostomo e Francisco Rodrigues Freitas, foram quem construiram a moradia; Boaventura J. de Mello, na fazenda Campo Triste; Josè Gonçalves Vallim, bis-avô do major Tereziano Vallim, no Imbiruçú; José Garcia de Oliveira, pae do cap. José Garcia de Oliveira Filho, no Paradouro, hoje Aurora; José Garcia Leal, desde a fazenda do Rio Claro até á Lagoa Formosa; Domingos Nogueira, no Bairro do Rio Claro; Francisco Bernardes da Costa, Ignacio Borges Carvalho, na Serra dos Mirantes: Gabriel Rabello Carvalho e seus irmãos Joaquim e Claudino Rabello de Carvalho, nas terras de seus paes, no districto de Vargem Grande; tenente João Thomas Andrade, na Fartura, Francisco e Antonio Dutra (os velhos) trazz do Mirante; Vicente, Francisco e Felippe da Rosa Góes, nas margens do Ribeirão dos Porcos, Canta-Gallo.

Foram, emfim, esses os primeiros homens que povoaram este municipio.

Como as familias dos apossantes se multiplicavam e cresciam, sem serem baptisados, era necessario buscar um padre, o qual fôra o padre Matheus, vigario da parochia de Mogy-Guassú; baptisou todas as crean-

DR. JOSÉ P. D'ANDRADE JUNIOR

Prefeito Municipal incansavel e de uma dedicação sem par á nossa terra, que bella e adiantada como está, em maior parte, deve á brilhante administração do nosso homenageado.

ças e celebrava as missas numa capellinha coberta de folhas de palmitos, ao redor, feixada com as mesmas folhas, edificada para esse fim, no logar onde era a fabrica de fogos de Laurentino da Silva, e fora alli que foi dita a primeira missa, a seguir pediram que benzesse um terreno que iria servir para cemiterio, que é defronte à casa do sr. Pedro Westin.

.....

A doação do patrimonio e como se fez

O quinhão de dominio de Antonio Machado, confrontava com o de José das Neves, por não se poderem entrar em accordo, certa vez, por questão de demarcação, demandaram; Antonio Machado muito devoto, fez uma promessa a Santo Antonio, se ganhasse doaria o terreno para o patrimonio de Santo Antonio, e alli seria edificado a sua capella.

Realisou-se o milagre, ganha a demanda, um dia chamou seus filhos e lhes contou o facto, procedendo depois a demarcação do terreno que devia pertencer ao padroeiro da capella o qual começara pelo vallo acima, que servia de divisa com José das Neves, até aos dois Jatobazeiros então, existentes no meio da Avenida d. Gertrudes, de hoje, e destes até à cachoeira do rio Jaguary, deste, abaixo seguindo até à barra do Rio da Prata, fazendo frente com o espigão, que vem atè ao corrego, do corrego acima até ao vallo onde teve inicio a demarcação.

Tempos depois veio para aqui o padre João José Vieira Ramalho, comprando as possessões a preços limitados, com intuito de construir fazendas e laborar a terra, incitando assim os concurrentes a compral-a, por preço da epoca e a praso longo.

Construiu a fazenda que a denominou Pinheiros, boa casa de morada, paióes, engenhos a cylindro para moer canna, engenho de serra, olaria, azenha, tudo movido á força d'agua; egualmente construiu a fazenda Gloria, de S. Pedro e do Jaguary.

A fazenda Pinheiros fora vendida ao cap. José Ribeiro; a de S. Pedro ao ten. cel. Joaquim Floriano de Araujo; a da Gloria ao cel Augusto José Ribeiro e a do Jaguary ao cap. José Tavares Coimbra.

O cap. Manoel Tavares Coimbra comprou as terras que eram ligadas ao patrimonio, abrangendo a estrada que vai ao Campo Triste, limitando-se com a fazenda Gloria, 21 de Abril, Gramma e partes das terras da villa de S. Antonio.

Tavares fez o sobrado que fazia frente ao terreno patrimonial, no qual morava, tendo ao fundo a sua fazenda.

Pelos lados do bairro das Posses, no Campo Triste, José Eleoterio Mafra fez sua moradia; o cap. Luiz Antonio Ferreira, no bairro Corrego Fundo, era pai de Lourenço Ferreira Castro e avô de Luiz Teixeira; todos esses homens tambem fazem parte dos primeiros colonizadores de São João.

Na revolução de 1842, o padre João Ramalho formou um contigente para marchar em direcção ao Rio de Janeiro, e bater-se ao lado do governo, e nessa mesma occasião foi eleito senador do imperio, mas infelizmente veio a fallecer pouco depois, isto no anno de 1853.

Com o patrocinio do padre Ramalho, começaram a construir uma bem feita igreja, mas só em 1859 concluiram os trabalhos, já o padre José Valeriano de Souza, se achava na parochia, por nomeação do bispo D. Antonio de Mello; em 1858 foi ministrado o chrisma por esse mesmo bispo.

Antes do padre José ordenar-se, o padre Joaquim de Amorim Sigar era o vigario da parochia, este foi removido para a de Jahú após a nomeação do padre José para esta.

A capella de S. João da Boa Vista fôra elevada á freguezia em 1838, á villa em 1859, á cathegoria de cidade em 1880 e á de comarca em 1885.

CAP. LAURO MACIEL DE GODOY
Illustre e philantropico vereador
da nossa Camara Municipal

.....

Philantropia dos antigos proprietarios parochianos.

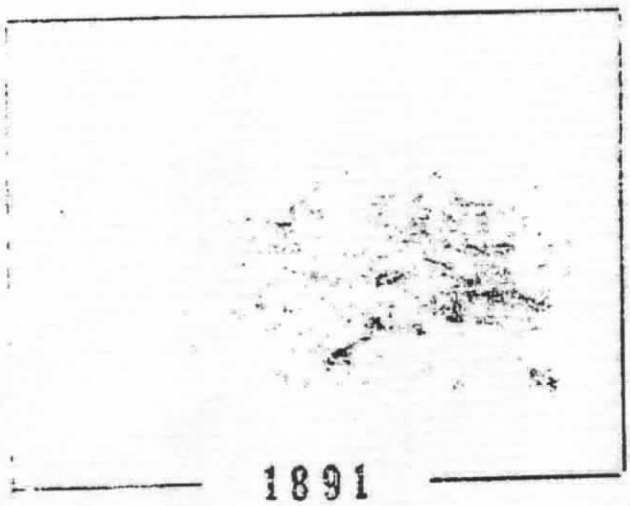
Quando S. João da Boa Vista fôra elevado á cathegoria de capella, os mais abastados proprietarios reuniram-se para discutir-se o logar em que deveria ser construida uma casa a ser doada a S João Baptista, padroeiro da capella, e seria a residencia do primeiro padre que o bispo nomeasse para cá como vigario geral, sem retribuição alguma, e assim successivamente. Em caso de fallecimento ou remoção o substituinte gosaria da mesma regalia. Ficou delliberado a ser construida no largo da capella.

O primeiro a residir nessa casa fôra o padre João Ramalho, até que edificou a sua casa particular, que è hoje o sobrado da exma. sra. d. Francisca de Oliveira Costa, ahi residiu tambem o padre Joaquim Amorim Sigar. Depois do fallecimento do padre Ramalho, o bispo d. Antonio de Mello removeu para a parochia de Jahú o padre Joaquim e para esta o padre José, que residiu na casa doada a São João mais de 43 annos e nella falleceu.

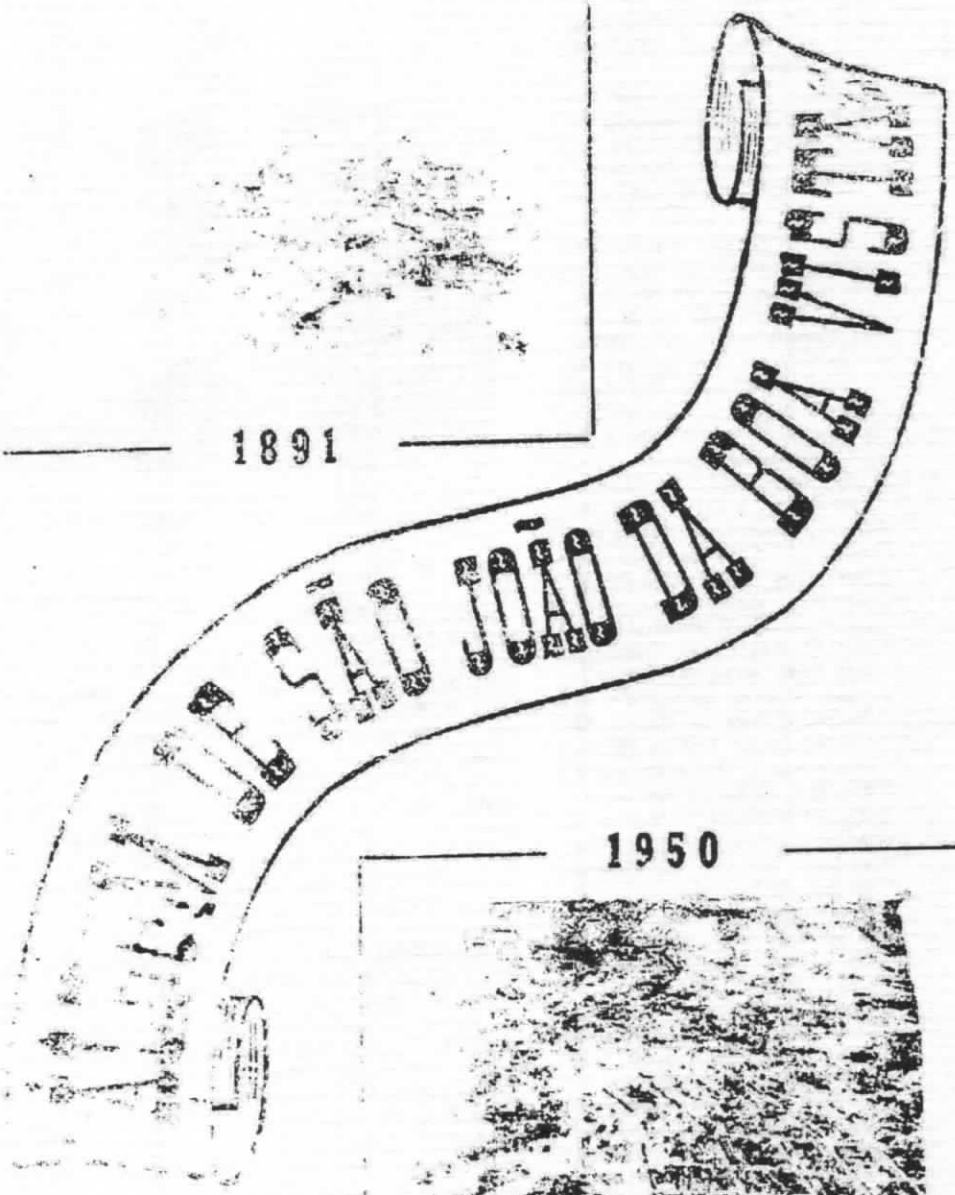
A egreja Matriz passou

ANEXO 8

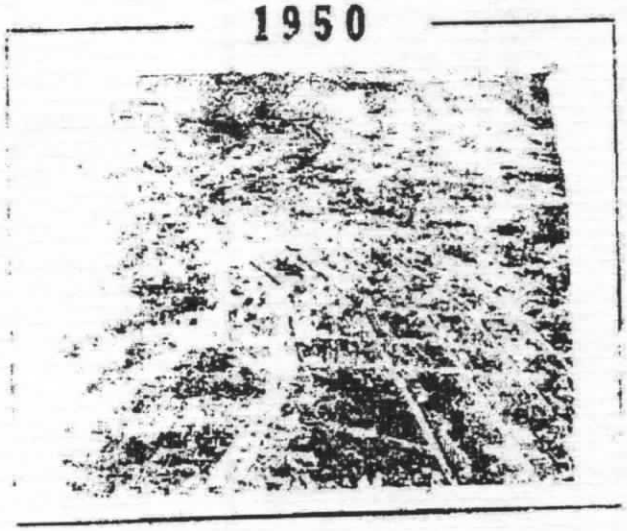
ANEXO - 04



1891



1950



Duas vistas parciais da cidade: Acima, uma da século XIX; ao lado, de pleno século XX.

NOSSA CIDADE

dr. I. J. DE OLIVEIRA NETO

A peça de Thornton Wilder tem significação para todos os povos civilizados, não importando país, nem raça, nem crença.

NOSSA CIDADE, que não pode ser capital, ou industrializada mas, um a dois milhares de casas, onde a maioria deve conhecer-se e interessar-se uns pelos outros.

Grover's Corners é o modêlo de todas elas. Os seus três atos são os momentos mais importantes da vida de cada um de nós: adolescência, casamento e morte.

Se fôssemos, mas nós vamos, comparar São João da Boa Vista a Grover's Corners, chamaríamos também o diretor de cena invisível que nos explicaria:

— Nossa cidade começou pelos anos de 1822 a 1824, não se podendo precisar datas, pois os documentos, se é que existiram, perderam-se com a morte do seu provável possuidor — o padre João Ramalho. O território fazia parte de Mogi-Mirim, compreendido entre os terrenos denominados "areas do Secretário". Os Machados, Antônio Manoel de Oliveira (vulgo Antônio Machado) e seus cunhados Ignácio e Francisco, vindos de Itajubá, seriam os primeiros povoadores, e teriam dado o nome de São João ao lugar, porque o dia da sua chegada era o da véspera de São João Batista. Esta lenda foi escrita por João Pires de Aguiar. É tão simples que poderíamos acatá-la como verdadeira. O mesmo Antônio Machado doou o terreno para patrimônio da futura povoação. Monsenhor João José Vieira Ramalho veio da sua fazenda de Pinheiros e garantiu aos moradores da capela. Mais tarde, quando cumprida sua promessa, vinha aos domingos celebrar a missa. Acabou mudando-se para São João onde foi proprietário de fazendas e de casas. O patrimônio tinha 14 alqueires, com denominação de Pasto das Almas, do Sacramento e do Rosário, englobado em São João da Boa Vista.

Eis outra linda praça que ornamenta a cidade. E' o Coronel Joaquim José, romântica e enseiarada sempre

Padre João Ramalho tomou parte na revolução de 42; provàvelmente os córregos do Quartel e do Polvarinho, assim como a serra do Paiol tiveram seus nomes devido ao movimento. Diz também a lenda que o verdadeiro fundador da cidade morreu quando celebrava a missa de São João, que por um motivo qualquer, fôra transferida do dia 24 para o dia 26 de junho de 1853.

Mas será tudo isso verdade? Dizem outros que não; que já no século XVIII passava por onde está a cidade uma estrada que ia ao sul de Minas; que ao longo da via de comunicação muitas casinholas foram construídas; que as terras foram dadas em sesmarias e uma delas pertencia ao padre Junqueira e êste sendo amigo do padre Ramalho, daí o interêsse que teve pela fundação do povoado e compra de terras no lugar.

Como quase tôdas as cidades do mundo a Nossa Cidade tem pequenos mistérios na sua origem.

Mas quando vêm os documentos tudo se esclarece de maneira prosaica: pela lei de 28 de fevereiro de 1838 foi São João da Boa Vista elevada a freguesia. Era assim o texto: "Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, Cavaleiro da Casa Imperial, Comendador da Ordem de São Bento de Aviz, condecorado com a medalha de distinção das campanhas do Sul, Brigadeiro de Infantaria e Presidente desta Província de São Paulo, faço saber a todos os seus habitantes que a Assem-

FARMACIA SANTA LUZIA

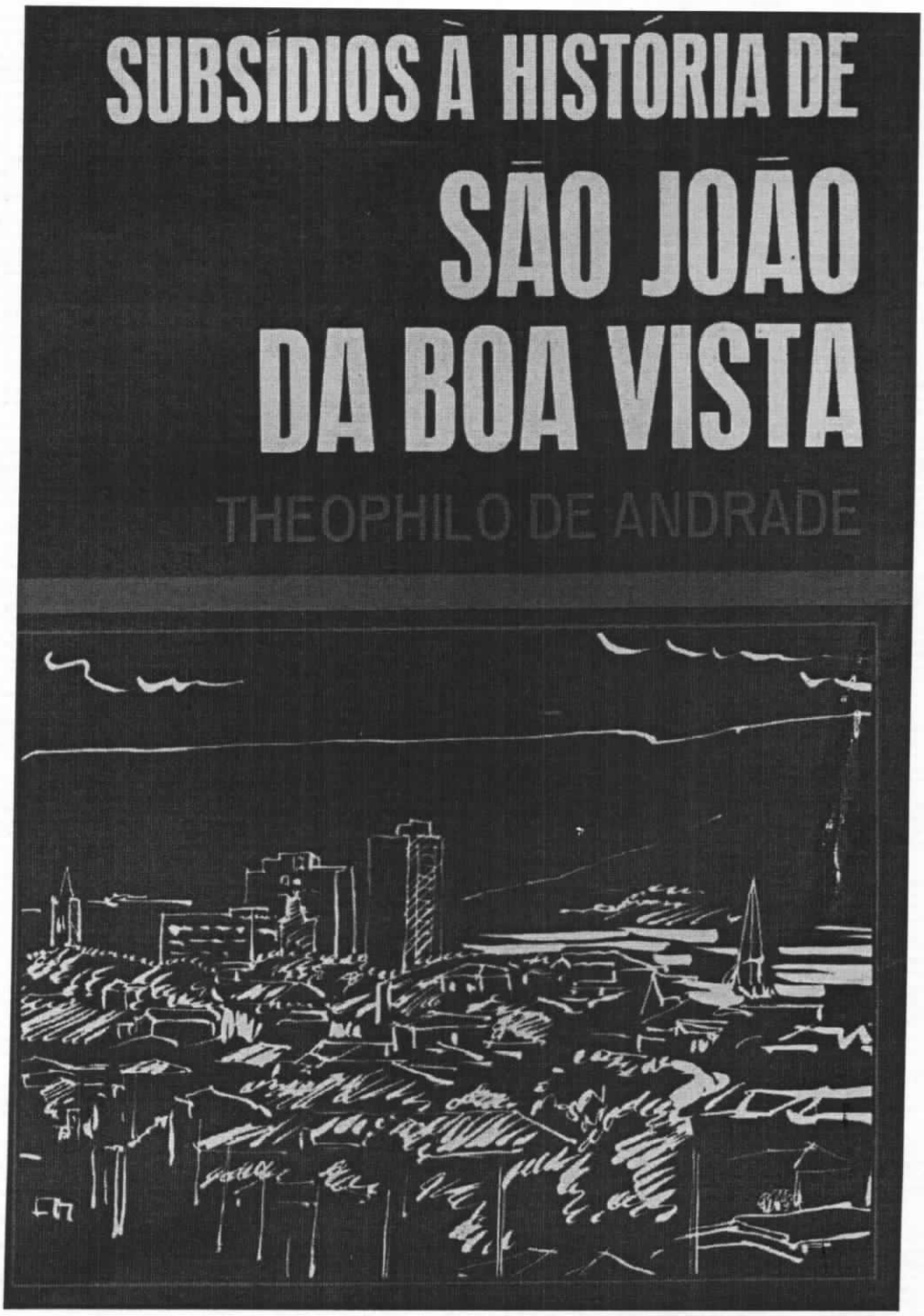
Farmacêutico:

Braz Nicola Sabino

Praça Armando Salles, 107

Fone, 1-3-2

ANEXO 9


SUBSÍDIOS À HISTÓRIA DE
SÃO JOÃO
DA BOA VISTA
THEOPHILO DE ANDRADE

I

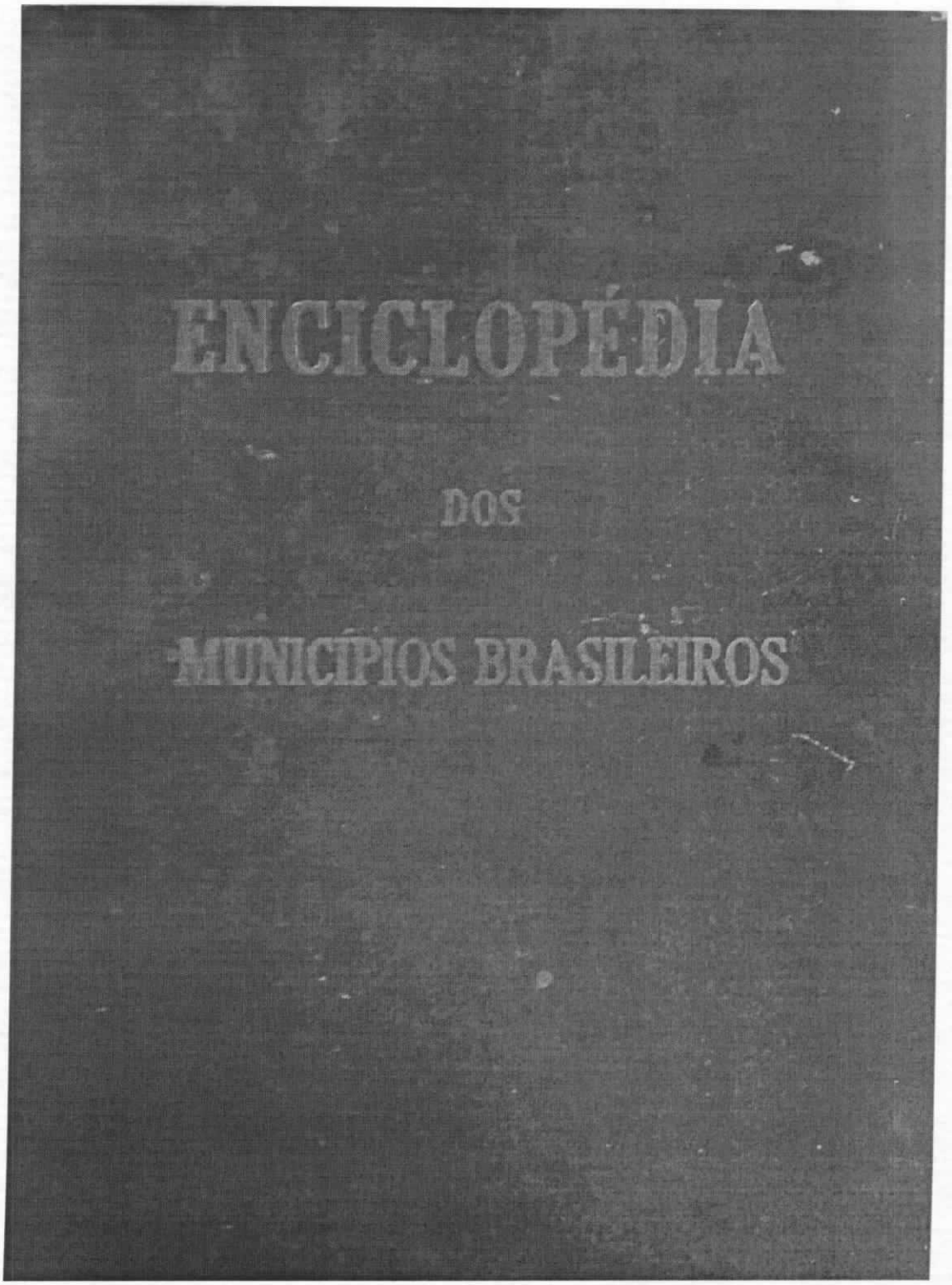
O TERRENO E A CAPELA

Não desejando penetrar no campo das divagações e pormenores sobre a fundação da cidade e aceitando a versão de que esta teve início após a doação do terreno feita por **Antônio Machado** e sua mulher, em 1824, por intervenção do **Padre João Ramalho**, começarei por esses venerandos vultos a dizer quais os pioneiros e principais cooperadores da formação da nossa cidade e do desenvolvimento do município.

A figura do **Padre João Ramalho** avulta entre os formadores da povoação, e este fato não sofre qualquer contestação, como se verifica da versão apresentada por todos os cronistas e de artigos que, com apoio neles, escrevi na «A Cidade» de 24 de junho de 1938, por ocasião do primeiro centenário da freguesia.

Não obstante já serem bem conhecidos os traços marcantes da personalidade do nosso **João Ramalho**, renovo ligeiramente nesta nota alguns dados sobre a sua larga trajetória na vida desta cidade e de outros municípios da então Província de São Paulo.

ANEXO 10



PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Entre os templos existentes na cidade, destaca-se a Catedral, um dos maiores templos católicos do país, cuja cúpula tôda metálica atinge a altura equivalente a um prédio de 17 andares. No bairro da Babilônia, a poucos quilômetros da cidade, existe a capela de N. S.ª Aparecida ponto de atração de romeiros, existindo ao lado do templo uma "sala de milagres". No antigo Palácio Episcopal sito à Rua P.ᵉ Joaquim Botelho da Fonseca existem colados às paredes valiosos trabalhos do pintor patrício Benedito Calixto.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — São Carlos é banhada pelos rios Mogi-Guaçu e Jacaré-Guaçu cujos leitos se acham a algumas dezenas de quilômetros da sede municipal. A topografia da cidade é acidentada.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Não há no Município festejos populares típicos. A procissão tradicional é a do padroeiro (S. Carlos Borromeu) a 4 de novembro. Habitualmente nos dias dedicados a Nossa Senhora há romarias à Igreja de N. S.ª Aparecida no povoado de Babilônia.

VULTOS ILUSTRES — São nomes ilustres ligados a São Carlos, embora naturais de outras cidades, entre outros: Conde do Pinhal, ilustre político do Império; Cel. Paulino Carlos de Arruda Botelho, propagandista da República; Carlos Botelho, sociólogo de renome internacional e ex-secretário da Agricultura em S. Paulo; Bento de Abreu Sampaio Vidal, político e cafeicultor; Carlos de Carvalho, reformador da contabilidade brasileira; Amadeu Amaral, poeta e membro da Academia Brasileira de Letras, que residiu várias anos em São Carlos; Cincinato Braga, historiador e político; Marcelino Barreto, político; Pádua Sales, político; Dagoberto Sales, político.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Não há no Município atrativos turísticos pròpriamente ditos. São Carlos, porém, pela excelência do seu clima e pujança do seu parque industrial, é freqüentemente visitada, oferecendo, entre outros recantos dignos de serem visitados, a Estância Suíça e a Fazenda Experimental de Criação, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, na estação de Cauchim. Possui, ainda, o Município, uma fonte de água radioativa, bastante poderosa, sita na Fazenda Salto, a 3 km da cidade, pertencente ao grupo oligo-metálico (12,6 machas por litro). É indicada para rins, bexiga, etc. Inexplorada.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação local dos habitantes do Município é "sãocarlenses". São Carlos tem os cognomes de "cidade sorriso" e "Atenas paulista". Projeta-se no cenário nacional como centro estudantil e fabril, grande produtor de tomate e leite, etc. Os trabalhos de seleção racial de bovinos, suínos e cavalares empreendidos pela Fazenda Experimental do Cauchim têm alcançado repercussão internacional. Vereadores em exercício 19. Número de eleitores (novembro de 1956) 16 020. A cidade é sede de importantes repartições públicas e autárquicas de âmbito regional. Acha-se em construção moderno hotel de 7 pavimentos.

OUTROS ASPECTOS — O Prefeito é o Senhor Alderico Vieira Perdigão.

(Histórico — Aplicação Municipal de Estatística; Redação final — Eulen Camargo; Fonte dos dados — A.M.E. — Eulen Camargo.)

SÃO JOÃO DA BOA VISTA — SP

Mapa Municipal na pág. 279 do 10.º Vol.

HISTÓRICO — As origens de São João da Boa Vista apresentam pontos controversos que jamais serão perfeitamente esclarecidos, pois se houve documentos que poderiam esclarecer dúvidas surgidas, êstes perderam-se na noite dos tempos.

Aceita-se como fato comprovado que as terras que formam hoje o município, pertenciam a Mogi-Mirim e foram ocupadas por Antônio Manuel de Oliveira, (vulgo Antônio Machado), que juntamente com seus cunhados Ignácio e Francisco chegaram às margens do Jaguari, vindos de Itajubá no ano de 1822 ou no de 1824.

Antônio Machado doou o terreno para patrimônio da futura povoação e, erguida a capela sob o patrocínio do Monsenhor João José Vieira Ramalho, êste vinha de sua fazenda Pinheiros, a fim de celebrar missa aos domingos e possivelmente celebrar batismos e matrimônios.

Nessas viagens, Monsenhor tomou-se de amôres pelo povoado incipiente acabando por mudar-se para lá, adquirindo propriedades rurais e casas na parte povoada.

Padre Ramalho deve ter sido um interessante tipo de pioneiro; era destemido e sabia batalhar pelas suas opiniões políticas; tomou parte na revolução de 1842. Ainda hoje existem na estação da Prata os córregos do Quartel e do Polvarinho, assim como a serra do Paiol que devem ser remanescentes dos nomes dados a pontos estratégicos utilizados nas empreitadas bélicas do ativo sacerdote.

Igreja Matriz

Vista Parcial

O nome da cidade deriva-se do fato seguinte: Os Machado chegaram aqui em vésperas de São João e resolveram dar o nome do santo festejado, ao pouso onde se instalaram.

Quanto ao resto do nome da cidade, (da Boa Vista), explica-se pelas paisagens encantadoras que se descortinam das serras e da maravilhosa mutação de côres que essas serras apresentam aos que as admiram da cidade.

Em 28 de fevereiro de 1838 o pequeno povoado foi elevado a freguesia e em 24 de março de 1859, a Lei provincial n.º 12 elevou a freguesia à vila.

Existe ainda nos arquivos da Prefeitura Municipal, a Ata da instalação de nova vila, cerimônia realizada em 7 de setembro de 1859.

Em 28 de fevereiro de 1838 o pequeno povoado foi elevado à categoria de cidade, gozando desde então a prerrogativa de contar com Juiz de Direito e Jurum local.

O verdadeiro patrono do município foi Monsenhor João José Vieira Ramalho pois sem seu interêsse e sua proteção não se desenvolveria o pequenino burgo, o povo queria ser assistido por padre e sentia necessidade de uma capelinha para a celebração do culto divino e dos sacramentos. Padre Ramalho incentivou o aumento da população propiciando aos moradores aquilo que mais desejavam, estabelecendo-se depois aqui, dez ao município o requisito necessário para progredir.

Com os trilhos da Mogiana, chegou mais tarde novo estímulo para o progresso pois facilitava o intercâmbio econômico e cultural com cidades mais adiantadas e com a Capital do então Província de São Paulo.

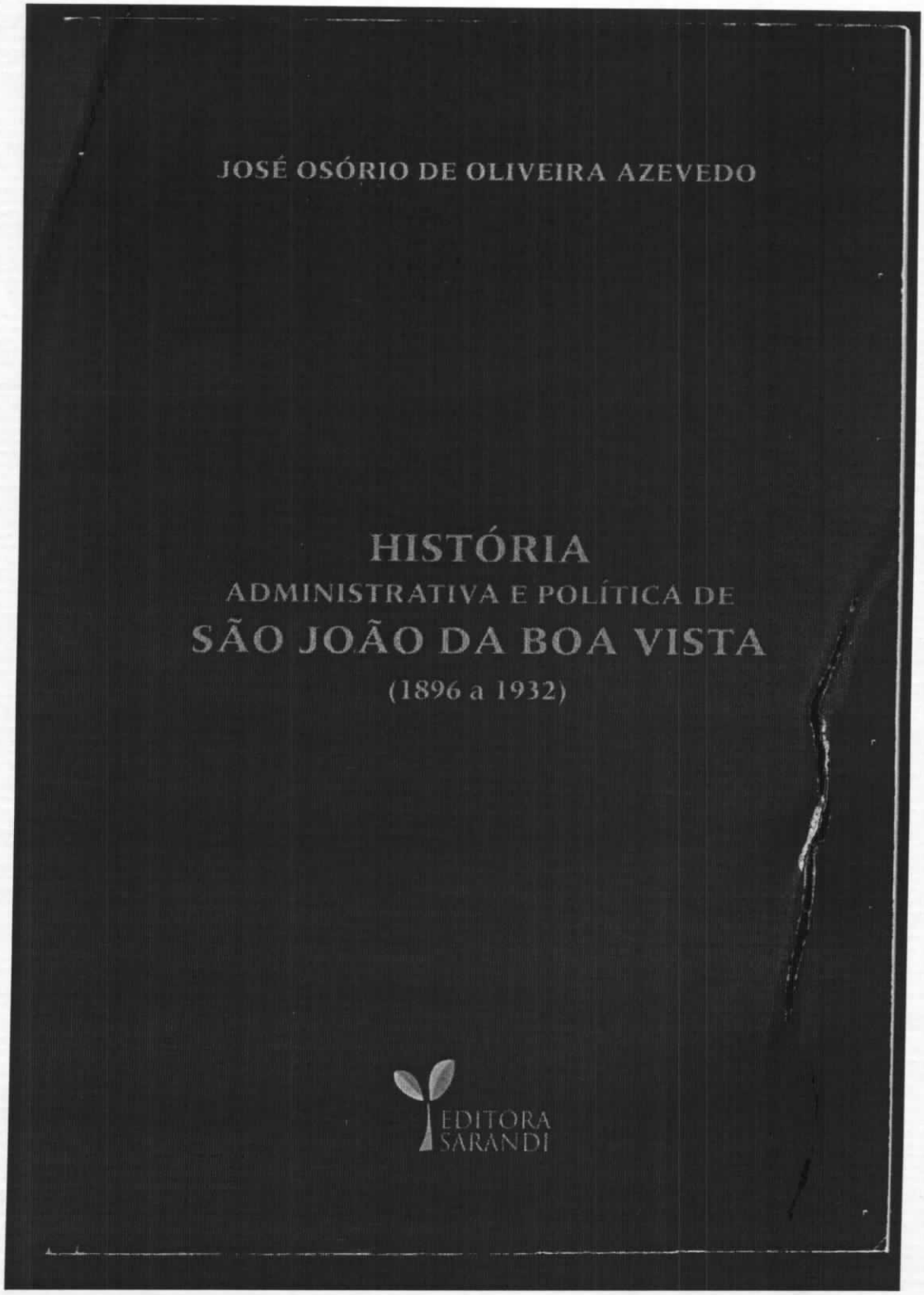
Teatro Municipal

Vista Aérea

O município compreendia a própria sede e as vilas de Aguaí (então Conceição), Vargem Grande e Prata, que com o decorrer do tempo foram conseguindo sua emancipação, erigindo-se em cidades progressistas, dignas colaboras de sua laboriosa cidade-mãe.

Surge então a primeira escola municipal, sendo primeiros professores regentes o casal Sandoville. A Prefeitura Municipal recebeu de Joaquim José de Oliveira um prédio onde pudesse funcionar e a cidade foi crescendo devagar, espalhando-se pelos terrenos que margeiam o ri-

ANEXO 11


JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA AZEVEDO
HISTÓRIA
ADMINISTRATIVA E POLÍTICA DE
SÃO JOÃO DA BOA VISTA
(1896 a 1932)
EDITORA
SARANDI

234

CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE

Na ata de 30 de maio de 1924 encontra-se a seguinte indicação:

> Devendo comemorar-se, a 24 de junho próximo, o primeiro centenário da fundação da cidade, indicamos que fique o prefeito autorizado a promover os festejos para essa comemoração, promovendo os meios necessários para ser erigido um monumento que assinale esse fato, em lugar que será oportunamente determinado. Indicamos igualmente que o prefeito fique autorizado a despender a quantia necessária para essa comemoração.
>
> São João da Boa Vista, 30 de maio de 1924. Antônio Cândido de Oliveira Filho, Dr. José Procópio de Andrade Jr., Lauro Maciel de Godói, José Alexandre de Almeida, Antônio Rodrigues Pinto, Antônio Jacinto dos Santos Malheiros. Dá-se por aprovada essa indicação imediatamente, por esta assinada por todos os Srs. vereadores.

O Sr. Dr. Andrade Jr. explica que no dia 24 de junho próximo será lançada a pedra fundamental do monumento comemorativo, que será levantado depois, com verbas que a Câmara votar e com o auxílio dos particulares. Por falta de verba e devido à escassez de tempo, não é possível fazer-se agora a ereção desse monumento. Quanto aos festejos, diz S. Exa. que a comissão, que foi nomeada, publicará oportunamente o respectivo programa.

Ata do lançamento da pedra fundamental do monumento comemorativo do primeiro centenário da fundação da cidade de São João da Boa Vista

> Aos 24 de junho de 1924, nesta cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, às quatorze horas, no Largo da Matriz, com a presença dos Srs. Dr. Antônio Cândido de Oliveira Filho, presidente da Câmara Mu-

nicipal; Dr. José Procópio de Andrade Jr., prefeito deste município; Dr. Teófilo Ribeiro de Andrade, deputado estadual por este distrito; Dr. Nélson Noronha Gustavo, juiz de Direito desta comarca, Dr. Gustavo Evaristo dos Santos, juiz de Direito substituto; Antônio Rodrigues Pinto, major Antônio Jacinto dos Santos Malheiros, capitão Lauro Maciel de Godói, capitão José Alexandre da Almeida, Gabriel Antônio da Silva Oliveira e major José Marçal Nogueira de Barros, vereadores; capitão José Gomes Guimarães, capitão Gabriel Rabelo de Andrade, Dr. Alípio Noronha Gomes da Silva, membros do Diretório Político Republicano, do qual é presidente o Sr. Dr. Antônio Cândido de Oliveira Filho, já nomeado; Dr. Ascendino Resende, promotor público da comarca, major Sebastião Silveira, escrivão do júri; revmo. padre Josué Silveira de Matos, vigário desta Paróquia; José Castelo, também do diretório; capitão Pedro de Oliveira Westin e Tibúrcio Guedes de Sene, tabeliães; José Pacheco, contador e distribuidor; professor Pedro Maciel de Godói, diretor do Grupo Escolar "Joaquim José"; Basílio Braga, representante do procurador da República; major José Procópio de Azevedo Neto, coletor federal; capitão Antônio Vespasiano de Albuquerque, coletor estadual; capitão Antônio Marques Jr., primeiro juiz de paz; Orlando de Andrade Resende, escrivão de paz; a comissão nomeada para organizar os festejos de hoje (comemorativo do primeiro centenário da fundação desta cidade), composta dos Srs. Dr. Carlos Kiellander, Manuel da Costa Patrão, e capitão Lauro Maciel de Godói (já nomeado), e outras autoridades e grande massa popular, fez-se no lugar previamente designado pelo governador do município e pela referida comissão, e com as solenidades de estilo, o lançamento da pedra fundamental do monumento comemorativo do primeiro centenário (que hoje passa), da fundação desta cidade de São João da Boa Vista. Falou, nesse ato, o exmo. Dr. Antônio Cândido de Oliveira Filho, orador nomeado pela aludida comissão. S. Exa. fez histórico da fundação desta cidade, prestando homenagem à memória dos seus fundadores e citando nomes de todos aqueles que concorreram para o seu progresso. Ao ato estiveram presentes também os Srs. Francisco Pascoal, redator da *Cidade de São João*, Roque Fiori, redator d'*O Município*, e Adelino Gião, diretor do *O São João*. De tudo lavrei esta ata, para constar a todo o tempo. Eu, José Andrade, secretário da Câmara Municipal e da Prefeitura, a escrevi.

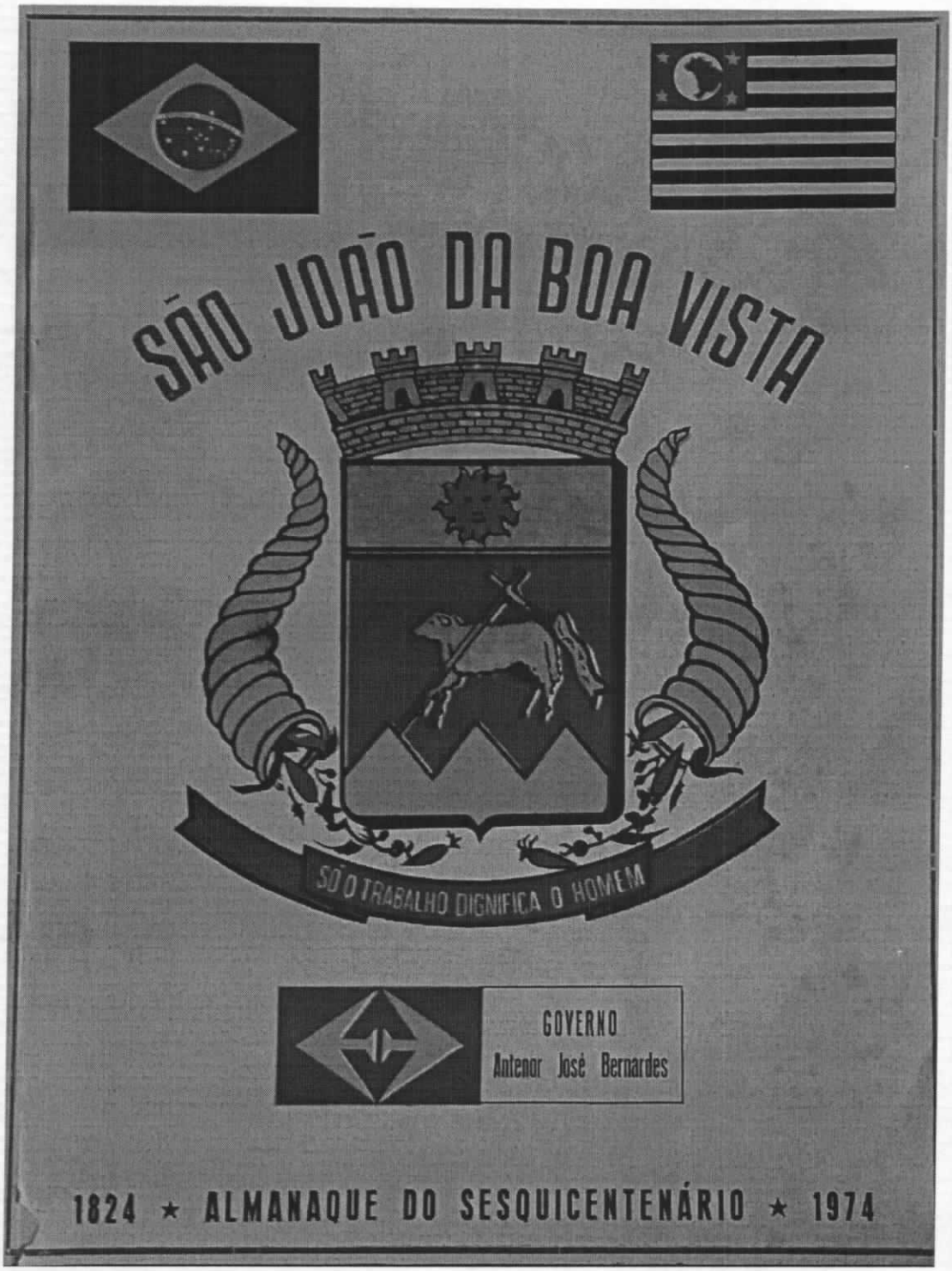
Seguem-se as assinaturas dos presentes, em número de 162, no livro de atas n. 317, de fls. 28 a 30v.

Só por algum impedimento ocasional não figuro entre os signatários da ata pois eu não faltava a festividade dessa natureza. Meu pai Domingos Teodoro de Azevedo Sobrinho e meu irmão Domingos Teo-

Pedra fundamental do monumento ao Centenário de fundação de São João da Boa Vista (24/06/1924)

Cápsula encontrada junto a pedra fundamental do monumento ao Centenário da cidade.

ANEXO 12


SÃO JOÃO DA BOA VISTA
SÓ O TRABALHO DIGNIFICA O HOMEM
GOVERNO
Antenor José Bernardes
1824 ★ ALMANAQUE DO SESQUICENTENÁRIO ★ 1974

PREÂMBULO

Não é, infelizmente, possível, escrever com exatos dados a história da fundação da cidade de São João da Boa Vista. Como em tantos outros casos, faltam-nos os documentos legítimos e abundam as lendas e as tradições mais ou menos errôneas. E' tanto mais natural esta falta de documentos, quando se trata da povoação de uma longínqua colônia portuguesa perdida nos sertões. Naquele tempo raríssimas pessoas sabiam ler e escrever e essas não se davam ao trabalho de relatar o que faziam. Não existe nenhuma escrita referente aos aspectos religiosos como batizados, casamentos, enterros, etc. E' possível que estivessem em poder do padre João Ramalho, (1) juntamente com outros papéis relativos à fundação da nossa cidade, e que se perderam quando ele veio a falecer. Para a compilação deste pequeno histórico, consultamos os escritos e as declarações de várias pessoas e entidades, entre as quais, (por ordem alfabética) Benahias Pereira de Mello, Dr. João Pires de Aguiar, Dr. Joaquim José de Oliveira Neto, Dr. José Osório de Oliveira Azevedo, Da. Maria Leonor Alvares Silva, Dr. Teophilo de Andrade, os arquivos do Ministério do Exército, a biblioteca do Museu Histórico e Pedagógico "Armando Salles de Oliveira" na nossa cidade, os arquivos do Palácio dos Bandeirantes em São Paulo, etc. Esta falta de dados, de tempo, e a existência de várias correntes discutindo ainda quanto à data de fundação da cidade, não nos permitiu fazer melhor e mais fielmente o relato, e, por isso, ao fim do presente resumo histórico publicamos algumas notas e observações de vários pesquisadores e historiólogos, os quais podem ser os dados certos, sendo que também nos atingimos na história e nas lendas, não assumindo responsabilidade alguma enquanto às datas, nomes, etc. A este estado de coisas, contribuiu também a interferência de elementos os quais não sabemos o porquê, não queriam a publicação deste ALMANAQUE. Não desejando entrar em polêmicas com ninguém e ainda menos com os mais variados historiadores da cidade, na frente dos quais reconhecemos a nossa ignorância, e, aceitando os dados oficialmente divulgados pelas Autoridades locais, apesar de algumas reservas, iniciamos o nosso trabalho.

OS PRIMEIROS MORADORES

O território desse Município, fazia parte do de Moji-Mirim, localizado nos terrenos denominados "Áreas do Secretário". Em 1820, o território em que ia surgir São João da Boa Vista, era sertão bruto. A estrada de Goiás vinha até Itupeva (atual Aguaí), e dali dirigia-se para Casa Branca. Nossa zona era ainda coberta de matas. Em 1821 chegou de Minas Gerais o guarda-mor José Antonio Dias de Oliveira, cidadão português, casado com d. Ana Maria Franco de Oliveira. Vieram com filhos e escravos, para instalaram-se na fazenda "Campo Triste", propriedade que havia sido comprada dos herdeiros do sesmeiro José Dutra em 1817. (2) Em 1824 chega de Itajubá com sua família e poucos escravos, Antonio Manoel Siqueira (vulgo Machado), acompanhado também pelos seus cunhados Francisco, Pedro e Inácio Cândido, todos naturais da província de Minas. Instalaram-se em uma casinha primitiva localizada na margem direita do córrego São João. Apossaram-se das várias terras, das quais cada um tomou o seu quinhão, e mandaram vir o resto de suas famílias, convidando ao mesmo tempo outros parentes e amigos, prometendo a doação de terras altas, planas, férteis e com ótima água potável.

Estes fatores foram conhecidos por muita gente, não somente pela fertilidade da terra, mas também pela existência de grandes matas com abundância de madeira ótima para construção. Afluiu aí uma infinidade de compradores, os quais se fixaram na zona residencial definitiva. Entre eles relembramos Joaquim Gonçalves Valim (presumivelmente descendente de Italiano do veneto), Matheus Ferreira Martins, José Inácio de Lima, José F. da Costa Junqueira, Luís Antonio de Oliveira, Gabriel Rabello Carvalho e seus irmãos Joaquim e Claudio, Manoel Luiz de Andrade (bisavô do Dr. João Boa Vista) e muitos outros.

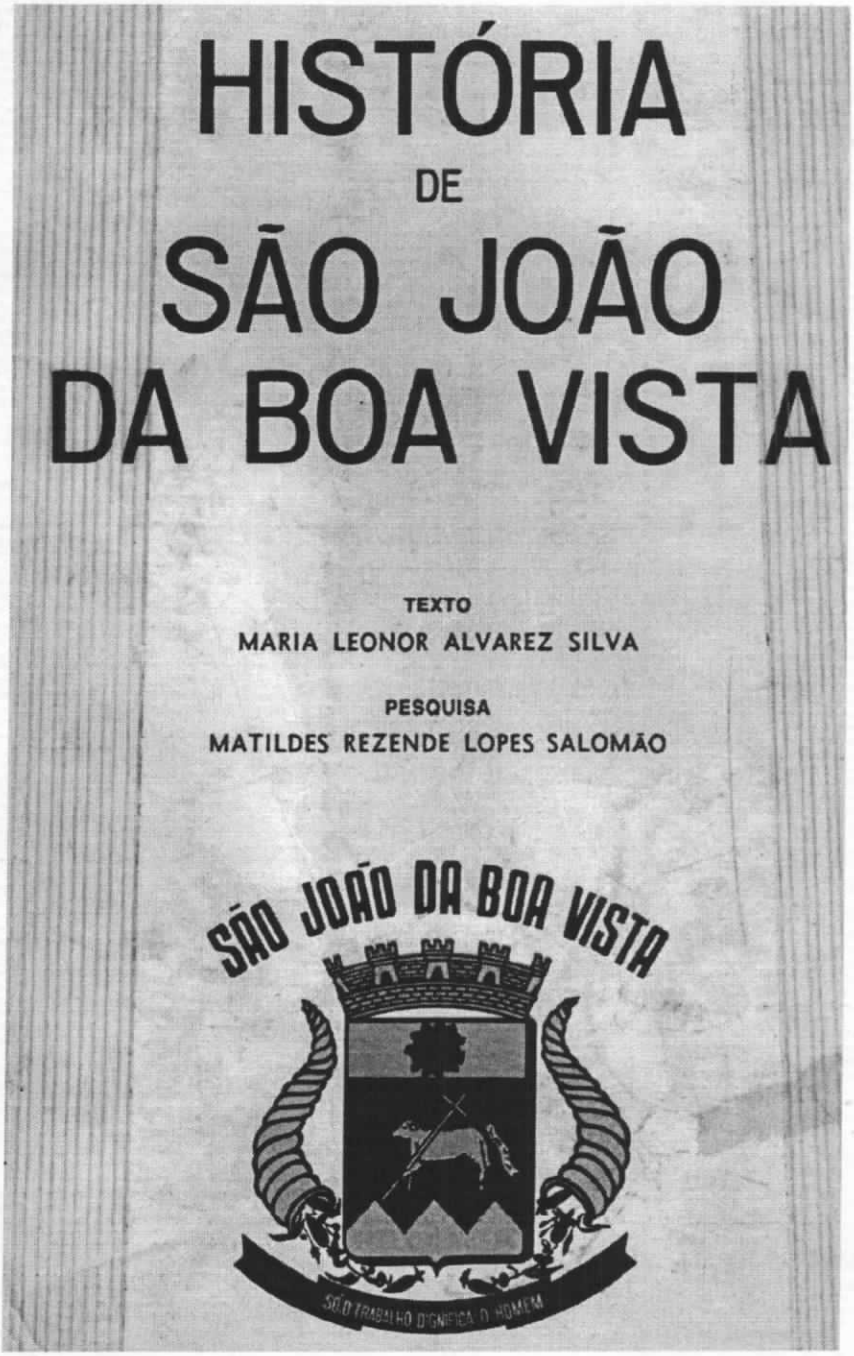
As famílias dos desbravadores da Região multiplicavam-se e cresciam, mas não eram nem casados, nem batizados. Ressentindo-se de qualquer assistência religiosa local, foram buscar o padre Matheus, vigário da Paróquia de Moji-Guaçu, o qual depois de ter regularizado os casamentos e batizados das crianças, celebrava as missas em uma Capelinha coberta e fechada com folhas de palmitos. A pedido dos moradores, foi abençoado um terreno localizado aonde hoje está o Bairro do Rosário, (3), que ia a servir para edificar o Cemitério, transferido em um segundo tempo ao lugar aonde hoje está a Praça Cel. Joaquim José e, com mudança definitiva, ao lugar aonde se encontra atualmente.

DOAÇÕES

O Antonio Machado discutia continuamente com o proprietário das terras que confinavam com a sua propriedade (4), sem possibilidade de solução. Era uma questão de princípio para o Machado e, sendo ele muito devoto, fez uma promessa a Santo Antonio, se a questão se solucionasse. Prometeu doar um terreno onde seria edificada a Capela do Santo, e apelou para a demanda. Machado ganhou e doou dois alqueires de terra para o patrimônio religioso do incipiente arraial. Na presença dos seus filhos, procedeu à demarcação do terreno. Começava na divisa das suas terras, além da margem direita do córrego São João para chegar praticamente na metade da atual avenida Dr. Gerin-des e daí até a cachoeira do rio Jaguari, seguindo até a barra do rio da Prata, voltando depois aonde teve início a demarcação. O padre Matheus, que vinha esporadicamente, passou a celebrar e ministrar os Sacramentos na Capela que em terras foi construída. Com a chegada do padre João Vieira Ramalho (1824 ou 1825) começaram as construções no terreno destinado à povoação e, em 1832, o padre Ramalho requereu às autoridades eclesiásticas pedindo que a Capela fosse "curata". Só em 1838 chegou a licença oficial e a nomeação do primeiro sacerdote, padre Joaquim Feliciano de Amorim Siqueira. O padre João Ramalho chegou ao Brasil procedente de Portugal, onde nasceu no ano de 1804. Antes de se transferir para o lugar onde hoje se encontra a cidade de São João, morava em São João do Pinheiro, onde possuía uma fazenda de cana e que se localizava no lugar onde hoje fica o território de Pinhal. Com a construção da Igreja o pequeno "Povoado" se transforma em "Capela". Muitas pessoas começaram a chegar na zona aonde hoje está S. João e a agricultura desenvolvia-se bem e rapidamente. Em poucos anos muitas casas foram erguidas e a "Capela" já estava em condições de ser transformada em "Freguesia", sendo alcançado "75 fogos" (ou casas — ou famílias), fator que era "conditio sine qua non", para a passagem de "Capela" a "Freguesia". Com a nomeação do primeiro padre e pela Lei provincial n.o [illegible], publi-

— 20 —

ANEXO 13


HISTÓRIA
DE
SÃO JOÃO
DA BOA VISTA
TEXTO
MARIA LEONOR ALVAREZ SILVA
PESQUISA
MATILDES REZENDE LOPES SALOMÃO
SÃO JOÃO DA BOA VISTA
SÓ O TRABALHO DIGNIFICA O HOMEM

Cândido de Figueiredo, no seu *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*, dá como sinônimo de agregado, aqui no Brasil, os termos: criado, serviçal. Fica então bem esclarecido que D. Ana Maria Franco, viúva do guarda-mor, José Antônio Dias de Oliveira, representada por seu curador, o alferes Joaquim Gonçalves Valim e seus filhos emancipados, sabendo que os seus agregados, cujos nomes já foram citados, haviam se reunido em habitações próximas uma das outras, nas terras de sua fazenda Campo Triste com o objetivo de formar um pequeno burgo, recorreram à Justiça para impedir essa ocupação ilegal. Não tendo pretensões urbanísticas, procuraram as autoridades em Moji-Guaçu para impedir que se formasse uma vila, dentro de sua fazenda Campo Triste. Por terem procedido assim e não recorrendo à violência, como era costume naqueles tempos é que hoje podemos afirmar sem receio de engano, que foi em 1830 que surgiu o primeiro ensaio urbanístico, daquilo que viria a ser a cidade de S. João da Boa Vista, pois as datas são claras, no documento encontrado em Moji-Guaçu.

A História é uma ciência social. Para estudá-la e desenvolvê-la, existem duas fontes. Uma é a tradição. Outra, a documentação. Uma não pode prescindir da outra. Daí o fato irreversível: S. João da Boa Vista surgiu no ano de 1830, por ter aquele grupo de agregados da Fazenda Campo Triste, desejado "formar vila". Intimados a desocupar o lugar, no prazo de um ano e não sabendo escrever, assinaram "de cruz", como era costume.

Um deles, entretanto, João Manuel Pereira, "renegou o sinal", isto é, não quis assinar. Entretanto, as casas não ficaram vazias e o número de moradores foi aumentando. Em 1832, conforme *Livro de Tombo da Freguesia de Moji-Guaçu*, existente na Cúria Diocesana de S. João da Boa Vista, à pág. 47, há um requerimento dos moradores do povoado, apresentado ao Vigário-Geral e Provisor do Bispado, solicitando a curadoria de sua Capela. Esse requerimento pede que o Vigário-Geral determine aos párocos de Caldas, Casa Branca e Moji-Guaçu que cedam seus emolumentos "a benefício do capelão curado". Como resultado, os párocos de Caldas, Casa Branca e Moji-Guaçu, respectivamente Reverendos Antônio de Carvalho Pinto, Francisco de Godóis Coelho e Matheus José Leite, abriram mão de seus emolumentos nas diversas partes das regiões a que tinham direito de vicariato, para que pudesse ser

Filho: uma parte de terras pela sua legítima paterna, no valor de 17$000; nas terras do Ribeirão Claro, no valor de 50$000. Os herdeiros foram contemplados com terras no Rio Claro. Escrivão da Vila de Moji-Mirim, Francisco Monteiro da Silva".

Nesse mesmo documento existe uma petição assinada pelo Padre Joaquim Feliciano de Amorim Sigar, apresentando as terras do Rio Claro, como divisas por ele calculadas (pág. 13, verso) e solicitando que se adjudicasse à viúva Mariana Vicência, meeira na herança deixada por Antônio Manoel de Siqueira, as "rodas de fiar" e dois "tachos", e para o abentistato, aplicado nos sufrágios, a bem da alma do falecido, a quantia de 10$000.[16]

Sendo todos os membros da família analfabetos, o Padre Joaquim Feliciano de Amorim Sigar, primeiro sacerdote nomeado para a Freguesia, assinou por todos, inclusive pelos órfãos a rogo dos mesmos. Até agora, a família, ou antes, os *Irmãos Machado*, foram sempre considerados como os primeiros a chegar em nossa região, os fundadores da localidade. Entretanto, tudo que foi escrito até agora, estava baseado na tradição. Ora, nem sempre a tradição alicerça-se na verdade histórica. Por mais bem intencionada que esteja, em dizer a verdade, uma pessoa não pode estribar-se na memória ou no "ouvi dizer". Daí a busca determinada e sistemática, que vem sendo feita, em todas as fontes onde é possível encontrar as bases para a História de São João da Boa Vista e o encontro de documentos e datas, que estabelecem definitivamente os fatos históricos, sobre a origem do município.

É necessário repetir que a História baseia-se na tradição e nos documentos, mas estes, serão sempre os últimos a definir uma questão e a esclarecer uma dúvida, pois permanecem nos Cartórios, indiscutíveis e inalteráveis a proclamar através dos dizeres registrados, tudo que aconteceu no passado e que pôde ser inscrito, para orientar os futuros historiadores.

A Antônio Manoel de Siqueira pertence a glória de ser um dos primeiros povoadores da região, mas não foi o primeiro a chegar aqui, com sua família, como sempre constou nos

16. Autos do Inventário de Antônio Manoel de Siqueira Machado, Cartório do 1.º Ofício de Moji-Mirim, maço n.º 115.

Anais de São João da Boa Vista. Foi entretanto, o *primeiro doador de terras*, para o Patrimônio da então Freguesia. Lavrador, proprietário de extensa gleba, embora homem rústico e de trato humilde, possuiu entretanto, generosidade e amplidão de vista, para abrir mão de uma pequena parte de seu patrimônio doando-a para que o arraial incipiente, pudesse ter seu patrimônio, a sua primeira rua alinhada, com a denominação de rua Santa Cruz.[17] Pioneiro e benemérito, estes são os títulos com que podemos fazer referências à sua memória. Apesar de analfabeto, deve ter sido um dos que assinaram em cruz, ou dos que solicitaram que a capelinha de tábuas, visitada até então por sacerdotes itinerantes (padres com espírito de missionários), fosse curada, isto é, tivesse um padre a dirigi-la permanentemente, assistindo espiritualmente aos primeiros povoadores da Freguesia.

Pelos documentos consultados, observa-se que a Freguesia, isto é, a parte urbana dela, situava-se toda, junto ao Córrego São João. Tanto a capelinha, como as primeiras casas, foram erguidas ali nas proximidades e o Padre Joaquim Feliciano de Amorim Sigar, primeiro sacerdote nomeado, convivia com a família de Antônio Manoel de Siqueira, sendo Curador de seus herdeiros menores e tendo assinado o inventário, porque os filhos do inventariado eram analfabetos. Está perfeitamente estabelecido, através de estudos feitos em pesquisas de Cartórios, que os lendários *irmãos Machado*, dos quais aparece apenas um, Antônio Manoel de Siqueira, não foram os primeiros povoadores do município. Embora possam ser considerados *pioneiros*, quando aqui chegaram, já havia na região, a família de José Antônio Dias de Oliveira, proprietária de imensa gleba, que em ocasião oportuna, publicaremos as dimensões, através de divisas registradas em Cartório.

A zona ocupada pelos Machado, ou mais propriamente, pela família de Antônio Manoel de Siqueira, era do córrego São João para baixo, na direção norte da cidade. Foi também um dos pioneiros, com sua família, mas quando aqui chegou, já encontrou radicada na região, a família do guarda-mor José Antônio Dias de Oliveira. Quando nos acostumamos a assimilar certos fatos, através de uma História repetida durante quase um século, é natural que nos rebelemos a aceitá-los, de uma hora para outra, contados de forma diferente, com o apareci-

17. Cartórios do 1.º e 2.º Ofícios de São João da Boa Vista.

encontrado ainda, um despacho eclesiástico, com a assinatura do Padre Ramalho, nem o registro de uma proposição ou projeto de Lei, que visasse o benefício dos eleitores de Padre Ramalho. Dizemos eleitores e não fiéis, pois o sacerdote não aparece à frente de nenhuma paróquia. Pode ser que em futuras pesquisas o encontrem em documentos que revelem sua atuação como religioso ou como político que fez carreira atingindo o posto de Senador do Império, cargo para o qual foi indicado, mas que não pôde exercer por ter falecido.

Quando os agregados do guarda-mor José Antônio Dias de Oliveira "querem formar vila", e o Curador da viúva do guarda-mor e dos órfãos, alferes Joaquim Gonçalves Valim, submete a questão à Justiça, em Moji-Guaçu, Padre Ramalho ainda não aparece. Quando formado o povoado, já com a ausência da família proprietária das terras, os moradores pedem que a capelinha fosse curada às autoridades eclesiásticas de São Paulo (Bispo D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade), ele ainda não se apresenta aos moradores do povoado. Quem celebrou a primeira missa no altar portátil da Capelinha, erguida onde é hoje o bairro do Rosário, foi o Padre Matheus José Leite, de Moji-Guaçu. Os outros padres, de Caldas e de Casa Branca, cedendo seus direitos sobre terras que iriam formar o patrimônio da nova paróquia, confessam ignorar tudo sobre os povos "desses sertões". Sendo o recenseamento dos novos moradores, uma atividade obrigatória *anual*, das Companhias de Ordenanças, com sede em Moji-Mirim, é óbvio concluir que o Padre Ramalho só aparece na Freguesia, depois que o Padre Joaquim Feliciano de Amorim Sigar estava ministrando os sacramentos, desde 1838. Um grupo de moradores, residindo com o seu pároco, nas proximidades da Capelinha, edificada perto do córrego São João.

Em 1842 estoura em São Paulo a Revolução Liberal, chefiada por Rafael Tobias de Aguiar. Minas aderiu. Padre Ramalho ficou do lado do governo, organizou um batalhão e comandou-o, contra o movimento popular. Coloca-se, quando a Revolução foi sufocada, no ápice do prestígio junto ao governo imperial. Ora, a Revolução Liberal foi deflagrada em 1842.

A Primeira Assembléia Paroquial de São João da Boa Vista, foi também realizada em 1842.

A Revolução estourara em princípio de maio e foi dominada por Caxias, logo em seguida, com a tomada de Sorocaba,

do Jaguari", onde se localizava sua propriedade "Campo Triste", em meados do ano de 1821. O guarda-mor votou em 20 de maio, em Campanha, e veio para o seu latifúndio, comprado a herdeiros de José Dutra, em 1817.

Damos por encerrado este trabalho, feito com amor e interesse em cinco anos, para deixar à nossa Terra Natal a contribuição de sua História e da descendência de seus legítimos fundadores, o guarda-mor José Antônio Dias de Oliveira e sua esposa, D. Ana Maria Franco de Oliveira.

534

ANEXO 14

JONATHAS MATTOS JUNIOR

A Catedral de São João da Boa Vista

História

apenas esclarecido que existiram demonstrações concretas da sua narração. Os pilares do seu trabalho, pode-se concluir, ficaram sendo as tradições orais, rebuscadas, com zelo e lucidez que lhe eram próprios, no seio da população citadiana e rural, além do depoimento escrito de um dos habitantes, como citado. Evidentemente, as informações veiculadas verbalmente através dos anos demandaram trabalho de depuração, destinado a desimpregnar o que a simples lenda havia infundido na tradição.

Conta a exposição do primeiro historiador, a seguir, que ao local afluiam constantemente novos interessados em se estabelecer e trabalhar, até que, por volta de 1822, ali arrancharam três mineiros de Itajubá, que se apossaram de razoáveis áreas de chão, na confluência do córrego São João - nome por eles atribuído ao riacho, por ali terem aportado na véspera do dia de São João Batista - com o rio Jaguari Mirim. Um deles, de nome Antônio Manoel de Oliveira, mais conhecido como Antônio Machado, ocupou o espaço que ficava à direita do Jaguari e do rio da Prata, até o rio Claro; os demais, seus cunhados, Ignacio e Francisco Cândido, se apossaram, aquele, das terras da margem oposta do Jaguari, e este último, das banhadas pelo ribeirão da Cachoeira. Dois anos após, já relacionado com o Padre João Ramalho, Antônio Machado manifestou-lhe o propósito de construir uma capela em cumprimento de promessa que, com a esposa, tinha feito a Santo Antônio, e estava disposto a doar área de terreno para constituir patrimônio do lugar. Padre Ramalho, devoto de São João Batista, propenso a glorificar o nome do Santo em todos os empreendimentos, tal como fez com sua fazenda "Pinheiros", que passou a se chamar "São João dos Pinheiros", dissuadiu o doador de tomar Santo Antônio por padroeiro e prontificou-se a promover a ereção da capela, desde que com o orago de São João. E foi assim que, entre 1831 e 1832, surgiu a Igreja de São João Batista, no lugar em que se acha hoje a Catedral sanjoanense.

Prosseguiu a vida no lugarejo, para ele mudando-se muitas famílias influenciadas por João Ramalho, que orientava a tudo e a todos, como líder que se tornou pelo temperamento e pelo respeito que infundia. Homem ativo, inteligente, experiente como político e proprietário de muitos bens, teria necessariamente de assumir a posição de conselheiro e coordenador das iniciativas que tivesse por fim a organização da vida na já Capela de São João da Boa Vista.

Conta Teófilo de Andrade, o segundo investigador da História de São João, que estendendo-se as fazendas, logo adquiriu corpo a produção de cana de açucar e fumo, expandida depois para algodão, cereais, batata, criação de gado vacum e suino. Por último, chegou o café. Nas propriedades do Padre João

ANEXO 15

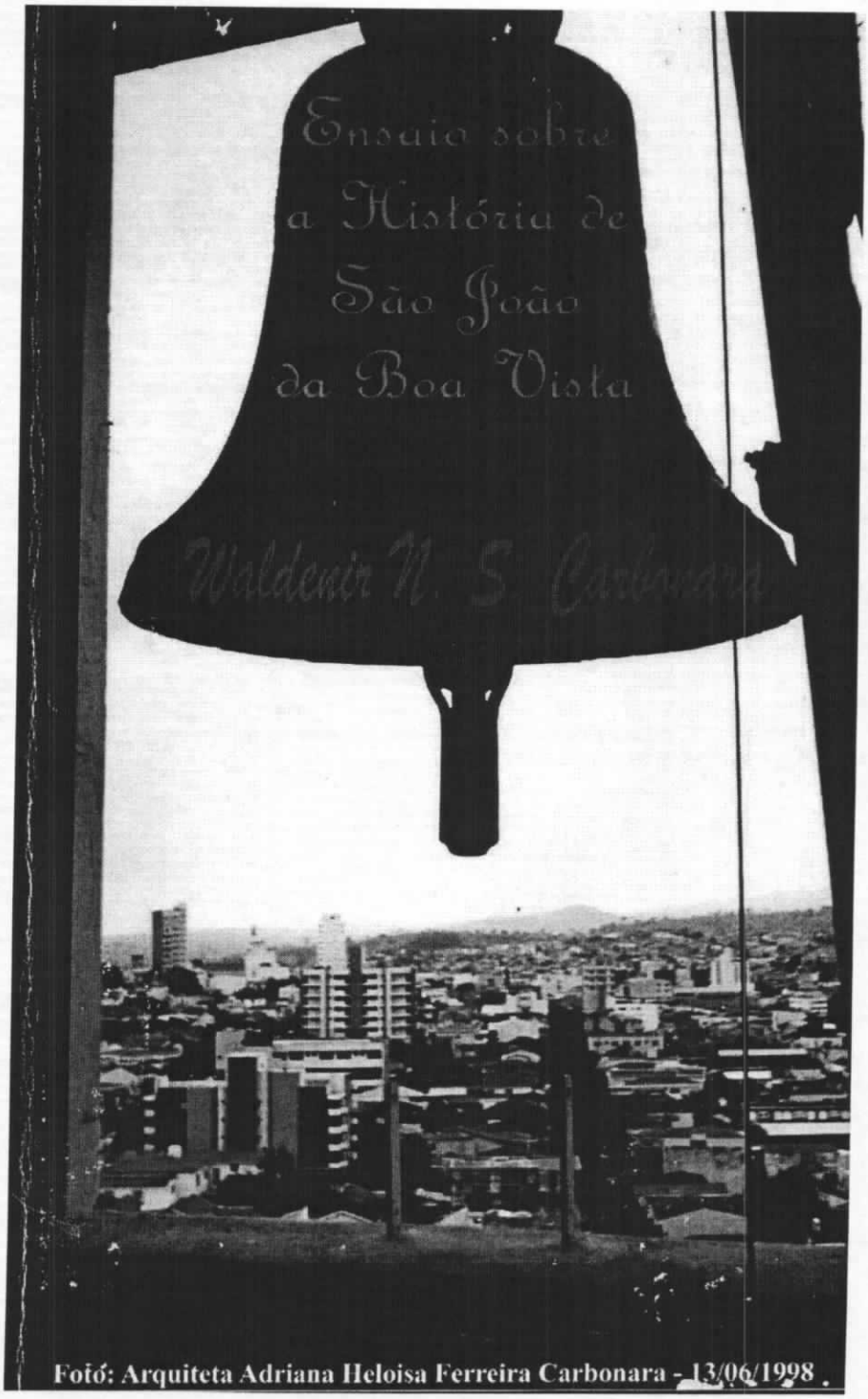


Foto: Arquiteta Adriana Heloisa Ferreira Carbonara - 13/06/1998

ANEXO 15

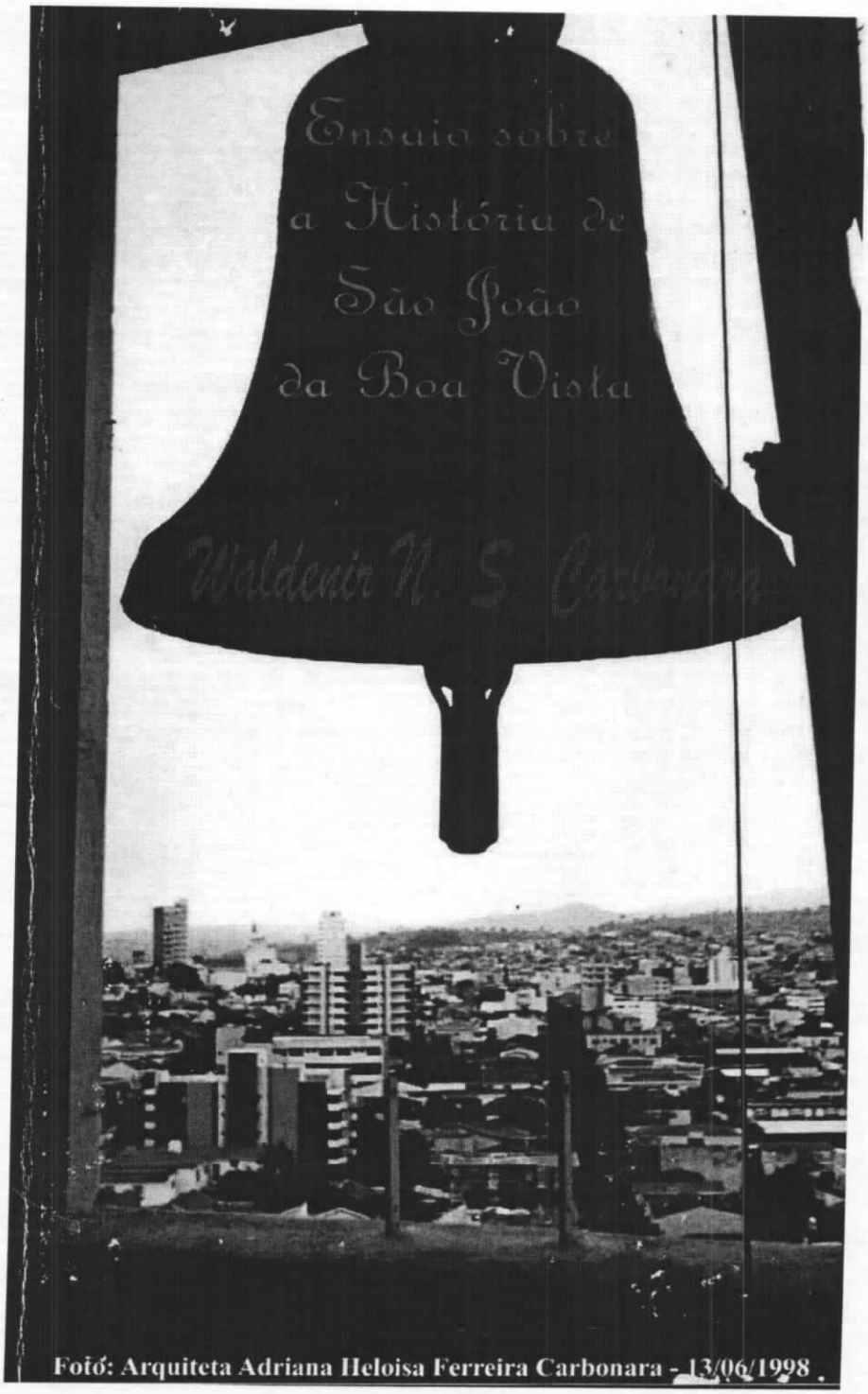
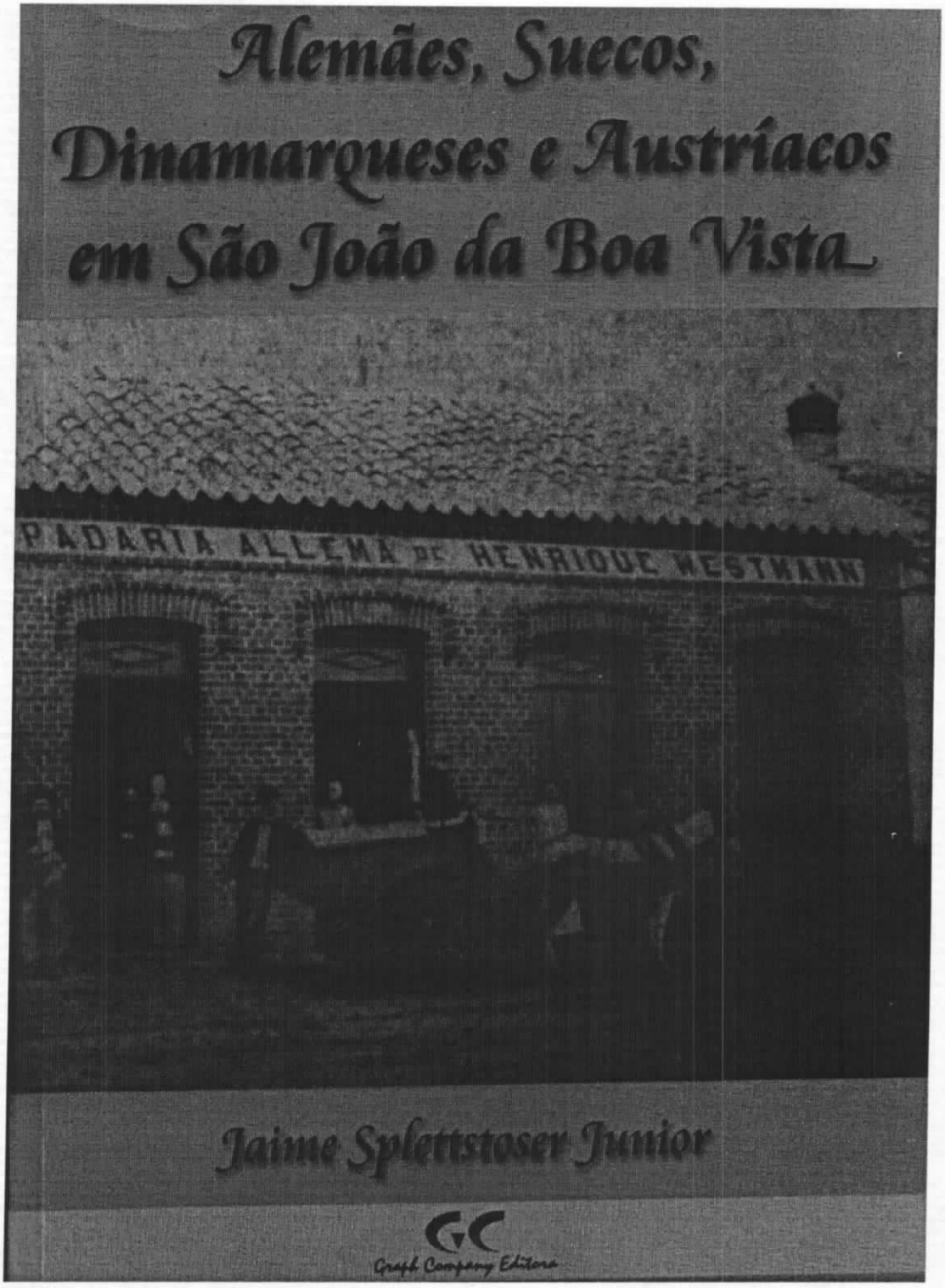


Foto: Arquiteta Adriana Heloisa Ferreira Carbonara - 13/06/1998 .

ANEXO 16


Alemães, Suecos,
Dinamarqueses e Austríacos
em São João da Boa Vista
PADARIA ALLEMA DE HENRIQUE WESTMANN
Jaime Splettstoser Junior
GC
Graph Company Editora

Breve história da cidade

Antonio Carlos Rodrigues Lorette [11]

São João da Boa Vista se originou às margens de uma das ramificações da Estrada de "Goyases", que ligava Mogi Mirim e o Registro de São Matheus (atual Caconde). O local era conhecido no século XVIII como área proibida, "do Secretário", vedada aos primeiros povoadores, a fim de bloquear o contrabando de ouro do sul de Minas.

O ouro não mais existia, as pastagens estéreis do campos de Caldas entravam em decadência e os lavradores mineiros invadiram as matas do lado paulista, apossando-se de seu solo fértil, apropriado à cultura fixa.

A estrada chamada "Guayases" vinha de Mogi-Mirim, entrava em São João pela atual avenida João Osório, acompanhava o espigão da avenida Dona Gertrudes, descia pela rua Hugo Sarmento, passava pelo antigo bairro Cubatão, atravessava o córrego São João e subia pela rua General Osório, em direção ao Bairro Alegre.

Às margens do córrego foi se formando um arraial de pequenos agricultores, partindo do Cubatão em direção ao bairro do Rosário, através de uma ramificação da estrada de "Guayases", hoje formada pelas ruas Riachuelo e Aristides Lobo.

Em 1824, Antonio Manoel Siqueira, mais conhecido como Antonio Machado, e sua esposa, em cumprimento de um voto que fizeram a Santo Antonio, doaram uma gleba de suas terras para patrimônio da futura povoação. Os irmãos "Machado" eram proprietários, na época, das terras às margens do Córrego São João, descendo no sentido norte da cidade.

Segundo a tradição, a capela foi construída de madeira e barro, coberta de sapé, na confluência das ruas Aristides Lobo com a rua General Carneiro, antiga rua Santa Cruz. Aliás, esta foi a primeira rua alinhada do povoado.

Os moradores da "Capela", já com o nome de São João da Boa Vista, requereram a sagração da capelinha do arraial, em 1832. Justificaram o pedido, alegando a grande distância de nove léguas, existente entre o arraial e a Matriz de Mogi-Mirim. Citaram, também, que a região já contava com mais de 60 fogos (casas).

Mais importante que essas justificativas era o reconhecimento da comunidade através da Igreja Oficial. Como a Igreja estava ligada ao Estado, a Freguesia teria automaticamente o reconhecimento por parte do poder temporal.

[11] Este texto baseia-se em diversos autores, historiadores e cronistas, como Antonio Gomes Martins, Carlos Kiellander, Manços de Andrade, Theophilo Ribeiro de Andrade, José Osório de Oliveira Azevedo, Matildes Rezende Lopes Salomão, Maria Leonor Alvarez Silva e Reynaldo de Oliveira Pimenta, destacando-se também as preciosas informações dos almanaques da Província e do Estado de São Paulo, dos jornais *Cidade de São João* e *O Município*, e dos levantamentos do Club da Lavoura para a Exposição Nacional de 1908.

Monsenhor João José Vieira Ramalho, Vigário de Vara na época, teve grande participação para a implantação da Freguesia, orientando o vigário local, Joaquim Feliciano de Amorim Sigar, na construção da igreja, na divisão e distribuição das datas do patrimônio religioso, e incentivando a migração de lavradores mineiros e paulistas a comprar terras e formar fazendas.

Por tradição, foi ele quem propôs a mudança do orago, de Santo Antonio para São João Batista, e a transferência do local para a construção da sede paroquial, no espigão do lado esquerdo do córrego, usufruindo das famosas "boas vistas" da Serra da Mantiqueira.

Mas a última decisão de mudança não foi tão pacífica, havendo protestos dos moradores do núcleo original. Afinal, muitos construíram suas casas em torno da capelinha, contando que esta se conservaria como o centro mais importante da futura Freguesia.

É importante observar, que a escolha do novo terreno seguia as exigências da *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), a qual determinava que "havendo-se de edificar de novo alguma Igreja paroquial em nosso Arcebispado, se edifique em sítio alto, e lugar decente, livre de qualquer umidade, e desviado, quando for possível, de lugares imundos, e sórdidos". Deveria, também, estar livre "de casas particulares, e de outras paradas, em distância que possam andar as procissões ao redor" (Const. 687).

Monsenhor Ramalho era grande proprietário de terras na região, além de ser um político militante. Veio a São João e incentivou o seu desenvolvimento, a fim de transformar a freguesia em seu mais forte colégio eleitoral.

A igreja foi construída a partir de 1848, em taipa rebocada e caiada, coberta de telhas, tendo ajuda financeira do governo provincial, conseguida pelo próprio Monsenhor. Sua inauguração deu-se em 26 de junho de 1853, dois dias após a data de seu padroeiro. Monsenhor Ramalho faleceu em meio a esta cerimônia, que ele próprio celebrava.

Além da árdua tarefa da Fábrica da Igreja em dividir e conceder datas de seu patrimônio, alguns melhoramentos urbanos foram realizados no tempo da Freguesia, como a construção e conservação dos caminhos, das ruas e do cemitério. Para o abastecimento de água, foi instalado um chafariz no centro do Largo da Matriz.

A Freguesia de São João desenvolveu-se rapidamente e foi elevada à categoria de Vila pela Lei Provincial nº 12, de 24 de março de 1859. Os primeiros vereadores praticavam atos simples de administração, condizente com o pequeno recurso financeiro da Câmara. Havia pouca esperança de obter recursos do centro da Província de São Paulo, já que a municipalidade de São João era uma das mais recentes e a receita da Província era escassa.

Em 1864, a povoação contava apenas com nove ruas e duas praças: Rua Direita, Rua das Flores, Rua de Santo Antonio, Rua do Comércio, Rua da Cadeia, Rua de Santa Cruz Velha, Rua de Santa Cruz Nova, Rua da Prata, Rua do Ribeirão, Praça da Matriz e Praça Pequena. São João era um lugarejo acanhado, com ruas esburacadas e barrentas, raros prédios assobradados, com seus quintais cercados por taipas e tábuas.

ANEXO 17

Logradouros de São João da Boa Vista
Prefácio de Antonio Cândido
Rodrigo Rossi Falconi

obtendo alvará de ereção em 25 de abril de 1832, com a bênção em 1º de agosto, tendo sido nomeado, em 1º de outubro, o Padre Joaquim Feliciano de Amorim Sigar para primeiro cura. Cinco anos depois já estava transformada em Paróquia, sendo nomeado Vigário o mesmo Padre Sigar.

Em 1838, ainda devido aos esforços de João Ramalho, por lei provincial de fevereiro daquele ano, a povoação foi elevada à categoria de freguesia. Promoveu, ele, depois, em 1848, a construção de uma nova igreja, a qual foi reconstruída em 1890.

Segundo o Dr. Theophilo de Andrade: "Não somente fundou o povoado, traçando o plano, com os quarteirões, ruas e largos bem alinhados, com a simetria de um técnico, como também modelando-o para a sua expansão e incutindo no espírito de seus primeiros moradores os sentimentos do bem, da ordem e da virtude para a formação moral da cidade. Os seus ensinamentos técnicos e os seus exemplos serviram de roteiro seguro para os seus seguidores, tanto na parte material como nos costumes".

Padre João Ramalho, além da fazenda Pinheiros, adquiriu também no município as de São Pedro e Glória, esta abrangendo a Capituva, também comprando casas no local, onde cuidou da igreja e da instrução, ainda sem professores públicos.

Devido a seu exemplo e de outros, a lavoura rapidamente progrediu para a policultura, com plantação de café, algodão, cana-de-açúcar, batata, mandioca, milho, feijão, arroz e outros cereais, instalando engenhos em duas de suas fazendas. Desenvolveu, ainda, a criação de gado bovino e suíno, ainda que em pequena escala, para consumo e exportação, e promoveu o primeiro abastecimento de água para a cidade, trazida até o centro no Largo da Matriz.

Residindo em Mogi Mirim quando ocorreu a Revolução Liberal, em 1842, chefiada por Tobias Barreto, manteve à sua custa numeroso corpo de armados, impedindo que a rebelião surgisse em outros lugares da Província, colocando-se ele próprio à frente das forças.

Foi um político de grande influência no meio em que viveu, participando da Assembleia Legislativa de São Paulo, na quinta (1844-1845) e nona legislaturas (1852-1853), como deputado, e na terceira (1840-1841) e sétima legislatura (1848-1849), como suplente.

No parlamento paulista fez parte da Comissão Eclesiástica, em que se assinava sempre Vieira Ramalho, sendo de sua iniciativa um projeto em que era criada uma cadeira de primeiras letras para o sexo masculino em São João da Boa Vista, transformado em Lei número 255, de 22 de fevereiro de 1844.

Por sua destacada atuação, Padre João Ramalho recebeu diversos títulos e homenagens, destacando-se o de Monsenhor Honorário da Capela Imperial, Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro e Cavaleiro da Ordem de Cristo.

No dia 19 de abril de 1852, foi nomeado por Dom Pedro II para o cargo de senador do Império, como representante da então Província de São Paulo. Entanto, não chegou a sentar-se na sua cadeira, por motivo de falecimento. Deveria ter preenchido a vaga aberta o Desembargador Francisco José de Lima que, tendo sido declarado impedido, foi substituído, de agosto de 1853 até o fim da sessão desse ano, por Martin Ribeiro de Andrade.

O Monsenhor João José Vieira Ramalho faleceu no domingo, dia 26 de junho de 1853, aos 63 anos de idade, quando celebrava a missa na Igreja Matriz São João da Boa Vista, que ele ajudou a construir, deixando a todos os presentes chocados com a cena. Conforme consta do livro de óbitos da Igreja Matriz, sob responsabilidade do Padre Sigar: "Aos vinte sete dias de junho de mil oitocentos e cinquenta e três sepultou-se nesta Matriz o cadáver do Excelentíssimo Conselheiro e Monsenhor João José Vieira Ramalho, de idade sessenta anos, mais ou menos. Faleceu de inflamação, sendo encomendado com todos os Sacramentos, da Penitência, Eucaristia e Extrema-Unção. Seu corpo foi envolto em suas vestes de Monsenhor e solenemente recomendado". Foi sepultado no lado direito da Igreja Matriz onde foi colocada uma lápide destacando, além de suas atividades, o fato de ter sido o "Creador D'Esta Localidade".

O poder público, como forma de reconhecimento, atribuiu o nome do Monsenhor João José Vieira Ramalho a uma praça da região central da cidade (hoje alguns anos depois foi construído o Mercado Municipal, depois terminal urbano), bem como a uma rua localizada na Vila Brasil.

ANEXO 18

Fundação de São João da Boa Vista

Uma cidade procura sua origem

João Baptista Scannapieco

não o do povoado, que vai receber o nome de Santo Antônio do Jaguari!

Seguindo a narração dos primeiros historiadores, encontramos que Antônio Machado tomou posse dos terrenos banhados pelo Ribeirão Prata e da margem direita do Jaguari-Mirim até o rio Claro. Descrevem também que ele fez sua morada à margem direita do Prata. Ignácio Cândido apossou-se das terras da margem esquerda do Jaguari-Mirim, onde fez morada em uma chácara, chamada de Ponte do Jaguari. Francisco Cândido apossou-se dos terrenos regados pelo Ribeirão da Cachoeira.

A parte principal e central é a narração que se segue: - " Em 1824, Antônio Machado e sua mulher D. Mariana Maria de Jesus, em cumprimento de um voto, que fizeram a Santo Antônio, doaram um terreno para patrimônio da futura povoação, dando assim origem à atual cidade." Antônio Gomes Martins – O Município de São João da Boa Vista – 1910 – pág 02.

Mais um trecho desta primitiva narração histórica: - "Mais tarde, vindo a este lugar Monsenhor João José Viera Ramalho, que, então, residia na sua fazenda de Pinheiros, hoje Três Fazendas, prometeu aos moradores obter a criação de uma capela no povoado, sendo, porém, S. João Batista o respectivo orago, o que acedo Machado. Este sacerdote, continua a tradição, foi o primeiro que celebrou missas no lugar, vindo de sua fazenda, todos os domingos, até que foi

nomeado cura da capela o padre Joaquim Sigar. Padre Ramalho mudou sua residência para o povoação, onde fez construir alguns prédios e montou diversas fazendas. A seu convite migraram para este lugar muitos lavradores mineiros, abastados, que compravam terras e formavam fazendas. A princípio, construíram uma pequena capela, que serviu por alguns anos. De 1848 a 1850, Monsenhor Ramalho, com o auxílio dos mais fazendeiros, fez construir a igreja matriz."

Infelizmente, Gomes Martins nada escreveu sobre a primeira capela, tosca e improvisada, nem de seu orago: Santo Antônio. Também não foi mencionado o primeiro nome do Povoado: Santo Antônio do Jaguari. O que me chamou a atenção foi a citação de que o Padre Ramalho mudou sua residência para o povoado. Concluímos que o povoado já existia, faltou citar seu nome (Santo Antônio do Jaguari).

Gomes Martins chama Monsenhor Ramalho de "benemérito" e termina seu texto escrevendo:- "Esta é a tradição mais conhecida sobre a fundação de São João da Boa Vista".

A seguir, o autor passa a historiar as pesquisas de José Pinheiro de Ulhoa. Este personagem aparece na história de São João da Boa Vista, citado por Theophilo de Andrade, em 1891, como participante da Câmara de Vereadores.

A parte maior de seu relato se refere às Sesmarias, com o nome de seus proprietários e uma localização precisa. Não vou divagar, no momento, por estas preciosas informações, para não desviar do objetivo proposto nesta obra:- Fundação de São João da Boa Vista.

Até o ano de 1976, a data considerada como a da fundação da cidade era 1824 e daí contavam-se quantos anos São João da Boa Vista possuía!

Conclusão:- Por estes relatos, temos os seguintes fatos:

1- Declaração de Gomes Martins sobre a falta de documentação.

2- A fundação "deste lugar" é atribuída aos Machado.

3- As terras, onde os Machado chegaram, ficavam nas "áreas do secretário"- terras proibidas para penetração.

4- Antônio Machado e seus cunhados ignoraram a proibição e aqui se fixaram, entre 1822 e 1823.

5- Vieram de Itajubá, Minas Gerais.

6- Fixaram-se na confluência do córrego São João com o rio Jaguari - Mirim.

7- A chegada dos Machados foi na véspera do dia de São João Batista. Vem daí o nome do Córrego.

8- A doação do terreno para o patrimônio foi realizada por Antônio Machado e sua mulher, Dona Mariana Maria de Jesus, em 1824.

ANEXO 19

São João da Boa Vista

Subsídios Históricos
e Genealógicos

Jaime Splettstoser Junior

Manoel Inácio Franco se estabelece no Tripuí (Caldas) e José Rabelo de Carvalho no Jardim (Rio Machado).[66]

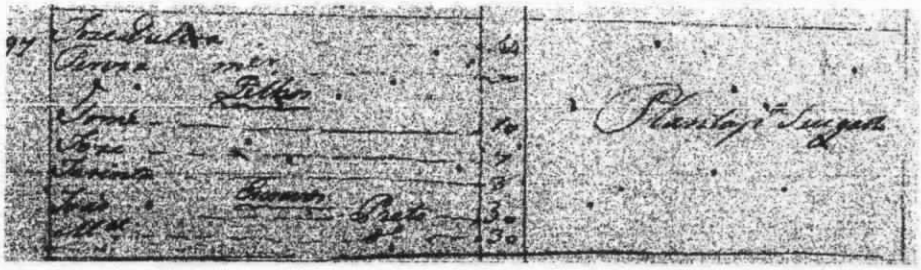
1796

O Padre Manuel Gonçalves Correia edifica em sua propriedade, perto da atual divisa entre São Paulo e Minas Gerais, um cemitério e uma ermida dedicada a Nossa Senhora do Carmo, por provisão de 23 de maio de 1794, do vigário capitular de São Paulo, assistindo espiritualmente a população vizinha até seu falecimento, em 24 de julho de 1810[67]. (M.H. P. Caldas, Nilza Botelho, p. 19). Seu óbito e testamento foram registrados na Matriz de Ouro Fino, ele foi enterrado dentro da Ermida de Nossa Senhora do Carmo, tendo deixado grande descendência[68].

1798

No Censo realizado pelas patrulhas de Mogi Guaçú, aparece a primeira família na região da futura São João da Boa Vista: José Dutra, com a esposa Teresa (Joaquina de Jesus) e os filhos Tomé, José e Jacinta. Possuía dois escravos: José e Manoel e plantava para o seu gasto. José Dutra era proprietário da Fazenda Campo Triste e faleceu em 1799, e seu inventário foi feito em Mogi Guaçú. A fazenda foi vendida pela viúva, em 1817 ao Guarda-Mor Antônio Dias de Oliveira.

Família de José Dutra, recenseada em 1798 pelas patrulhas de ordenanças de Mogi Guaçú.



1799

José Dutra é novamente recenseado. Aparece como senhor de engenho, tendo vendido para Santos 40 arrobas de açúcar alvo e 20 arrobas de açúcar mascavo.

1800

Neste ano, segundo Antônio Gomes Martins, no lugar denominado Areias, próximo ao rio Jaguari, região da atual São João da Boa Vista, já se encontram residindo Antonio Modesto de Freitas e sua mulher.

Nessa época, chegam também Mateus Ferreira Martins e sua esposa Maria Esméria, um dos primeiros moradores que se localizaram nas terras da fazenda denominada Cachoeira.

DUTRA

A primeira referência é de 1798, quando a família de José Dutra é recenseada pelas patrulhas de Mogi Guaçú. Em 1817 a viúva e filhos vendem a Fazenda Campo Triste ao Guarda-Mor Antônio Dias de Oliveira casado com Ana Maria Franco de Oliveira. Foi num rancho desta fazenda que o sábio naturalista francês Auguste de Saint Hillaire pernoitou em 1819, quando percorria a Estrada de Goiás, em direção a São Paulo.

JOSÉ DUTRA, natural de Barbacena, filho de José Dutra (natural da Ilha do Pico, Açores) e Maria Francisca, casado em 13 de fevereiro de 1774, no Turvo, Aiuroca, Minas Gerais, com **TEREZA JOAQUINA DE JESUS MARTINS**, nascida por volta de 1747, em Nossa Senhora da Assunção do Engenho do Mato, Minas Gerais, falecida em 10/2/1817, sendo seu óbito registrado em Mogi Guaçú pelo vigário interino Mateus José Leite. Era filha de Manuel Álvares Martins e Luzia Francisca Martins
Filhos:

2.1) **Maria Tereza de Jesus Dutra** casada com **Silvestre Antônio da Rosa**, nascido na ilha do Faial, Açores.
Filhos:
3.1) Agostinha, nascida em 1800
3.2) Ana, nascida em 1802
3.3) Benancia, nascida em 1804
3.4) Teresa, nascida em 1810
3.5) Silvestre, nascido em 1811
3.6) Manoel, nascido em 1813
3.7) Pedro, nascido em 1814
3.8) João, nascido em 1818

2.2) **Ana Joaquina de Jesus Dutra** casada em primeiras núpcias com **Diogo Gonçalves Correa**, falecido em 14 de julho de 1808, filho do padre Manuel Gonçalves Correa e Ana Rosa da Purificação (segundo Guimarães, As três Ilhoas, p. 1089).

2.2) **Ana Joaquina de Jesus Dutra** casada, em segundas núpcias, em Ouro Fino, MG, em 2/6/1809, com **Antônio José do Nascimento**.
Filhos: O casal teve sete filhos, descritos em Guimarães, As Três Ilhoas, p. 1089 a 1091.

2.3) **Jacinta Maria de Jesus Dutra** nascida casada com **Tristão de Souza Castro**.
Filhos:
3.1) Ana nascida em 1811
3.2) João nascido em 1814
3.3) Inácio nascido em 1815

2.4) **Tomé Jacinto Dutra** casado em primeiras núpcias com **Joaquina Maria de Jesus.**
Filhos:
3.1) Maria Joaquina Dutra casada com Antônio José de Miranda, filho de José Antônio de Miranda e Ana Maria de Jesus
Filhos:
4.1) Joaquim (SJBV, 15/12/1883 -)
4.2) Euclides Clara de Miranda (SJBV, c. 1883 -), casada em Aguaí, SP, em 28/6/1902, com Horácio Martins Parreira (Mogi Guaçu, SP, 1881 -), filho de Manoel Martins Parreira e Emília Cândida da Silva.
3.2) Margarida Cândida de Jesus Dutra (c. 1816 - SJBV, 10/7/1856), casada com João Gonçalves Valim (c. 1816 – SJBV, 17/10/1888), filho de Joaquim Gonçalves Valim e Ana Teodora de Souza (ver Valim).

"Aos dez de Julho de mil oito centos e cincoenta e seis nesta Matriz de São João da Boa Vista, sepultou-se o cadaver de Margarida Candida, mulher de João Gonçalves Valim tendo de idade quarenta annos, seu corpo foi involto em habito preto e sua alma foi por mim recommendada. Vigário Joze Valeriano de Souza".

de idade quarenta annos, seu corpo foi involto em habito preto e sua alma foi por mim recommendada. Vigário Joze Valeriano de Souza".

3.3) Tomé Jacinto Dutra casado com Emilia Cândida da Silva.
Filhos:
4.1) Maria Cândida do Nascimento Dutra casada em São João da Boa Vista, em 10/2/1871, com Antônio Teodoro dos Reis, filho de Francisco José dos Reis Ana Luiza Valim (ver Valim).
4.2) Tomé Jacinto Dutra Junior (M. Guaçú, SP, c. 1870 – Aguaí, SP, 7/8/1907), casado em 1893 com Maria Jesuína de Jesus (ou Eufrosina), filha de José Antônio dos Reis e Francisca Delfina Valim.
Filhos:
5.1) Emília da Silva Dutra (Aguaí, SP, 1896 -) casada em Aguaí, SP, em 28/11/1912, com Joaquim Germano Martins, filho de Germano Francisco Martins e Olímpia Cândida Valim
5.2) Emília da Silva Dutra (SJBV, 2/7/1894 – Aguaí, SP, 23/3/1979), casada em Aguaí, em 20/6/1929, com José Pinto.
Filhos:
6.1) João Batista Dutra (Aguaí, SP, 8/9/1935 -)
6.2) Rita de Cássia Pinto casada com Manoel de Gusmão Bastos.
Filhos:
7.1) Rita Maria Pinto Bastos (Aguaí, SP, 9/5/1966 -)
6.3) Aparecida Pinto de Souza casada com João Batista de Souza.
Filhos:
7.1) Marina Benedita Pinto de Souza (Aguaí, SP, 29/101956 -)
5.3) José da Silva Dutra (Aguaí, SP, 15/2/1902 – SJBV, 28//1981), comerciante, casado com Placídia Costa Guimarães, filha de Miguel Costa Guimarães e Maria da Silva Reis.
Filhos:
6.1) José da Silva Dutra Filho (Aguaí, SP, 17/5/1941 -)
5.4) Antônio da Silva Dutra
4.3) Antônio Silva Dutra (Aguaí, SP, 1876 - Aguaí, SP, 14/8/1929), dentista.
4.4) Cecília da Silva Dutra (Mogi Guaçú, SP, 1860 – Aguaí, SP, 13/3/1915), casada com José Carlos Arantes.
Filhos:
5.1) Antônio
5.2) Benedito
5.3) Maria
4.5) João da Silva Dutra (M. Guaçú, SP, 1861 – Aguaí, SP, 18/8/1917) casado com Clara Carolina dos Reis.
3.4) **Manoel**
3.5) **José**
3.6) **Maria**

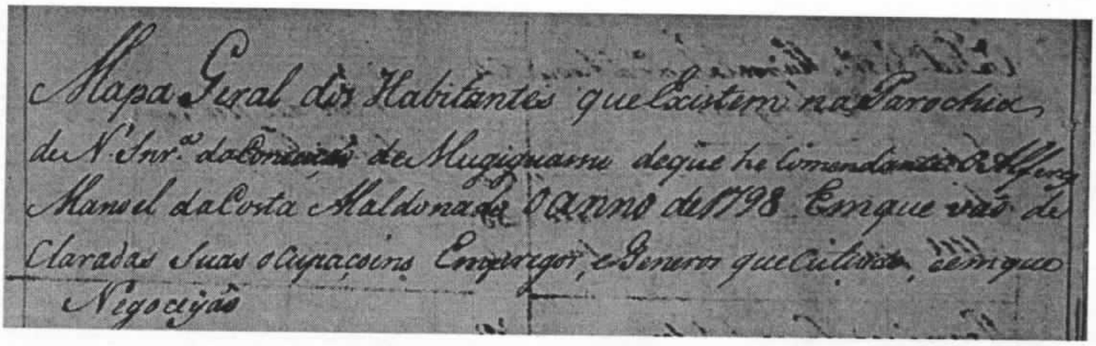
2.5) **José Dutra Amaral** batizado em Ouro Fino, MG, em 18/3/1791, casado com **Maria Antônia**.

2.6) **Beraldo Dutra**, nascido em Ouro Fino, MG, por volta de 1797. recenseado em 1822 pelas patrulhas de Mogi Guaçú. Casado com **Ana Leme**.
Filhos:
3.1) Tristão nascido em 1819.
3.2) Teresa, nascida em 1820, segundo o censo de 1826.

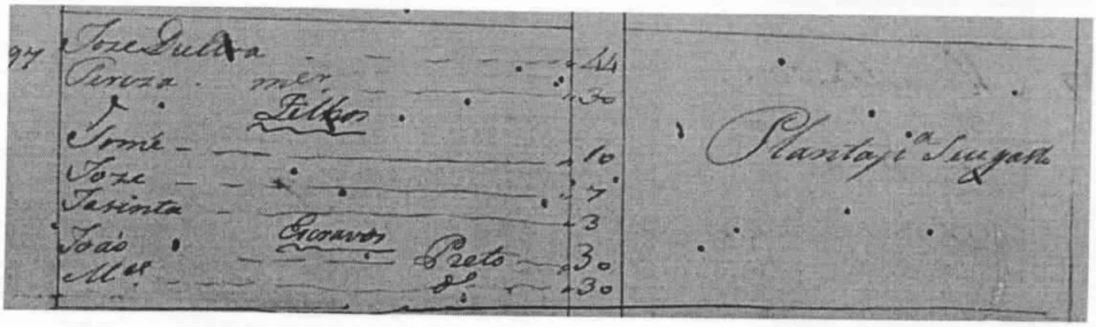
Anexo 20

Recenseamento de 1798

N° 97 **José Dutra**



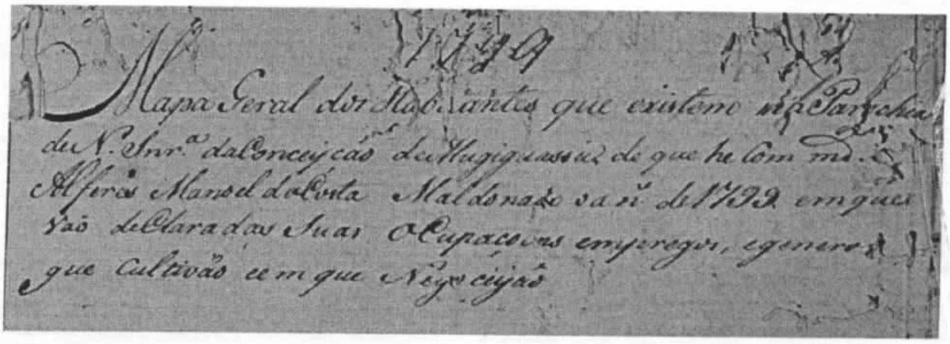
Mapa Geral dos Habitantes que Existem na Parochia da N. Snrª da Conceição de Mugiguassu de que he Comendante o Alferes Manoel da Costa Maldonado o anno de 1798 Em que vão de Claradas Suas ocupaçoins Empregos, e Generos que Cultivão, e em que Negocião



97	Joze Dutra	44	
	Tereza mer	30	
	Filhos		
	Tomé	10	Planta p.ª Seu gasto
	Joze	7	
	Jasinta	3	
	João — Escravos — Preto	30	
	Mel — d.º	30	

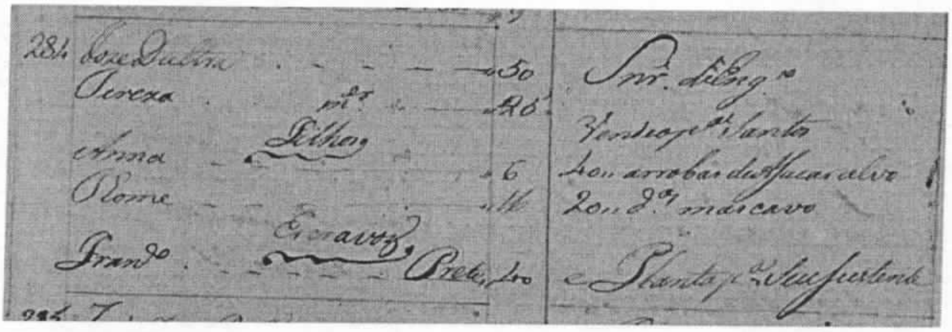
Recenseamento de 1799

N° 284 **José Dutra**



1799

Mapa Geral dos Habitantes que existem na Parochia da N. Snrª da Conceição de Mugiguassu de que he Com.de o Alferes Manoel da Costa Maldonado o anno de 1799 em que vão de Clarados Suas Ocupaçoins empregos, e generos que Cultivão e em que Negocião



284	Joze Dutra	50	Snr. de Eng.º
	Tereza mer	26	
	Filhos		Vendeo p.r Santo
	Anna	6	40 arrobas de Assucar alvo
	Tome	11	20 d.as mascavo
	Frand.º — Escravos — Preto	40	e Planta p.ª Seu gasto

ANEXO 21

com as de Minas he o que de prezente tenho que por na prezença de Vosa Ex. que Deos Goarde. Coartel de S. Matheus 30 de Março de 1807.—*Jeronymo Dias Ribeiro.*

---

x—Do Capitão Mór de Mogy-mirim, 1807.

Illmo. e Exmo. Snr. Antonio José da Franca e Horta. —Meu Senhor 5.ª feira que se contarão 25 do Corrente cheguei ao lugar donde se achava o Cadette com tres Soldados, e dezoito Homens no Barranco de Jagoary merim donde tinhão feitto dous lansos de Caza, e mais hum separado e tinhão passado o Rio com huma estrada com a coal vinhão sahir a fazenda do deffuncto José Dutra distante do Arrayal de Mogi Guassu Sette Legoas. Perguntei ao Cadette por que razão tinhão deixado o seu Coartel. e entrado pellas Terras desta Capital? ao que me respondeu que o fes com ordem do sseo Comandante o Capitam Brandam, e que hera para fazer Rezisto, e evitar extravios, ao que lhe respondi que tudo pudia Ser porem que era pressizo Concessam de V. Ex.ª e sem esperar mais, lhe mandei arazar tudo, e atrancar os Caminhos, e os fis Conduzir para o seo antigo Coartel e deixei huma Goarda de pagos defronte ao Coartel do dito Cadette nos Lemittes desta Capital.

Não sei o que resultara mais pois he grande empenho no dito Capitam Brandam e o dito Cadette em querer sse introduzir nas terras deste destricto sem Ordem Regia nem ao menos do Illmo. e Exmo. Governo daquella Capittal.

Deos Guarde a V. Exª. por muitos annos. Mogy merim, 28 de Abril de 1807. De V. Exª. O mais obediente Subdito. —*José dos Santos Cruz.*

---

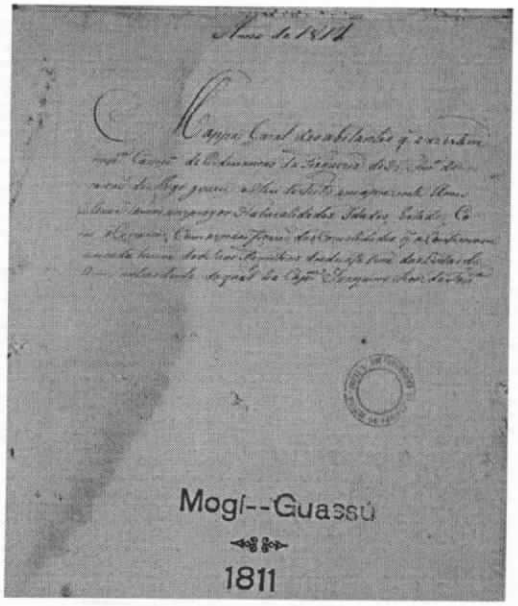
x—Do Inspector das Guardas da Villa da Campanha, 1807.

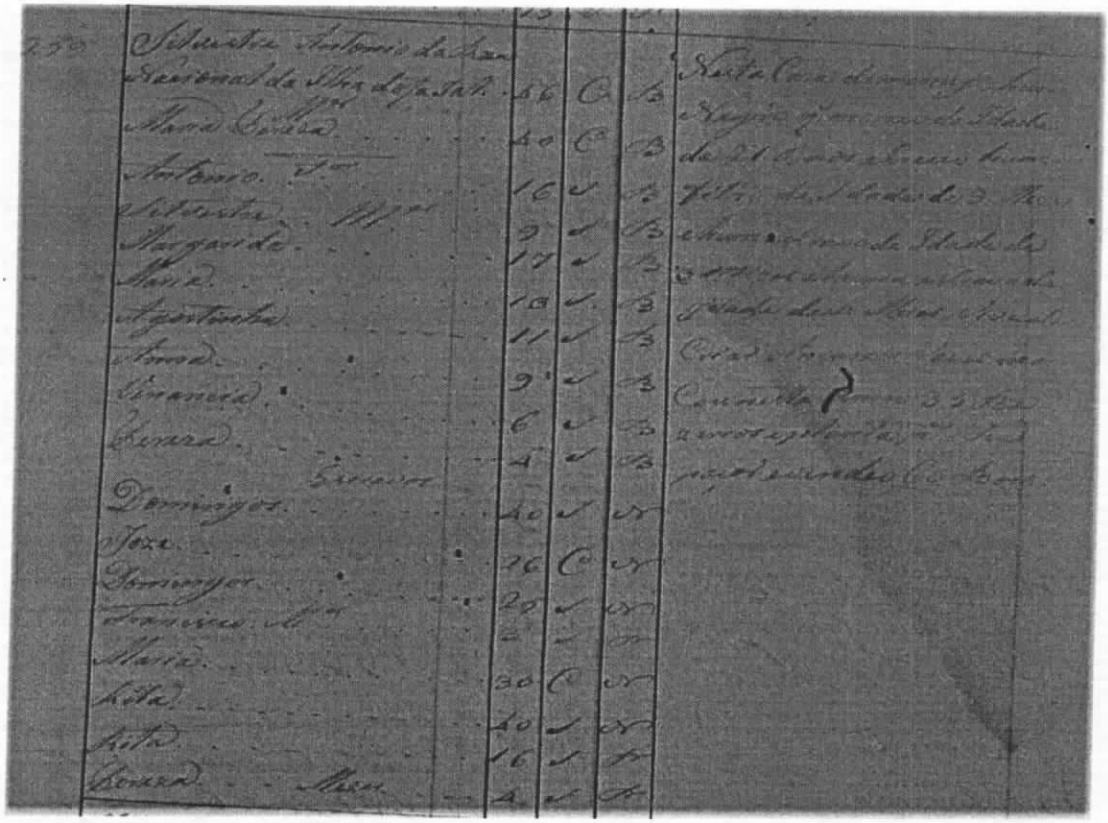
Illmo. Senhor Coronel José Joaquim da Costa Gavião. —Por me achar encarregado da Inspecção sobre as Guardas, Registos e Contages, que guarnecem esta Villa da Campanha

ANEXO 22

Recenseamento de 1811

N° 259 **Silvestre Antônio da Rosa (casado com Maria Tereza Dutra, filha de José Dutra)**

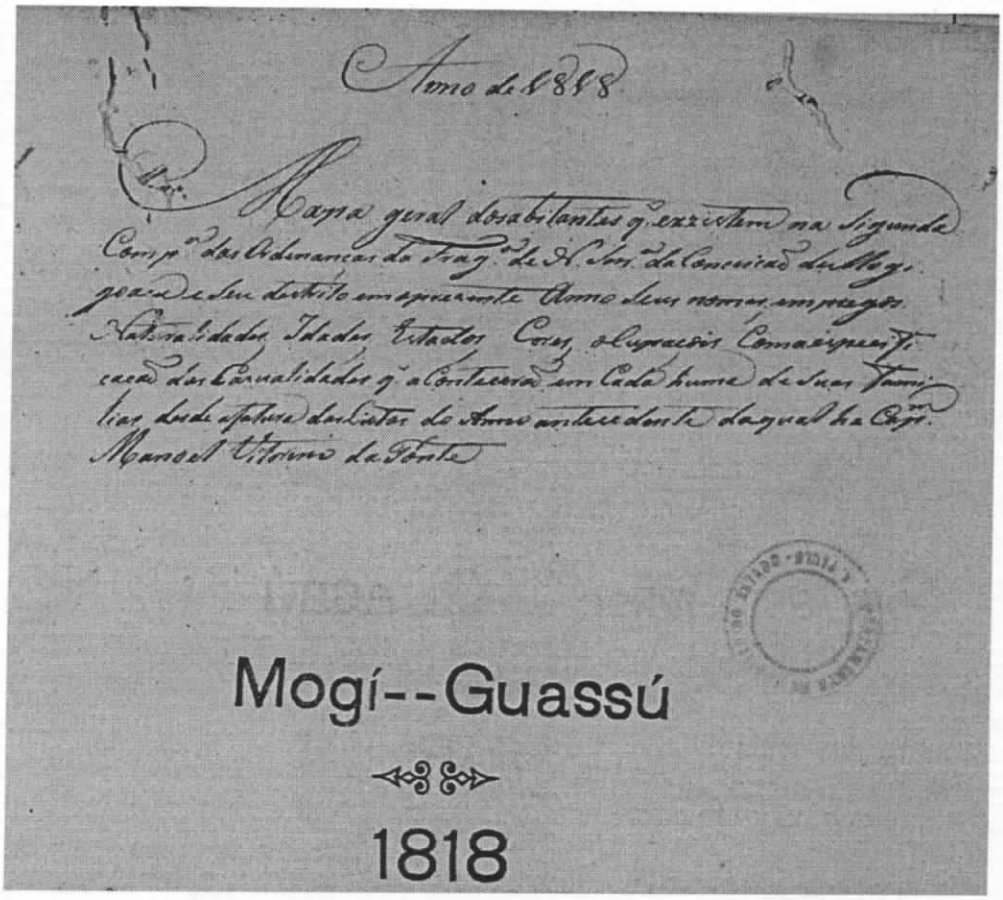


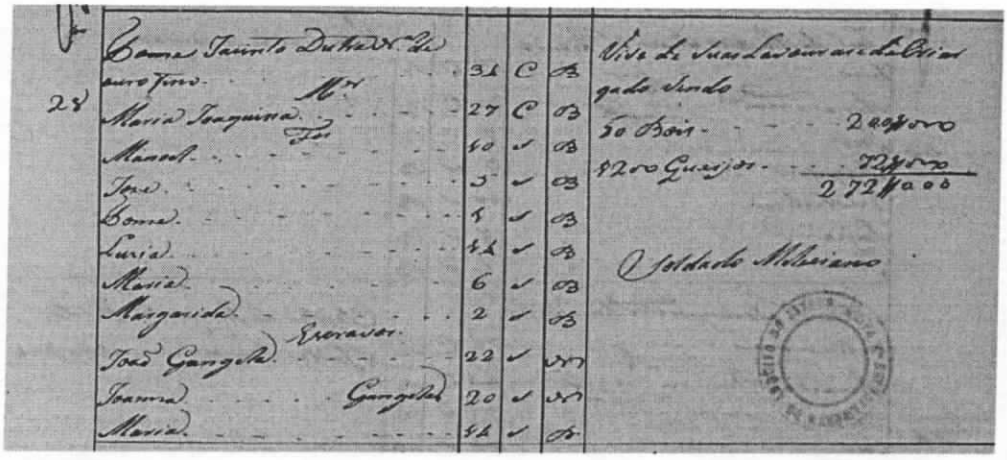


ANEXO 23

Recenseamento de 1818

Nº 28 Tomé Jacinto Dutra (filho de José Dutra)

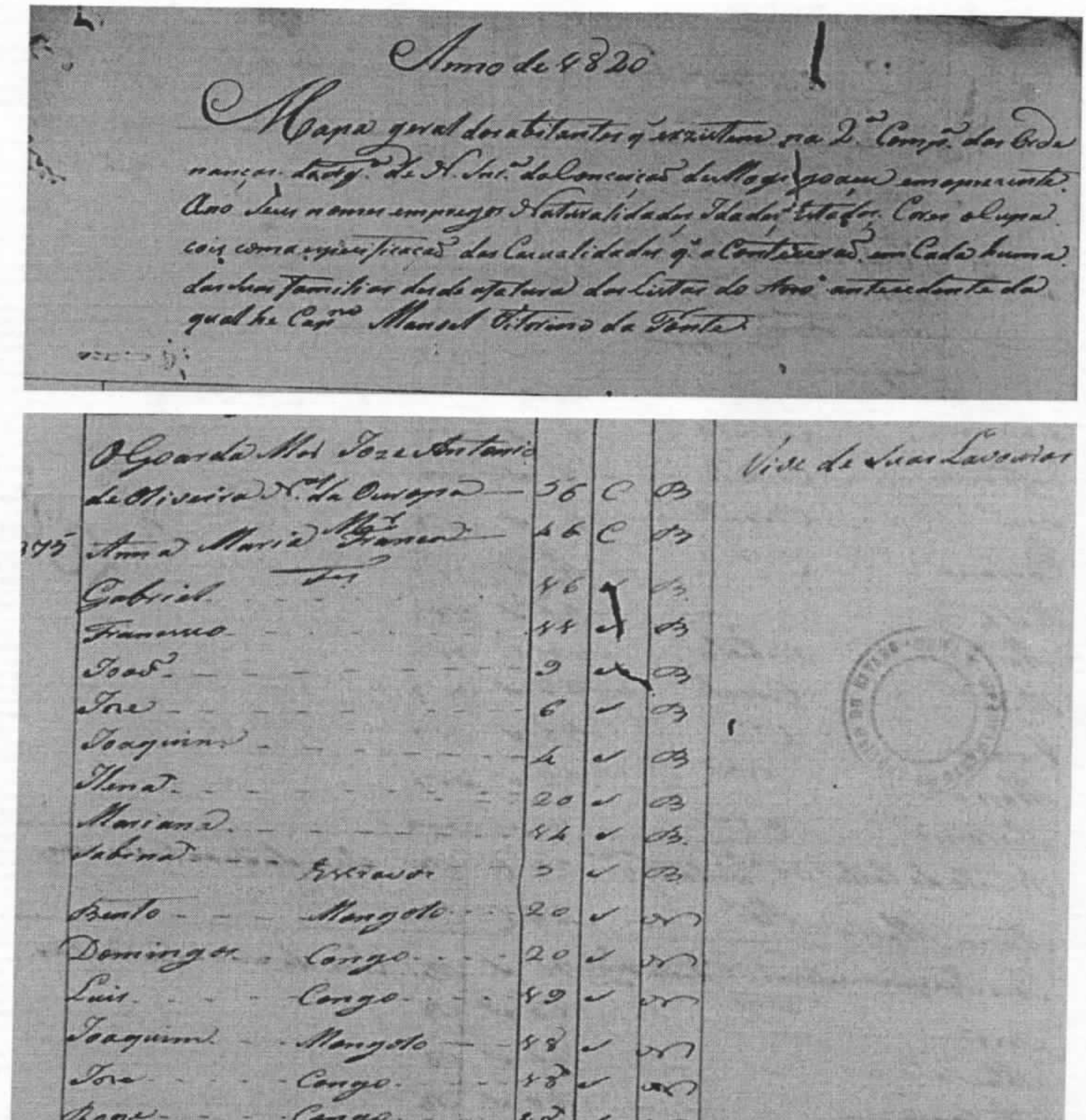




ANEXO 24

Recenseamento de 1820

N° 275 Guarda-Mor José Antonio Dias de Oliveira



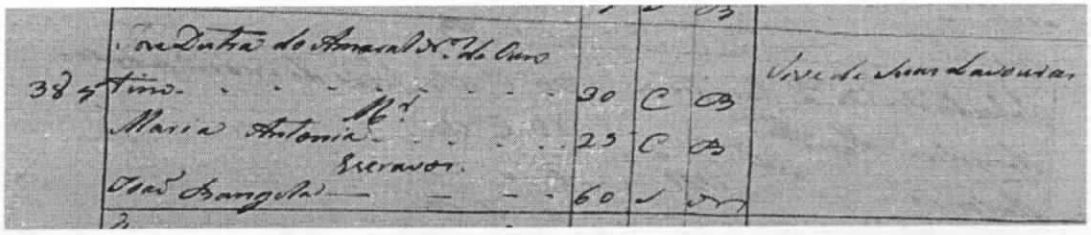
Anno de 1820

Mapa geral dos abitantes q. existem na 2.a Comp.a das Orde-
nanças do Distr.o de N. Snr.a da Conceição de Mogi guaçu em q. se aprezenta:
seus nomes empregos Naturalidades Idades Estados Cores o lugar
com a especificação das Casualidades q. acontecerão em cada huma
das suas Familias desde a fatura das Listas do Anno antecedente da
qual he Cap.m Manoel Vitorino da Fonte

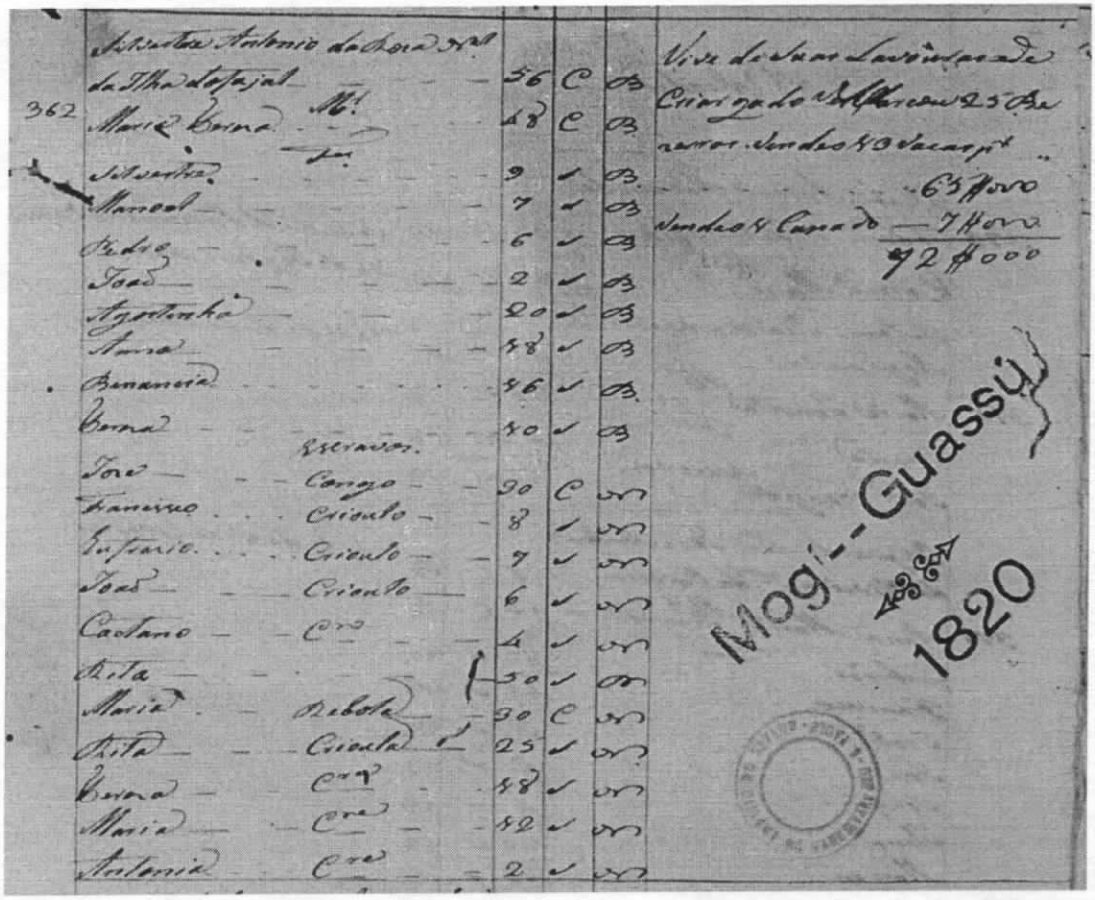
	O Guarda Mor Joze Antonio de Oliveira N.al da Ourupa	56	C	B	Vive de suas Lavouras
275	Anna Maria Mor.a Franco	46	C	B	
	Gabriel	16		B	
	Francisco	14		B	
	João	9		B	
	Joze	6		B	
	Joaquim	4		B	
	Ilena	20		B	
	Mariana	14		B	
	Sabina — Escravos	3		B	
	Bento — Mongolo	20			
	Domingos — Congo	20			
	Luis — Congo	19			
	Joaquim — Mongolo	18			
	Joze — Congo	18			
	Roque — Congo	18			
	Joaquim Moçambique	17			
	Liberio — Crioulo	17			
	Catharina — Congo	16			
	Flora Cacanga	16			
	Florentina — Crioula	15			
	Florencia — Crioula	14			
	Ignacia — Cr.a	3			
	Roza — Cr.a	2			

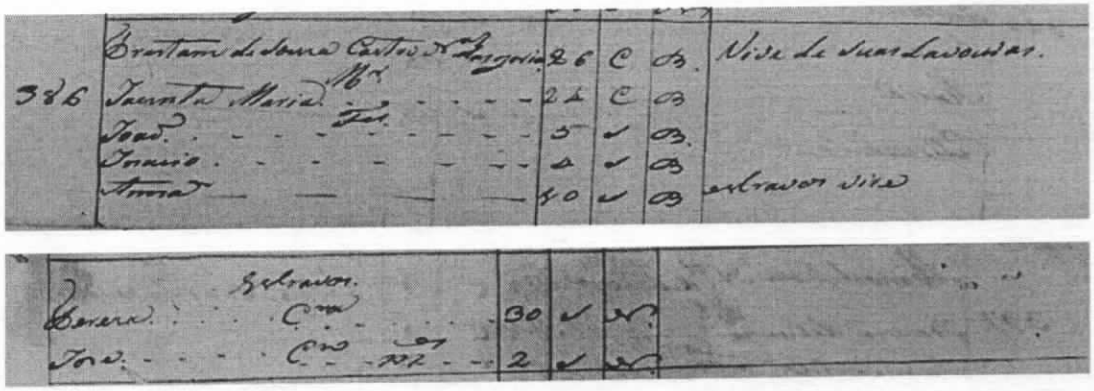
Recenseamento de 1820

Nº 385 José Dutra do Amaral (filho de José Dutra)



Nº 362 Silvestre Antonio da Rosa (casado com Maria Tereza Dutra, filha de José Dutra)



Recenseamento de 1820

Nº 386 Tristão de Souza Castro (casado com Jacinta Maria de Jesus, filha de José Dutra)